SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 15ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

16/05/2013
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos

Presidente: Senador Ricardo Ferraço
Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/05/2013.

15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 18/2013** - Não Terminativo -	**SEN. ALVARO DIAS**	**14**
2	**MSF 19/2013** - Não Terminativo -	**SEN. FRANCISCO DORNELLES**	**52**
3	**MSF 20/2013** - Não Terminativo -	**SEN. VANESSA GRAZZIOTIN**	**92**
4	**MSF 26/2013** - Não Terminativo -	**SEN. FRANCISCO DORNELLES**	**213**
5	**MSF 27/2013** - Não Terminativo -	**SEN. EDUARDO SUPLICY**	**276**
6	**PDS 574/2012** - Não Terminativo -	**SEN. FRANCISCO DORNELLES**	**311**

7	**PDS 575/2012** - Não Terminativo -	**SEN. PAULO BAUER**	**335**
8	**PDS 29/2013** - Não Terminativo -	**SEN. PEDRO SIMON**	**347**
9	**PDS 30/2013** - Não Terminativo -	**SEN. PEDRO SIMON**	**362**
10	**PLC 46/2012** - Não Terminativo -	**SEN. FRANCISCO DORNELLES**	**380**
11	**PLC 71/2012** - Não Terminativo -	**SEN. INÁCIO ARRUDA**	**389**
12	**PLS 355/2012** - Não Terminativo -	**SEN. MOZARILDO CAVALCANTI**	**397**
13	**PRS 31/2011** - Não Terminativo -	**SEN. ALVARO DIAS**	**402**
14	**INS 3/2012** - Não Terminativo -	**SEN. GIM**	**408**
15	**RQS 55/2013** - Não Terminativo -	**SEN. EDUARDO SUPLICY**	**418**
16	**RQS 316/2013** - Não Terminativo -	**SEN. ALVARO DIAS**	**419**
17	**Requerimento 17**		**425**
18	**Requerimento 18**		**428**

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)					
Jorge Viana(PT)(51)	AC	(61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS	(61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP	(61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(59)(52)	AP	(61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(14)(12)	AM	(61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ	(61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(17)(16)(13)(52)	AC	(61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ	(61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF	(61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT	(61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA	(61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP	(61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)					
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES	(61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR	(61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE	(61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA	(061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(48)(32)(35)	RS	(61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR	(61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE	(61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR	(61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC	(61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS	(61) 3303 6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ	(61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(48)(22)(41)(36)(21)	AC	(61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)					
Alvaro Dias(PSDB)(47)(46)	PR	(61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP	(61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC	(61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA	(61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN	(61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(18)(38)(53)	MT	(61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO	(61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB	(61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)					
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(61)(62)(57)	RR	(61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(42)(54)	DF	(61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL	(61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE	(61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(43)(33)(57)(34)(44)	ES	(61) 3303-4161/5867	3 VAGO(27)(57)(28)(45)		

(1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

(2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

(3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

(4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

(5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

(6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

(7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

(8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

(9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

(10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

(11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

(12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

(13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

(14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

(15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

(16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

(17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

(18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

(19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

(20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
(21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
(22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
(23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
(24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
(25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
(26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
(27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
(28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
(29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
(30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
(31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
(32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
(33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
(34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
(35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
(36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
(37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
(38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
(39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
(40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
(41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
(42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
(43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
(44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
(45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
(46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
(47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
(48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
(49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
(50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
(51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
(52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
(53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
(54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
(55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
(56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
(57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
(58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
(59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
(60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
(61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
(62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
(63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Em 16 de maio de 2013

(quinta-feira)

às 09h30

PAUTA

15ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 20, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e a República Quirguiz.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto do Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 574, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Textos disponíveis:

Texto inicial
Avulso da matéria
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Relatório

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 575, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto da Decisão CMC Nº 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

Autoria: DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria
Texto inicial
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Relatório

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2013

- Não Terminativo -

Aprova o texto da Decisão CMC Nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Autoria: DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Relatório

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2013

- Não Terminativo -

Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul Nº 37/08, aprovado durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul - ISM.

Autoria: DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2012

- Não Terminativo -

Revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior.

Autoria: Deputado Paes Landim

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1) a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa;

2) a matéria constou, na pauta da reunião do dia 28/02 e 07/03/2013.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Texto inicial

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1) a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Textos disponíveis:

Texto inicial

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, de 2012

- Não Terminativo -

Aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1) a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Texto inicial

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 13

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2011

- Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Noruega, e dá outras providências.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1) a matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Texto inicial

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 14

INDICAÇÃO Nº 3, de 2012

- Não Terminativo -

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, promove indicação de estudo e de providência pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre eventuais violações e supressões de direitos humanos na Bolívia, a fim de instar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no tocante a revisar e a pronunciar-se sobre denúncias que afrontam o Estado boliviano.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela rejeição da indicação, com o Requerimento que apresenta.

Observações:

1) a matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatório

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 55, de 2013

Requer, nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio ao tratamento desumano dispensado pelas autoridades bolivianas aos brasileiros presos na Bolívia.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: pela aprovação do Requerimento de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando que o voto de repúdio seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e à representação diplomática da Bolívia no Brasil.

Textos disponíveis:

Avulso da matéria
Texto inicial
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Relatório

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 316, de 2013

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

Avulso da matéria
Texto inicial
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Relatório

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a presença do senhor embaixador Roberto Azevêdo, eleito para comandar a Organização Mundial do Comércio – OCM, primeiro latino-americano da história a presidir a Instituição, para explanar sobre o atual momento do comercio mundial e como a OMC agirá para destravar a Rodada Doha.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com as presenças dos senhores embaixadores dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; o senhor diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, o senhor presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital – ANID; representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil – CGI e o Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, para debater acerca da solicitação da empresa americana Amazon.

com Incorporação de registrar domínio na internet, utilizando o termo AMAZON.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

1

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 18, DE 2013
(nº 93/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Senhor Eduardo Botelho Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00036/2013 MRE

Brasília, 18 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00036 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

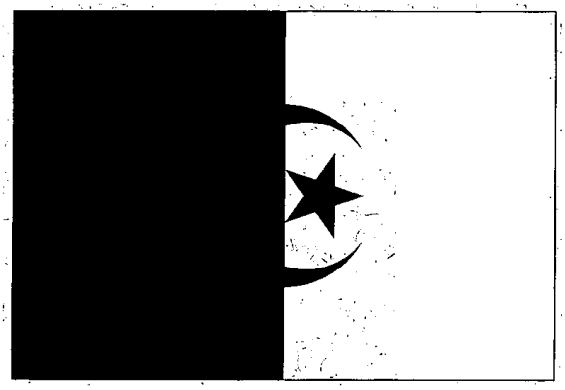
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO BOTELHO BARBOSA*
CPF.: 491.956.207-10
ID.: 7484 MRE

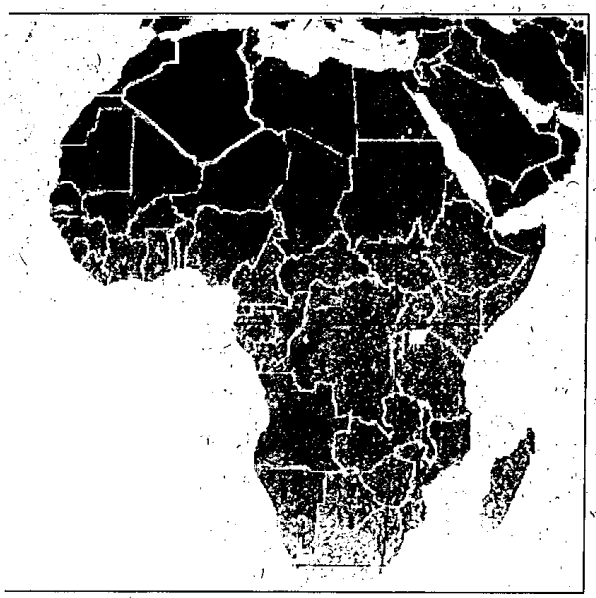
1952	Filho de Braulino Botelho Barbosa e Jandacy Leal Botelho Barbosa, nasce em 12 de maio, em Glasgow, Reino Unido (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1976	Ingénieur Comercial, pela Solvay, da Université Libre de Bruxelles, Bélgica
1983	CAD - IRBr
1993	Mestrado em International Public Policy, pela Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington-DC/EUA
2001	CAE - IRBr, Promoção comercial: considerações gerais, Canadá, e reflexões sobre o caso brasileiro
Cargos:	
1977	Terceiro Secretário
1980	Segundo Secretário
1986	Primeiro Secretário
1997	Conselheiro
2004	Ministro de Segunda Classe
2010	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1977	Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente e Chefe, substituto
1982	Consulado-Geral em Nova York, Segundo-Secretário
1986	Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretario
1988	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
1988	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Assessor Diplomático
1990	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1997	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Assessor e Chefe
1998	Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto
2001	Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro
2005	Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2007	Ministério da Saúde, Assessor Especial do Ministro da Saúde
2010	Ministro de Primeira Classe
Condecorações:	
1988	Ordem Condor de Los Andes, Bolívia, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

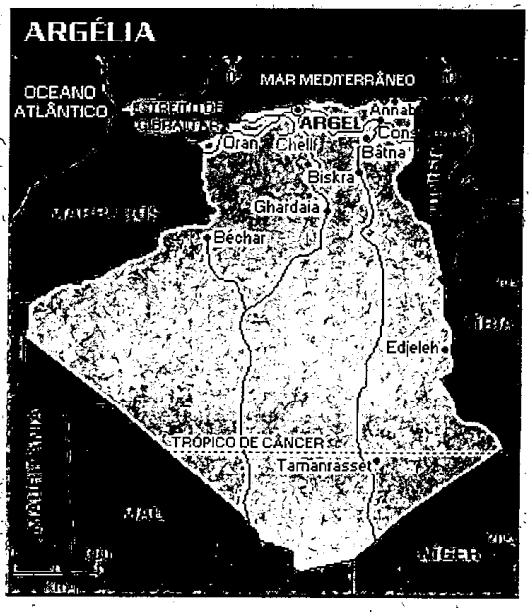
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGÉLIA







Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Argelina Democrática e Popular
CAPITAL	Argel
ÁREA	2.381.741 km² (aproximadamente duas vezes a área do estado do Pará)
POPULAÇÃO (CIA, 2012 est)	37,4 milhões (aproximadamente a soma da população dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe (oficial), francês e tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (99%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo, com chefias de Estado e de Governo distintas
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Conselho da Nação e Assembleia Nacional Popular)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdelaziz Bouteflika (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelmalek Sellal (desde 2012)
CHANCELER	Mourad Medelci (desde 2007)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US$ 188,7 bilhões (Brasil: US$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US$ 313,5 bilhões (Brasil: US$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	2% (2011); 3% (2010); 5% (2009); 2% (2008); 3% (2007); 2% (2006); 2% (2005).
PIB *PER CAPITA* (BANCO MUNDIAL, 2011)	US$ 5.244 (Brasil: US$ 12.594)
PIB *PER CAPITA* PPP (BANCO MUNDIAL, 2011)	US$ 8.712 (Brasil: US$ 11.846)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar argelino (77,80 por US$ 1,00)
IDH (PNUD, 2011)	0,698 (Brasil: 0,718)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	73,1 (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2012 est.)	69,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA, 2012 est.)	10,2%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Djamel Eddine Bennaoum
EMBAIXADOR EM ARGEL	Henrique da Silveira Sardinha Pinto
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	Cerca de 60 brasileiros residem no país

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → ARGÉLIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**3215,51**	**2427,42**	**2737,66**	**3133,9**	**2095,83**	**3200,16**	**4630,73**	**4367,37**
Exportações	384,34	456,72	501,24	632,48	714,19	838,75	1493,76	1169,51
Importações	2831,17	1970,7	2236,41	2501,41	1381,64	2361,41	3136,97	3197,86
Saldo	-2446,82	-1513,97	-1735,16	-1868,92	-667,45	-1522,66	-1643,21	-2028,35

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDELAZIZ BOUTEFLIKA
Presidente da República

Abdelaziz Bouteflika nasceu em 1937, em Oudja, no Marrocos, originário de uma família da cidade argelina de Tlemcen. Ao terminar seus estudos secundários, ingressou na Frente de Libertação Nacional (FLN), tendo ocupado postos de relevância no comando da luta armada e na organização política do movimento. Sua rápida ascensão dentro da FLN fez com que ele fosse nomeado Ministro já no primeiro governo independente, ocupando a pasta da Juventude, Esporte e Turismo, em 1962.

No ano seguinte, passou a comandar a pasta das Relações Exteriores, na qual se manteve por 16 anos. Sua gestão como chefe da política externa argelina foi extremamente ativa, buscando imprimir uma personalidade terceiro-mundista ao país.

Íntimo do presidente Boumediène, acabou perdendo força com a morte deste, em 1979. Ao afastar-se do poder, Bouteflika partiu em exílio aos Emirados Árabes, retornando em 1987. Em 1998, decidiu por sua candidatura à Presidência da República, amalgamando em torno de si uma forte coalizão de partidos, encabeçada pela FLN.

Seu Governo, iniciado em 1999 (e posteriormente prolongado com as reeleições de 2004 e 2009), marcou-se pela acentuada abertura econômica, que mantém um papel de grande proeminência para o Estado argelino, e pela busca da pacificação do violento conflito que tomou a Argélia nos anos 1990. Para tanto, Bouteflika procedeu a uma política de anistia (Lei da Concordância Civil, 1999-2000). E ao mesmo tempo em que manteve a proscrição do partido islâmico radical, adotou série de medidas de valorização do Islã, pretendendo neutralizar os extremistas.

Após a eclosão da chamada "Primavera Árabe" na região, Bouteflika iniciou programa de reformas políticas, que vem sendo conduzido com grande prudência e moderação. No bojo dessas reformas, prevê-se, entre outras medidas, a abertura do setor de telecomunicações a redes privadas de rádio e televisão.

ABDELKADER BENSALAH
Presidente do Conselho da Nação

Abdelkader Bensalah nasceu em 24 de novembro de 1941, na cidade de Fellaoucene, no oeste da Argélia. É Bacharel em Direito.

Em fins dos anos 1950, Bensalah participou ativamente da luta pela independência argelina, tendo combatido ao lado do Exército Nacional Popular. Em 1967, iniciou sua carreira profissional como jornalista do diário El Chaab. De 1968 a 1974, foi correspondente dos periódicos El Moudjahid e El Djoumhouria, de circulação em todo o Oriente Médio. Em 1977, ingressou na vida política como Representante da Assembleia Nacional Popular, cargo para o qual seria reeleito por duas vezes consecutivas.

De 1989 a 1993, foi Embaixador da Argélia junto ao Reino da Arábia Saudita e à Conferência da Organização Islâmica. Em 1993, foi Diretor de Informação e Porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia.

Desempenhou importante papel como negociador durante o período de instabilidade política na década de 1990. Tornou-se membro da Comissão do Diálogo Nacional, em 1993. Foi eleito, em 1994, Presidente do Conselho Nacional de Transição, espécie de assembleia nacional provisória. Permaneceu no cargo até 1997, ano em que fundou o Movimento Nacional Democrático, partido do qual seria eleito Presidente. No mesmo ano, foi novamente eleito membro da Assembleia Nacional e seu Porta-Voz.

Bensalah é, desde 2002, Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta), cargo para o qual foi reeleito, em 2007. Segundo a Constituição argelina, o Presidente do Conselho da Nação é a segunda mais alta autoridade do país. Bensalah foi o Enviado Especial do Presidente Bouteflika, por ocasião da cerimônia de posse da Presidente eleita Dilma Roussef. Foi, também, representante do Presidente Bouteflika por ocasião da Rio+20, quando se encontrou brevemente com a Presidenta Dilma Rousseff, a quem fez entrega de mensagem pessoal do Chefe de Estado argelino.

ABDELMALEK SELLAL
Primeiro-Ministro

Abdelmalek Sellal nasceu em 1° de agosto de 1948, em Constantine. Formou-se em 1974, com especialização em Diplomacia, na Escola Nacional de Administração (ENA) de Argel.

Sellal foi Chefe da *Daïra* ("Prefeitura") de Tamanrasset em 1977. Entre 1984 e 1989 exerceu, sucessivamente, o cargo de *Wali* ("Governador") de Adrar, Bourmedès, Laghouat e Sidi Bel Abbes. Em 1989, recebeu função no Gabinete do Ministério do Interior. Após curta carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando foi Chefe de Gabinete do Ministro (1995), e Embaixador em Budapeste (1996), foi nomeado, em 1998, Ministro do Interior, das Coletividades e do Meio Ambiente.

Desde o primeiro Governo Bouteflika (1999), com quem possui fortes vínculos políticos e pessoais, assumiu diversas pastas ministeriais: Ministro da Juventude e Esportes (1999-2001); Ministro de Obras Públicas (2001-2002); Ministro dos Transportes (2002-2004); e Ministro dos Recursos Hídricos (2004).

Em setembro de 2012, Sellal foi nomeado Primeiro-Ministro da Argélia pelo Presidente Bouteflika. É considerado administrador eficiente, pragmático e com bom trânsito em diferentes esferas políticas.

O novo Primeiro-Ministro conhece bem o Brasil e tem grande admiração pelo País. Seu filho, vítima de grave acidente, recebeu tratamento no Brasil, tendo sido operado duas vezes pelo cirurgião plástico Ivo Pitanguy.

MOURAD MEDELCI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nomeado, em 2007, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Medelci nasceu em Tlemcen em 30 de abril de 1943.

Formado em Economia pela Universidade de Argel, iniciou sua carreira na divisão financeira da empresa estatal de eletricidade e gás, SONELGAZ, em 1970. Entre 1970 e 1980, sua experiência profissional concentrou-se no setor privado, tendo sido Presidente Diretor-Geral da empresa argelino-suíça de estudos e de realizações industriais (SOMERI), e Diretor-Geral da Empresa Nacional de Tabacos (SNTA).

De 1980 a 1988, Medelci foi Secretário-Geral do Ministério do Comércio. Em 1988, foi nomeado Ministro do Comércio. Entre 1990 e 1999, foi Ministro delegado para o Orçamento. Voltou ao Ministério do Comércio em 1999, e assumiu o Ministério das Finanças de 2001 a 2002. Em 2002, foi nomeado Conselheiro do Presidente da República. Em 2005, voltou a assumir o Ministério das Finanças, onde permaneceu até 2007, quando foi nomeado Chanceler.

O cargo de Chanceler é um dos postos de maior prestígio e visibilidade no Governo Bouteflika, já que o Presidente, tendo exercido a função por 15 anos, busca um papel de grande ativismo na área diplomática. A recondução de Medelci no momento da reeleição presidencial em 2009 demonstrou o desejo de manutenção das principais linhas de atuação argelina: o multilateralismo, e o apego a instâncias como União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), e o Movimento dos Países Não-Alinhados, além da vertente econômico-comercial da política externa. Medelci foi também confirmado no cargo nas reformas ministeriais de 28 de maio de 2010 e de setembro de 2012.

Mourad Medelci visitou o Brasil em julho de 2010, quando copresidiu a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argélia constitui importante parceiro do Brasil. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial (a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano), bem como pela amplitude da cooperação técnica bilateral.

Após a pacificação interna e a estabilização político-institucional da Argélia, na virada da década de 1990 para os anos 2000, os dois países colocaram em marcha adensamento sem precedentes das relações bilaterais. Em 2006, retomou-se o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista) e, desde 2010, os dois países contam com Mecanismo de Diálogo Estratégico. Até recentemente, além da Argélia, o Brasil possuía esse tipo de mecanismo no continente apenas com o Egito.

Contexto de adensamento das relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962, e abriu Embaixada residente em Argel no mesmo ano. Apesar de sempre terem sido fluidas, as relações bilaterais tomaram renovado ímpeto a partir do início dos anos 2000, com incremento contínuo dos fluxos comerciais, expansão paulatina dos domínios de cooperação, intensificação das visitas de alto nível e elevação do patamar do diálogo político bilateral.

Constitui importante marco do relacionamento a visita do Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, a Brasília, em 2005. Nessa ocasião, Brasil e Argélia copresidiram a I Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). O Presidente Bouteflika manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, visitou o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Superior Tribunal Federal, e teve encontros com o então Ministro da Defesa Nelson Jobim e com o Procurador-Geral da República. Na ocasião, houve reunião de Ministros de Educação e de Ciência e Tecnologia, do lado brasileiro, e de Minas e Energia, do lado argelino, no Palácio do Planalto. Ademais, o Brasil manifestou apoio à admissão da Argélia na Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como foram assinados três acordos bilaterais (nas áreas de proteção vegetal; de cooperação sanitária veterinária; e de isenção de vistos para pessoal diplomático e funcionários em serviço).

Em retribuição à visita do Presidente Bouteflika a Brasília, já em 2006, o Presidente Lula realizou visita de Estado a Argel. Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas comercial, de transporte e navegação marítima, de cooperação agrícola e de segurança sanitária. Desde então, os dois Presidentes mantiveram encontros bilaterais em três outras oportunidades: em Abuja, em paralelo à I Cúpula África - América do Sul (AFRAS, hoje ASA - novembro/06); em Berlim, à

margem da Cúpula do G-8 (junho/07); e em Pequim, por ocasião da abertura das Olimpíadas (agosto/08).

No nível ministerial, também se registra aumento no número de encontros e visitas bilaterais. Criado em 1981, o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista), reunira-se, até então, apenas uma vez, em 1987. Após a visita do Presidente Lula a Argel, o mecanismo foi retomado, com a realização da II Comista, em 2006, por ocasião da visita ao Brasil do então Chanceler argelino, Mohamed Bedjaoui. Registre-se, ainda, que, desde 2005, o ex-Chanceler Celso Amorim esteve em Argel em quatro oportunidades: périplo de preparação da Cúpula ASPA (2005); Cúpula LEA (2005); visita presidencial (2006); e visita ministerial (2008).

Realizaram-se, ademais, dois encontros ministeriais, em Nova York, à margem da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): em 2007, com o ex-Chanceler Celso Amorim; e, em 2011, com o Chanceler Antonio Patriota. Ainda no plano de encontros ministeriais, ressalte-se que a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, realizou visita a Argel, em 2003, ocasião em que deu impulso às negociações para a instalação do Conselho Empresarial Brasil-Argélia. São também dignas de nota a missão econômico-comercial e empresarial chefiada pelos Ministros Furlan e Rondeau, em novembro de 2005, e a visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Argel, em janeiro de 2009, acompanhado de delegação empresarial de 96 membros, representando diversos setores.

Durante a realização da III Comista, em Argel, em junho de 2008, Brasil e Argélia exprimiram sua disposição em transitar de um quadro de cooperação frutífera para uma parceria estratégica reforçada. Foram também assinados seis acordos de cooperação, nos domínios de agricultura, tecnologia da saúde, proteção do meio ambiente e cooperação técnica para produção de artesanato.

Diálogo Estratégico e convergências no relacionamento

Em julho de 2010, realizou-se, em Brasília, a IV Comista, na qual foi estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia. Há expectativas de que o novo mecanismo seja inaugurado por ocasião de próxima visita à Argélia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. O Mecanismo de Diálogo Estratégico abrirá novas oportunidades de cooperação para Brasil e Argélia, uma vez que permitirá acompanhamento e apreciação abrangente das relações bilaterais, bem como troca aprofundada de impressões sobre temas regionais e internacionais de relevo.

Brasil e Argélia partilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa. É interesse de

ambos aprofundar crescentemente um modelo de cooperação Sul-Sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento de países do Sul com países desenvolvidos.

Do ponto de vista econômico, nota-se complementaridade entre as duas economias. Vale lembrar que a Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao marcado superávit comercial argelino – o que torna o país tradicional importador de bens de consumo –, há espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país. Argel tem reiteradamente manifestado interesse no aumento da presença de empresas brasileiras na Argélia. A Andrade Gutierrez já opera no país desde 2007, com obras de infraestrutura em várias regiões argelinas, nas quais emprega cerca de 1.800 pessoas, das quais 85% são de origem local. Também cabe registrar que, em 2007, por ocasião da visita do Presidente da Petrobrás à Argélia, foi assinado Memorandum de Entendimento entre a estatal brasileira e a empresa argelina Sonatrach.

As sociedades brasileira e argelina compartilham, por sua vez, interesses e afinidades. Vale lembrar, nesse contexto, que o Brasil abriga a maior comunidade de ascendência árabe do mundo, estimada em 12 milhões de pessoas, o que contribui para a aproximação entre Brasil e Argélia. É também digno de nota o projeto de Acordo de Irmanação entre a cidade de Recife e a *wilaya* de Argel. No que diz respeito a pontos que unem os dois países, registre-se, ainda, que a Argélia acolheu, em seu território, exilados brasileiros durante o Regime Militar. Deve-se recordar, por fim, que, na esteira do movimento de intensificação de laços entre Brasil e Argélia, impulsionado pela visita do Presidente Bouteflika a Brasília, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Argélia, em dezembro de 2005, com a vocação de promover o debate de temas de interesse em comum, e a cooperação entre os Parlamentos dos dois países.

Cooperação técnica

A Argélia situa-se entre os principais recipiendários da cooperação técnica brasileira na África (o maior, após os países de língua oficial portuguesa). Ao longo dos últimos anos, verificou-se notável incremento de intercâmbio de missões de cooperação entre os dois países e, em 2012, o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Argélia contava com seis projetos em execução. A pauta de projetos abrange as áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias.

As mais recentes atividades de cooperação realizadas foram aquelas que deram início ao projeto "Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Argélia", cujo Ajuste Complementar foi assinado por ocasião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocorrida em julho de 2010, a saber: as capacitações em manejo e alimentação do rebanho bovino leiteiro e seu melhoramento genético, realizadas em outubro de

2012; bem como as capacitações em qualidade, processamento e subprodutos do leite e em uso de software para produção e controle zootécnico e reprodutivo, realizadas em novembro de 2012.

Em outubro de 2012, foi realizada missão de monitoramento dos projetos "Gestão e Monitoramento de Ecossistemas Florestais" e "Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil", bem como de avaliação do projeto "Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental", ambos executados pela Universidade Federal de Viçosa. As partes argelinas concernentes manifestaram satisfação com a qualidade dos cursos realizados e com o nível e profissionalismo dos professores e instrutores brasileiros.

Entre as iniciativas exitosas da cooperação bilateral, sobressai, ademais, o projeto de cirurgias cardíacas pediátricas, implementado em parceria com o Ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora é o Instituto Nacional do Coração (INC). O projeto, cujo objetivo é o fortalecimento do conhecimento dos médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e em seus procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar, até hoje, mais de 140 crianças sem nenhum registro de óbito. Em face dos resultados alcançados pelo projeto, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social solicitou a inclusão de seu hospital, a "Clínica Médico-cirúrgica infantil (CMCI) MOUHAMED TOLBA", no projeto em execução. Nesse sentido, missão exploratória foi realizada pela Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo INC, em outubro de 2011. A equipe da TV Globo News acompanhou, em junho de 2012, a última missão dos cirurgiões do INC, e realizou série de reportagens sobre o país.

No que diz respeito ao projeto "Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral", implementado pela Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares: Mineradores e Garimpeiros (ABRAGEM), os equipamentos necessários à realização das atividades foram adquiridos pela ABC, conforme previsto pelo projeto. Especialistas brasileiros realizarão a primeira missão de capacitação na Argélia proximamente.

As atividades previstas para 2013 permitirão dar seguimento aos projetos em execução, a saber: cursos de capacitação nas áreas de pecuária leiteira, gestão de florestas, manejo e tratamento das águas residuais e cirurgia cardíaca pediátrica. Ademais, serão realizados os primeiros cursos de capacitação do projeto de lapidação de joias e artesanato mineral.

O Governo brasileiro avalia a cooperação técnica com a Argélia como particularmente positiva, em vista do interesse e da boa capacidade do país em absorver a capacitação prestada. A Argélia, por sua vez, identifica no Brasil parceiro relevante, capaz de contribuir para o fortalecimento e expansão do conhecimento em diversas áreas-chave para o desenvolvimento socioeconômico argelino, como saúde, meio ambiente, agricultura e formação profissional, entre

outras. A Argélia não descarta manter com o Brasil, inclusive, ações de capacitação em bases comerciais no futuro.

Cooperação humanitária

O Brasil tem participado do esforço internacional humanitário de apoio às operações das agências das Nações Unidas no campo de refugiados do Saara Ocidental, em Tindouf, Argélia. Em 2010, o Governo brasileiro efetuou doação de US$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para a aquisição de alimentos (sobretudo açúcar) e, em 2012, de US$ 120 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a aquisição de material escolar para crianças refugiadas.

Cooperação nas áreas de segurança e defesa

Brasil e Argélia têm desafios semelhantes nas áreas de vigilância e defesa do território: vastas extensões escassamente povoadas; fronteiras distantes e porosas; e ameaças de ação de grupos ilegais. Há oportunidades de cooperação em tais campos, bem como perspectivas de vantagens comerciais e de aquisição de conhecimento para ambas as partes. Nesse contexto, os países têm negociado acordo de cooperação em matéria de defesa, bem como troca de visitas técnicas de representantes de burocracias de segurança de cada país.

Como resultado da visita do Presidente Lula à Argélia e dos esforços que foram feitos para promover a parceria nessa área, o Ministério da Defesa argelino enviou, em setembro de 2006, missão para avaliar com o lado brasileiro as possibilidades de cooperação bilateral na área militar, e visitar diversas empresas e entidades brasileiras na área de Defesa. Em julho de 2007, foi apresentado, pela parte brasileira, projeto de acordo de cooperação na área. Em março de 2008, realizou visita ao Brasil o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas ("Armée Nationale Populaire"), máxima autoridade militar do país, ocasião em que manteve reunião institucional com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e visitou diversas instituições e empresas da área de defesa. Os anos seguintes registraram troca de impressões sobre as cláusulas do acordo, o qual deverá envolver a troca de missões técnicas, o envio de observadores militares para manobras e exercícios nacionais, e promoção e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de defesa.

Com a eclosão dos eventos no Norte da África que se convencionaram chamar de "Primavera Árabe", em janeiro de 2011, a solução de tensões regionais ganhou prioridade na agenda política argelina. Nesse contexto, a Argélia tem buscado ampliar seus parceiros de cooperação também na área de segurança. Em outubro de 2011, o Subsecretário para Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro, realizou visita à Argélia, ocasião em que foram avaliadas perspectivas do relacionamento bilateral, bem como discutidos temas sensíveis para a segurança regional no Norte da África e no Sahel. Nessa visita, iniciaram-se também discussões para a possível realização de missões de

exploração, de lado a lado, para prospectar áreas de cooperação e de troca de informações para o combate ao terrorismo internacional.

Cúpulas ASA e ASPA

O relacionamento bilateral com a Argélia vê-se reforçado por meio de mecanismos birregionais de cooperação. A Argélia tem-se mostrado especialmente ativa nas Cúpulas América do Sul - África (ASA) e América do Sul - Países Árabes (ASPA), havendo copresidido com o Brasil a reunião de lançamento da I Cúpula ASPA, realizada em 2005, em Brasília.

O país ofereceu-se, ademais, para financiar e construir, em Argel, sede para a Biblioteca e Centro de Pesquisa Árabe - Sul-Americano (BibliASPA). Com a abertura de processo internacional de licitação de obras, iniciou-se, em março de 2012, a construção do prédio que sediará a Biblioteca. O projeto arquitetônico foi entregue ao Escritório Oscar Niemeyer, também em homenagem ao elevado prestígio do arquiteto na Argélia, onde participou da idealização de importantes projetos, com destaque para o da Universidade de Constantine.

Com sede atualmente em São Paulo, a BibliASPA organizou, em cooperação com o Itamaraty, três edições do Festival Sul-Americano de Cultura Árabe. A Biblioteca disponibiliza, em seu endereço eletrônico (www.bibliaspa.com.br), conteúdo multimídia e literário para consulta, e publicou, nos idiomas dos países da ASPA, livros de literatura, a "Revista Fikr de estudos árabes e sul-americanos" e a "Gramática Árabe para Estudantes Sul-Americanos". A BibliASPA é ainda depositária do "Plano de Ação de Cooperação Cultural da ASPA" e, nessa qualidade, assinou Memorandos de Entendimento com a Biblioteca Nacional do Catar, com a UNESCO e com a "Qatar Foundation", para a promoção conjunta de atividades culturais e cursos de idioma árabe em países sul-americanos.

ASSUNTOS CONSULARES

Há cerca de 60 brasileiros na Argélia, segundo as mais recentes estimativas. A maioria é de funcionários de empresas multinacionais com contrato de curta e média duração (entre 6 meses e 2 anos), bem como de seus cônjuges e dependentes. Cerca de 10 brasileiros residem na Argélia com expectativa de permanecer por mais de 2 anos, de acordo com estimativa da Embaixada em Argel.

Devido à diminuta comunidade brasileira, não há Conselho de Cidadãos/Cidadania estabelecido no país.

A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Argel. Não há consulados honorários.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Argélia.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Após sua independência, em 1962, a Argélia adotou regime de orientação socialista, dominado por partido único, a Frente de Libertação Nacional (FLN). O modelo socialista passou a apresentar sinais de esgotamento no final da década de 1980, o que resultou na eclosão de manifestações populares, que demandavam maior abertura política, em outubro de 1988. Em 1989, foi adotado regime multipartidário no país. Os eventos contestatórios e a abertura política observada no país ao final dos anos 1980 se convencionaram chamar de "Primavera Democrática" argelina. A crise institucional e as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argélia ao longo da década de 1980 contribuíram, por outro lado, para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico. Com a abolição da exclusividade da FLN como partido político, 20 novos partidos foram fundados, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. A FIS venceria as eleições locais de 1990 (com 55% dos votos), bem como o primeiro turno das eleições para o Parlamento, em 1991. Frente às vitórias políticas da FIS, o então Presidente Chadli Bendjedid, pressionado pelas lideranças militares, dissolveu a Assembleia e, em seguida, renunciou (janeiro de 1992), passando o poder a um Alto Conselho de Estado, presidido por Mohamed Boudiaf. Teve início, então, um período de repressão à FIS, cassada pelas altas autoridades do Governo. O assassinato de Boudiaf, em junho de 1992, marcou o início de um ciclo de violência terrorista que dominaria a vida política argelina pelo restante dos anos 1990. O chamado "Decênio Negro" ("décennie noire") vitimaria entre 100 e 200 mil argelinos.

Esse conturbado período ameaçou gravemente o Estado argelino, e compeliu o país a adotar postura tímida no cenário internacional. As Forças Armadas, tradicional sustentáculo institucional do país, assumiram o comando de um processo de pacificação que foi acusado de sérios abusos contra os Direitos Humanos, mas que, por fim, acabou sendo eficiente no combate ao terrorismo no plano doméstico. Ao mesmo tempo, o Governo argelino procedeu à reinstitucionalização da vida política: após eleições presidenciais em 1995, aprovou nova reforma constitucional por referendo, em 1996 (por 85% dos votos); promulgou anistia parcial; e realizou novas eleições, em 1999, vencidas por Abdelaziz Bouteflika.

O Governo Bouteflika logrou promover o alívio da situação de emergência política, social e econômica em que se encontrava o país desde 1988, colocando-o em uma via de relativa normalidade dentro de um contexto de mudança. Bouteflika venceu a guerra interna e promoveu a "reconciliação nacional", pedra angular de sua obra política: reintegrou correntes islamistas moderadas ao jogo político, incorporando-as, inclusive, à coalizão de governo, e decretou uma anistia parcial, negociada secretamente com a insurgência e muito contestada pelas correntes liberais no país, mas que se demonstrou essencial à pacificação nacional. Em

decorrência da estabilização política, Bouteflika seria reeleito em 2004 (com 85% dos votos) e em 2009 (90% dos votos), após o estabelecimento de Emenda Constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais. A pacificação alcançada pelo Governo deu espaço ao ressurgimento internacional da Argélia, após praticamente uma década de virtual retração em face das ameaças que pesavam contra o Estado.

Primavera Árabe - manifestações populares

A Argélia foi o segundo país, após a Tunísia, no mundo árabe, a experimentar manifestações populares, já nos primeiros dias de janeiro de 2011. A oposição, contudo, não logrou mobilizar as massas, como no Egito, na Líbia e na Tunísia, frente: à ação repressiva do aparato estatal (sem grande recurso à violência em comparação aos demais países da "Primavera Árabe"); ao anúncio de subsídios a produtos da cesta básica e estímulos à geração de emprego; bem como às divisões no próprio seio da oposição. Analistas estimam, ademais, que, em decorrência da penosa memória do "Decênio Negro", haveria consenso entre os grupos políticos mais expressivos no país acerca da via pacífica para transformações. Outros fatores relevantes foram a imagem pública positiva do Presidente Bouteflika nesse cenário e a relativa inclusão e reconciliação política alcançada no país a partir de sua pacificação.

Passado o sobressalto inicial para o Governo, o regime deu início a seu próprio movimento em direção à abertura ainda maior do sistema político. O "estado de emergência" que vigorava no país desde 1992 foi levantado em fevereiro de 2011. Novas leis facilitaram a criação de partidos, estabeleceram percentuais mínimos de mulheres no Parlamento e aumentaram a sua composição. O programa de reformas políticas se concluirá em 2013 com reforma constitucional, a ser enviada ao Legislativo, cujos contornos ainda não são conhecidos.

Apesar do descontentamento popular com as condições econômicas e políticas, o controle estatal sobre os aparatos de segurança, o cansaço da população com a história recente de conflito e violência civil, e as medidas de liberalização política poderão evitar os levantes revolucionários observados em outros países árabes.

Eleições legislativas

Conforme o calendário eleitoral vigente, ocorreram eleições parlamentares em maio de 2012. O pleito realizou-se sob a vigência de nova lei eleitoral, cujas inovações conferiram legitimidade interna e reconhecimento internacional ao processo de transformação da política argelina: aumento do número de cadeiras no Parlamento; estabelecimento de um número mínimo de mulheres nas listas eleitorais; supervisão das eleições por uma lista de magistrados (e não mais pelo Ministério do Interior); e convite a organizações internacionais para o envio de observadores (Liga dos Estados Árabes, ONU, UE). De fato, missão de

observadores eleitorais da UE fez avaliação geral positiva do pleito na Argélia, considerado livre e transparente. A comunidade internacional também elogiou as medidas introduzidas na legislação, que permitiram um aumento significativo no número de mulheres no Parlamento: de 31 entre 389 assentos (8%) para 145 entre 462 assentos (31%). A Argélia teria avançado, segundo dados divulgados pela mídia local, do 122º para o 26º lugar no ranking de países cujos Parlamentos contam com maior presença de mulheres, nível equiparado ao da Alemanha.

Houve pequena alteração na distribuição de cadeiras, que acabou por aumentar a vantagem dos principais partidos governistas, a saber, o FLN e o "Rassemblement National Démocratique" (RND, centro-direita), que obtiveram 291 cadeiras de um total de 462. A Aliança Argélia Verde (AAV), coalizão que reúne três partidos islamistas moderados ("Mouvement de la Société pour la Paix"/MSP – que rompeu com o Governo em 2012 –, o "Ennahda" e o "El Islah"), perdeu uma cadeira, passando de 48 a 47.

O baixo número de representantes de partidos islamistas eleitos, contrariando expectativas de analistas e do próprio Governo, parece corroborar a tese defendida pelo regime argelino sobre a particularidade da Argélia em relação aos países atingidos pela "Primavera Árabe". A Argélia, afirma-se, já teria passado por sua "primavera" democrática com as manifestações de outubro de 1988, que levaram ao fim do regime de partido único no país, à adoção de nova Constituição em 1989 e a subsequente conflito civil, seguido de reconciliação nacional.

Não obstante a avaliação positiva dos observadores internacionais, tão logo divulgados os resultados pelo Ministério do Interior, a AAV denunciou uma "grande manipulação" e um "exagero ilógico dos resultados em favor dos partidos da administração". A AAV não conseguiu esclarecer, contudo, em que etapa do processo teria ocorrido a fraude, limitando-se a responsabilizar o Presidente da República pelo fato.

Para o regime, os resultados eleitorais e o relativo enfraquecimento da corrente islamista, além de confirmar a particularidade argelina em relação a seus vizinhos magrebinos (onde partidos islamistas obtiveram bons resultados), representaram importante vitória política do Presidente Bouteflika. Pelo apoio a sua coalizão de governo e pela contenção da tão temida "onda verde", Bouteflika poderá ter maior tranquilidade e autoridade renovada para orientar as reformas constitucionais que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, conduzir sua própria sucessão. Aos 75 anos, o Presidente Bouteflika encerrará seu terceiro mandato em abril de 2014.

Reformulação do Gabinete

Como reflexo dos resultados eleitorais, o Governo nomeou novo Gabinete em setembro de 2012. Foram confirmados os titulares de Pastas importantes, como Defesa, Interior, Energia e Finanças, bem como o Ministro de Relações Exteriores,

Mourad Medelci. Abdelmalek Sellal, ex-Ministro de Recursos Hídricos (desde 2004), sem filiação partidária, porém com fortes vínculos políticos e pessoais com Bouteflika, foi nomeado Primeiro-Ministro (o sexto ocupante do cargo desde que Bouteflika assumiu o poder, em 1999).

Constam do programa de Sellal a continuação das reformas políticas, o aprofundamento das medidas em favor da reconciliação nacional, a luta contra o terrorismo, o combate à corrupção, e a melhora na prestação de serviços públicos. No plano econômico, busca-se reforçar as grandes obras de infraestrutura, com ênfase em programa habitacional.

Após a reformulação do Gabinete, a coalizão governista ampliou-se. Além da corrente islamista Movimento pela Sociedade e a Paz (MSP, conhecido pelo seu antigo acrônimo Hamas), que ocupará três Pastas, passaram a integrar a coalizão de Governo três partidos, com uma Pasta cada: o Partido Liberdade e Justiça (PLJ, islamista moderado), o Movimento Popular Argelino (MPA, partido liberal), e a Aliança Nacional Republicana (ANR, nacionalista).

Sucessão presidencial

No contexto da reformulação do Gabinete, cumpre destacar o afastamento do então Secretário-Geral da FLN, Abdelaziz Belkhadem, do posto de Ministro de Estado representante pessoal do Presidente no Gabinete. Belkhadem, assim como o antigo Primeiro-Ministro Ahmed Ouyahia, eram potenciais candidatos governistas à sucessão de Bouteflika. Ambos não permaneceram na Direção Geral de seus respectivos partidos: Ouyahia, enfraquecido internamente, demitiu-se da Secretaria-Geral do RND em janeiro de 2013, enquanto Belkhadem foi destituído pelo Comitê Central da FLN no início de fevereiro de 2013.

As grandes mudanças na liderança dos dois principais partidos argelinos parecem ter enterrarado, assim, as ambições presidenciais de Belkhadem e Ouyahia, com importantes reflexos sobre o processo sucessório. O atual Primeiro-Ministro tem sido apontado como possível sucessor de Bouteflika. As primeiras avaliações do desempenho de Sellal no Governo têm sido positivas, por imprimir maior transparência a sua gestão, seja no contato direto com a população, seja por sua grande abertura aos meios de comunicação. Há ainda figuras históricas que, longe do debate público, se movem no interior do regime e são vistas como politicamente viáveis, como o ex-Primeiro Ministro Mouloud Hamrouche (1989-1991), responsável por conduzir, na época, importantes reformas políticas de matiz liberal.

Resta saber qual a real intenção de Bouteflika em permanecer no poder. Após manifestar-se de maneira clara, quando do lançamento das reformas políticas (início de 2011), de que era chegado o momento de renovar a direção do país, Bouteflika não tem sinalizado nova disposição em deixar de apresentar-se para um quarto mandato.

Por ocasião das eleições regionais e municipais de novembro de 2012, foi confirmada a vitória dos principais partidos da coalizão governamental (FLN e

RND), e a perda substancial de apoio da coalizão islamista moderada (AAV). Vale destacar, ainda, o surgimento do Movimento Popular Argelino (MPA), novo partido liberal liderado pelo Ministro do Meio Ambiente, Amara Benyounès, que despontou como terceira força política do país, embora ainda distante da FLN e do RND. Após essas eleições, a Argélia passa por período de intensa movimentação política no nível das "wilayas" (províncias) e comunas (municípios), para formação das maiorias parlamentares regionais e a eleição dos Presidentes das Assembleias Populares. A movimentação tem grande importância para a preparação e o posicionamento dos partidos políticos para o embate presidencial de abril de 2014.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo argelino é bicameral, composto por uma Câmara Baixa (Assembleia Popular Nacional, APN), com 462 membros, e pelo Conselho da Nação (Senado, CN), com 144 membros.

No Conselho da Nação, os representantes assumem mandatos de seis anos, sendo um terço escolhido pelo Presidente, e o restante, eleito pelas assembleias comunais por voto indireto. As últimas eleições ocorreram em dezembro de 2012. Para a Assembleia Nacional Popular, em que os representantes são eleitos por voto universal direto para mandatos de cinco anos, houve importante eleição em maio de 2012. O CN é instância revisora das decisões da APN.

O Parlamento não detém impacto significativo na formulação de políticas: a APN tem pouca iniciativa legislativa, e a quase totalidade das leis aprovadas são de iniciativa do Governo.

A Constituição concede ao Chefe de Estado um papel central na gestão dos assuntos do país. O Presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas e Ministro da Defesa.

POLÍTICA EXTERNA

A Argélia tem-se tradicionalmente apresentado no plano externo como país não-alinhado, com histórico de defesa do multilateralismo e de protagonismo diplomático em prol dos países em desenvolvimento.

Após sua pacificação interna e estabilização político-institucional, a Argélia tem realizado grande esforço para posicionar-se como ator internacional de relevo. Em consonância com seus esforços para promover maior abertura econômico-comercial, tem sido intensa a movimentação argelina em favor de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). O país exerce, ademais, diplomacia atuante em relação aos países árabes, e procura participar com visibilidade dos foros e iniciativas árabes ou islâmicas. No âmbito da segurança regional, a Argélia mostra-se comprometida com o combate ao terrorismo internacional, ao mesmo

tempo em que aponta para as consequências desestabilizadoras da intervenção externa na Líbia.

Oposição a intervenções internacionais

Durante a "Primavera Árabe", a Argélia adotou postura rigorosa de não-ingerência nos negócios internos de seus vizinhos. Ao condenar a intervenção militar na Líbia, assim como os chamamentos a uma ação similar na Síria – posições promovidas, no âmbito da Liga de Estados Árabes (LEA), pelos países do Golfo, tendo o Catar na vanguarda –, a Argélia coloca-se em posição minoritária no Mundo Árabe. Cumpre destacar que a Constituição argelina veda a participação de suas Forças Armadas em operações no exterior.

No caso sírio, Argel tem defendido o tratamento da questão no âmbito da LEA, mas tem criticado a atuação da entidade, que vem pedindo a saída de Bashar Al-Assad. Setores da opinião pública argelina e analistas argelinos consideram que, em sua atuação, a LEA tem defendido os interesses das monarquias do Golfo e de países ocidentais.

Cenário de segurança no Sahel e o conflito malinês

Argel identifica como efeitos colaterais da operação na Líbia: a desestabilização do Sahel africano; a radicalização do processo político na Tunísia, com a atuação violenta de grupos salafistas; a tentativa de desestabilização dos campos de refugiados do Saara Ocidental em Tindouf (Argélia); e o recrudescimento da ação terrorista do Boko Haram na Nigéria. Considera ainda que será longo e penoso o processo de estabilização da Líbia.

No que tange ao conflito malinês, a Argélia argumenta que a ação internacional na Líbia levou à ocupação da parte norte do Mali por grupos terroristas e por rebeldes tuaregues, nacionalistas e islamistas, boa parte deles oriundos das milícias kadhafistas derrotadas; bem como provocou a circulação indiscriminada de armas, inclusive mísseis terra-ar, procedentes dos arsenais do antigo regime líbio.

Ao defender a necessidade de soluções negociadas para esse conflito, a Argélia busca distinguir os diferentes grupos atuando no norte do Mali, opondo-se à leitura que considera todos os movimentos na região como grupos terroristas. Argel argumenta, assim, que apenas a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI) atua com base no jihadismo terrorista, sendo o Movimento Unicidade e Jihad na África do Oeste (MUJAO) um grupo criminoso. Nesse sentido, na visão argelina seria imperativo cooptar, no processo de transição nacional malinês, o grupo salafista Ansar Eddine (Defensores da Religião) e tuaregues nacionalistas, como o Movimento Nacionalista para Libertação de Azawad (MNLA). Por dispor de importante minoria tuaregue no sul e compartilhar extensa fronteira comum (1.300km), a Argélia intermediou, em diferentes ocasiões, acordos nacionais no Mali entre o Governo de Bamako e lideranças da etnia tuaregue. No contexto atual, a Argélia tem contribuído para trazer à mesa de negociações o Ansar Eddine.

Apesar de sua posição de princípio em favor de soluções políticas, a Argélia consentiu em autorizar o sobrevoo de seu território, no contexto da decisão francesa de intervir militarmente no Mali. A Argélia está disposta, ainda, a colaborar com o esforço de restauração da ordem no norte do Mali, compartilhando inteligência e reforçando suas fronteiras (já deslocou mais de 30 mil homens para a região sul). O Governo argelino mantém-se determinado, contudo, a não participar da operação militar em curso no país vizinho, o que responde também à vedação contida na Constituição da Argélia quanto ao envio de suas Forças Armadas ao exterior.

Combate ao terrorismo internacional

A Argélia assumiu, nos últimos anos, papel relevante no combate ao terrorismo internacional no norte da África, cooperando crescentemente com as potências ocidentais, em particular com os EUA e o Reino Unido, mas também com a França. Em articulação com Mali, Mauritânia e Níger, a Argélia formou o Comitê de Estados-Maiores Conjuntos (CEMOC) e a Unidade de Fusão e de Ligação (UFL), instituições voltadas à coordenação de políticas e à troca de informações para o combate às redes terroristas e ao crime transnacional na região.

O ataque terrorista à base de exploração de gás em In Aménas (região argelina próxima à fronteira com a Líbia), em 16/1/2013, reivindicado por grupo ligado à AQMI, parece confirmar a percepção sobre o fortalecimento de grupos terroristas na região do Sahel a partir do conflito líbio. De acordo com o Primeiro-Ministro argelino, o Governo inicialmente tentou negociar com os terroristas, mas, diante da natureza das reivindicações, consideradas inaceitáveis, e da iminência de execução de reféns, decidiu pela intervenção das unidades de elite do Exército, que libertaram grande parte dos reféns, mas que ao mesmo tempo ocasionaram 37 vítimas fatais entre os mesmos.

Uma vez que a pacificação da Argélia e a reversão da situação de violência que marcou os anos 1990 no país constitui um dos principais legados políticos do Governo Bouteflika, é compreensível que o atual regime confira prioridade máxima ao tema da segurança do país e de seu entorno.

Relações com o Marrocos e a questão do Saara Ocidental

Nos últimos meses, por iniciativa do Presidente da Tunísia, Moncef Marzouki, voltou-se a propugnar, na região, pela retomada da implantação da União do Magrebe Árabe (UMA), mecanismo regional de integração política e econômica. Criada em 1989, a UMA sofreu, desde seu início, dificuldades relacionadas a divergências entre seus membros (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia), em especial entre Argélia e Marrocos. Permanecem como pontos de maior sensibilidade no relacionamento bilateral a questão do Saara Ocidental e o fechamento das fronteiras terrestres entre os dois países desde 1994.

A principal causa de tensão no relacionamento entre Argel e Rabat são as posições antagônicas desposadas por ambos os países em relação ao Saara

Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania sobre o território, Argel é fervorosa defensora do direito à autodeterminação do povo saarauí. O governo argelino reconhece e apoia, inclusive financeiramente, a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados "territórios liberados" do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Argel considera, contudo, as instâncias multilaterais, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como os foros mais apropriados para a discussão do pleito saarauí, inclusive apoiando os bons ofícios do Secretário-Geral da ONU, por meio de seu Enviado Pessoal, Christopher Ross.

Ainda que o tratamento multilateral da questão do Saara Ocidental pouco tenha avançado nos últimos anos, a despeito de rodadas de conversações patrocinadas pelas Nações Unidas, alguns analistas políticos afirmam que o processo de aperfeiçoamento democrático em curso no norte da África, com sistemas políticos crescentemente inclusivos, poderá, a médio-prazo, dar novo alento às negociações sobre o tema. Ainda no contexto da chamada "Primavera Árabe", os recentes esforços de retomada do processo de integração regional consubstanciados na UMA constituem mais um elemento que poderá contribuir, a seu tempo, para a criação de condições para uma solução negociada sobre o status do território em disputa.

Sinal de distensão entre Argel e Rabat diante desse novo quadro é a reintensificação do relacionamento bilateral, com o aumento na regularidade de troca de visitas de Ministros "técnicos". Em janeiro de 2012, realizou-se histórica visita do chanceler marroquino Saad-Edine El Othmani a Argel, evento que constituiu marco entre os dois países, uma vez que não se realizava visita de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia desde 2003. A visita transcorreu em clima de relativa harmonia, tendo havido, inclusive, audiência privada entre o chanceler marroquino e o Presidente Bouteflika.

Relação com outros parceiros relevantes

O relacionamento com os **Estados Unidos**, tênue até o final dos anos 1990, intensificou-se com a estabilização política e relativa abertura econômica do país do início dos anos 2000. A Argélia tem gozado de grande superávit comercial com os EUA, país que, sendo o principal destino bilateral das exportações argelinas, está pouco à frente do Brasil na lista de origens de importação. O combate ao terrorismo internacional também é importante eixo do relacionamento bilateral. Ao aumentar o rigor de suas medidas de segurança em aeroportos, Washington chegou a estender medidas especiais a cidadãos argelinos; contudo, devido ao comprometimento de Argel com o enfrentamento a grupos terroristas no Sahel, o país tem recebido crescente reconhecimento por parte da comunidade internacional, inclusive dos EUA.

As relações bilaterais com a **Europa** deverão permanecer prioritárias, tendo em vista o empenho argelino por buscar atrair investimentos e projetos de formação para a diversificação de sua economia, na qual o setor de hidrocarbonetos desempenha papel hipertrofiado (cerca de 30% do PIB). Em suas relações mediterrâneas, a Argélia debate com parceiros europeus quatro temas prioritários: migrações (é grande o número de argelinos em diáspora, vivendo principalmente na França); segurança, em função da cooperação para combate ao terrorismo internacional; energia, já que a Argélia se consolida como um dos grandes fornecedores de petróleo e, sobretudo, gás à Europa; e comércio e investimentos (a União Europeia ainda é, de longe, o principal parceiro econômico da Argélia). Em abril de 2002, a Argélia assinou com a UE um Acordo de Associação, no quadro da Parceria Euro-Mediterrânea. Em vigor desde setembro de 2005, o Acordo estabelece parceria política e cooperação privilegiada em vários campos, e possibilitará ao país, ao cabo de um período de transição, estabelecer área de livre comércio com a Europa.

No contexto europeu, sobressaem-se as relações da Argélia com a **França**, as quais são intensas e complexas. Há fortes vínculos históricos entre os dois países e as duas sociedades estão profundamente imbricadas – estima-se em 900.000 o número de cidadãos franceses vivendo na Argélia, e em cerca de 1,5 milhão o número de argelinos e descendentes na França. Além de contribuir com a maior parte dos investimentos estrangeiros diretos na Argélia, a ex-metrópole é seu principal parceiro em cooperação bilateral, estruturada em torno dos setores produtivos, de infraestrutura, de ordenamento do território e de ensino superior. O conturbado passado colonial é visto pelos argelinos, contudo, como "página virada, mas não rasgada". A ascensão de François Hollande, que reconheceu, em visita a Argel (dezembro de 2012), "os sofrimentos que a colonização infligiu ao povo argelino", e adotou discurso menos hostil à imigração magrebina, lançou expectativa de um novo impulso para as relações bilaterais.

Com relação aos países emergentes, a China tornou-se, em 2007, o segundo maior fornecedor comercial da Argélia, e passou a ser importante consumidora de insumos energéticos argelinos. A Rússia, por sua vez, é grande fornecedora de material bélico a Argel. Na América do Sul, a Argentina desponta, ao lado do Brasil, entre os dez maiores exportadores para a Argélia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

A economia argelina apresenta histórica dependência da exploração de hidrocarbonetos, que representou, em 2012, mais de 30% do PIB, e mais de 95% das exportações. Preocupada com a flutuação do preço internacional do petróleo, a Argélia planeja instituir um fundo de estabilização para a *commodity*.

A receita fiscal auferida com hidrocarbonetos resulta, por um lado, em condição macroeconômica saudável, mas, por outro lado, em elevado peso do setor público na economia. O país detém nível confortável de reservas internacionais (cerca de US$ 200 bilhões), cuja gestão tem sido elogiada por autoridades monetárias internacionais. A Argélia possui dívida externa diminuta, pouco acima de US$ 4 bilhões, e finanças públicas equilibradas.

Com relação aos fluxos de investimentos, o país tem buscado parceiros externos para investir em sua economia. A imposição legal da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais, tem tido, no entanto, efeito negativo na captação de investimentos externos diretos.

Para o ano de 2013, ao mesmo tempo em que planeja adotar política fiscal restritiva, o Governo argelino visa a diversificar a produção doméstica, programando investimentos em infraestrutura (sobretudo em habitação e transportes) e em formação de capital, conforme seu atual plano quinquenal de desenvolvimento (2010-2014). Essas medidas também visam a reduzir o nível de desemprego no país, estimado em 10,2%, o qual permanece particularmente elevado entre as mulheres (17%) e, principalmente, entre os jovens (21,5%).

No que concerne ao desempenho da produção, registra-se que os resultados para variação do PIB argelino foram estimados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2,5%, em 2012, e 3,4%, em 2013.

No relacionamento com o exterior, a União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos transformam a Argélia em importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados (34,55% da pauta de importações em 2011); produtos semimanufaturados (23%) e alimentos (21,2 %).

Os grandes fornecedores da Argélia em 2011 foram França (15,13% do volume de bens importados pela Argélia); Itália (9,93%), China (9,86%) e Espanha (7,15%). O Brasil figurou em oitavo lugar entre os fornecedores argelinos em 2011, com 3,79 % do volume importado pela Argélia, correspondendo a US$ 1,49 bilhão de dólares.

Os principais compradores da Argélia em 2011 foram Estados Unidos (20,46%), Itália (14,2%), e Espanha (8,86%). O Brasil figura em sétimo lugar entre os importadores da Argélia, respondendo por 4,4% da pauta de exportações argelinas.

Com a elevação, nos últimos anos, do preço internacional de alimentos, a Argélia passou a enfrentar pressões inflacionárias, que o Governo buscou combater mediante concessão de subsídios específicos ao consumo. Segundo análise do FMI, a taxa de inflação anual argelina tende a reduzir-se de 8,4%, em 2012, para 5%, em 2013.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

Embora tradicionalmente deficitário para o Brasil, em função da importação de hidrocarbonetos (naftas para petroquímica e óleos brutos de petróleo), o comércio bilateral tem demonstrado bom desempenho nos últimos anos. Há alguns anos, a Argélia consolidou-se como o 2º maior parceiro comercial brasileiro no Mundo Árabe (após a Arábia Saudita), e também 2º maior parceiro comercial do Brasil na África (após a Nigéria).

Desde a crise econômica mundial de 2008, os resultados anuais do intercâmbio comercial vinham apresentando crescente expansão, com valor recorde na corrente de comércio bilateral de US$ 4,6 bilhões, em 2011. Entre 2008 e 2012, em contexto de crise econômica internacional, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável o aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações.

Em 2012, contudo, o comércio Brasil-Argélia apresentou leve redução global (nos dois sentidos) de 5,7%, tendo atingido US$ 4,3 bilhões. Esse resultado reflete ainda um crescimento de 23,5% no déficit comercial do Brasil com a Argélia, que chegou a US$ 2 bilhões. O aumento no déficit comercial se justifica, sobretudo, à queda superior a 21% das exportações brasileiras para a Argélia.

As exportações brasileiras para a Argélia são compostas, em sua maior parte, por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para o açúcar (67%). Em seguida estão os bens básicos (sobretudo cereais), com 15,5%, e os manufaturados, com 6,2%.

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Nos últimos anos, empresas brasileiras ampliaram sua participação em licitações públicas e na formação de parcerias com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia. Destaca-se a associação entre a Randon e o grupo argelino Cevital, responsável por parcela substancial das importações de açúcar e óleo de soja do Brasil. A mesma empresa firmou parceria com a brasileira NEOBUS, para a montagem local de carrocerias (em regime de CKD).

No momento, a Argélia busca implementar seu segundo plano quinquenal de desenvolvimento, no qual atenção prioritária é dada à construção da infraestrutura: estradas, portos, metrô, habitação popular, barragens, gasodutos. Apenas uma empresa brasileira – a Andrade Gutierrez – está instalada na Argélia, empenhada na construção de viaduto (Constantine), porto (Jijel), metrô (Argel), reforma de aeroporto (Oran), aterro sanitário (Corso), barragens e gasodutos. Em sua atuação no país, a empresa emprega cerca de 85% de mão de obra local.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1830: Invasão francesa; assinada Convenção que cede a Argélia à França
1832: Início da resistência à colonização francesa, sob a liderança de Al-Kader, entre outros
1848: Argélia é proclamada parte integrante da França, na Constituição da II República
1914: Argélia fornece contingentes de soldados para combater na Europa até 1918
1928: Primeiras grandes medidas para restringir a imigração argelina em direção à França
1942: II Guerra Mundial; desembarque aliado na Argélia
1943: Ida do General De Gaulle a Argel, com promessa de reformas
1945: Violenta repressão francesa contra manifestantes nacionalistas argelinos
1946: Cresce movimento nacionalista; fundação de partidos independentistas moderados
1947: Criação do primeiro braço armado para a luta anticolonialista
1954: Início da revolução de independência com marcada atuação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu exército
1955: François Mitterrand dá impulso à Guerra da Argélia
1960: Reconhecimento pela ONU do direito argelino à independência
1962: Assinatura dos Acordos de Evian, com cessar-fogo
1962: Referendo aprova a independência da Argélia; Ahmed Ben Bella é eleito Presidente
1962: Violência contra argelinos de origem francesa e início da emigração em massa
1965: Ben Bella é deposto, em golpe de Houari Boumediène
1968: Nacionalizações; Argélia adota regime socialista de economia planificada
1969: Adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
1976: Rompimento de relações com o Marrocos pela questão do Saara Ocidental (até 1988)
1976: Constituição argelina aprovada por referendum, com 99% de votos afirmativos
1978: Morte do Presidente Boumediène, sucedido dias depois por Chadli Bedjedid
1986: Primeira reforma constitucional e flexibilização do sistema de partido único
1990: Frente Islâmica de Salvação ganha eleições municipais e, em 1991, legislativas
1992: Golpe militar anula eleições; onda de violência e terrorismo fundamentalista
1992: O intelectual no exílio M. Boudiaf, chamado para a Presidência, é assassinado
1999: Primeira eleição de Abdelaziz Bouteflika como Presidente

2004: Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para segundo mandato
2005: Aprovação em referendo da Carta de Reconciliação Nacional
2007: Atentados suicidas em Argel e no interior por grupo ligado à Al Qaeda (também em 2008).
2008: Reforma constitucional suprime limite à reeleição do Presidente.
2009: Abdelaziz Bouteflika reeleito para terceiro mandato
2011: No contexto da "Primavera Árabe", o Governo argelino adota série de medidas para reforma político-institucional, entre as quais a suspensão do estado de emergência, em vigor no país havia 19 anos
2012: Realização de eleições legislativas para a Assembleia Popular Nacional. O Presidente Bouteflika nomeia Abdelmalek Sellal como novo Primeiro-Ministro da Argélia. Realização de eleições regionais e municipais. Atentado terrorista à base de exploração de gás na cidade de In Aménas

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1962: Estabelecimento de relações diplomáticas
1962: Abertura de Embaixada em Argel
1983: Visita do Presidente João Figueiredo à Argélia
1985: Visita do Presidente Chadli Bendjedid ao Brasil
1987: I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista).
2003: Ministra das Minas e Energias Dilma Rousseff visita Argel
2004: Criação do Conselho Empresarial bilateral
2005/Fev: Chanceler Celso Amorim visita Argel
2005/Mai: Visita do Presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil
2005/Nov: Visita do Ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e do Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia
2006/Fev: Visita do Presidente Lula da Silva à Argélia
2006/Abr: II Reunião da Comista, em Brasília
2006/Abr: Chanceler Mohamed Bedjaoui visita o Brasil
2006/Nov: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Abuja, à margem da Cúpula América do Sul-África (ASA)
2007/Mai: Assinatura de MdE entre as empresas Sonatrach e Petrobas na área de energia, no contexto de visita do presidente da Petrobrás à Argélia
2007/Jun: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Berlin, à margem de reunião de cúpula do G-8
2008/Mar: Visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Argelinas, General Gaid Salah
2008/Jun: III Reunião da Comista, em Argel
2008/Ago: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos

2008/Dez: Encontro do Chanceler Celso Amorim com seu homólogo argelino em Doha, à margem da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento
2009/Jan: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel
2009: Reunião de seguimento da III Comista em Brasília
2010/Jun: Missão da ABC visita Argel para analisar cooperação em desertificação e cítricos
2010/Jul: IV Reunião da Comista, em Brasília
2010/Set: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel
2011/Set: Visita ao Rio de Janeiro do Ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi, para participar do Fórum "World Energy Leaders Summit"
2011/Set: Encontro do Chanceler Antonio Patriota com seu homólogo argelino, Mourad Medelci, à margem do Debate Geral da 66a AGNU
2011/Out: Visita do Subsecretário-Geral Político para a África e Oriente do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Argel
2012/Jun: Vinda ao Brasil do Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta) argelino, Abdelkader Bensalah, no contexto da Rio+20

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	13/04/1976	01/09/1977
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica	03/06/1981	20/11/1983
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	03/06/1981	20/11/1983
Acordo de Cooperação Econômica	20/09/1987	21/12/1989
Acordo de Cooperação no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/05/2005	28/10/2008
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária	12/05/2005	28/10/2008
Acordo sobre isenção de Vistos em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço	12/05/2005	02/05/2006
Acordo Comercial	08/02/2006	02/02/2010
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	08/02/2006	19/03/2010

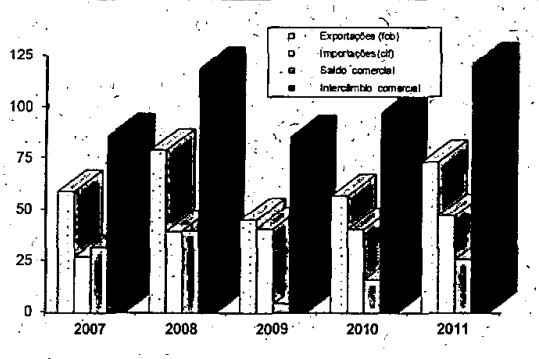
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	21/05/2009	Acordo aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2012 (Decreto Legislativo 588/12). Aguarda-se ratificação pelo Legislativo argelino.

DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS

ARGÉLIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	59,2	79,3	45,2	57,1	73,5	55,2	43,4
Importações (cif)	27,3	39,4	40,7	40,5	47,2	35,1	37,2
Saldo comercial	31,9	39,9	4,5	16,6	26,3	20,0	6,1
Intercâmbio comercial	86,5	118,6	85,9	97,6	120,7	90,3	80,6

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

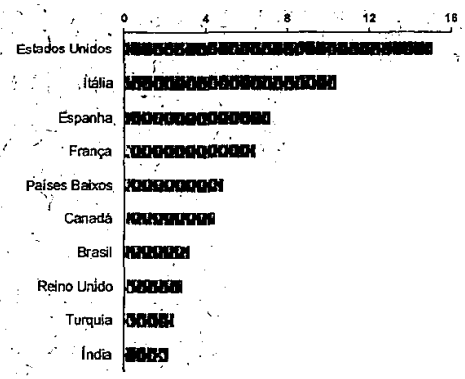


O comércio exterior argelino apresentou, em 2011, variação de 39% em relação a 2007, passando de US$ 86,5 bilhões para US$ 120,7 bilhões. No ranking do FMI, a Argélia figurou como o 47º mercado mundial, sendo o 47º principal exportador e o 52º importador.

ARGÉLIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	15,1	20,6%	7,5	17,3%
Itália	10,4	14,2%	1,5	3,5%
Espanha	7,2	9,8%	6,0	13,7%
França	6,5	8,9%	2,9	6,7%
Países Baixos	4,9	6,7%	3,6	8,3%
Canadá	4,5	6,1%	4,4	10,1%
Brasil	***3,23***	***4,4%***	***2,62***	***6,0%***
Reino Unido	2,9	3,9%	2,2	5,1%
Turquia	2,5	3,4%	0,6	1,4%
Índia	2,2	3,0%	0,8	2,0%
Subtotal	**59,5**	**81%**	**32,1**	**74%**
Outros países	**14,0**	**19%**	**11,2**	**26%**
Total	**73,5**	**100%**	**43,4**	**100%**



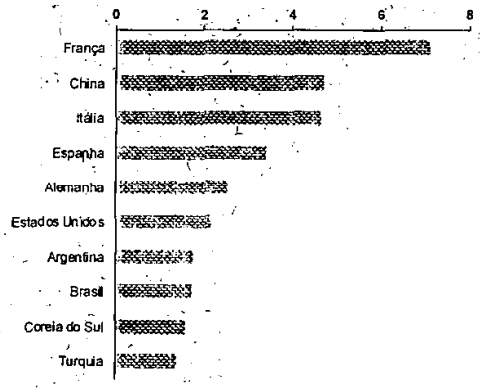
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações da Argélia foram destinadas, em sua grande maioria, aos países desenvolvidos. Os Estados Unidos representaram cerca de 1/5 das exportações. Na sequência apresentaram-se: Itália (14%); Espanha (10%); França (9%) e Países Baixos (7%). O Brasil obteve o 7º lugar entre os principais destinos em 2011, participando com 4,4% do total.

ARGÉLIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
França	7,1	15,1%	6,3	16,9%
China	4,7	10,0%	4,7	12,6%
Itália	4,7	9,9%	3,2	8,6%
Espanha	3,4	7,3%	3,3	9,0%
Alemanha	2,6	5,4%	1,7	4,7%
Estados Unidos	2,2	4,6%	1,2	3,1%
Argentina	1,8	3,8%	1,6	4,2%
Brasil	***1,76***	***3,7%***	***0,91***	***2,5%***
Coreia do Sul	1,6	3,4%	0,9	2,5%
Turquia	1,4	3,0%	1,4	3,8%
Subtotal	**31,2**	**66%**	**25,2**	**68%**
Outros países	**16,0**	**34%**	**12,0**	**32%**
Total	**47,2**	**100%**	**37,2**	**100%**



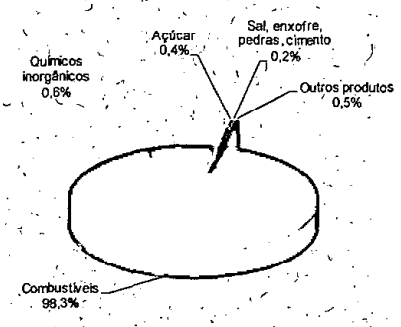
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A pauta de importações argentinas apresentaram em 2011 participação majoritária da Europa e da China. França (15% do total); China (10%); Itália (10%) e Espanha (7%) são os principais fornecedores de bens a Argélia. O Brasil posicionou-se no 8º lugar, com participação de 3,7% da demanda importadora do país.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	98,3%
Químicos inorgânicos	0,6%
Açúcar	0,4%
Sal, enxofre, pedras, cimento	0,2%
Subtotal	**99,5%**
Outros produtos	**0,5%**
Total	**100,0%**



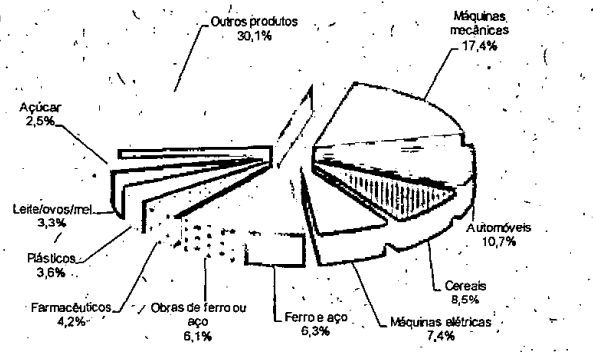
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TRAINS/Trademap

As exportações da Argélia são compostas basicamente por hidrocarbonetos,sobretudo, o petróleo em bruto e gás proveniente do mesmo. Em seguida com menor destaque apresentaram-se a venda de produtos químicos inorgânicos; açucar e sal.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	17,4%
Automóveis	10,7%
Cereais	8,5%
Máquinas elétricas	7,4%
Ferro e aço	6,3%
Obras de ferro ou aço	6,1%
Farmacêuticos	4,2%
Plásticos	3,6%
Leite/ovos/mel	3,3%
Açúcar	2,5%
Subtotal	**69,9%**
Outros produtos	**30,1%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TRAINS/Trademap

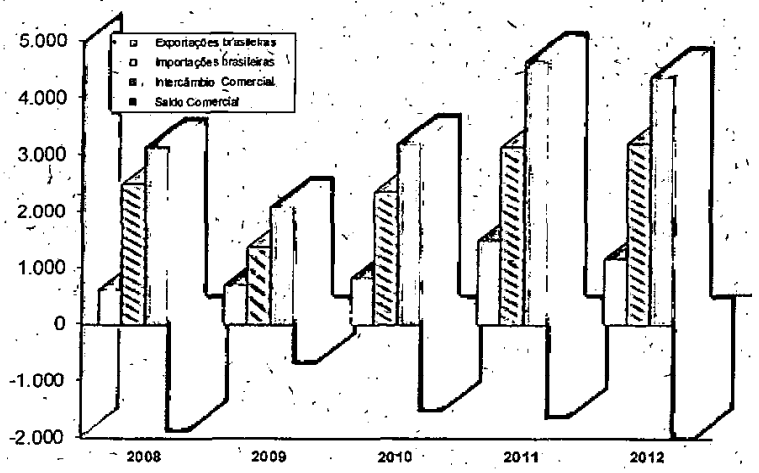
Os produtos manufaturados com alta agregação de valor predominam na pauta de importações argelina. Em seguida os produtos básicos de gêneros alimentícios são os principais produtos comprados pelo país para atender a demanda doméstica. As máquinas - mecânicas e elétricas (25% do total); automóveis (11%) e cereais (9%) são os produtos mais significativos na composição das importações.

BRASIL-ARGÉLIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**632**	**714**	**839**	**1.494**	**1.170**
Variação em relação ao ano anterior	26,2%	12,9%	17,4%	78,1%	-21,7%
Importações brasileiras	**2.501**	**1.382**	**2.361**	**3.137**	**3.198**
Variação em relação ao ano anterior	11,8%	-44,8%	70,9%	32,8%	1,9%
Intercâmbio Comercial	**3.134**	**2.096**	**3.200**	**4.631**	**4.367**
Variação em relação ao ano anterior	29,1%	-33,1%	52,7%	44,7%	-5,7%
Saldo Comercial	**-1.869**	**-668**	**-1.523**	**-1.643**	**-2.028**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

No ranking do comércio exterior brasileiro, a Argélia figurou como o 25º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US$ 3,13 bilhões em 2008 para US$ 4,36 bilhões em 2012. O saldo da balança comercial foi deficitário em todo período analisado, registrando déficit de US$ 2,02 bilhões em 2012.

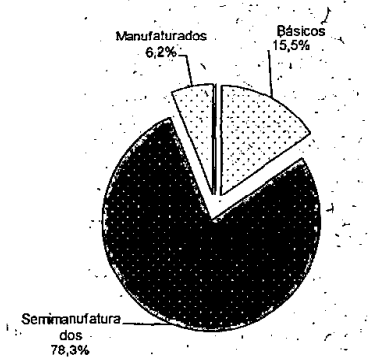


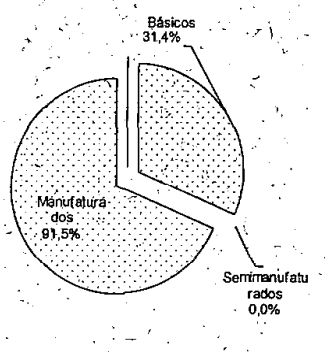
BRASIL-ARGÉLIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇOES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	181	15,5%	1.003	31,4%
Semimanufaturados	915	78,3%	0	0,0%
Manufaturados	73	6,2%	2.194	68,6%
Transações especiais	0	0,0%	—	—
Total	**1.170**	**100,0%**	**3.198**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Argélia são compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para açúcar. Em seguida estão os bens básicos, com 15,5% e os manufaturados com 6,2%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 68,6% do total em 2012, com destaque para o grupo de combustíveis, que também representou 31,4% dos itens básicos.

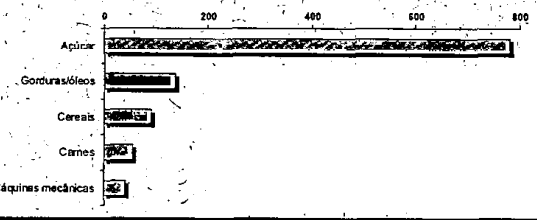




BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açúcar	511	777	781	66,8%
Gorduras/óleos	76	167	136	11,6%
Cereais	64	399	92	7,8%
Carnes	102	38	56	4,8%
Máquinas mecânicas	26	49	42	3,6%
Subtotal	**780**	**1.430**	**1.106**	**94,6%**
Outros produtos	**59**	**64**	**63**	**5,4%**
Total	**839**	**1.494**	**1.170**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Argélia, 2012



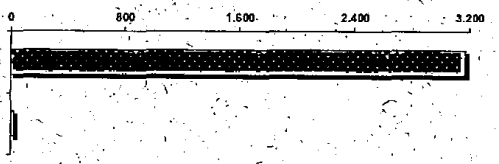
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Açúcar - açúcar de cana em bruto - gorduras/óleos - óleo de soja e óleo de milho foram os principais itens brasileiros exportados para a Argélia. Juntos representaram 78,4% do total da pauta em 2012. Em seguida destacaram-se: cereais - milho em grão (exceto para semeadura), trigo (exceto para semeadura) com 7,8%; e carnes (4,8%).

BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	2.323	3.118	3.175	99,3%
Sal/pedras/cimento	37	19	22	0,7%
Subtotal	**2.361**	**3.137**	**3.198**	**100,0%**
Outros produtos	**1**	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**2.361**	**3.137**	**3.198**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias de Argélia, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Aviso nº 186 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 20/03/2013.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 19, de 2013 (Mensagem nº 94, de 14/03/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido em Belo Horizonte em 1956, filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, o Sr. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores em 1978. Nesse ano, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 2000, e a Ministro de Primeira Classe, em 2009, sempre por merecimento.

Na Chancelaria desempenhou, entre outras, as funções de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, em 1992; Conselheiro (Embaixada em Ottawa, 1997); Ministro-Conselheiro (Escritório Financeiro em Nova York, 2002); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, 2006; Diretor do Departamento de Promoção Comercial, 2006; e Embaixador (Embaixada em Argel, 2009).

Quanto ao Estado de Israel, convém registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre esse país e ressaltar alguns aspectos do relacionamento bilateral.

Segundo o informe do Ministério das Relações Exteriores disponibilizado ao Senado Federal, as relações bilaterais são amigáveis e têm a marca da cordialidade. A agenda dos dois países é, nesse sentido, positiva. Constitui dado importante a existência de significativa comunidade judaica no Brasil. Essas circunstâncias justificam, de tal ou qual modo, a intensificação de visitas bilaterais de alto nível nos últimos tempos: Presidente Shimon Peres (Brasil, 2009) e o Presidente Lula (Israel, 2010). No tocante à visita oficial de 2010, merece registro tratar-se da primeira de um chefe de Estado brasileiro a Israel. Desde então, ocorreram inúmeros encontros ministeriais de parte a parte. O mais recente foi a visita do Chanceler brasileiro, Embaixador Antonio Patriota, ao Oriente Médio (Israel, Jordânia e Palestina) em outubro de 2012.

Inobstante ser majoritariamente positiva, a agenda bilateral contempla áreas em que não há total convergência de sentimentos. Assim, por exemplo: o reconhecimento do Estado Palestino e de sua capital em Jerusalém Oriental, e o Acordo Brasil-Turquia-Irã, de 2010, para troca de urânio enriquecido.

Seguem abertas, contudo, as possibilidades de adensamento no campo da cooperação técnica. No domínio da ciência e tecnologia, por exemplo, as perspectivas são inúmeras. Percebe-se boa complementariedade entre as economias, fator importante para maior aproximação.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel é expressivo. Os valores triplicaram na última década. Em 2012, as trocas comerciais atingiram US$1,52 bilhão. A balança comercial é favorável a Israel. Ainda em 2012, o déficit foi de US$ 767 milhões.

Há, pois, espaço a ser explorado pela indústria nacional, sobretudo nos setores de turismo, infraestrutura, tecnologia da informação (p.ex.

automação bancária), biotecnologia e alimentação. Nesse sentido, o Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Israel, em vigor desde 2010, representa oportunidade a ser explorada já que desagravará a quase totalidade dos itens do comércio bilateral nos próximos anos.

Merece registro, ainda, o fato de a comunidade brasileira em solo israelense ser expressiva. Ela é estimada em cerca de 10 mil pessoas. Cuida-se de comunidade majoritariamente documentada e com ânimo de permanência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 19, DE 2013
(nº 94/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Os méritos do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00039/2013 MRE

Brasília, 19 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00039 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO*
CPF.: 251.592.166-34
ID.: 7548 MRE

1956	Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG
Dados Acadêmicos:	
1978	CPCD - IRBr
1981	Direito pela Universidade do Distrito Federal
1983	CAD - IRBr
1998	CAE - IRBr, O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior
Cargos:	
1979	Terceiro-Secretário.
1981	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2000	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1979	Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1982	Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1983	Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
1984	XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
1985	XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
1986	Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
1988	Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
1990	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
1991	Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
1991	Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
1992	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
1993	Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
1994	Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
1997	Embaixada em Ottawa, Conselheiro
1999	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
2002	Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
2005	Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2006	Departamento de Promoção Comercial, Diretor

2009	Embaixada em Argel, Embaixador

Condecorações:

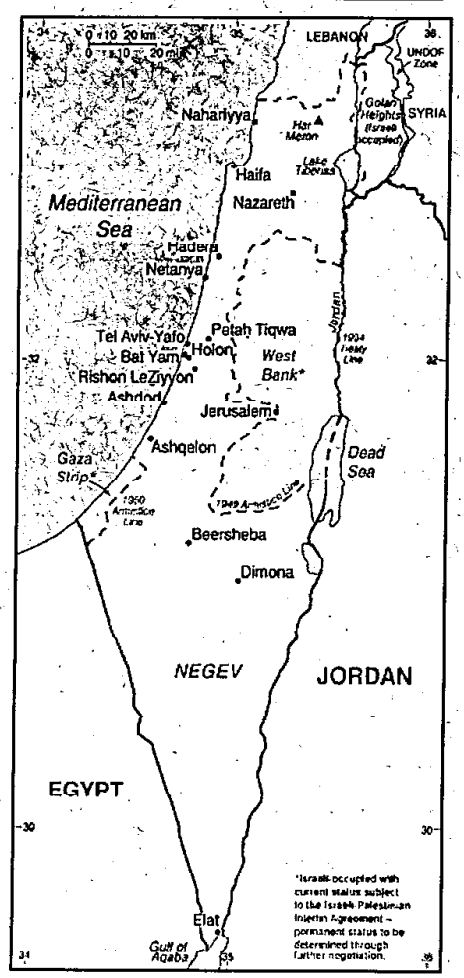
1982	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro
1988	Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
1992	Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil
1994	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1994	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2007	Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ISRAEL





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

I. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel (*Medinat Israel*)
CAPITAL	Israel considera Jerusalém sua capital. O Brasil mantém sua Embaixada em Tel Aviv, em conformidade com a Resolução 478 (1980) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
ÁREA	20.770 km² (pouco menor do que o Estado de Sergipe), desconsiderados os territórios árabes ocupados (Cisjordânia, 5.640 km²; Faixa de Gaza, 360 km²; Jerusalém Oriental, 70 km² e Golã sírio, 1.250 km²), cuja área combinada totaliza 7.320 km².
POPULAÇÃO (2011)	7,76 milhões (equivalente à população do Estado do Pará)
IDIOMAS OFICIAIS	Hebraico e árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	76,4% judeus; 16% muçulmanos; 2,1% cristãos; 1,6% drusos e 3,9% outros
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Knesset*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Shimon Peres (15/7/2007)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde 31/3/2009)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (INTERINO)	Benjamin Netanyahu (desde 18/12/2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 243 bilhões (Brasil: US$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 211 bilhões (Brasil: US$ 2,3 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 31.282 (Brasil: US$ 12.788)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 27.110 (Brasil: US$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB	3% (est. 2013); 2,4% (est. 2012); 4,8% (2011); 4,8% (2010); 0,8% (2009); 4% (2008)
IDH (2011)	0,888 – 16ª posição (Brasil: 0,718 – 84ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011)	81,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2008)	100%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011)	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel (NIS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Aproximadamente 10.000 (a maioria também com cidadania israelense)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → ISRAEL	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	715.632	731.466	746,273	1.032,388	1.619,885	922,058	1.352,177	1.402,612	1.519,607
Exportações	213.848	262.963	272,531	355,751	398,566	270,503	339,539	498,524	376,063
Importações	501.784	468.502	473,742	676.637	1.221,319	651,555	1.012,638	904,088	1.143,543
Saldo	-287.936	-205.539	-201.21	-320.886	-822.753	-381.052	-673.099	-405,564	-767,480

2. PERFIS BIOGRÁFICOS

Shimon Peres
Presidente

Nasceu em Vishniev, atual Belarus, em 1923, e emigrou para Israel em 1934. Após formar-se pela Escola de Agricultura Ben Shemen, trabalhou como agricultor e pastor em *kibbutzim*. Politicamente ativo desde a idade de dezesseis anos, Shimon Peres foi eleito Secretário do Movimento Juvenil do Partido Trabalhista, em 1943. No ano seguinte, voltou a trabalhar em um *kibbutz* na Galileia.

Em 1947, integrou-se às forças de defesa da comunidade judaica (Haganá) e foi encarregado de cuidar dos recursos humanos e armamentos das tropas israelenses, atividade que cumpriu até o início do conflito de 1948. Ao final da guerra (1949), assumiu a posição de Diretor da delegação do Ministério da Defesa nos Estados Unidos. Durante esse período, estudou na New York School for Social Research e em Harvard.

Entre 1953 e 1959, atuou como Diretor Geral do Ministério da Defesa. Em 1959, foi eleito para o parlamento. Atuou como Ministro de Estado pela primeira vez em 1969, à frente do Ministério da Absorção de Imigrantes, também encarregado do desenvolvimento dos territórios ocupados. Em 1974, foi nomeado Ministro da Defesa, cargo que ocupou até 1977, quando deixou o Governo e tornou-se presidente do Partido Trabalhista.

Após as eleições de 1984, Peres propôs o estabelecimento de um Governo de União Nacional e, baseado num sistema de rodízio acordado com líder do Likud, ocupou o cargo de Primeiro-Ministro até 1986. Com a vitória trabalhista nas eleições de 1992, Peres foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Participou ativamente dos Acordos de Oslo de 1993 e 1994, o que lhe permitiu ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, junto com Yitzhak Rabin e Yasser Arafat. Seu segundo mandato como Primeiro-Ministro seguiu-se ao assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995 e durou até 1996.

Foi, ainda, Ministro da Cooperação Nacional de 1999 a 2001 e Ministro das Relações Exteriores no Governo de União Nacional liderado por Ariel Sharon de 2001 a 2002. Em 2005, Peres tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Integração e, em 2007, assumiu a Presidência da República, para mandato de sete anos.

Benjamin Netanyahu
Primeiro-Ministro e Ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros

Nascido em Tel Aviv, em 1949, Benjamin Netanyahu passou a adolescência nos EUA. Retornou a Israel em 1967, quando se engajou em tropa de elite das Forças de Defesa de Israel (FDI) até 1973, ano em que encerrou seu serviço com a patente de capitão. Retornou aos EUA, onde se graduou em arquitetura e obteve mestrado em Administração de Empresas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (M.I.T.). Estudou, também, ciência política nessa mesma instituição e em Harvard.

Após breve carreira na iniciativa privada, Netanyahu foi nomeado assistente do Embaixador de Israel em Washington, em 1982. Dois anos depois, tornou-se Embaixador de Israel junto às Nações Unidas, cargo que ocupou até 1988. Membro do partido Likud ("União", em hebraico), Netanyahu foi eleito para o Parlamento israelense em 1988 e, em 1993, passou a ocupar a liderança do partido.

Em 1996, nas eleições diretas para Primeiro-Ministro, Netanyahu tornou-se o mais jovem Chefe de Governo de Israel. Comandou o país por três anos. Sua atuação como Primeiro-Ministro é lembrada pelos resultados que obteve na economia israelense, que saneou por meio de privatizações e da desregulamentação. Na esfera política, fez avanços muito limitados no processo de paz com os palestinos.

Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Após afastar-se temporariamente da vida política, foi nomeado Ministro das Finanças em 2003, cargo ao qual renunciou quando o então Primeiro-Ministro Ariel Sharon decidiu promover a retirada israelense de Gaza, em 2005. Com a saída de Sharon do Likud no mesmo ano, Netanyahu reassumiu a liderança do partido.

Em fevereiro de 2009, o Likud obteve o segundo maior número de cadeiras do Parlamento (27). Netanyahu conseguiu formar a maioria parlamentar, o que lhe permitiu assumir a Chefia de Governo, em março do mesmo ano. Sua política para o conflito israelo-palestino encontra forte oposição da comunidade internacional. Seu Governo caracteriza-se pela construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, pelo impasse no processo de paz e pela afirmação de que o Irã constituiria uma "ameaça existencial" a Israel.

Desde dezembro de 2012, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu acumula a função de Ministro das Relações Exteriores de Israel.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Israel são tradicionalmente marcadas pela cordialidade e pelos esforços para estabelecer uma agenda bilateral positiva. A atuação decisiva do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, que propiciou a criação do Estado de Israel no ano seguinte, ainda é lembrada por Israel. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 107 mil pessoas, segundo o IBGE), faz do Brasil um país relevante para Israel.

Nos últimos anos, têm-se multiplicado as visitas bilaterais de alto nível. Em novembro de 2009, o Presidente Shimon Peres veio ao Brasil, após mais de quatro décadas sem que houvesse viagem presidencial de parte a parte (o Presidente Zalman Shazar havia visitado o Brasil em 1966). A viagem do Presidente Lula a Israel, em março de 2010, representou um marco na história das relações bilaterais: tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. O ex-Chanceler Celso Amorim, por sua vez, visitou Israel cinco vezes entre 2005 e 2010 – a primeira delas, em maio de 2005, tendo tido lugar após hiato de dez anos sem visitas de Chanceler brasileiro ao país.

Nos últimos anos, tem-se observado intensa troca de visitas de Ministros de outras pastas a Israel. Visitaram Israel os Ministros da Educação, Fernando Haddad; do Meio Ambiente, Marina Silva; da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freira; da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger; da Defesa, Nelson Jobim; do Turismo, Luiz Eduardo Barretto; do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Em 2011, três ministros israelenses visitaram o Brasil: a Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Orit Noked (abril), o Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio) e o Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto). No mesmo ano, esteve em Israel o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (outubro). Em agosto de 2012, veio ao Brasil o Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz, quando manteve encontros com os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Educação.

O Ministro da Energia e Recursos Hídricos de Israel, Uzi Landau, manifestou interesse em realizar visita oficial ao Brasil, a fim de conhecer os projetos brasileiros na área de exploração de gás e petróleo,

especialmente poços profundos, bem como no campo das fontes alternativas de energia, como biomassa e etanol. Para 2013, está previsto o início da exploração do campo de Tamar, no Mar Mediterrâneo, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Nos últimos anos, algumas posições do Brasil deram margem a questionamentos da parte israelense: a) o lançamento da iniciativa América do Sul-Países Árabes (ASPA), em 2005; b) o reconhecimento de Jerusalém Oriental como capital palestina, em 2010; c) Acordo Tripartite Brasil-Turquia-Irã, de 2010, que visava a trocar urânio enriquecido no Irã por combustível; d) o reconhecimento do Estado palestino, em 2010; e) o voto favorável à admissão da Palestina como membro-pleno na UNESCO, em outubro de 2011; f) e o voto favorável ao reconhecimento da Palestina como Estado observador nas Nações Unidas, em novembro de 2012. Israel, porém, tem enfatizado seu interesse de não vincular as relações bilaterais ao tratamento da questão palestina.

Posição do Brasil sobre o conflito israelo-palestino

O Brasil, desde a década de 1940, apoiou a criação de dois Estados na Palestina, então sob mandato britânico. O Brasil opõe-se à ocupação dos territórios palestinos por Israel, tendo votado a favor da Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança, que determina a desocupação de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e das inúmeras resoluções da Assembleia Geral da ONU (AGNU) sobre o tema.

Em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu diplomaticamente a Palestina como um Estado, dentro das fronteiras de 1967. A decisão brasileira veio a ser seguida por quase todos os países sul-americanos – dos doze países da América do Sul, apenas a Colômbia não reconheceu a Palestina.

Em função do reconhecimento diplomático por parte do Governo brasileiro, a Delegação Especial palestina em Brasília passou, em janeiro de 2011, a denominar-se Embaixada da Palestina.

O Brasil defende a consolidação de um Estado palestino viável, vivendo lado a lado e em paz com Israel, que tenha como base territorial as fronteiras anteriores à Guerra de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital. Coerente com esse princípio e com o reconhecimento do Estado palestino, o país tem-se posicionado favoravelmente à entrada da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências.

Para o Brasil, as negociações diretas entre as partes são essenciais e devem ser retomadas prontamente. No momento, os assentamentos israelenses representam um dos maiores obstáculos à paz e sua construção deve cessar incondicionalmente. É necessário também abrir

espaço para que novos atores contribuam para o processo, com maior participação da comunidade internacional, de forma a equilibrar as negociações.

O Brasil tem criticado a inoperância do Quarteto Diplomático (EUA, União Europeia, Rússia e Nações Unidas) e solicitado que o grupo apresente relatórios ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para que a comunidade internacional possa avaliar a falta de progresso obtido.

Posição do Brasil sobre o pleito palestino nas Nações Unidas

O Brasil é favorável à admissão da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências (o Brasil foi um dos 107 países a votar favoravelmente à admissão da Palestina como membro pleno na UNESCO em outubro de 2011). O Brasil apoiou, copatrocinou e fez campanha a favor da Resolução 67/19, que elevou o *status* da Palestina a Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Tratou-se de iniciativa coerente com o reconhecimento do Estado palestino, com as resoluções das Nações Unidas e com o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação. Para o Brasil, não procede o argumento de que o recurso palestino à AGNU representou gesto unilateral, contrário às negociações diretas. Constituiu, na verdade, expressão do multilateralismo, amparada na legitimidade e representatividade da Assembleia, que, em sua grande maioria, apoiou a Resolução. Em 29/11/2012, por meio de Nota à Imprensa, o Governo brasileiro congratulou a Palestina pela elevação de seu *status* nas Nações Unidas e reiterou o apoio à retomada imediata de negociações com Israel.

Conforme discursou a Senhora Presidenta da República na abertura do Debate Geral da 66ª AGNU, "o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional".

Visita do Ministro Antonio Patriota ao Oriente Médio – outubro de 2012

Em outubro de 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita a Israel, seguida de visita a Palestina e Jordânia. Em Israel, encontrou-se com o Presidente Shimon Peres, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, o Vice-Primeiro-Ministro Dan Meridor, o então Chanceler Avigdor Lieberman e o Ministro da Ciência e Tecnologia Daniel Hershkowitz. Manifestou às autoridades

israelenses a disposição do Brasil a ajudar na construção do diálogo com base na confiança mútua. Expressou, igualmente, a frustração do Brasil com a paralisia do processo de paz e reiterou o apoio brasileiro ao pleito da Palestina pela obtenção de *status* de Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Ressaltou que a criação de um Estado palestino viável constitui a única solução viável para o conflito israelo-palestino e não põe em risco a segurança do Estado israelense, pelo contrário, assentaria as bases para a paz e a cooperação duradoura na região. Manteve ainda encontros com lideranças da sociedade civil, como Yossi Beilin, ex-parlamentar reconhecido por sua contribuição para os Acordos de Oslo e para a Iniciativa de Genebra. Sobre a questão nuclear iraniana, manifestou a preocupação brasileira com a possibilidade de ação militar israelense, a importância concedida ao Brasil ao mecanismo P5+1 (China, EUA, França, Reino Unido Rússia e Alemanha) especialmente criado para negociações referentes ao programa nuclear iraniano. Com o Ministro da Ciência e Tecnologia, tratou de cooperação bilateral e trilateral (em favor de países de menor desenvolvimento relativo) em setores como indústria farmacêutica e espacial, medicina, educação e agroindústria.

Cooperação Técnica

Brasil e Israel assinaram o Acordo Básico de Cooperação Técnica em 1962. Atualmente não há projetos bilaterais em execução. O Brasil pode beneficiar-se do alto grau de desenvolvimento tecnológico israelense em áreas como saúde, agropecuária, ciência e educação, já respaldadas por acordos bilaterais. Israel, por sua vez, pode beneficiar-se de cooperação em áreas em que o Brasil detém renomada expertise, como agricultura e biocombustíveis, por exemplo. No que concerne à cooperação trilateral, está em vigor o Memorando de Entendimento para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países, assinado em novembro de 2009.

Cooperação em ciência e tecnologia

Israel tem interesse em desenvolver cooperação em ciência e tecnologia, o que já se traduz em investimentos em indústrias de alta tecnologia, a exemplo da parceria entre a empresa israelense Elbit Systems e sua subsidiária brasileira Aeroeletrônica AEL. Há também interesse israelense em investimentos em pesquisas no setor de biocombustíveis, manifestado pela empresa EVOGENE, que busca potenciais parceiros para estabelecer projeto de desenvolvimento da cultura da mamona como fonte de produção de biodiesel. Universidades israelenses têm demonstrado grande interesse em cooperar com o Brasil por meio do programa Ciência sem Fronteiras. Durante a visita do Senhor Ministro de Estado a Israel em

outubro de 2012, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Daniel Hershkowitz, reiterou a disposição israelense para cooperação científica com o Brasil, e informou que Israel já tem projetos dessa natureza com a Alemanha em terceiros países.

Em 27 de fevereiro de 2007, foi assinado Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e de Israel sobre Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no Setor Privado, cuja implementação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel (MOITAL). Em 25 de maio de 2010, foi lançado edital para a seleção de propostas de projetos conjuntos entre empresas dos dois países. Em 5 de novembro de 2012, em reunião na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi lançado o Segundo Edital de Chamada para apresentação de propostas de cooperação tecnológica entre os dois países. O novo edital prevê que as propostas de programas e projetos de cooperação bilateral estejam compreendidas nas áreas de tecnologias da informação e das comunicações (TICs), saúde e defesa. Esses projetos deverão ser financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo lado brasileiro, e pela MATIMOP, agência israelense de fomento à inovação, vinculada ao MOITAL. As instituições serão convidadas a elaborar propostas de cooperação em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que resultem no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial. As empresas interessadas em participar contarão com assistência permanente no processo de busca de parceiros. Uma agenda de encontros, missões e conferências setoriais deverá ser promovida com vistas a estimular empresários brasileiros e israelenses a encontrarem seus potenciais parceiros. O prazo final para o envio da proposta no Formulário de Cooperação será até 22 de abril de 2013.

Cooperação educacional

Em 6 de agosto de 2008, Brasil e Israel assinaram o Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional, em vigor desde janeiro de 2012. Há proposta de Memorando de Entendimento entre o "*Council for Higher Education*" e a CAPES, para o incremento do Programa Ciência sem Fronteiras em Israel, principalmente ao nível de Pós-Graduação.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel cresceu significativamente ao longo da última década. Nesse período, o volume de comércio mais do que triplicou: de US$ 400 milhões em 2000 para o

recorde de US$ 1,619 bilhão em 2008. Após retração sofrida em 2009 (US$ 922 milhões), em função da crise financeira mundial, o fluxo de comércio voltou a crescer, atingindo quase US$ 1,52 bilhão em 2012.

Há, ainda, significativo potencial a ser explorado nas relações comerciais entre os dois países, levando-se em conta as exportações do Brasil para outros países da região e o poder de compra do mercado israelense. Israel é o único país do Oriente Médio, além da Arábia Saudita, com o qual o Brasil tem uma balança de comércio deficitária – em 2012, o déficit foi de US$ 767 milhões, um crescimento de cerca de 90% em relação ao déficit de 2011. Mesmo se comparado a outros países emergentes, o Brasil encontra-se em desvantagem no comércio bilateral: Israel tem déficit considerável no comércio com China e Turquia, que em 2010 exportaram ao país US$ 4,7 bilhões (déficit de quase US$ 3 bilhões) e US$ 1,8 bilhão (déficit de US$ 500 milhões), respectivamente.

O mercado israelense tem sido pouco explorado pelos exportadores brasileiros e há espaço para desenvolvimento de novas estratégias de promoção do produto brasileiro. Diversas empresas brasileiras deixam de exportar para Israel para dar preferência ao mercado dos países árabes. Entre os setores que podem ser explorados, em função do interesse brasileiro e da capacidade israelense, estão os de turismo, infraestrutura, tecnologia da informação e biotecnologia.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel

O Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Israel, primeiro do bloco com um país não-membro da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), foi assinado em Montevidéu, em 18/12/2007, e entrou em vigor, em caráter bilateral para Brasil e Israel, no dia 3/4/2010. Desde 9/9/2011, início de sua vigência entre Argentina e Israel, o acordo encontra-se em vigor para todas as Partes Signatárias. Na avaliação das câmaras de comércio bilaterais, o acordo, que desgravará a quase totalidade dos itens do comércio bilateral nos próximos anos, ainda precisa de maior divulgação no Brasil.

Investimentos Bilaterais

O fluxo de investimentos entre Brasil e Israel é crescente. Os investimentos estão concentrados nos setores de alta tecnologia, telecomunicações, defesa e fármacos. Destacam-se as seguintes empresas israelenses presentes no Brasil: no setor de telecomunicações, a GVT, a ECI Telecom e a MILENIA (que pertence à israelense MACHTESHIM HAGAN); no setor de defesa, a ELBIT por meio de sua subsidiária gaúcha, a AEROELETRÔNICA (AEL); no setor farmacêutico, a gigante dos genéricos TEVA; e no setor agrícola, destaca-se a presença da NETAFIM

BRASIL, empresa israelense de tecnologia de irrigação com fábrica no Brasil.

No primeiro semestre de 2012, foi realizado o Seminário "*Brazil, news, tips and real experiencies in a promising business environment*", promovido pela Câmara Israel-Brasil de Comércio e Indústria com o apoio da Federação das Câmaras de Comércio de Israel. O evento propiciou aos mais de 100 empresários israelenses presentes a oportunidade de conhecer alguns dos aspectos mais importantes a serem considerados em sua entrada no mercado brasileiro, desde questões de ordem trabalhista e tributária, até características da cultura de negócios no Brasil.

Quanto à presença de empresas brasileiras em Israel, destacam-se a CONSIST SOFTWARE, empresa de tecnologia da informação que atua no setor corporativo e público com sistemas de *software* e consultoria, e a H. STERN, empresa brasileira do ramo de joias, que atua no mercado israelense, especialmente no comércio de diamantes. As principais oportunidades para empresas brasileiras em Israel estariam concentradas na área de serviços, principalmente em obras de infra-estrutura, para as quais o Governo israelense tem aberto grandes licitações internacionais. A área de automação bancária, na qual o Brasil dispõe de elevado *know-how*, e Israel ainda apresenta consideráveis deficiências, também possui bom potencial.

De acordo com o Banco Central, os investimentos diretos israelenses no Brasil entre 2001 e 2009 somaram cerca de US$ 71 milhões. Apenas em 2010 e 2011, os investimentos israelenses somaram, respectivamente, US$ 63 milhões e US$ 69 milhões. Em 2012, no período de janeiro a agosto, foram investidos U$ 32 milhões. Por sua vez, os investimentos brasileiros em Israel, entre 2007 e 2011, somaram cerca de US$ 5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, soberano ou não, de Israel

Assuntos Consulares

Estima-se a comunidade brasileira em Israel em cerca de 10 mil pessoas. O número de brasileiros indocumentados no país é muito reduzido, e a comunidade, em sua grande parte, é marcada pelo ânimo de instalar-se definitivamente no país. É visível um crescente interesse na aquisição de nacionalidade brasileira por descendentes de imigrantes, em parte para a obtenção de passaporte que, ao contrário do israelense, não sofre restrições em muitos Estados.

4. POLÍTICA INTERNA

O Estado de Israel é uma república parlamentarista unicameral. A "*Knesset*" (Assembleia) é composta por 120 deputados, com mandato de quatro anos, eleitos em uma única circunscrição eleitoral, em sistema de lista fechada. O Presidente, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da Knesset para mandato de sete anos. O Primeiro-Ministro, que desempenha a função de Chefe de Governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupa o maior número de assentos no Parlamento.

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o atual Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, partido formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense.

A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o tradicional jogo bipartidário da política israelense, caracterizado pela polarização entre o Likud e o Avodá. Merecem destaque o Kadima, agremiação de centro-direita fundada em 2005 pelo então Primeiro-Ministro Ariel Sharon, em busca de sustentação política para a retirada israelense de Gaza, e o Yisrael Beitenu, nacionalista, apoiado principalmente por imigrantes das antigas repúblicas soviéticas, fundado pelo ex-Chanceler Avigdor Lieberman, que obteve a terceira maior bancada na eleição de 2009, atrás do Kadima e do Likud. A cada campanha eleitoral surgem novos partidos, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado.

Nas eleições gerais de fevereiro de 2009, Kadima (28), Likud (27), Yisrael Beitenu (15) e Partido Trabalhista (13), nessa ordem, foram os partidos mais votados. O Kadima, embora houvesse sido o partido mais votado (28 assentos), não conseguiu forjar maioria na Knesset que lhe permitisse governar o país e passou a liderar a oposição.

Eleições gerais de janeiro de 2013

As eleições gerais de 22 de janeiro de 2013 resultaram na seguinte composição de forças na Knesset, em ordem decrescente de cadeiras (de um total de 120):

1. Likud-Beiteinu, 31 (direita);
2. Yesh Atid, 19; (centro)
3. Avodá , 15 (esquerda/trabalhista);
4. Habait Hayehudí, 11 (direita);

5. Shas, 11;
6. Torá-Judaísmo Unido, 7;
7. Meretz, 6 (esquerda);
8. Hatnuah, 6;
9. Lista Árabe Unida, 5;
10. Hadash (Partido Comunista), 4 (inclui árabes e judeus);
11. Balad, 3 (partido árabe);
12. Kadima, 2.

Os números finais definiram pequena vantagem numérica de 61 assentos para a direita e partidos religiosos, contra 59 para a centro-esquerda e partidos árabes. O Likud-Beitenu forma a maior bancada, mas perdeu 11 em relação às 42 de que dispunham, somados, Likud e Yisrael Beitenu em 2009 (em outubro de 2012, o Likud e o Yisrael Beitenu fundiram-se em um único partido com o objetivo de ampliar seu número de cadeiras).

A grande surpresa foi o Yesh Atid ("Há Futuro"), liderado pelo jornalista Yair Lapid, cuja campanha se centrou em temas sociais e econômicos. Em 2 de fevereiro, o Presidente Shimon Peres incumbiu o PM de formar Governo, tarefa para a qual dispõe de 28 dias. Especula-se que o PM Netanyahu convidará o Yesh Atid e o Habait Hayehudí para integrarem a coalizão, que talvez inclua também Hatnuah e Kadima.

Os resultados sugerem um futuro governo mais para o centro. A conformação do novo governo poderá influenciar na postura negociadora de Israel no processo de paz com a Palestina.

Principais temas da política israelense

Atualmente, os pontos mais controversos da política interna israelense são a crise econômica e os privilégios de que desfrutam os grupos ortodoxos. O ano de 2011 foi marcado por protestos sociais, sobretudo de jovens de classe média das grandes cidades, contra o aumento do custo de vida. O Governo tomou medidas de criação de empregos e promoção da concorrência, que não satisfizeram, contudo, os líderes dos protestos. Em 2012, o movimento não continuou com a mesma intensidade mas resultou em apoio ao Yesh Atid.

A controvérsia a respeito do papel da religião no Estado tem constituído outro foco de tensão no país. A atuação religiosa nos diversos aspectos do quotidiano desagrada à parcela secular da população, que também discorda dos privilégios concedidos aos ortodoxos, dentre os quais subvenções financeiras e inexigibilidade de serviço militar. Ademais, partidos ortodoxos controlam há décadas setores da burocracia como o Ministério da Educação, o Rabinato e o licenciamento de produtos

alimentícios. Recentemente, reemergiu a controvérsia sobre a isenção de que desfrutam os jovens ortodoxos de servirem às Forças Armadas. A Suprema Corte julgou inconstitucional a Lei "Tal", que impunha prestação alternativa aos ortodoxos, mas a Knesset foi incapaz de decidir sobre nova legislação. Em 31/7, expirou a validade da lei sem que houvesse decisão sobre o tema e sem que o Governo tenha conseguido propor um projeto de lei alternativo. Enquanto não houver consenso sobre a questão, o Ministério da Defesa decidirá sobre o alistamento de ortodoxos.

5. POLÍTICA EXTERNA

Cenário atual do processo de paz israelo-palestino

As negociações de paz entre Israel e Palestina encontram-se paralisadas desde o fracasso do relançamento do diálogo direto entre as partes, em agosto/setembro de 2010, encorajado pelos EUA. Desde então, não têm sido positivas as perspectivas quanto aos rumos do processo de paz. Desde outubro de 2010, Israel não tem restringido a construção de assentamentos e tem legalizado postos avançados. Foram sem êxito os contatos diretos promovidos pela Jordânia entre janeiro e abril de 2012, visto que Israel não apresentou contrapropostas às sugestões palestinas.

Em abril de 2012, o Presidente Abbas tentou romper o impasse ao enviar carta ao Primeiro-Ministro Netanyahu, pela qual propunha a retomada do processo de paz e algumas medidas de construção da confiança entre as partes. A principal delas seria a suspensão das demolições de casas palestinas e da construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Em resposta, o PM israelense enviou comunicação ao Presidente Abbas, em 17 de abril. A carta conteria, pela primeira vez em um documento oficial israelense, o compromisso de estabelecer um Estado palestino desmilitarizado, dentro do princípio do *two-state solution*. Segundo a parte palestina, a carta deixou a desejar por não fazer qualquer referência a três pontos fundamentais: o congelamento das construções em assentamentos; o reconhecimento das fronteiras de 1967 como base negociadora; e a libertação de prisioneiros pré-Oslo.

Israel e Palestina assinaram, em agosto de 2012, acordos financeiros e tributários, que Israel considera como avanço nas relações. Os palestinos reconhecem a importância dos acordos, mas argumentam que não contribuem para a solução definitiva do conflito.

Em seu discurso no Debate Geral da 67ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2012, o Presidente Abbas retomou as denúncias sobre a política de ocupação israelense, atribuiu a Israel a responsabilidade pela paralisia no processo de paz, referiu-se à violência dos colonos israelenses, à expansão dos assentamentos, à política de "judaização" de Jerusalém, aos presos palestinos em Israel e ao sistema de "apartheid" e à "limpeza étnica" promovida por Israel nos territórios ocupados. Recordou as conversações preliminares promovidas pela Jordânia em 2012, sem êxito, e afirmou que as ações do Governo israelense levam à conclusão de que Israel busca esvaziar os Acordos de Oslo de seu significado e rejeita a solução de dois Estados. Netanyahu quase nada falou sobre o processo de paz em seu discurso durante o Debate Geral da 67ª AGNU, mas classificou como difamatório o discurso de Abbas e repetiu que é preciso "sentar

juntos, negociar e atingir um compromisso mútuo, no qual um Estado palestino desmilitarizado reconheça o primeiro e único Estado judeu".

Hostilidades em Gaza

Em 10/11/2012, iniciou-se uma nova escalada entre Israel e os grupos palestinos em Gaza, sobretudo o HAMAS, mas também a Jihad Islâmica. Em 14/11, Israel, dando início à "Operação Coluna de Nuvem", vitimou Ahmad al-Jaabari, que exercia funções de Chefe do Estado-Maior do HAMAS. A morte de al-Jaabari escalou a situação, com promessas do HAMAS e de outros grupos de intensificarem os bombardeios e iniciarem onda de atentados terroristas. Em 16/11, o Gabinete israelense autorizou a convocação de até 75.000 reservistas, sinalizando que estaria se preparando para ofensiva terrestre à Faixa, a primeira desde a invasão de dezembro de 2008/janeiro de 2009. Em 21/11, após decisiva mediação egípcia com apoio dos EUA, Israel e Hamas concordaram em estabelecer cessar-fogo. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, até as 13h00 de 20 novembro, 105 palestinos haviam morrido, dos quais 70 civis, 23 mulheres e 12 crianças. Seis israelenses morreram (4 civis e dois militares).

"Primavera Árabe" da perspectiva israelense

O Governo israelense vê com apreensão os desdobramentos da "Primavera Árabe", em face da incerteza do cenário atual. Em pronunciamento na Knesset, o Primeiro-Ministro Netanyahu frisou que, apesar das esperanças, o movimento estaria evoluindo para a consolidação de "novos Governos islamistas, com discurso antissemita e antissionista". Como resultado, "o Oriente Médio estaria mais instável e propenso a sofrer influência de regimes como o de Teerã".

Crise síria

A evolução da crise na Síria e o enfraquecimento do regime de Bashar Assad tem forçado Israel a uma reavaliação de sua estratégia regional. Há, em Tel Aviv, percepção de que os efeitos da crise síria estão chegando cada vez mais perto de Israel. O regime de Assad sempre foi sinônimo de fronteira estável na complexa equação do Oriente Médio, que começa a mudar.

O Governo israelense, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e os órgãos de segurança, estão crescentemente preocupados com a possibilidade de que arsenais químicos em poder do regime de Damasco possam parar nas mãos de grupos hostis a Israel. Outro temor é o de que ondas de refugiados venham a ameaçar uma fronteira até então estável, e que o Golã sírio possa transformar-se em uma região sem controle.

Irã

As autoridades israelenses vêm tentando, ao longo dos últimos anos, fazer da "ameaça iraniana" o principal assunto de seus encontros com lideranças da comunidade internacional. Figuram entre as principais preocupações israelenses: a) a retórica iraniana (ameaças de "riscar a entidade sionista do mapa" e negação do Holocausto); b) as dúvidas a respeito do caráter militar do programa nuclear iraniano; c) a relação Irã-Síria e d) o alegado apoio bélico e financeiro do Irã ao Hamas e ao Hezbollah. Em agosto de 2012, o Governo de Israel voltou a fazer declarações incisivas sobre o Irã, sinalizando a possibilidade de um ataque para retardar o programa nuclear iraniano.

6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia israelense funda-se, hoje, no setor de serviços e nas indústrias de alta tecnologia. Na origem do país, o setor primário era predominante, caracterizado por propriedades comunais ou com graus variados de coletivização (*kibbuzim* e *moshavim*), dedicadas à agricultura e às pequenas criações. A partir da década de 1970, na esteira de grandes investimentos em educação e pesquisa, o país desenvolveu avançadas indústrias militar, de engenharia, de biotecnologia e de *softwares*. Atualmente Israel é o segundo colocado em empresas listadas na Nasdaq, razão pela qual ficou conhecido como *start-up country*.

Na década de 1990, Israel adotou plano de controle da inflação, corte de gastos públicos, com privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, correios, bancos, indústria bélica e transportes e liberalização do comércio exterior (o país tem hoje acordos de livre comércio com Estados Unidos, União Europeia, Turquia e Canadá, além do MERCOSUL). As reformas econômicas transformaram o país em polo atrativo de investimentos internacionais. Multinacionais como a General Electric, a Cisco e a Motorola instaláram centros de pesquisa em Israel e constituíram o chamado "Vale do Silício israelense", conglomerado de companhias de alta tecnologia localizado nas cercanias de Tel Aviv, que reúne mais de 4500 empresas.

Com PIB Nominal estimado em US$ 243 bilhões, Israel posicionou-se como a 41ª economia mundial em 2011, a despeito do seu pequeno território, menor do que o estado de Sergipe. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 82% do PIB, seguido do industrial com 16% e agrícola com 2%. A renda *per capita* no país é de US$ 31 mil e o índice de desemprego, em 2011, foi de 5,6%.

Em 2011, o intercâmbio comercial de Israel atingiu US$ 141 bilhões (expansão de 20% em relação a 2010). As exportações de Israel somaram US$ 67 bilhões (aumento de 16% em relação a 2010); as importações cresceram 25% em relação a 2010 e atingiram US$ 74 bilhões. Os cinco principais destinos das exportações israelenses foram: EUA (29% do valor das exportações israelenses), Hong Kong, Bélgica, Reino Unido e Índia. O Brasil foi o 16º maior importador de Israel. A pauta de exportações israelense é concentrada em bens com alto valor agregado. Os diamantes são, em valor, os principais produtos exportados e representaram 31% do total em 2011. Máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, circuitos integrados eletrônicos, circuitos impressos etc.) representaram 12% do total vendido pelo país. Mostraram também destaque os farmacêuticos (11%); diversos das indústrias químicas (6%); e equipamentos médicos (6%).

Os principais fornecedores de Israel foram EUA, China, Alemanha, Bélgica e Suíça. Os cinco principais produtos importados foram máquinas mecânicas e elétricas, combustíveis, ouro e pedras preciosas, automóveis e plásticos. Na pauta de importações israelenses os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo, hulhas etc.) e as pedras preciosas (diamantes) são os principais grupos de produtos importados. Em 2011, juntos, representaram 1/3 das compras do país. As máquinas também se destacaram, sendo 11% as mecânicas e 10% as elétricas. Automóveis foram responsáveis por 7% do total.

No setor energético, as recentes descobertas de gás natural sob o Mar Mediterrâneo têm reduzido a dependência israelense em relação às importações de energia do país (o país produz menos de 2% do petróleo consumido internamente). O início das operações no campo de Tamar, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural, pode tornar o país autossuficiente. Descoberto em 2009, o campo está localizado em águas profundas, a 80 km da cidade de Haifa. O gás natural equivalia a 20% da oferta primária de energia em Israel em 2010, enquanto as energias renováveis respondiam por cerca de 4,9% do total.

A possibilidade de que a Bacia do Levante possua importante depósito de gás natural tem chamado a atenção dos países da região, em especial do Líbano, de Chipre e de Israel. Existe tensão na área em vista da ausência de fronteira marítima demarcada.

O mercado de energias renováveis em Israel ganhou impulso em 2002, quando o Governo estabeleceu a meta de atingir, em 2016, a parcela de 5% da produção de eletricidade a partir de recursos energéticos renováveis. Em 2009, o Governo revisou as metas e estabeleceu o objetivo de produzir 10% da eletricidade a partir de energias renováveis até 2020.

Em maio de 2010, Israel foi aceito na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual fazia parte como observador desde 1994. Além de importante conquista política, o acesso israelense à organização realça os avanços obtidos na economia do país e representa fator adicional de atração de investimentos. Apesar disso, o país ingressa na OCDE como o membro que apresenta maiores diferenças sociais.

Israel sofreu impacto limitado da crise financeira e econômica iniciada em 2008. Apesar dos protestos sociais de 2011 (causados, em parte, pela carestia de alimentos e habitação), o Governo seguidamente afirmou serem sólidas as bases do desenvolvimento israelense. Em 2012, o crescimento do PIB (estimado em 2,4%) foi inferior aos esperados 3%, e a inflação (estimada em 3,4%), acima da meta de 2,5%. O Primeiro-Ministro Netanyahu tem preferência por política econômica ortodoxa. Restrições políticas, regulatórias e fiscais, bem como a pressão pública, no entanto,

obrigaram o Governo a aumentar gastos sociais. Diante de rápida expansão no déficit orçamentário, o Governo foi forçado a anunciar aumentos de impostos em julho de 2012 – o imposto sobre o valor agregado aumentou de 16% para 17%.

7. ANEXOS

Anexo I – Cronologia histórica

1947 – Resolução 181 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas pela partilha da Palestina sob mandato britânico (29 de novembro);
1948 – Declaração de Independência (14 de maio);
1949 – Armistício com os países árabes (abril); Israel é admitido nas Nações Unidas;
1956 – Campanha do Sinai;
1967 – Guerra dos Seis Dias (ocupação do Sinai, de Gaza, da Cisjordânia, do Golan e de Jerusalém Oriental);
1970 – Guerra de atrito com a Jordânia;
1973 – Guerra do Yom Kippur;
1977 – Primeiro governo do Likud, após trinta anos de hegemonia trabalhista;
1979 – Acordo de paz com o Egito;
1982 – Primeira Guerra do Líbano;
1987 – Primeira Intifada;
1991 – Conferência de Madri;
1993 – Acordos de Oslo I;
1994 – Acordo de paz com a Jordânia;
1995 – Acordos de Oslo II; Assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin;
2000 – Retirada de tropas do sul do Líbano; Início da Segunda Intifada;
2002 – Início da construção do muro de separação;
2005 – Retirada de Israel de Gaza (setembro);
2006 – Segunda Guerra do Líbano;
2007 – Conferência de Annapolis (novembro);
2008 – Guerra em Gaza (dezembro a janeiro de 2009);
2009 – Benjamin Netanyahu toma posse como Primeiro-Ministro (31 de março).

Anexo II – Cronologia das Relações Bilaterais

1947 – Oswaldo Aranha preside a segunda Sessão Ordinária da AGNU, que aprovou a Resolução 181 (II) sobre a partilha da Palestina. Brasil votou favoravelmente (29 de novembro);

1948 – Declaração de Independência do Estado de Israel;

1949 – Admissão de Israel nas Nações Unidas; estabelecimento das relações bilaterais;

1950 – Vice-Presidente Café Filho visita Israel;

1952 – Criação da Legação do Brasil em Tel Aviv;

1956 – Crise de Suez; Brasil participa da Força de Emergência das Nações Unidas com um batalhão (até 1967);

1958 – Elevação da Legação à categoria de Embaixada; abertura da Embaixada de Israel no Brasil;

1959 – Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Golda Meir, ao Brasil;

1962 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas, a Israel;

1966 – Visita do Presidente de Israel Zalman Shazar;

1970 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa, a Israel;

1973 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban, ao Brasil;

1987 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, ao Brasil;

1995 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Luis Felipe Lampreia, a Israel;

2005 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (maio);

2005 – I Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);

2006 – II Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (novembro);

2007 – III Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);

2008 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (fevereiro);

IV Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (dezembro);

2009 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (janeiro) e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman, ao Brasil (julho);

Visita do Presidente Shimon Peres ao Brasil (novembro);

2010 – Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Israel (janeiro);

2010 – Visita do Presidente Lula a Israel (março);

2010 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (julho);

2010 – Visita do Ministro do Turismo do Brasil, Luís Eduardo Barretto, a Israel (setembro);

2010 – Visita do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Felix, a Israel (novembro);

2011 – Visita da Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Deputada Orit Noked (abril);

2011 – Visita do Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio);

2011 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto);

Visita do Ministro da Integração Nacional do Brasil, Fernando Bezerra, a Israel (outubro);

2012 – Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz (agosto).

Anexo III – Atos Bilaterais

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Convênio de Intercâmbio Cultural	24/6/1959	6/4/1964
Acordo Básico de Cooperação Técnica	12/3/1962	10/8/1964
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	6/3/1964	6/6/1964
Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962	11/5/1966	11/5/1966
Acordo sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos	1/9/1999	30/6/2000
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	12/12/2002	21/9/2005
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	12/12/2002	9/6/2006
Acordo de Assistência Mútua Administrativa para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras	19/6/2006	11/12/2009
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos	19/6/2006	5/6/2009
Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária	4/12/2007	27/1/2010
Acordo Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	6/8/2008	11/1/2012
Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	22/7/2009	14/6/2011
Acordo de Coprodução Cinematográfica	11/11/2009	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	11/11/2009	Tratado aprovado pelo Senado Federal em 2012; aguarda-se aprovação pelo Legislativo israelense

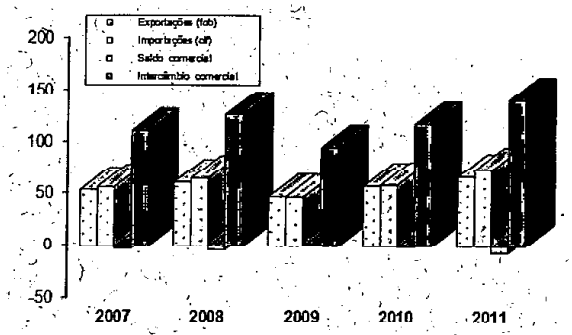
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área de Turismo	11/11/2009	7/7/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais	24/11/2010	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil

Anexo IV – Dados Econômico-Comerciais

ISRAEL: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	54,1	61,4	47,7	58,4	67,3	46,2	42,9
Importações (cif)	56,6	65,2	47,4	59,2	73,5	49,9	50,7
Saldo comercial	-2,5	-3,8	0,3	-0,8	-6,3	-3,7	-7,9
Intercâmbio comercial	110,6	126,5	95,1	117,6	140,8	96,1	93,6

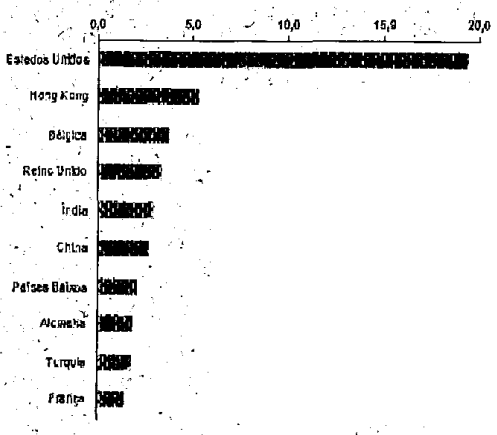
Elaborado pelo MPE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013



ISRAEL: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	19,4	28,8%	12,2	28,4%
Hong Kong	5,3	7,9%	3,3	7,7%
Bélgica	3,8	5,6%	2,0	4,6%
Reino Unido	3,4	5,0%	2,1	4,8%
Índia	3,0	4,5%	1,7	3,9%
China	2,7	4,0%	2,0	4,8%
Países Baixos	2,1	3,2%	1,5	3,6%
Alemanha	1,9	2,9%	1,1	2,6%
Turquia	1,9	2,8%	1,0	2,3%
França	1,5	2,3%	1,0	2,3%
...				
Brasil	***0,9***	***1,3%***	***0,6***	***1,4%***
Subtotal	**45,9**	**68,2%**	**28,5**	**66,5%**
Outros países	**21,4**	**31,8%**	**14,4**	**33,5%**
Total	**67,3**	**100,0%**	**42,9**	**100,0%**

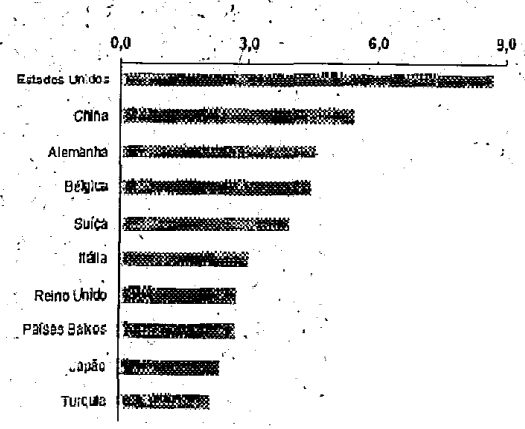


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

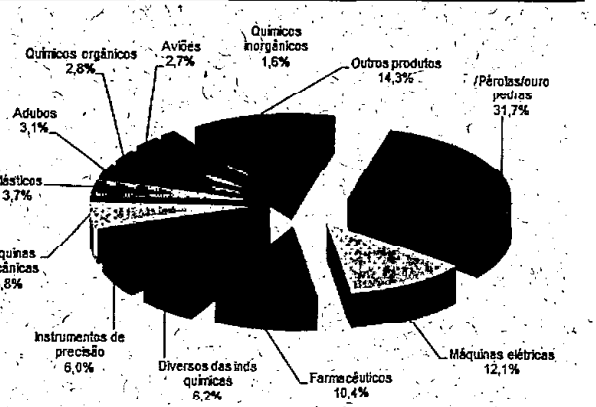
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	8,7	11,8%	6,3	12,3%
China	5,5	7,4%	3,7	7,3%
Alemanha	4,6	6,2%	3,2	6,2%
Bélgica	4,5	6,1%	2,4	4,7%
Suíça	4,0	5,4%	2,8	5,5%
Itália	3,1	4,2%	1,9	3,7%
Reino Unido	2,8	3,8%	1,8	3,5%
Países Baixos	2,6	3,6%	1,9	3,8%
Japão	2,4	3,3%	1,3	2,6%
Turquia	2,2	3,0%	1,5	2,9%
...				
Brasil	***0,230***	***0,3%***	***0,094***	***0,2%***
Subtotal	**40,6**	**55,1%**	**26,8**	**52,8%**
Outros países	**33,0**	**44,9%**	**23,9**	**47,2%**
Total	**73,6**	**100,0%**	**50,7**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - US$ bilhões

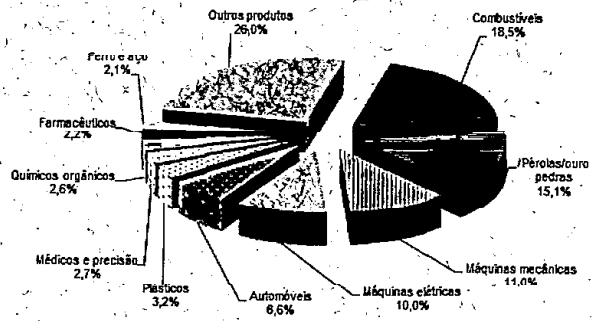
Descrição	2011	% no total
Pérolas/ouro/pedras	21,2	31,2%
Máquinas elétricas	8,2	12,1%
Farmacêuticos	7,0	10,4%
Diversos das inds químicas	4,2	6,2%
Instrumentos de precisão	4,0	6,0%
Máquinas mecânicas	3,9	5,8%
Plásticos	2,5	3,7%
Adubos	2,1	3,1%
Químicos orgânicos	1,9	2,8%
Aviões	1,9	2,7%
Químicos inorgânicos	1,1	1,6%
Subtotal	**58,1**	**85,7%**
Outros produtos	**9,7**	**14,3%**
Total	**67,8**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados de UNCTAD/ITC/Trademap

ISRAEL: COMPOSIÇAO DAS IMPORTAÇOES
2011 - US$ bilhões

Descrição	2011	% no total
Combustíveis	13,6	18,5%
Pérolas/ouro/pedras	11,1	15,1%
Máquinas mecânicas	8,1	11,0%
Máquinas elétricas	7,4	10,0%
Automóveis	4,9	6,6%
Plásticos	2,4	3,2%
Médicos e precisão	2,0	2,7%
Químicos orgânicos	1,9	2,6%
Farmacêuticos	1,6	2,2%
Ferro e aço	1,5	2,1%
Subtotal	**54,4**	**74,0%**
Outros produtos	**19,1**	**26,0%**
Total	**73,5**	**100,0%**



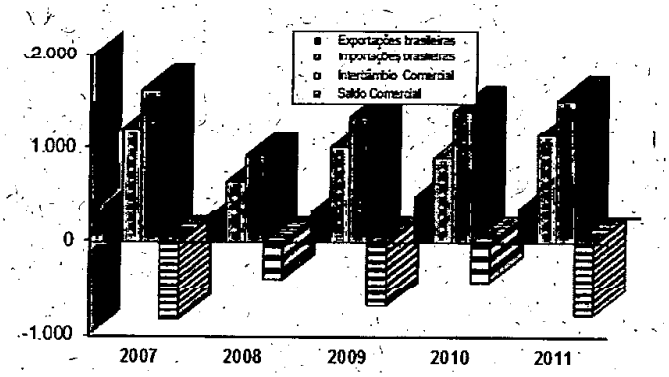
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados de UNCTAD/ITC/Trademap

BRASIL-ISRAEL: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**398,6**	**270,5**	**339,5**	**498,5**	**376,1**
Variação em relação ao ano anterior	12,0%	-32,1%	25,5%	46,8%	-24,6%
Importações brasileiras	**1.221,3**	**651,6**	**1.012,5**	**904,5**	**1.143,5**
Variação em relação ao ano anterior	80,5%	-46,7%	55,4%	-10,7%	26,4%
Intercâmbio Comercial	**1.619,9**	**922,1**	**1.352,1**	**1.403,0**	**1.519,6**
Variação em relação ao ano anterior	56,9%	-43,1%	46,6%	3,8%	8,3%
Saldo Comercial	**-822,8**	**-381,1**	**-673,0**	**-405,9**	**-767,5**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewob.

Israel foi o 47º parceiro comercial brasileiro e absorveu 0,33% das trocas comerciais brasileiras em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 6%, passando de US$ 1,6 bilhão para US$ 1,5 bilhão. Seguindo a mesma tendência as exportações e as importações recuaram cerca de 6%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou déficit de US$ 768 milhões em 2012.



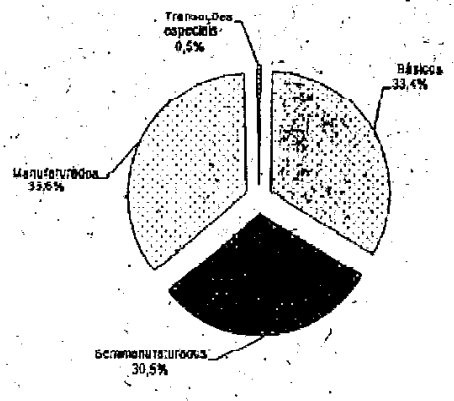
Brasil-Israel: exportações e importações, por fator agregado
US$ milhões, fob (2011)(1)

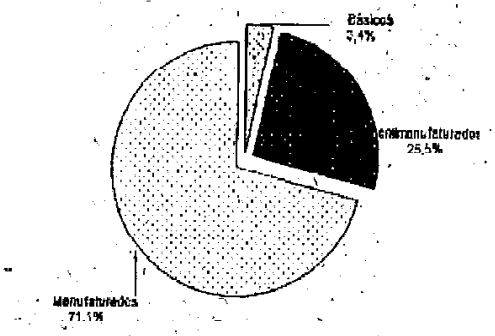
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	166,5	33,4%	31,1	3,4%
Semimanufaturados	152,2	30,5%	230,4	25,5%
Manufaturados	177,3	35,6%	642,6	71,1%
Transações especiais	2,5	0,5%	0,0	0,0%
Total	498,5	100,0%	904,5	100,0%

Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

(1) - Última posição disponível em 17/01/2012.

As exportações brasileiras para Israel são bem distribuídas entre produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Em 2011, os manufaturados responderam por 36% do total, seguidos dos produtos básicos, com 33%, e semimanufaturados, com 31%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 71% do total em 2012. Seguiram-se os semimanufaturados com 26% e os básicos com 3%.

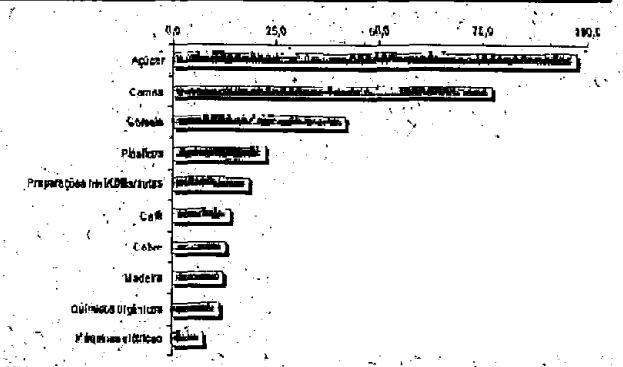




BRASIL ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açúcar	75,4	175,9	97,4	25,9%
Carnes	105,7	83,3	77,3	20,5%
Cereais	10,2	13,7	41,9	11,2%
Plásticos	11,7	30,0	22,7	6,0%
Preparações hortícolas/fruta	5,6	14,4	18,6	4,9%
Café	17,0	13,6	13,9	3,7%
Cobre	9,7	17,4	13,0	3,5%
Madeira	19,5	17,8	12,4	3,3%
Químicos orgânicos	13,0	14,7	11,7	3,1%
Máquinas elétricas	5,8	3,7	7,8	2,1%
Subtotal	273	386	317	84,2%
Outros produtos	67	114	60	15,8%
Total	340	499	376	100,0%

Exportações brasileiras para Israel, 2012

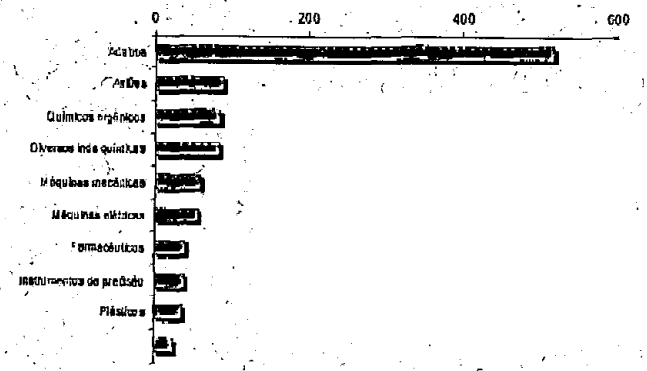


Elaboração do MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb

BRASIL-ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Adubos	488	385	517	45,2%
Aviões	31	41	89	7,8%
Químicos orgânicos	94	65	85	7,5%
Diversos inds químicas	38	42	83	7,2%
Máquinas mecânicas	61	57	60	5,3%
Máquinas elétricas	68	74	56	4,9%
Farmacêuticos	52	24	40	3,5%
Instrumentos de precisão	54	41	38	3,4%
Plásticos	12	15	36	3,2%
Combustíveis	30	39	25	2,2%
Subtotal	927	782	1.031	90,2%
Outros produtos	86	122	113	9,8%
Total	1.013	904	1.144	100,0%

Importações brasileiras originárias de Israel, 2012



Elaboração do MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb

Aviso nº 187 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 20/03/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS:10947/2013

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 20, de 2013 (Mensagem 95, de 14/3/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

A Senhora Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascido em São Jerônimo, Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 1959, filho de Heron Ramos Carvalho e Elizabeth Bueno Carvalho, graduou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1982. Ingressou na carreira de diplomata em 1983, após

ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Concluiu também o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2006, onde defendeu tese intitulada "O Brasil e o Protocolo de Quioto: Equidade e Parceria no Regime Multilateral de Mudança do Clima". Ascendeu a Conselheiro em 2003; e a Ministro de Segunda Classe em 2007.

O diplomata indicado desempenhou importantes cargos na chancelaria, na administração federal e no exterior. Foi Subchefe da Divisão de Meio Ambiente, em 1995; Assessor da Assessoria Especial da Presidência da República, em 2003; Conselheiro na Embaixada em Londres, em 2005 e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 até o presente.

Quanto aos postos para o qual foi indicado o Senhor Oswaldo Biato Júnior – Embaixador no Cazaquistão, no Turcomenistão e no Quirguiz, importa para esse Relatório trazer à colação algumas informações sobre esses países adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores, de maneira a ilustrar a sabatina de praxe.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática ela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com apenas menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira

reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico tem apresentado um crescimento crescente ao longo dos últimos anos, à exceção do ano de 2009, porém retomado em 2010, e alcançou em 2012 a cifra de 200,2 milhões de dólares, com superávit brasileiro de cerca de 40 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%). Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

Empresas brasileiras têm analisado a possibilidade de instalar unidades no Cazaquistão, de onde poderiam exportar com mais facilidade para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupo dos países da ex-União Soviética).

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km²

dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou. Ainda incipientes, as relações ganharam possibilidade de adquirir novo patamar desde a abertura da Embaixada residente em Astana (cumulativa com Ashgabat e Bíshkek)

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladoras (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu nos anos anteriores, e de aviões da Embraer, o que poderá impulsionar as cifras comerciais.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (198,5 mil km² e 5,5 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6 de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US$ 4,8 milhões, um queda de mais de US$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatinar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 20, DE 2013
(nº 95/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Os méritos do Senhor Demétrio Bueno Carvalho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00059/2013 MRE

Brasília, 1 de Março de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00059 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 1º de março de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *DEMÉTRIO BUENO CARVALHO*
CPF.: 239.970.601-34
ID.: 8610 MRE

1959	Filho de Heron Ramos Carvalho e Elizabeth Bueno Carvalho, nasce em 12 de julho em São Jerônimo/RS
Dados Acadêmicos:	
1982	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1983	CPCD - IRBr
1993	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr - O Brasil e o Protocolo de Quioto: Eqüidade e Parceria no Regime Multilateral de Mudança do Clima
Cargos:	
1984	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2007	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1985	Divisão Especial de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro, assistente
1986	Divisão das Nações Unidas, assessor
1987	Departamento de Organismos Internacionais, assistente
1989	Missão junto à Onu, Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário
1992	Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário
1995	Divisão de Meio Ambiente, assessor e Subchefe
1998	Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
2000	Embaixada no México, Primeiro-Secretário
2002	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
2003	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
2005	Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008	Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2013
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%), cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "*Majilis*" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Serik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlan Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 188,050 bilhões (Brasil: US$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 216,907 bilhões (Brasil: US$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 11.357 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 13.099 (Brasil: US$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ CAZAQUISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**10,5**	**18,4**	**40,3**	**75,2**	**52,6**	**57,8**	**37,6**	**87,4**	**190,3**	**200,2**
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	48,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	39,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev
Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagope. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o "boom" petrolífero. O "efeito Zhanaozen", referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado "geração *Bolashak*" ("futuro") a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o "Majilis" ("Conselho", a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões ("oblasts") do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua "política multivetorial", cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que buscam ocupar espaços na economia cazáque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em

apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um "boom" de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagan (9 bilhões de barris), Tingis (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente

conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado "Estratégia 2050". O novo plano sucederá o anterior, denominado "Estratégia 2030", o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da "Estratégia 2050" não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultan Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty
	ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.

2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

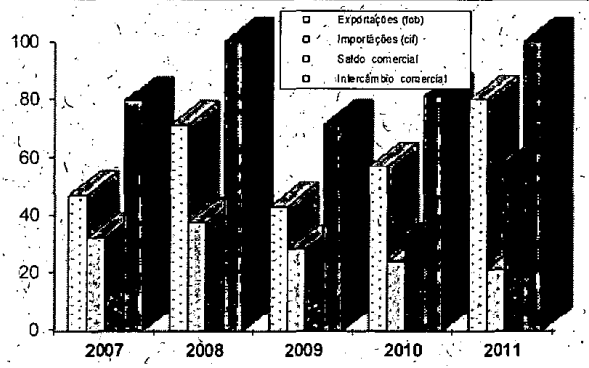
Dados econômico-comerciais

CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics, February 2013.

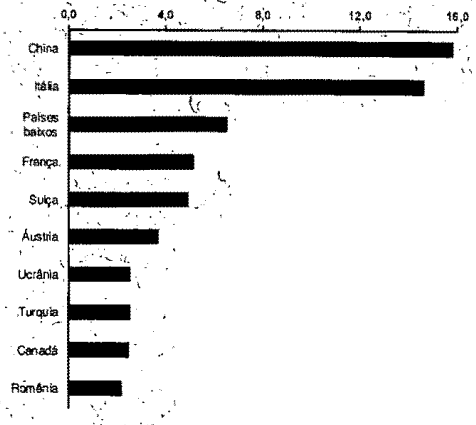


O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007,de US$ 79,6 bilhões para US$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suiça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
...				
Brasil	***0,05***	***0,1%***	***0,05***	***0,1%***
Subtotal	**61,1**	**76,2%**	**26,7**	**61,0%**
Outros países	**19,1**	**23,8%**	**17,1**	**39,0%**
Total	**80,2**	**100,0%**	**43,8**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

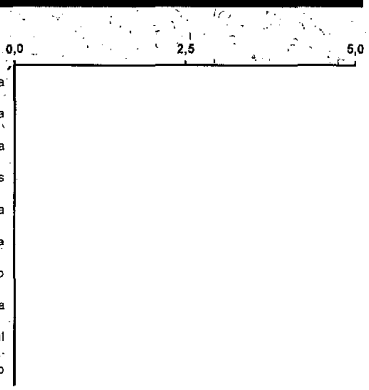
Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinados à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suiça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belárus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%
Coréia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,6%
...				
Brasil	***0,3***	***1,6%***	***0,1***	***0,3%***
Subtotal	**15,6**	**72,9%**	**16,3**	**57,4%**
Outros países	**5,8**	**27,1%**	**12,1**	**42,6%**
Total	**21,4**	**100,0%**	**28,4**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

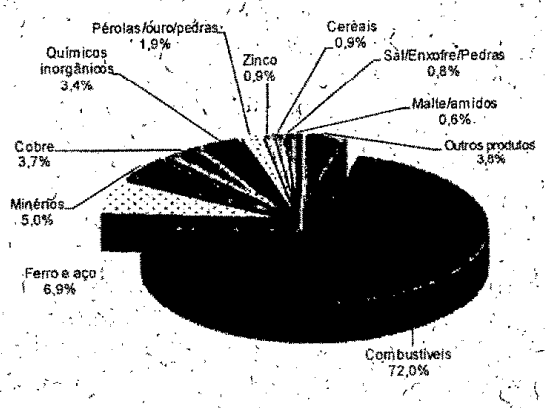
A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%); Ucrânia (8,2%); e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	72,0%
Ferro e aço	6,9%
Minérios	5,0%
Cobre	3,7%
Químicos inorgânicos	3,4%
Pérolas/ouro/pedras	1,9%
Zinco	0,9%
Cereais	0,9%
Sal/Enxofre/Pedras	0,8%
Malte/amidos	0,6%
Subtotal	**96,2%**
Outros produtos	**3,8%**
Total	**100,0%**



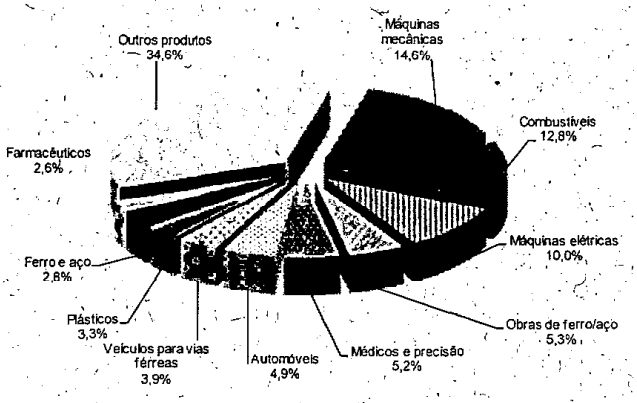
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%), minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	14,6%
Combustíveis	12,8%
Máquinas elétricas	10,0%
Obras de ferro/aço	5,3%
Médicos e precisão	5,2%
Automóveis	4,9%
Veículos para vias férreas	3,9%
Plásticos	3,3%
Ferro e aço	2,8%
Farmacêuticos	2,6%
Subtotal	**65,4%**
Outros produtos	**34,6%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

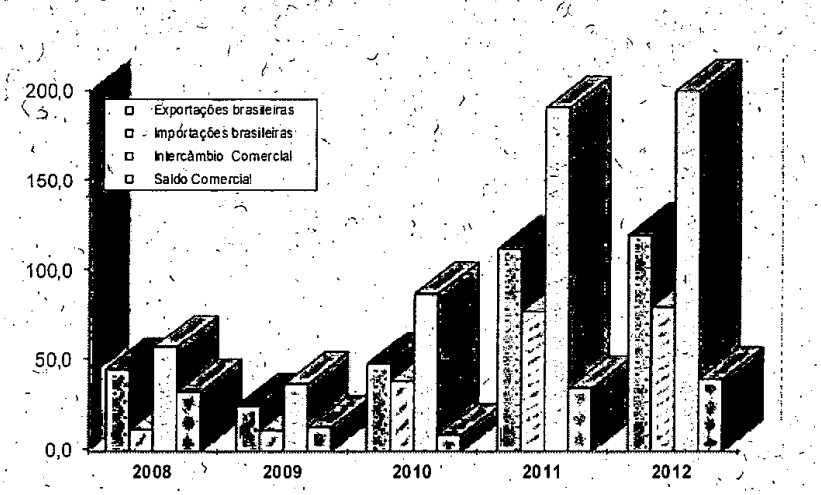
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%), obras de ferro e aço (5,3%), médicos e precisão (5,2%), e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**45,6**	**25,5**	**48,4**	**112,8**	**120,2**
Variação em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	133,0%	6,5%
Importações brasileiras	**12,2**	**11,8**	**39,1**	**77,7**	**80,1**
Variação em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	**57,8**	**37,3**	**87,5**	**190,4**	**200,2**
Variação em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	**33,4**	**13,6**	**9,3**	**35,1**	**40,1**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US$ 57,8 milhões, para US$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 556% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US$ 40 milhões em 2012.

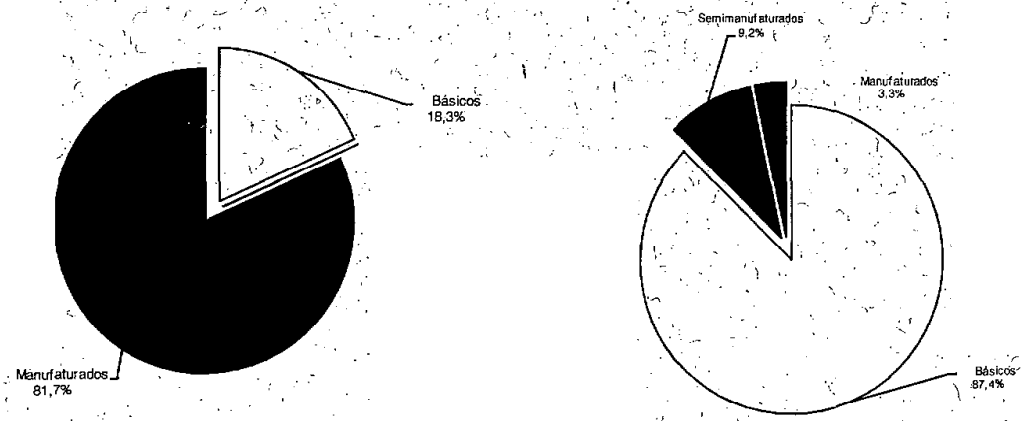


BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	**120,2**	**100,0%**	**80,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

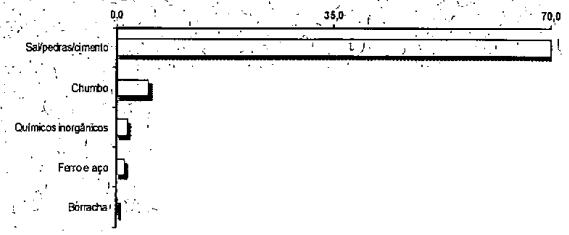
As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufaturados (9%) e dos manufaturados (3%).



BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Sal/pedras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%
Subtotal	**37,3**	**68,0**	**78,8**	**98,3%**
Outros produtos	**1,8**	**9,7**	**1,3**	**1,7%**
Total	**39,1**	**77,7**	**80,1**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias do Cazaquistão, 2012



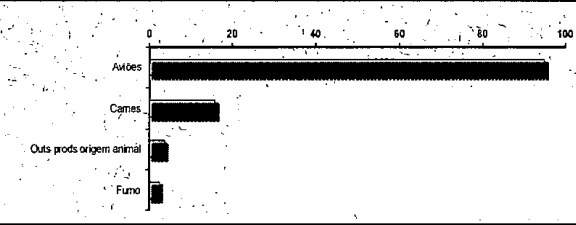
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewebb

As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Aviões	0	95	95	79,0%
Carnes	31	8	16	13,3%
Outs prods origem animal	0	0	4	3,0%
Fumo	7	5	2	2,0%
Subtotal	**37,9**	**108,2**	**116,9**	**97,3%**
Outros produtos	**10,5**	**4,6**	**3,3**	**2,7%**
Total	**48,4**	**112,8**	**120,2**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Cazaquistão, 2012

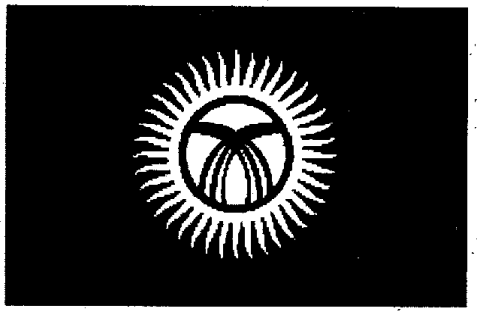


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewebb

Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ







Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhantoro Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyldaev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US$ 5,929 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 13,212 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 1.075 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 2.399 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**0,2**	**0,7**	**2,3**	**1,7**	**2,5**	**1,7**	**6,3**	**2,2**	**7,0**	**4,8**
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**0,2**	**0,7**	**2,3**	**1,7**	**2,5**	**1,7**	**6,3**	**2,2**	**7,0**	**4,8**
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após à queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduou-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunze, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido a acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Márques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US$ 50 mil ao Governo quirguiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrou de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de "vitrine da democracia na Ásia Central", em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-

soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar "métodos duros" em relação aos oposicionistas. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como "Revolução das Tulipas".

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição "Pelas Reformas". A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o "Pelas Reformas" viu vários de seus líderes migrarem para o "Frente Unida". O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida".

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise

corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato oposicionista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem maioria parlamentar. Acuado, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambaev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia em 2003, "para uso eterno", uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da "Força de Reação Rápida" da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de "leasing" em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel "não compensariam os riscos" associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirgúiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de "reformas de mercado", especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro "Kumptor", avaliada em US$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhantoro Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

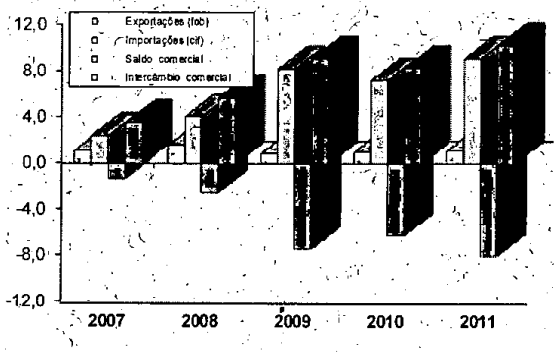
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

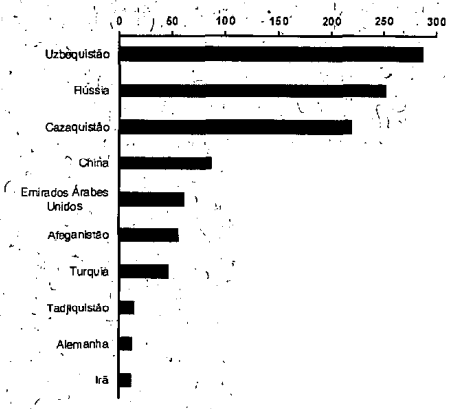


O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US$ 3,5 bilhões para US$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 276% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afeganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
...				
Brasil	***0,2***	***0,02%***	***0,0***	***0,00%***
Subtotal	**1.060**	**93,4%**	**816**	**92,9%**
Outros países	**75**	**6,6%**	**62**	**7,1%**
Total	**1.135**	**100,0%**	**878**	**100,0%**



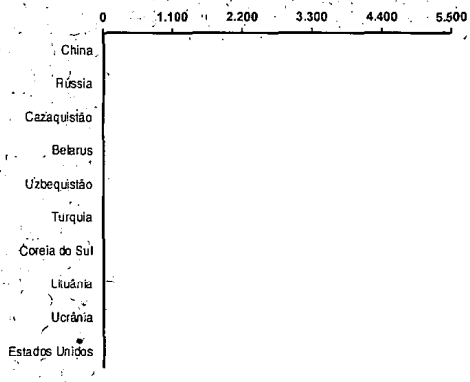
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,8%); Afeganistão (5%); e Turquia (5%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
...				
Brasil	***7,5***	***0,1%***	***4,2***	***0,1%***
Subtotal	**8.335**	**91,8%**	**6.433**	**92,0%**
Outros países	**744**	**8,2%**	**557**	**8,0%**
Total	**9.078**	**100,0%**	**6.990**	**100,0%**

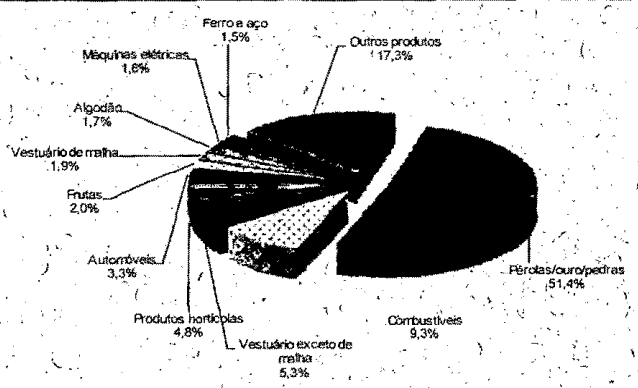


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	51,4%
Combustíveis	9,3%
Vestuário exceto de malha	5,3%
Produtos hortícolas	4,8%
Automóveis	3,3%
Frutas	2,0%
Vestuário de malha	1,9%
Algodão	1,7%
Máquinas elétricas	1,6%
Ferro e aço	1,5%
Subtotal	**82,7%**
Outros produtos	**17,3%**
Total	**100,0%**

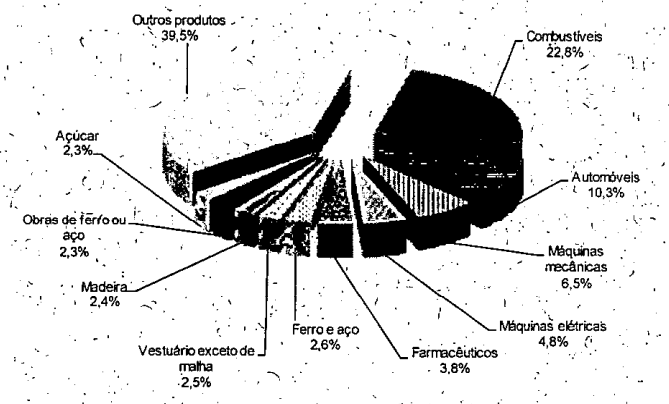


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%); e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	22,8%
Automóveis	10,3%
Máquinas mecânicas	6,5%
Máquinas elétricas	4,8%
Farmacêuticos	3,8%
Ferro e aço	2,6%
Vestuário exceto de malha	2,5%
Madeira	2,4%
Obras de ferro ou aço	2,3%
Açúcar	2,3%
Subtotal	**60,5%**
Outros produtos	**39,5%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

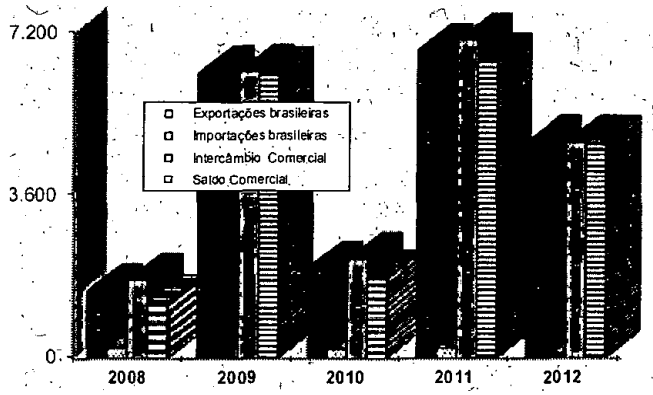
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**1.491**	**6.323**	**2.003**	**6.807**	**4.777**
Variação em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	**240**	**21**	**205**	**225**	**3**
Variação em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	**1.731**	**6.344**	**2.208**	**7.032**	**4.780**
Variação em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	**1.251**	**6.302**	**1.798**	**6.582**	**4.774**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US$ 1,7 milhão para US$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US$ 4,8 milhões.

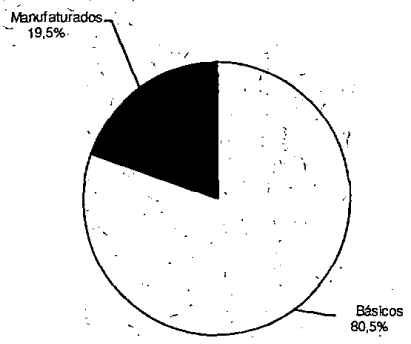


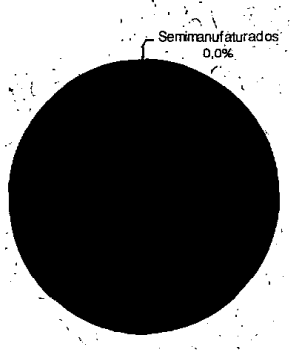
BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**4.777**	**100,0%**	**3,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.

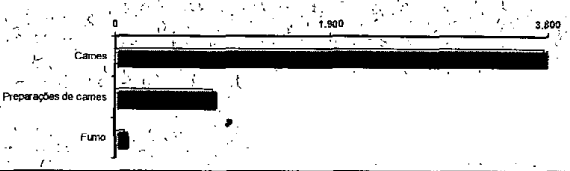




BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	568	3.938	3.764	78,8%
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%
Subtotal	**2.003**	**5.949**	**4.701**	**98,4%**
Outros produtos	**0**	**858**	**76**	**1,6%**
Total	**2.003**	**6.807**	**4.777**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Rep. Quirguiz, 2012



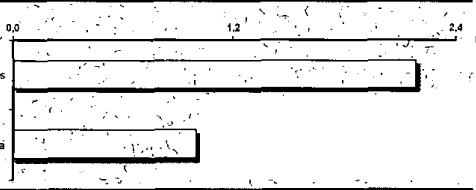
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%), e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%
Subtotal	**1,5**	**224,6**	**3,2**	**93,5%**
Outros produtos	**203,5**	**0,4**	**0,2**	**6,5%**
Total	**205,0**	**225,0**	**3,4**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Rep. Quirguiz, 2012

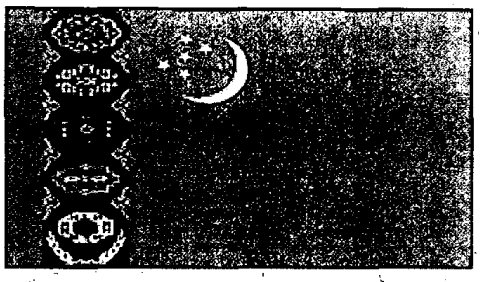


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

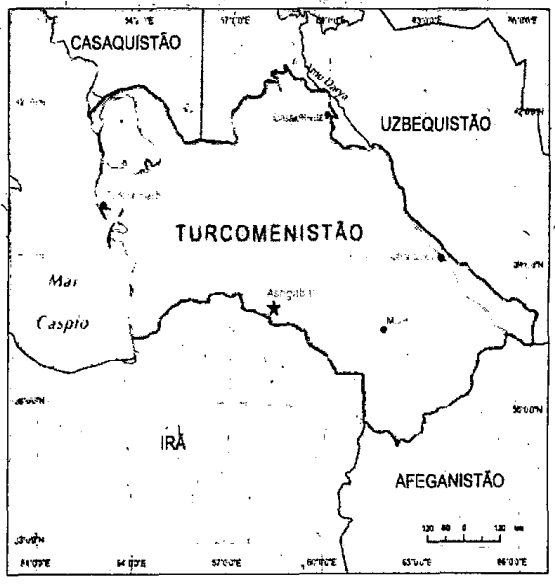
A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO







Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km² (aproximadamente duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US$ 28,062 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 48,093 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); - 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ TURCOMENISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**15,1**	**9,9**	**6,9**	**8,1**	**13,3**	**13,8**	**5,5**	**4,0**	**7,5**	**3,41**
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	-0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou- se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro "Olé Brasil Futebol Clube" e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que "é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento", e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde "se deve pensar em designar Embaixador". Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor "off-shore" no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid

Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, "alimentos em geral", além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, "Turkmenhowayollary" (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da "Turkmenhowayollary" para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são

entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa "Bouygues", que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* ("pai dos turcomenos", título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o "Partido Democrático", único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Khalk Maslahaty ("Conselho do Povo"), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da "União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão". O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de "partido único" que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou Mejlis. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da "neutralidade permanente". Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países-Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do "diálogo global para a paz e segurança". Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Europeia para a Ásia Central, Sra.

Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afeganistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante "Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão", que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Pakistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua

empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional "Turkmenhowayollary" duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

Cronologia das relações bilaterais

1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

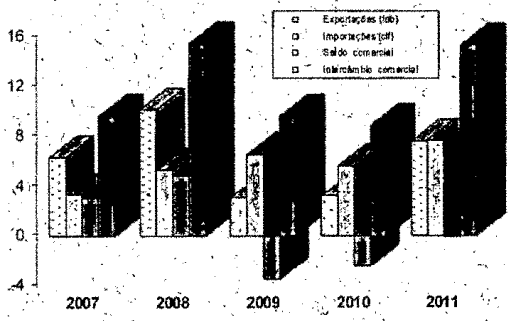
Dados econômico-comerciais

TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,6	7,7	5,8	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	-2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

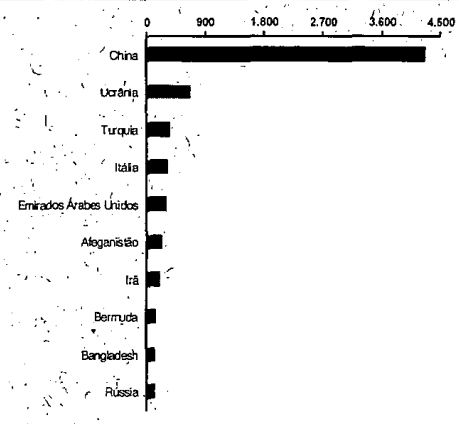


O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US$ 9,6 bilhões para US$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	669	8,8%	443	5,7%
Turquia	357	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afeganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
...				
Brasil	***0,34***	***0,0%***	***0,01***	***0,0%***
Subtotal	**6.782**	**89,4%**	**7.017**	**90,3%**
Outros países	**804**	**10,6%**	**753**	**9,7%**
Total	**7.586**	**100,0%**	**7.770**	**100,0%**



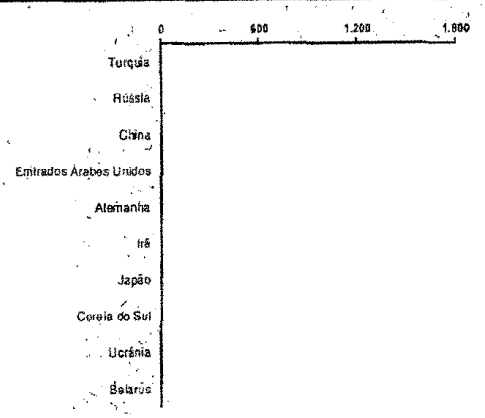
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48º lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.518	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	454	5,9%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	266	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
...				
Brasil	***7,88***	***0,1%***	***3,48***	***0,0%***
Subtotal	**6.066**	**78,9%**	**5.398**	**75,5%**
Outros países	**1.618**	**21,1%**	**1.750**	**24,5%**
Total	**7.684**	**100,0%**	**7.148**	**100,0%**



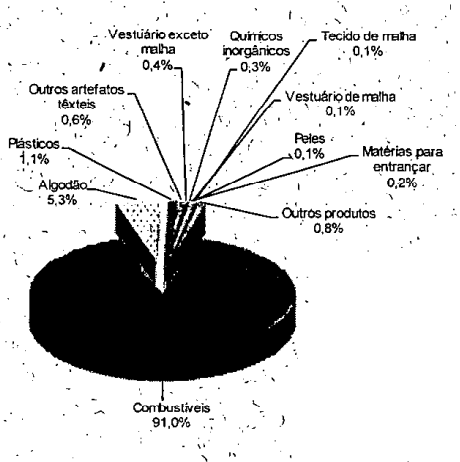
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - em %

Descrição	% no total
Combustíveis	91,0%
Algodão	5,3%
Plásticos	1,1%
Outros artefatos têxteis	0,6%
Vestuário exceto malha	0,4%
Químicos inorgânicos	0,3%
Matérias para entrançar	0,2%
Vestuário de malha	0,1%
Peles	0,1%
Tecido de malha	0,1%
Subtotal	**99,2%**
Outros produtos	**0,8%**
Total	**100,0%**



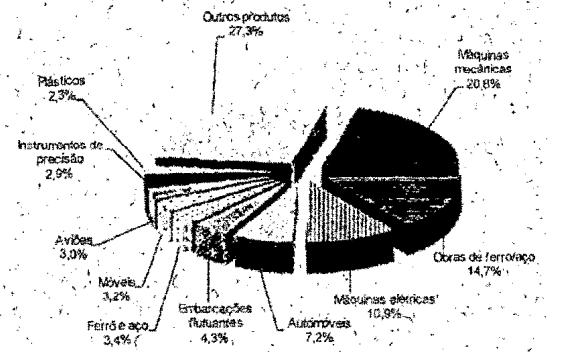
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	20,8%
Obras de ferro/aço	14,7%
Máquinas elétricas	10,9%
Automóveis	7,2%
Embarcações flutuantes	4,3%
Ferro e aço	3,4%
Móveis	3,2%
Aviões	3,0%
Instrumentos de precisão	2,9%
Plásticos	2,3%
Subtotal	**72,7%**
Outros produtos	**27,3%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

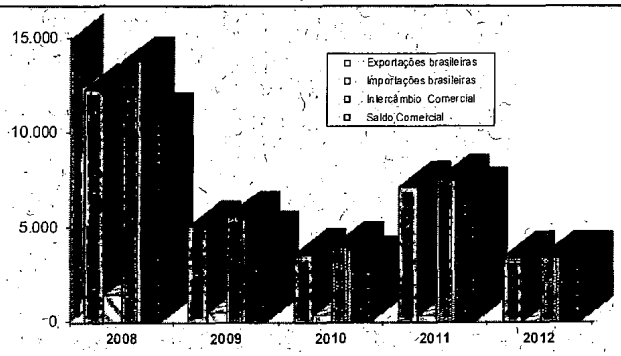
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**12.276**	**5.080**	**3.607**	**7.165**	**3.438**
Variação em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	**1.462**	**534**	**382**	**339**	**11**
Variação em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	**13.739**	**5.614**	**3.989**	**7.505**	**3.449**
Variação em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	**10.814**	**4.546**	**3.226**	**6.826**	**3.427**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US$13, 7 milhões em 2008 para US$ 3,5 milhões em 2012.

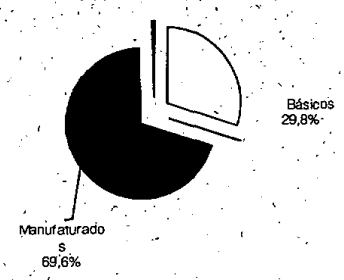


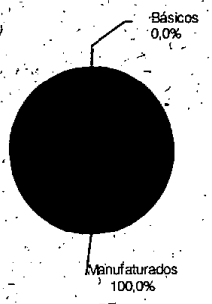
BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	---	---
Total	**3.438,0**	**100,0%**	**10,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

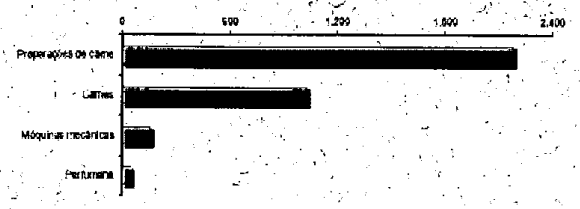
As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.





BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%
Carnes	0	0	1.026	29,8%
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%
Perfumaria	63	52	48	1,4%
Subtotal	**2.604**	**7.118**	**3.408**	**99,1%**
Outros produtos	**1.004**	**47**	**30**	**0,9%**
Total	**3.607**	**7.165**	**3.438**	**100,0%**

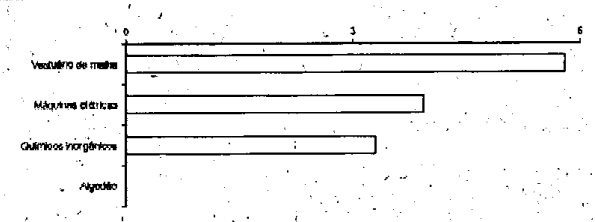


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Alicweb

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%
Subtotal	**242,8**	**338,9**	**10,9**	**100,0%**
Outros produtos	**139,1**	**0,5**	**0,0**	**0,0%**
Total	**381,9**	**339,4**	**10,9**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Alicweb

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas "T-Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e negros de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%), cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "*Majilis*" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Serik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlán Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 188,050 bilhões (Brasil: US$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 216,907 bilhões (Brasil: US$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 11.357 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 13.099 (Brasil: US$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ CAZAQUISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**10,5**	**18,4**	**40,3**	**75,2**	**52,6**	**57,8**	**37,6**	**87,4**	**190,3**	**200,2**
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	48,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	39,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev
Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagope. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o "boom" petrolífero. O "efeito Zhanaozen", referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado "geração *Bolashak*" ("futuro") a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o "Majilis" ("Conselho", a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões ("oblasts") do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua "política multivetorial", cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que

buscam ocupar espaços na economia cazaque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um "boom" de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagan (9 bilhões de barris), Tingis (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse

sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado "Estratégia 2050". O novo plano sucederá o anterior, denominado "Estratégia 2030", o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da "Estratégia 2050" não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultan Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty

	ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.
2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

Atos bilaterais

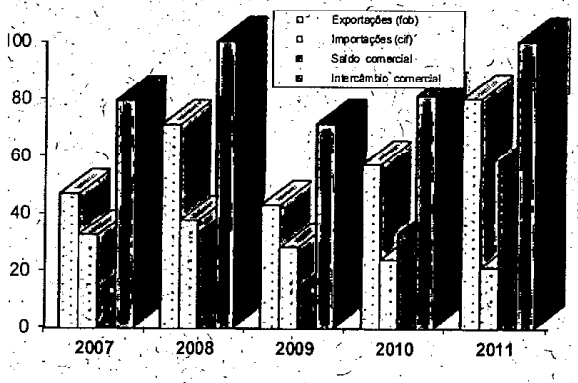
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

Dados econômico-comerciais

CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

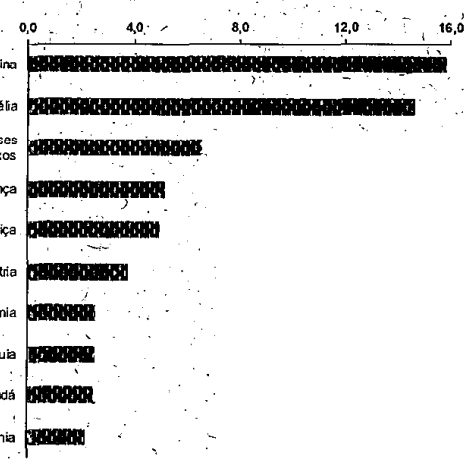
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics. February 2013.



O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007, de US$ 79,6 bilhões para US$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suiça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
...				
Brasil	*0,05*	*0,1%*	*0,05*	*0,1%*
Subtotal	**61,1**	**76,2%**	**26,7**	**61,0%**
Outros países	**19,1**	**23,8%**	**17,1**	**39,0%**
Total	**80,2**	**100,0%**	**43,8**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

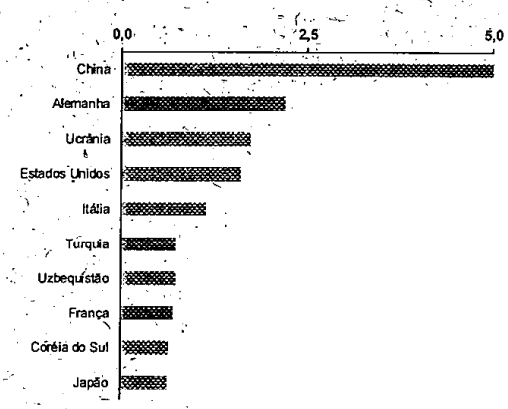
Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinados à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suiça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%
Coréia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,6%
Brasil	***0,3***	***1,6%***	***0,1***	***0,3%***
Subtotal	**15,6**	**72,9%**	**16,3**	**57,4%**
Outros países	**5,8**	**27,1%**	**12,1**	**42,6%**
Total	**21,4**	**100,0%**	**28,4**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Fmi Direction of Trade Statistics February 2013

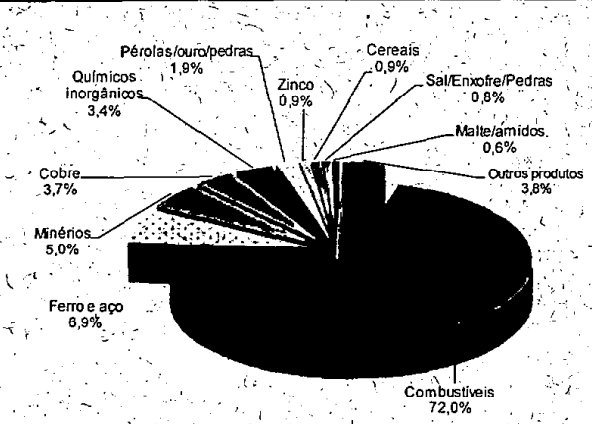
A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%), Ucrânia (8,2%), e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	72,0%
Ferro e aço	6,9%
Minérios	5,0%
Cobre	3,7%
Químicos inorgânicos	3,4%
Pérolas/ouro/pedras	1,9%
Zinco	0,9%
Cereais	0,9%
Sal/Enxofre/Pedras	0,8%
Malte/amidos	0,6%
Subtotal	**96,2%**
Outros produtos	**3,8%**
Total	**100,0%**



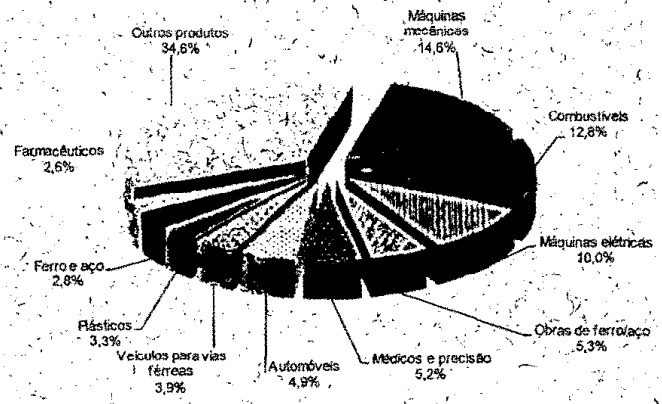
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%);minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	14,6%
Combustíveis	12,8%
Máquinas elétricas	10,0%
Obras de ferro/aço	5,3%
Médicos e precisão	5,2%
Automóveis	4,9%
Veículos para vias férreas	3,9%
Plásticos	3,3%
Ferro e aço	2,8%
Farmacêuticos	2,6%
Subtotal	**65,4%**
Outros produtos	**34,6%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

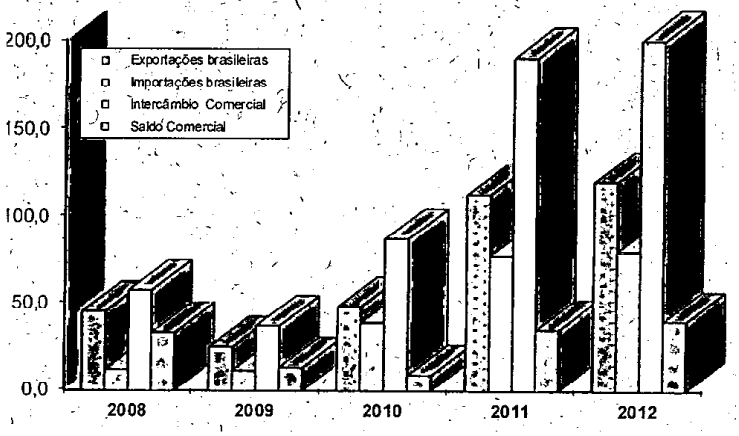
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%); obras de ferro e aço (5,3%);médicos e precisão (5,2%); e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**45,6**	**25,5**	**48,4**	**112,8**	**120,2**
Variação em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	133,0%	6,5%
Importações brasileiras	**12,2**	**11,8**	**39,1**	**77,7**	**80,1**
Variação em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	**57,8**	**37,3**	**87,5**	**190,4**	**200,2**
Variação em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	**33,4**	**13,6**	**9,3**	**35,1**	**40,1**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US$ 57,8 milhões, para US$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 556% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US$ 40 milhões em 2012.

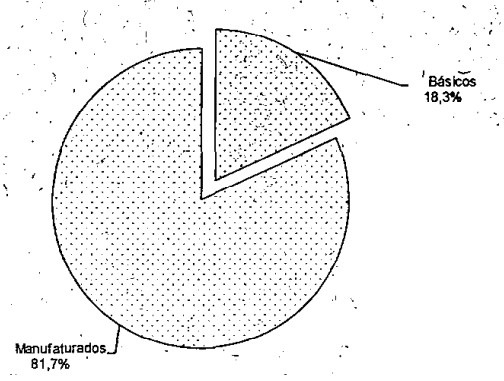


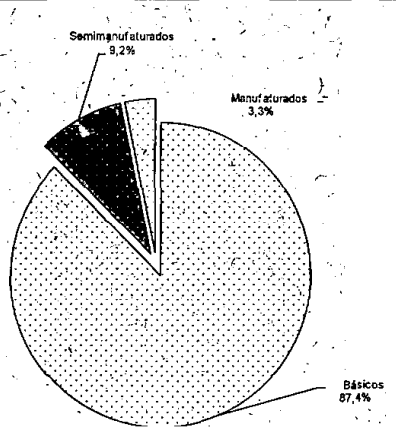
BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	**120,2**	**100,0%**	**80,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufaturados (9%) e dos manufaturados (3%).

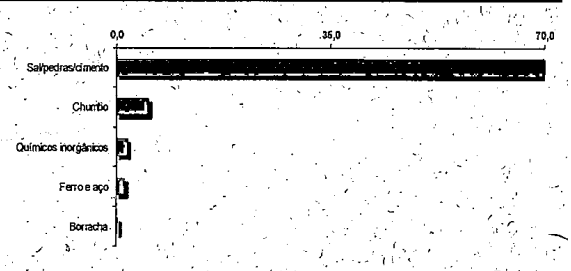




BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Sal/pedras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%
Subtotal	**37,3**	**68,0**	**78,8**	**98,3%**
Outros produtos	**1,8**	**9,7**	**1,3**	**1,7%**
Total	**39,1**	**77,7**	**80,1**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias do Cazaquistão, 2012



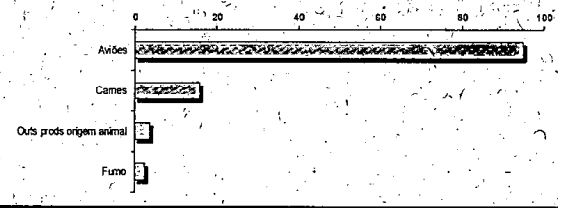
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Aviões	0	95	95	79,0%
Carnes	31	8	16	13,3%
Outs prods origem animal	0	0	4	3,0%
Fumo	7	5	2	2,0%
Subtotal	**37,9**	**108,2**	**116,9**	**97,3%**
Outros produtos	**10,5**	**4,6**	**3,3**	**2,7%**
Total	**48,4**	**112,8**	**120,2**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Cazaquistão, 2012

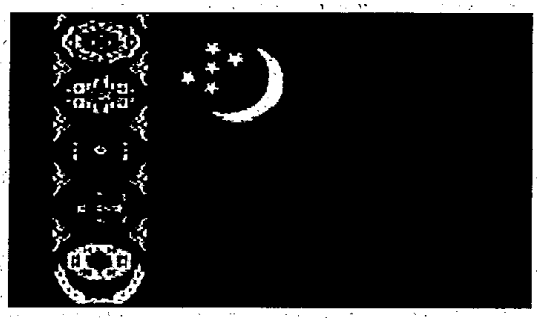


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

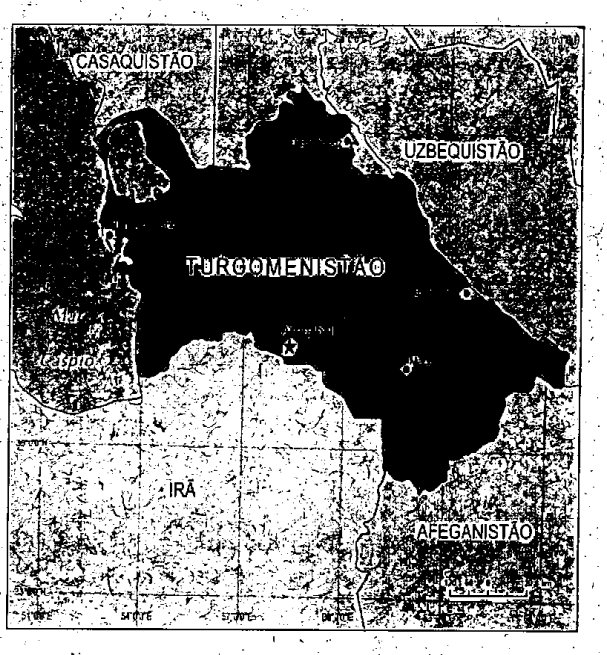
Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO







Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km² (aproximadamente duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US$ 28,062 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 48,093 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); - 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101° lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ TURCOMENISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**15,1**	**9,9**	**6,9**	**8,1**	**13,3**	**13,8**	**5,5**	**4,0**	**7,5**	**3,41**
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	-0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou-se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro "Olé Brasil Futebol Clube" e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que "é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento", e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde "se deve pensar em designar Embaixador". Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor "off-shore" no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, "alimentos em geral", além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, "Turkmenhowayollary" (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da "Turkmenhowayollary" para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores

planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa "Bouygues", que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* ("pai dos turcomenos", título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o "Partido Democrático", único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a

liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Khalk Maslahaty ("Conselho do Povo"), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da "União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão". O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de "partido único" que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou Mejlis. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da "neutralidade permanente". Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países-Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do "diálogo global para a paz e segurança". Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar

Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Europeia para a Ásia Central, Sra. Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afeganistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante "Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão", que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais

uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Pakistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional "Turkmenhowayollary" duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

Cronologia das relações bilaterais

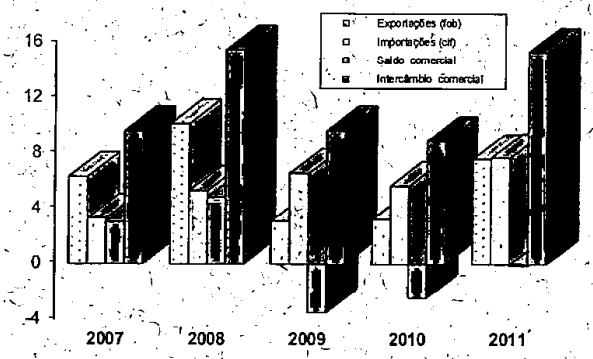
1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

Dados econômico-comerciais

TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,6	7,7	5,8	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	-2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics February 2013

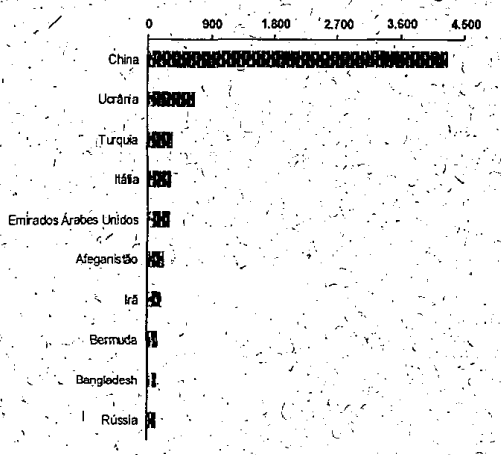


O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US$ 9,6 bilhões para US$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	669	8,8%	443	5,7%
Turquia	357	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afeganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
Brasil	***0,34***	***0,0%***	***0,01***	***0,0%***
Subtotal	**6.782**	**89,4%**	**7.017**	**90,3%**
Outros países	**804**	**10,6%**	**753**	**9,7%**
Total	**7.586**	**100,0%**	**7.770**	**100,0%**



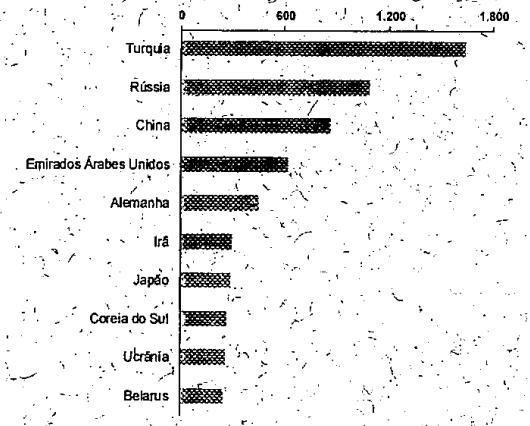
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48° lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.518	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	454	5,9%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	266	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
...				
Brasil	***7,88***	***0,1%***	***3,48***	***0,0%***
Subtotal	**6.066**	**78,9%**	**5.398**	**75,5%**
Outros países	**1.618**	**21,1%**	**1.750**	**24,5%**
Total	**7.684**	**100,0%**	**7.148**	**100,0%**

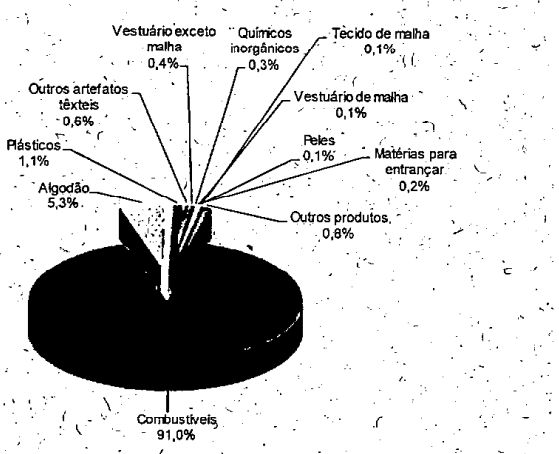


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics. February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Combustíveis	91,0%
Algodão	5,3%
Plásticos	1,1%
Outros artefatos têxteis	0,6%
Vestuário exceto malha	0,4%
Químicos inorgânicos	0,3%
Matérias para entrançar	0,2%
Vestuário de malha	0,1%
Peles	0,1%
Tecido de malha	0,1%
Subtotal	**99,2%**
Outros produtos	**0,8%**
Total	**100,0%**



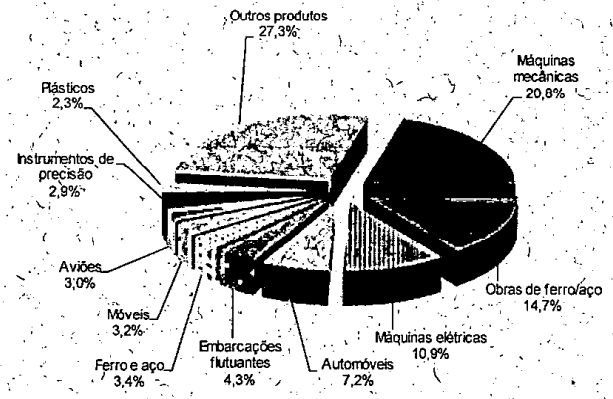
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	20,8%
Obras de ferro/aço	14,7%
Máquinas elétricas	10,9%
Automóveis	7,2%
Embarcações flutuantes	4,3%
Ferro e aço	3,4%
Móveis	3,2%
Aviões	3,0%
Instrumentos de precisão	2,9%
Plásticos	2,3%
Subtotal	**72,7%**
Outros produtos	**27,3%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

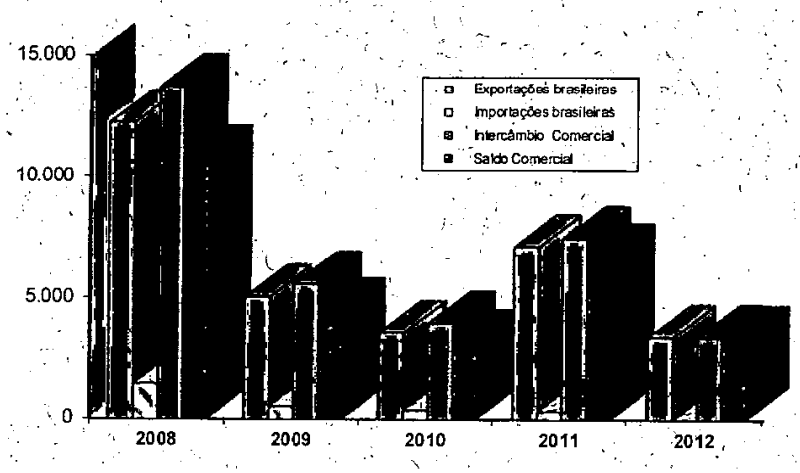
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**12.276**	**5.080**	**3.607**	**7.165**	**3.438**
Variação em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	**1.462**	**534**	**382**	**339**	**11**
Variação em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	**13.739**	**5.614**	**3.989**	**7.505**	**3.449**
Variação em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	**10.814**	**4.546**	**3.226**	**6.826**	**3.427**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US$13, 7 milhões em 2008 para US$ 3,5 milhões em 2012.

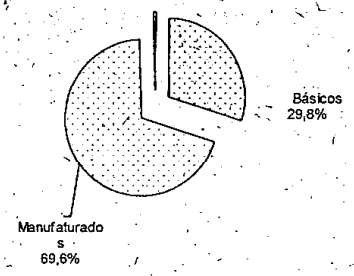


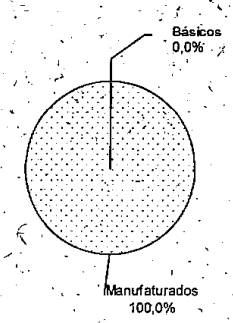
BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	—	—
Total	**3.438,0**	**100,0%**	**10,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial. com base em dados do MDIC.

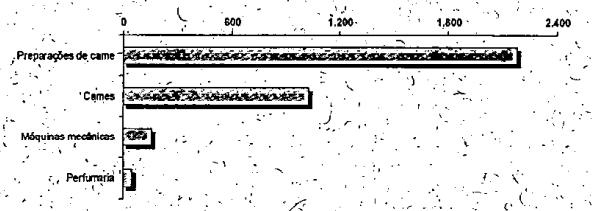
As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.





BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%
Carnes	0	0	1.026	29,8%
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%
Perfumaria	63	52	48	1,4%
Subtotal	**2.604**	**7.118**	**3.408**	**99,1%**
Outros produtos	**1.004**	**47**	**30**	**0,9%**
Total	**3.607**	**7.165**	**3.438**	**100,0%**

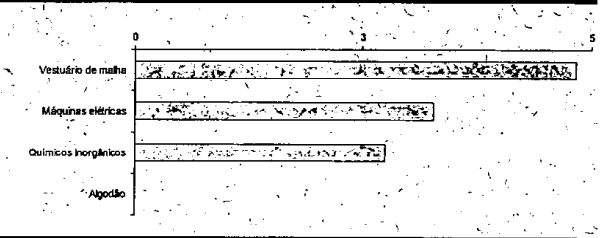


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%
Subtotal	**242,8**	**338,9**	**10,9**	**100,0%**
Outros produtos	**139,1**	**0,5**	**0,0**	**0,0%**
Total	**381,9**	**339,4**	**10,9**	**100,0%**

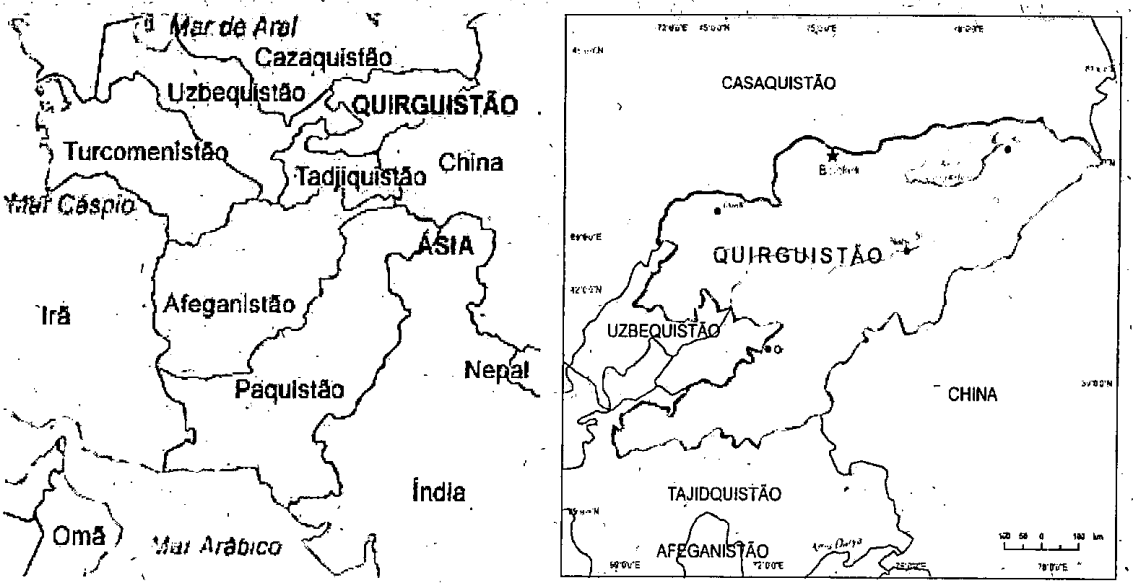


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas "T Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e negros de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhantoro Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyldaev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US$ 5,929 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 13,212 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 1.075 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 2.399 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL ⇒ REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**0,2**	**0,7**	**2,3**	**1,7**	**2,5**	**1,7**	**6,3**	**2,2**	**7,0**	**4,8**
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após a queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduou-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunze, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El-Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido a acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US$ 50 mil ao Governo quirguiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que

empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrou de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de "vitrine da democracia na Ásia Central", em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar "métodos duros" em relação aos oposicionistas. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como "Revolução das Tulipas".

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição "Pelas Reformas". A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o "Pelas Reformas" viu vários de seus líderes migrarem para o "Frente Unida". O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida".

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato oposicionista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem

maioria parlamentar. Acuado, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambaev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia em 2003, "para uso eterno", uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da "Força de Reação Rápida" da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova

base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de "leasing" em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel "não compensariam os riscos" associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirguiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de "reformas de mercado", especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros

internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro "Kumptor", avaliada em US$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhantoro Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

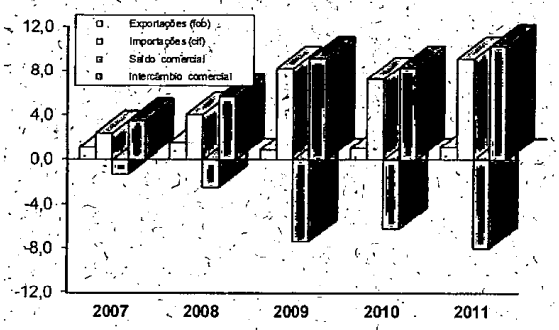
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

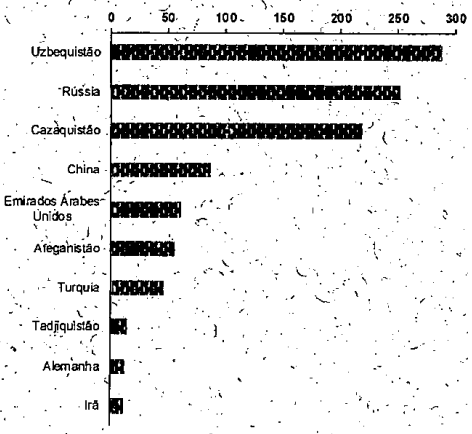


O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US$ 3,5 bilhões para US$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 276% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afeganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
...				
Brasil	***0,2***	***0,02%***	***0,0***	***0,00%***
Subtotal	**1.060**	**93,4%**	**816**	**92,9%**
Outros países	**75**	**6,6%**	**62**	**7,1%**
Total	**1.135**	**100,0%**	**878**	**100,0%**



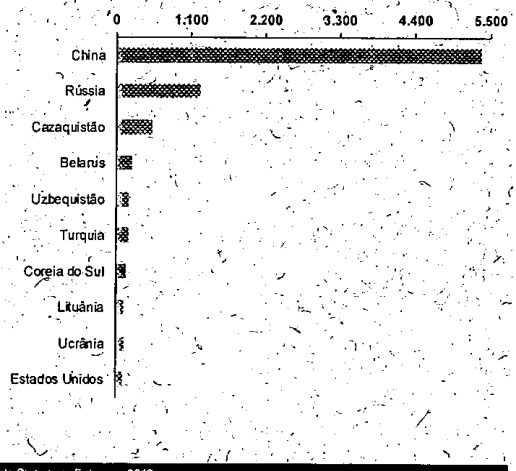
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,8%); Afeganistão (5%); e Turquia (5%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
...				
Brasil	***7,5***	***0,1%***	***4,2***	***0,1%***
Subtotal	**8.335**	**91,8%**	**6.433**	**92,0%**
Outros países	**744**	**8,2%**	**557**	**8,0%**
Total	**9.078**	**100,0%**	**6.990**	**100,0%**

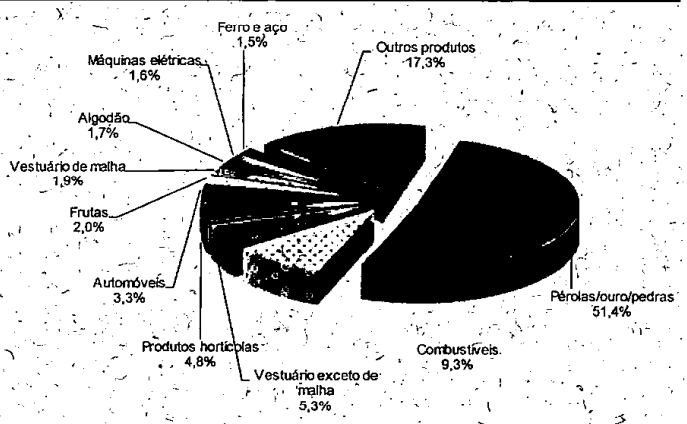


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	51,4%
Combustíveis	9,3%
Vestuário exceto de malha	5,3%
Produtos hortícolas	4,8%
Automóveis	3,3%
Frutas	2,0%
Vestuário de malha	1,9%
Algodão	1,7%
Máquinas elétricas	1,6%
Ferro e aço	1,5%
Subtotal	**82,7%**
Outros produtos	**17,3%**
Total	**100,0%**

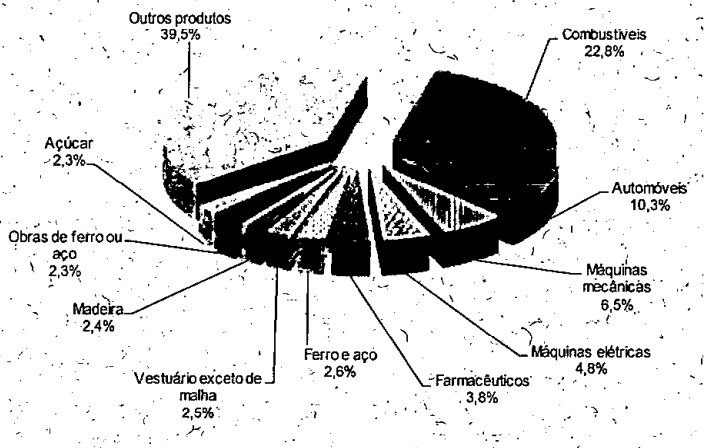


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%); e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	22,8%
Automóveis	10,3%
Máquinas mecânicas	6,5%
Máquinas elétricas	4,8%
Farmacêuticos	3,8%
Ferro e aço	2,6%
Vestuário exceto de malha	2,5%
Madeira	2,4%
Obras de ferro ou aço	2,3%
Açúcar	2,3%
Subtotal	**60,5%**
Outros produtos	**39,5%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

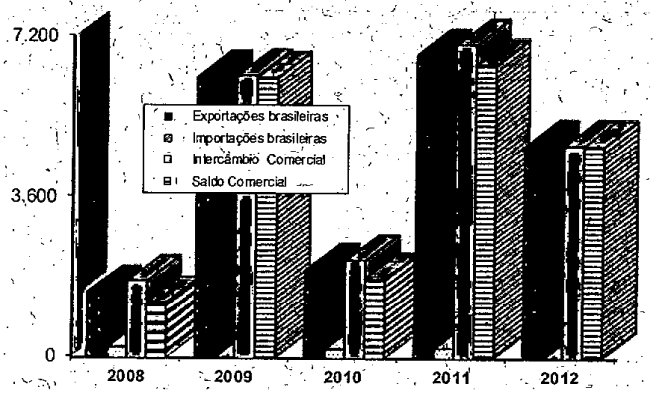
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**1.491**	**6.323**	**2.003**	**6.807**	**4.777**
Variação em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	**240**	**21**	**205**	**225**	**3**
Variação em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	**1.731**	**6.344**	**2.208**	**7.032**	**4.780**
Variação em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	**1.251**	**6.302**	**1.798**	**6.582**	**4.774**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US$ 1,7 milhão para US$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US$ 4,8 milhões.

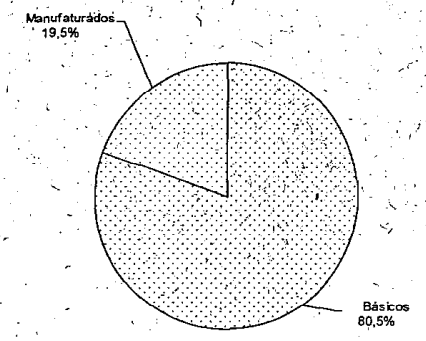


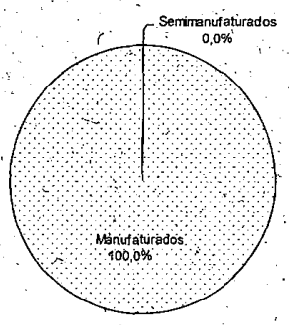
BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**4.777**	**100,0%**	**3,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.

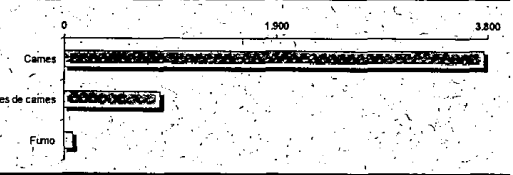




BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	568	3.938	3.764	78,8%
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%
Subtotal	**2.003**	**5.949**	**4.701**	**98,4%**
Outros produtos	**0**	**858**	**76**	**1,6%**
Total	**2.003**	**6.807**	**4.777**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Rep. Quirguiz, 2012



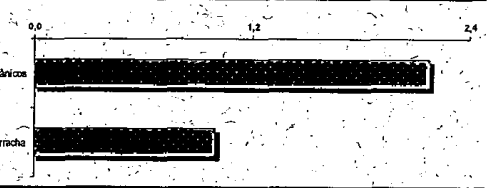
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewеb

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%); e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%
Subtotal	**1,5**	**224,6**	**3,2**	**93,5%**
Outros produtos	**203,5**	**0,4**	**0,2**	**6,5%**
Total	**205,0**	**225,0**	**3,4**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Rep. Quirguiz, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewеb.

A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

Aviso nº 188 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 20/03/2013.
Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10951/2013

4

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 26, de 2013 (Mensagem nº 129, de 8 de abril de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto do Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). À luz disso damos início à análise curricular do indicado, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo MRE.

Consta no documento que o Ministro Marcus Camacho Vincenzi entrou para o Curso Preparatório à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, em 1966, tendo se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte e ascendido à atual condição de Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2009.

2

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a Assistência da Divisão da África (1969), da Divisão de Produtos de Base (1970), da Divisão de Política Comercial (1972), do Departamento de Organismos Internacionais (1980); a assessoria internacional da Vice-Presidência da República (1990); e a chefia do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro (2008).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Washington (1972); junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (1976); em Bogotá (1984 e 1998); em Londres (1987); em Nova Iorque (1995); em Beirute (2002); e em Londres (2011).

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador, a Dinamarca, é uma monarquia constitucional com 99% de índice de alfabetização e expectativa de vida de 78,8 anos. A estimativa é de que três mil brasileiros vivem na Dinamarca.

A cooperação bilateral é promissora no âmbito acadêmico (sobretudo em face do programa Ciência Sem Fronteiras), nas áreas de energia renovável, mudança climática e agropecuária. No âmbito do concerto político, as posições brasileira e dinamarquesa nos fóruns internacionais são coincidentes.

No âmbito comercial, as exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados; em 26%, básico; em 4%, semifaturados. Quanto às importações provenientes da Dinamarca, elas são, em mais de 99%, compostas por produtos farmacêuticos. Segundo dados do Banco Central, os investimentos diretos dinamarqueses no Brasil somaram US$ 483 milhões, ao passo que o Brasil investiu US$ 156 milhões naquele país. Somam dez o número de empresas dinamarquesas no Brasil e dois o número de empresas brasileiras na Dinamarca.

No que atine à Lituânia, trata-se de democracia parlamentarista que conta com a figura de uma Presidente, como no Brasil. Seu poder legislativo é unicameral, o índice de alfabetização é de 99,78% e a maioria da população é católica.

Assim como a Dinamarca, a Lituânia possui posições coordenadas no campo internacional com o Brasil, apoiando-o em seus

principais pleitos nos fóruns internacionais, assim como comércio bilateral em consistente aumento nos últimos anos.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 26, DE 2013
(nº 129, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Os méritos do Senhor Marcus Camacho de Vincenzi que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de abril de 2013.

EM nº 00086/2013 MRE

Brasília, 22 de Março de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00086 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de março de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCUS CAMACHO DE VINCENZI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

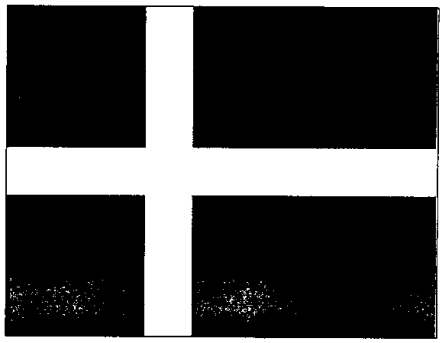
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MARCUS CAMACHO DE VINCENZI*
CPF.: 239.970.601-34
ID.: 8610 MRE

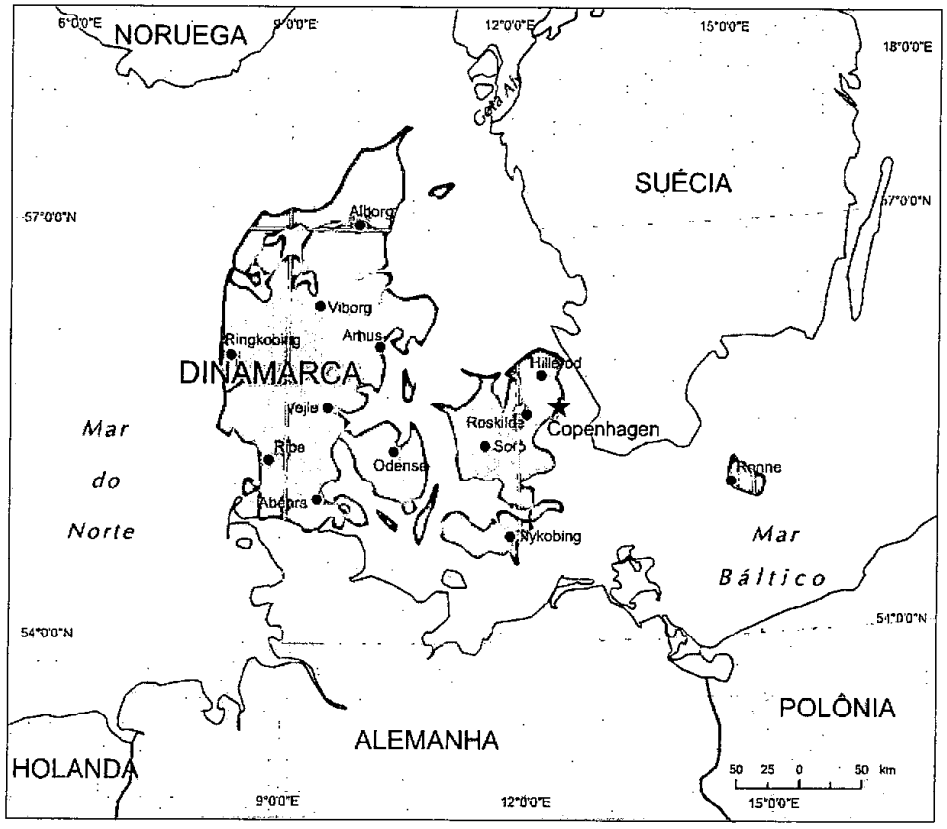
1946	Filho de Oscar Raphael Castro e Silva de Vincenzi e Dora Yedda de Vincenzi, nasce em 21 de março, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1966	CPCD - IRBr
Cargos:	
1967	Terceiro Secretário
1971	Segundo-Secretário
1977	Primeiro-Secretário
1981	Conselheiro
1990	Ministro de Segunda Classe
1994	Ministro de Primeira Classe
2009	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1967	Cerimonial, Assistente
1969	Divisão da África, Assistente
1970	Divisão de Produtos de Base, Assessor
1972	Divisão de Política Comercial, Assessor
1972	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
1976	Missão junto à ALALC, Montevidéu, Segundo e Primeiro-Secretário
1980	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor
1984	Embaixada em Bogotá, Conselheiro
1987	Embaixada em Londres, Conselheiro
1990	Vice-Presidência da República, Assessor Internacional
1992	Presidência da República, Cerimonial, Chefe
1995	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral
1998	Embaixada em Bogotá, Embaixador
2002	Embaixada em Beirute, Embaixador
2005	Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Geral
2008	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Chefe
2011	Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO DA DINAMARCA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	43.094 km^2, mais 1.399 km^2 das Ilhas Féroe e 2.166.086 km^2 da Groenlândia
POPULAÇÃO (2012)	5,58 milhões de habitantes, mais 57.695 na Groenlândia e 49.483 nas Ilhas Féroe
IDIOMA OFICIAL	Dinamarquês (o feroês, o groenlandês e o alemão são línguas regionais; 86% dos dinamarqueses falam inglês como língua estrangeira)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Igreja Evangélica Luterana da Dinamarca (74% – religião oficial do país); ateus (20%); outros cristãos (3%); muçulmanos (3%);
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Folketinget*)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (desde outubro de 2011; Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Villy Søvndal (Partido Socialista Popular)
PIB NOMINAL (2012)	US$ 311,5 bilhões
PIB PPP (2012)	US$ 231,7 bilhões
PIB NOMINAL *PER CAPITA* (2012)	US$ 55.625
PIB PPP *PER CAPITA* (2012)	US$ 41.378
VARIAÇÃO DO PIB	-0,4% (2012); 0,9% (2011); 2,1% (2010); -5,2% (2009)
IDH (2012)	0,901 (14ª posição entre 185 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA (2012)	78,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2012)	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (DEZ/2012)	6,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa
EMBAIXADOR DA DINAMARCA EM BRASÍLIA	Svend Roed Nielsen
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	3 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**292,6**	**316,2**	**389,2**	**487,4**	**636,8**	**777,0**	**609,0**	**911,8**	**1.140,9**	**1.168,6**
Exportações	107,3	128,1	151,9	219,9	279,5	320,3	257,8	367,7	408,1	446,6
Importações	185,3	188,1	237,3	267,5	357,3	456,7	351,2	544,1	732,8	721,9
Saldo	-78,0	-60,0	-85,4	-47,6	-77,8	-136,4	-93,4	-176,4	-324,7	-275,3

Fonte: MDIC. Valores em US$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rainha Margrethe II da Dinamarca

A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, e remonta ininterruptamente ao século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906).

Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 16 de abril de 1940, em Amalienborg, filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Seu aniversário é a data nacional da Dinamarca.

Casou-se em 1967 com o diplomata francês Henri-Marie-Jean-André, Conde de Laborde de Monpezat, hoje Príncipe Henrik. São filhos do casal o Príncipe Herdeiro Frederik (nascido em 1968) e o Príncipe Joachim (nascido em 1969).

Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Integra o Conselho de Estado desde 1958 e é Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas.

A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na *London School of Economics*.

A Rainha e sua família – composta pelo Príncipe Consorte, Henrik, seus dois filhos, Frederik e Joachim, e sua nora, Princesa Alexandra – desfrutam de elevado prestígio no país. A Rainha não tem intenção de abdicar em favor do Príncipe Herdeiro, tendo manifestado em diversas ocasiões que pretende "cumprir com essa obrigação até que chegue o meu fim".

Antes de seu casamento, visitou o Brasil, em 1966. A Rainha Margrethe II realizou visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Helle Thorning-Schmidt
Primeira-Ministra da Dinamarca

Helle Thorning-Schmidt, líder do Partido Social-Democrata, é a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra da Dinamarca.

Nasceu em 1966 e formou-se em ciência política pela Universidade de Copenhague. Estudou no Colégio Europeu de Bruges, onde conheceu seu marido, Stephen Kinnock, filho do político trabalhista britânico Neil Kinnock. Casaram-se em 1996 e têm duas filhas.

Helle Thorning-Schmidt iniciou sua carreira como consultora da Confederação Dinamarquesa de Sindicatos. Ingressou no Parlamento em 1999 e, em 2005, foi eleita líder do Partido Social-Democrata, então na oposição.

Sua eleição para a liderança do partido ocorreu em momento difícil para os social-democratas. O Partido, tradicionalmente o maior do país, havia perdido apelo junto ao centro do eleitorado e precisava recuperar espaço. Thorning-Schmidt, assim, foi escolhida como alguém que poderia aproximar o partido da classe média. A estratégia surtiu efeito e Thorning-Schmidt levou o partido à vitória nas eleições de 2011.

Villy Søvndal
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca

Villy Søvndal nasceu em 4 de abril de 1952, em família de pequenos agricultores, no pequeno vilarejo de Linde, na região da Jultândia. Em 1976, iniciou estudos de magistério no Seminário de Kolding, vindo a se formar em 1980. Entre 1980 e 1992, Villy Søvndal lecionou na escola municipal de Kolding.

Sua carreira política iniciou-se em 1982, quando foi eleito para a Câmara Municipal de Kolding. Ali, presidiu a Comissão de Temas Sociais por muitos anos. Foi Diretor do Fundo de Pensão dos Pedagogos entre 1991 e 1994, quando foi eleito para o Parlamento, onde foi Porta-Voz de Defesa e Políticas Sociais do Partido Socialista-Popular (SF). Em 2005, Søvndal assumiu a liderança do partido. As suas habilidades comunicativas levaram a um crescimento constante do SF, que teve em 2007 seu melhor desempenho eleitoral, quando o partido cresceu de 11 para 23 assentos. Nas eleições de setembro de 2011, porém o partido obteve apenas 16 assentos, tendo parte de seus eleitores migrado, aparentemente, para o Partido Radical e para a Lista Unitária, agremiação mais à esquerda.

Esse resultado forçou os Socialistas-Populares a ceder influência em assuntos econômicos no Governo para o Partido Radical, agremiação de centro, mantendo terreno na área externa com a nomeação de Søvndal para a Chancelaria.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilateriais do Brasil com a Dinamarca são tradicionalmente cordiais. Ambos os países compartilham valores no plano internacional, e a Dinamarca apoia a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O aspecto econômico-comercial do relacionamento tem especial relevo.

Recentemente, tem sido digno de nota o interesse mútuo no desenvolvimento de parcerias na área de ciência, tecnologia e inovação. Foi assinado, em fevereiro de 2011, Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e seu congênere dinamarquês para cooperação nas áreas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação. A Ministra da Ciência e da Tecnologia da Dinamarca realizou missão ao Brasil, em março de 2011.

Universidades dinamarquesas têm manifestado interesse pelo Programa Ciência sem Fronteiras. No segundo semestre de 2012, havia pouco mais de 30 brasileiros realizando pesquisa ou parte de seus cursos de graduação ou pós-graduação em universidades dinamarquesas, no âmbito do Programa.

Entre 2007 e 2009, o crescente interesse mútuo culminou em sequência de visitas: em abril de 2007, o então Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen visitou o Brasil e, em setembro do mesmo ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Dinamarca. Em 2009, o Presidente Lula esteve por duas vezes na Dinamarca (outubro e dezembro) para participar da escolha da sede das Olimpíadas de 2016, e da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), respectivamente.

No campo da política externa, há ampla faixa de coincidência e afinidades entre as posições de ambos os países. Brasil e Dinamarca partilham os ideais de coexistência internacional, defendendo a solução pacífica de controvérsias e valorizando o papel de organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação internacional. De modo geral, a Dinamarca tem dado apoio regular a candidaturas brasileiras em organismos internacionais, inclusive a um assento permanente no CSNU. A Dinamarca, inclusive, co-patrocinou projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Os setores empresariais do país têm claro interesse pela exportação de seus produtos para a crescente classe média brasileira. Diante dos efeitos da atual crise financeira, a Dinamarca vem dando prioridade ao relacionamento com os BRICS, como forma de abrir novos mercados e equilibrar as contas do país. O foco comercial está nitidamente retratado pela recente visita ao Brasil do Príncipe

Herdeiro Frederik, de 16 a 21 de setembro de 2012, acompanhado de expressiva delegação empresarial.

Por ocasião da Rio+20, em junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro bilateral com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt. Além dos temas multilaterais, as duas Chefes de Governo demonstraram interesse mútuo no aprofundamento da cooperação tecnológica, científica e educacional, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras. A PM Thorning-Schmidt ressaltou ainda o interesse dinamarquês no envolvimento do Brasil no "Global Green Growth Forum – 3GF", voltado para parcerias no âmbito da "economia verde".

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

As relações de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Brasil e a Dinamarca são regidas pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em junho de 1986 e em vigor desde 1989.

Foram assinados entre os dois países, em 2007, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e o Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Em fevereiro de 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o MEC brasileiros e o Ministério da Ciência, Inovação e Educação Superior dinamarquês, com vistas a dinamizar a cooperação na área.

Foi assinado, ainda, em outubro de 2011, Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando ampara o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

A área de Ciência de Alimentos é uma das mais promissoras do relacionamento bilateral em CT&I. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Dinamarquesa de Ciência, Tecnologia e Inovação (DASTI) já mantêm cooperação nessa área, tendo identificado quatro eixos potenciais para a ação conjunta: pós-colheita, compostos bioativos, percepção do consumidor e produtos orgânicos de origem animal.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Dinamarquês para Pesquisa Estratégica (DCSR) também mantêm cooperação nessa área, da qual resultaram dois editais de pesquisa conjunta.

Comércio Bilateral

O aumento contínuo da renda oriunda do setor exportador é uma das principais diretrizes da economia dinamarquesa. No caso do comércio com o Brasil, a estratégia dinamarquesa parece estar colhendo frutos. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 50%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US$ 777 milhões, para US$ 1,2 bilhão. A participação da Dinamarca no comércio exterior brasileiro foi de 0,25% em 2012. A Dinamarca foi o 54° parceiro comercial brasileiro em 2012.

As exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados, seguidos dos básicos, com 26%, e dos semimanufaturados, com 4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade, 99,3% do total em 2011. Produtos farmacêuticos (na sua maioria, medicamento contendo insulina, em doses) e resíduos das indústrias alimentares (na sua maioria, bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja) são os principais grupos de produtos exportados para a Dinamarca. Em 2012, os dois grupos juntos somaram 79% das vendas brasileiras. Destacaram-se, ainda, café/chá (5%); e madeira (4%).

O principal produto do comércio bilateral Brasil-Dinamarca é a insulina, o que se deve ao comércio intrafirma da multinacional dinamarquesa Novo Nordisk, que tem fábrica em Minas Gerais.

Os dez principais grupos de produtos importados dos dinamarqueses pelo Brasil representaram 93% do total da pauta de 2012. Destacaram-se: máquinas mecânicas (19%); produtos farmacêuticos (18%); químicos orgânicos (14%); produtos diversos das indústrias químicas (11%); instrumentos médicos e de precisão (9%); e máquinas elétricas (9%).

Em 2012, as exportações brasileiras para Dinamarca cresceram 9,45% em relação a 2011, de US$ 408,07 milhões para US$ 446,64 milhões. As importações brasileiras originárias da Dinamarca, em 2012, decresceram 1,5% em relação a 2011, de US$ 732,8 milhões para US$ 721,97 milhões.

Segundo dados do MDIC de 2011, 365 empresas efetivaram vendas para Dinamarca, com destaque para Novo Nordisk Farmacêutica, Amaggi (agronegócio) e Usina de Açúcar Santa Terezinha, ao passo que cerca de 1.540 empresas brasileiras compraram produtos dinamarqueses, entre as quais se destacaram a Novo Nordisk Farmacêutica, a Vestas (aerogeradores) e a Lundbeck Farmacêutica.

Desde 1999 o saldo da balança comercial é desfavorável ao Brasil, com déficits de US$ 93,4 milhões em 2009, US$ 176,4 milhões em 2010, US$ 324,7 milhões em 2011 e US$ 275,3 milhões em 2012.

A empresa dinamarquesa Novozymes A/S, uma das principais empresas de produção de enzimas industriais do mundo, anunciou, em julho de 2010, a assinatura de memorando de entendimento com a brasileira Dedini S/A, a fim de

facilitar a produção de etanol de celulose no Brasil. Ademais, firmou, em outubro de 2010, acordo de cooperação com a Petrobras para o desenvolvimento de etanol a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

Investimentos

Os ingressos de investimento direto da Dinamarca no Brasil, em 2012, somaram US$ 483 milhões, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB). As principais empresas dinamarquesas que investem no Brasil são: Moller-Maersk (logística); Exact Invest e Brazilian Development (investimentos imobiliários); Novo Nordisk, Novozymes e Leo Pharma (medicamentos); GN Netcom (telecomunicações); Targit Brasil (consultoria); e Vestas (equipamentos para geração de energia eólica). Além delas, destacaram-se, na última década (2001-2011), os investimentos dinamarqueses no setor de petróleo e gás natural.

O Brasil investiu US$ 156 milhões na Dinamarca em 2011 e US$ 20 milhões em 2012. O alto custo da mão-de-obra, a elevada carga tributária e a reduzida dimensão do mercado local são dificuldades impostas à internacionalização das empresas brasileiras em direção à Dinamarca. A Metalfrio e a Stefanini são empresas brasileiras que investem no mercado dinamarquês.

Em julho de 2011, a empresa dinamarquesa A.P. Moller - Maersk recebeu autorização das autoridades brasileiras para compra integral das ações da empresa SK do Brasil Ltda, pelo valor de US$ 2.4 bilhões. Essa aquisição garantiu à Maersk participação em três campos de prospecção costeira: 40% do BM-C-008, campo Polvo, operado pela BP; 27 % do BM-C-032, com três descobertas em Itaipu, operado pela BP; e 20% do BM-C-030, Wahoo, operado pela Anadarko. A Maersk detém participação em outros campos e, com esta aquisição, fortalece a política de tornar a subsidiária brasileira, nas palavras do Diretor Jakob Thomason, em "área central para a Maersk Oil".

Empresas dinamarquesas no Brasil

MOLLER-MAERSK: Empresa de grande porte do setor de logística, presente no Brasil desde 1913, atua na fabricação e transporte de contêineres, operação de terminais portuários, perfuração e exploração de petróleo. Atualmente, além do transporte internacional de cargas, sobretudo entre o Brasil e Ásia, a empresa também opera no ramo de navegação de cabotagem, com três navios que ligam o Sul-Sudeste do Brasil a Manaus, e na operação de terminais nos principais portos do país. Como prestadora de serviços, a companhia dinamarquesa oferece apoio às plataformas de petróleo da Petrobras.

EXACT INVEST: Opera no ramo de financiamento de projetos imobiliários, principalmente unidades habitacionais voltadas para a classe média, além de Shopping Centers. Possui filial em Fortaleza.

FALCK NUTEC BRASIL: Empresa do grupo Falck, de bandeira dinamarquesa, com 103 anos de atividades ininterruptas, e atua no mercado com 23 filiais em 16 países. É a maior provedora mundial de treinamentos em segurança marítima. No Brasil, a Falck Nutec está sediada, desde 2005, na cidade de Macaé-RJ, somando até o momento quase 90 mil treinamentos realizados no período, para todas as bacias que compõem o complexo petrolífero nacional.
BRAZILIAN DEVELOPMENT: Empresa atuante em investimentos imobiliários residenciais e comerciais, com atividades centradas em Fortaleza, especializada em imóveis com padrão arquitetônico diferenciado, design escandinavo, dotados de sistemas integrados de tecnologia e neutros em termos de emissões de dióxido de carbono.
NOVO NORDISK: Fabricante de medicamentos para diabetes. Presente no Brasil desde 1990, a Novo Nordisk consolidou sua presença no país em 2002, quando comprou o laboratório de produção de insulina Biobrás. Inaugurou, em 2007, fábrica de insulinas em Minas Gerais, com investimentos de cerca de US$ 200 milhões.
NOVOZYMES: Produtora de enzimas e processos enzimáticos, a empresa instalou, em 1989, unidade industrial em Araucária, Paraná.
GN NETCOM: Empresa do setor de telecomunicações, fabricante de acessórios para celulares, telefones fixos, computadores e call centers, abriu centro de comercialização e distribuição no Brasil em 2011.
TARGIT BRASIL: Prestadora de serviços de consultoria em "business intelligence", estabeleceu subsidiária no Brasil em 2010.
VESTAS: Fabricante de equipamentos de geração de energia eólica, estabeleceu parceria com o grupo espanhol Gonvarri para construir torres eólicas em Pernambuco. Além disso, a empresa prevê, até o final de 2011, a entrada em funcionamento de fábrica de montagem de nacelles (a estrutura no topo da torre onde ficam as turbinas geradoras), em Fortaleza.
LEO PHARMA: Laboratório farmacêutico especializado no desenvolvimento de produtos para tratamento dermatológico, instalou filial no Brasil em 2009, voltada para distribuição de seus produtos, com investimento inicial de US$ 7,5 milhões e planos de investir cerca de 70 milhões até 2015 na expansão da companhia.

Empresas brasileiras na Dinamarca

METALFRIO SOLUTIONS: A empresa do setor de refrigeração comercial possui escritório de vendas e centro de distribuição em Aalestrup. Em 2006, a Metalfrio adquiriu ativos localizados na Dinamarca anteriormente pertencentes à Caravell, parte de um dos grupos mais tradicionais deste setor no mundo.
STEFANINI: Empresa prestadora de serviços e soluções para informática e consultoria, com sede em Jaguariúna/SP. Possui escritório na Dinamarca desde 2010.

Eventos e missões de promoção de investimentos

Em junho de 2011, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, manteve encontro com o então Ministro de Economia e Negócios da Dinamarca, Brian Mikkelsen. Foram tratados na reunião, dentre outros assuntos, investimentos produtivos em alta tecnologia (indústria farmacêutica, química fina, processamento de alimentos e logística), bem como cooperação em energia, óleo e gás.

O Ministro Pimentel ressaltou os setores de portos, aeroportos e logística como áreas com significativo potencial de contribuição para investimentos dinamarqueses no Brasil. Os Ministros brasileiro e dinamarquês referiram-se à conveniência de que seja assinado Memorando de Entendimento para promover a cooperação bilateral, por meio do qual seria criado Grupo de Trabalho sobre comércio e investimentos. Os termos do acordo estariam em fase final de negociação.

Assuntos Consulares

Segundo dados do controle de estrangeiros do Estado dinamarquês, havia pouco mais de 3 mil brasileiros residentes no país, em 2011. Cerca de 90% desse universo é composto por mulheres casadas com cidadãos dinamarqueses. Em sua maior parte, trata-se de contingente com nível intermediário de escolaridade. Sua integração à vida dinamarquesa apresenta níveis bastante satisfatórios, notadamente no que se refere ao acesso a serviços básicos de saúde e educação infantil.

O número de vistos temporários de trabalho emitidos pelo Setor Consular da Embaixada do Brasil em Copenhague chegou a cerca de 500 ao ano, em 2011 e 2012.

POLÍTICA INTERNA

O atual Governo, que assumiu em outubro de 2011, é sustentado por coalizão heterogênea de centro-esquerda, cuja coordenação tem se mostrado um desafio para a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (do Partido Social-Democrata): equilibrar os interesses do Partido Radical (de centro) - cujo programa é mais próximo dos partidos de centrodireita, agora na oposição – com os do Partido Socialista-Popular, dissidência do Partido Comunista Dinamarquês que pela primeira vez em sua história integra um Governo. Some-se a isso o fato de se tratar de Governo de minoria, que para passar legislação no Parlamento necessita do apoio da Lista Unitária, agremiação de extrema-esquerda.

A Dinamarca conta com um sistema político multipartidário, no qual, desde 1909, nenhum partido conseguiu obter a maioria isoladamente. Apenas quatro gabinetes contaram com a maioria no Parlamento desde a Segunda Guerra Mundial.

Há 179 cadeiras no Parlamento. Os parlamentares são eleitos por meio de eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o Governo for dissolvido antes). 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois, nas Ilhas Faroe e dois, na Groenlândia.

A composição atual do parlamento dinamarquês é a seguinte: os social-democratas (44 assentos), os social-liberais (17 assentos) e o Partido Socialista do Povo (16 assentos) compõem a coalizão de Governo, de orientação de centro-esquerda. O Partido Liberal foi o líder da coalizão do Governo anterior e é o partido de maior bancada (47 assentos), mas não conseguiu formar coalizão que lhe permitisse governar. Há, ainda, o Partido do Povo Dinamarquês (22 assentos), de extrema direita; a Lista Unitária (12 assentos), de extrema esquerda; a Aliança Liberal (9 assentos) e os Conservadores (8 assentos), ambos de direita. Por fim, dois representantes eleitos por partidos das Ilhas Faroe e dois, por partidos groenlandeses.

Diante da necessidade de manter a coalizão, Thorning-Schmidt viu-se obrigada a manter as linhas gerais da política econômica do Governo anterior, que contava com o apoio do Partido Radical e cuja manutenção fora condição para a participação deste partido na coalizão. Na prática, o Partido Radical detém o controle da área econômica, criando assim uma esfera de atrito com o Partido Socialista Popular e a Lista Unitária.

O afastamento do Partido SD de sua linha de atuação histórica vem corroendo o relacionamento do partido com seus tradicionais aliados, os grandes sindicatos de trabalhadores.

Por seu turno, a participação, pela primeira vez, do Partido Socialista-Popular numa coalizão de Governo também teve custos. O Chanceler Villy Søvndal perdeu, recentemente, a liderança do partido e políticos que o apoiavam perderam pastas ministeriais.

A fim de equilibrar as contas públicas e obedecer a acordos europeus, o Governo procedeu a cortes impopulares em benefícios como o auxílio-desemprego e auxílio-doença (que ainda são generosos) e os pacotes de políticas pró-emprego lançadas em 2012 não surtiram efeito: o desemprego em 2012 foi maior que o esperado.

Nesse cenário, há chances de que as próximas eleições tenham lugar antes do previsto.

Groenlândia

A Groenlândia tem ampla autonomia política e administrativa, mas sua política externa e de defesa são conduzidas pelo Reino da Dinamarca. O atual arranjo foi definido pela Lei de Autonomia da Groelândia, de 2009. O Governo groenlandês conta com escritórios de representação em Copenhague e em Bruxelas (junto à União Europeia).

Na medida em que o tema do Ártico ganha proeminência na agenda internacional, o papel da Groenlândia, suas perspectivas de desenvolvimento e seu relacionamento com a Dinamarca vêm sendo revistos. As principais fontes de divisas da Groenlândia provêm das exportações de frutos do mar e das transferências unilaterais de recursos da Dinamarca. As mudanças climáticas ameaçam afetar negativamente a indústria pesqueira groenlandesa, mas podem facilitar a navegação, o que, somado a descobertas de recursos minerais, apresenta novas perspectivas para o desenvolvimento da região. Até muito recentemente, a opinião corrente na Dinamarca era de que a Groenlândia era mero destino de benefícios sociais. Agora, é o acesso do país à região ártica.

Em 2012, apenas um projeto expressivo de extração mineral (ouro) estava em operação na Groenlândia, mas dois outros grandes projetos estavam em fase pré-operacional: um de alumínio, com investimentos de cerca de US$ 4 bilhões para a produção de 400 mil toneladas ao ano, a cargo da gigante norte-americana ALCOA; e outro, administrado por mineradora sediada em Londres (com financiamento chinês), implicará investimentos da ordem de US$ 2,2 bilhões para a produção de 15 mil toneladas anuais de minério de ferro. Os projetos esbarram na falta de mão-de-obra qualificada e nos altos custos (salários, transporte e infraestrutura).

As perspectivas de exploração de petróleo e gás na região têm chamado o interesse da comunidade internacional. Estima-se haver reservas de petróleo na Baía de Baffin, entre a Groenlândia e o Canadá, da ordem de 17 bilhões de barris, e haveria no nordeste do território groenlandês reservas estimadas de 31 bilhões de barris. Diversos blocos exploratórios foram licitados nos últimos anos, com preferência do Governo local por grandes operadoras internacionais.

O Premier da Groenlândia Kuupik Vandersee Kleist proferiu discurso ao corpo diplomático acreditado junto ao Reino da Dinamarca, em 7 de janeiro de 2013, e afirmou que a mineração deverá contribuir para diversificar e infundir resiliência na economia de sua nação. Dada a necessidade de uso de mão-de-obra estrangeira, anunciou que seu Governo apresentará ao Parlamento dinamarquês, em 2013, proposta de alteração da lei que rege a imigração para aquela região. Na presença do Chanceler dinamarquês Villy Søvndal, celebrou as aspirações de maior autonomia e o desejo de exercer a autodeterminação e de ter uma relação entre iguais com a Dinamarca.

O renovado interesse internacional ficou demonstrado pelas visitas dos 27 embaixadores da União Europeia à Groenlândia, durante a presidência dinamarquesa da UE, como também do Presidente coreano Lee Myung-bak, acompanhado de ampla delegação ministerial, em setembro de 2012. O Premier groenlandês reciprocou a visita e foi a Seul em dezembro de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Dinamarca é condicionada por sua condição de país relativamente pequeno cercado por vizinhos poderosos. A ênfase está dirigida tradicionalmente a garantir a segurança do país e projetar seus valores no exterior. Desenvolve-se pela presença do país na OTAN e na União Europeia, além de sua atuação na ONU. No plano regional, têm importância os fortes laços com os vizinhos nórdicos e os países bálticos.

O Governo liberal-conservador que esteve no poder de 2001 a 2011 conduziu política externa de maior alinhamento com os Estados Unidos, certo distanciamento da Europa e menor interesse relativo no engajamento tradicional nos projetos de ajuda ao desenvolvimento. Tornou os requisitos para a imigração ainda mais restritivos. Tendeu a um relativo desengajamento diplomático, com a concentração de recursos materiais e humanos em projetos de natureza doméstica, ao mesmo tempo em que demonstrou crescente ativismo militar externo, tendo participado das intervenções no Afeganistão e no Iraque.

O atual Governo, que assumiu em outubro de 2011, não alterou as tradicionais linhas gerais da política externa dinamarquesa: participação ativa no âmbito da União Europeia e ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente na OTAN. Os principais focos da atenção internacional da Dinamarca são Washington e Bruxelas, pelo lado político, e Berlim, pelo lado econômico.

A grande mudança de ênfase do atual Governo diz respeito à participação da Dinamarca em operações militares no exterior. Diferentemente da missão no Iraque, que não contou com mandato das Nações Unidas, a nova orientação é de somente participar de exercícios explicitamente autorizados pela ONU.

Em 2012, como resultado do impacto da crise europeia no país, a Chancelaria dinamarquesa efetuou profundo corte de gastos, com demissões e programas de demissão voluntária; redução do número de divisões no seu organograma; fechamento de Embaixadas no exterior e substituição, nas missões no exterior, de funcionários enviados da Dinamarca por contratados locais.

A retórica dos Governos anterior e atual é de apoiar a maior presença das empresas dinamarquesas nos mercados dos grandes países em desenvolvimento - especialmente Brasil, Índia e China.

Em sua apresentação, Grube indicou as seguintes prioridades para a política externa dinamarquesa em 2013: relações com a Ásia, Oriente Médio e países da "Primavera Árabe", sua presença militar no Afeganistão; Ártico e Groelândia; e a cooperação em Estados em colapso ("*failed states*").

Países Nórdicos e Bálticos

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

A conciliação da cooperação entre os nórdicos com o desenvolvimento da UE é um desafio crescente, na medida em que Dinamarca, Suécia e Finlândia são membros do bloco, com maior ou menor número de reservas, ao passo que não o são Noruega, Islândia, Groenlândia e Ilhas Faroe.

A título de exemplo da complexidade das questões a serem encaminhadas, mencione-se a necessidade da criação de mecanismo especial para possibilitar o ingresso da Dinamarca nos Acordos de Schengen, da UE, sem prejuízo do livre trânsito em seu território dos nacionais dos países nórdicos que não são membros da UE.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEFCO - foi estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa da Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia. Considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN, outros não aderiram à União Europeia ou o fizeram com reservas (como o "opt-out" dinamarquês relativo à defesa comum), o mecanismo nórdico tomou forma não de uma aliança, mas sim de uma cooperação aberta em bases voluntárias, complementar aos compromissos multilaterais dos países membros. Em alguns dos projetos, apenas dois ou três países colaboram. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

Durante a presidência dinamarquesa do NORDEFCO, em 2012, o principal projeto desenvolvido foi a cooperação em transporte aéreo tático (com aeronaves C-130). O projeto deverá estar operacional em 2014 e prevê processos unificados de negociação junto a fornecedores de partes e de manutenção; harmonização dos sistemas de compras; treinamento e capacitação comuns. A integração dos recursos humanos das forças armadas é evidência do grau de proximidade e confiança entre os países nórdicos.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA e aproveitando-se das limitações alemãs nesse campo. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico, cujos integrantes provêm da Polônia e daquelas três repúblicas, e cujo treinamento visa a habilitá-lo a participar em forças de paz como, por exemplo, na Bósnia e Herzegovina.

Ainda no âmbito da OTAN, a Dinamarca contribui para a participação daqueles países nos programas da "Parceria para a Paz". A Dinamarca defendeu a expansão da organização em direção ao Leste europeu e advogou, nesse contexto, igualdade de tratamento para os três países bálticos.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente). A possibilidade de exploração de recursos minerais (petróleo, gás, ferro, alumínio, terras raras e urânio) na região tem gerado crescente interesse internacional, exemplificado pela solicitação de países como China, Japão, Cingapura, Coréia do Sul e Índia do status de país observador do Conselho Ártico.

Relações com a União Europeia

A Dinamarca celebra, em 2013, quarenta anos de sua adesão à Comunidade Europeia (em 1973, junto com o Reino Unido e a Irlanda). A adesão plena foi precedida de referendo nacional em que 63,3% dos dinamarqueses votaram a favor da iniciativa.

Os dinamarqueses nunca foram ardorosos defensores da UE, mas, desde 1986, o país passou a participar mais ativamente dos foros europeus, nos quais defende posições comprometidas com a defesa do meio ambiente, o aumento da transparência no processo decisório da UE, o fomento da geração de empregos e o ingresso de novos membros do Leste europeu.

Em 1992, por referendo, a população rejeitou a adesão do país ao Tratado de Maastricht. No ano seguinte, por 56,8% dos votos a favor, o Tratado de Maastricht foi aprovado, mas com reservas ("opt-outs") sobre as cláusulas relativas à cidadania comum, moeda comum, defesa comum e justiça. Tais reservas somente poderão ser retiradas com a realização de novos referendos nacionais. O tema é parte da agenda política atual.

A atual crise do euro torna ainda menos provável que os referendos sejam realizados brevemente. Não obstante, a Dinamarca tem indicado a conveniência da cooperação em justiça e defesa, com foco para a luta contra o terrorismo e o crime organizado.

No âmbito da União Europeia, a Dinamarca exerceu a Presidência Rotativa do bloco no primeiro semestre de 2012. O país esforçou-se por atuar como ponte entre o Reino Unido e o resto do continente, e entre os países da zona do euro e os que não fazem parte da união monetária. Desde a primeira presidência dinamarquesa, em 2002, o papel da presidência rotativa mudou: da atuação mais visível em temas de política externa para foco no funcionamento interno do Conselho Europeu. A visão do Governo dinamarquês para o exercício da presidência, em tempos de crise e dúvidas sobre o projeto europeu, foi minimalista. De modo sutil, tentou influenciar a agenda para temas caros ao país: eficiência econômica e "economia verde". Foi uma Presidência de poucos gastos – apenas metade do orçamento foi utilizado.

No meio da crise que aflige a Europa, a presidência dinamarquesa coordenou as negociações de acordo fiscal e um pacto de fomento do crescimento econômico e geração de empregos. Apesar de estar fora da zona do euro, a Dinamarca apoia o estabelecimento de supervisão europeia do setor bancário e avalia a possibilidade de aderir a esse mecanismo. A avaliação da presidência dinamarquesa foi positiva e especula-se que a Primeira-Ministra Thorning-Schmidt poderia estar na lista de sucessão da Presidência da Comissão Europeia.

Uma das metas do Governo atual era propor referendos para reverter algumas das quatro reservas da Dinamarca à UE, a fim de permitir a adesão à defesa comum e maior integração aos projetos europeus relativos à justiça. Entretanto, em vista da crise por que passa a UE no momento, a proposta do referendos foi adiada por tempo indeterminado.

De acordo com sua forte tradição de apoio à liberação dos mercados, o país atribui importância política à negociação de acordos bilaterais ou regionais entre a União Europeia e outros países ou bloco de países, a exemplo das negociações Mercosul-União Europeia. Não participa diretamente, porém, do processo negociador, conduzido por Bruxelas. Reconhece que ainda existem dificuldades, mas favorece, em Bruxelas, a negociação em curso. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que "uma melhor oferta europeia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais".

Países em Desenvolvimento

A Dinamarca é um dos poucos países (ao lado da Suécia, Noruega e Países Baixos) que dedica à ajuda oficial ao desenvolvimento algo próximo de 1% do seu PIB, do qual cerca de metade é canalizada para as agências especializadas das Nações Unidas. A ajuda bilateral é prestada pela Agência Dinamarquesa de Ajuda ao Desenvolvimento (DANIDA), no âmbito de acordos bilaterais de cooperação com países pobres, sobretudo na África.

Em 2011, o país alocou pouco mais de € 2,1 bilhões para a ajuda ao desenvolvimento, o representou cerca de 0,7% de seu Produto Nacional Bruto

(PNB). A esse montante, houve incremento de € 31,5 milhões, em 2012, e de € 49,2 milhões, no orçamento de 2013. Desde novembro de 2001, o número de países beneficiados com a ajuda bilateral tem sido reduzido. Segundo dados de 2011, 40% dos recursos são destinados à África Subsaariana e os principais beneficiários da ajuda bilateral dinamarquesa são Tanzânia, Moçambique, Gana, Uganda, Vietnã, Bangladesh, Quênia, Benin e Nepal.

Desde o Governo anterior, a estratégia para a ajuda ao desenvolvimento tem-se aproximado dos objetivos de segurança do país. Nesse contexto, para 2013, o Secretário Permanente Claus Grube anunciou plano de ajuda aos "Estados fracos ou em colapso", em especial na região do "chifre da África". Na esfera militar, a Dinamarca participa ativamente da Operação "Ocean Shield" da OTAN, que combate a pirataria somali. Para a Dinamarca, cuja marinha mercante representa quase 10% do transporte de carga oceânica, a diminuição da pirataria no Golfo de Aden e no Oceano Índico é de grande relevância.

Complementarmente à ação militar, o país anunciou lançamento de programa de ajuda bilateral no "chifre da África", para apoiar o treinamento policial, construção de penitenciárias e fortalecer a capacidade local de processar piratas. Para 2013, foram aprovados US$ 230 milhões para estabilização e reconstrução de Estados frágeis ou falidos, um incremento de mais de 80% em comparação a 2012.

ONU

Apesar do viés atlantista de sua política externa, no plano multilateral a Dinamarca procura atuar de forma mais ecumênica, pautando-se pelo recurso ao diálogo e à negociação. Nos chamados temas globais, assume mais claramente o perfil que se espera de país com alto índice de desenvolvimento humano e forte tradição igualitária, com lastro no Estado de bem-estar social.

A ONU conta com apoio político e financeiro da Dinamarca, que participou de grande número de operações de paz. O país atua construtivamente na promoção do desenvolvimento. Iniciativas em prol dos direitos humanos, meio ambiente e segurança coletiva, todas empreendidas no âmbito da ONU, também costumam merecer, tradicionalmente, forte e ostensivo apoio dinamarquês.

No que concerne à reforma do CSNU, o ex-Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Petersen, manifestou o apoio dinamarquês aos membros do G-4 como membros permanentes do CSNU. A Dinamarca co-patrocinou em 2005 o projeto de resolução do G-4 e, desde então, em renovadas gestões do G-4, tem reiterado esse apoio.

ECONOMIA

Apesar da sua pequena extensão territorial e da carência em recursos naturais, a Dinamarca é uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. Entretanto, a economia sofreu nos últimos anos um duplo choque: a correção no mercado imobiliário e os efeitos da recessão global desencadeada pela crise financeira instalada em 2008. O mercado imobilário dinamarquês vinha de um superaquecimento cujo ápice se verificou entre os anos de 2004 e 2007. A queda abrupta dos preços dos imóveis a partir de então somou-se à recessão mundial com fortes efeitos.

A crise demandou firme atuação governamental, com pacotes de estímulo fiscal que estabilizaram o sistema bancário e evitaram um aumento dramático no nível de desemprego. A intensa injeção de capital estatal na economia surtiu efeitos em 2010, mas a recuperação ainda é lenta. O PIB dinamarquês cresceu 0,9% em 2011, mas, em 2012, houve queda do PIB, em 0,4%. A projeção para 2013 é de crescimento, mas de apenas 0,9%.

Por outro lado, o superávit fiscal de 3,4% do PIB em 2008 converteu-se em sucessivos déficits a partir de 2009. Estima-se que o déficit do orçamento tenha sido de 3,6% do PIB em 2012 e que a relação dívida pública-PIB tenha alcançado 47,3% (percentagem ainda inferior à média da União Europeia). As autoridades dinamarquesas creem que apenas em 2015 o equilíbrio fiscal anterior poderá ser novamente alcançado.

As atividades terciárias correspondem a 77% do PIB, a indústria, a 22%, e a agricultura, a 1%. Os serviços empregam mais de 70% da mão-de-obra do país.

O nível de desemprego atingiu 6,3% em dezembro de 2012 e tem oscilado entre 6,1 e 6,4% desde fevereiro de 2010. Embora relativamente confortável para os atuais padrões europeus, o nível é quase o dobro da taxa de 2009 (3,6%) e ocasiona pressões adicionais sobre o orçamento do Governo diante do generoso *welfare state* dinamarquês.

Nesse cenário e diante da importância do setor externo para sua economia (as exportações mantêm 700 mil empregos e representam mais de 50% do PIB), a política externa dinamarquesa privilegia as negociações comerciais.

Graças aos contínuos avanços em matéria de crescimento e desenvolvimento econômico, a Dinamarca tem altos níveis individuais de rendimento e é muito bem avaliada quanto ao risco soberano. É um dos poucos países da União Europeia a preservar nota máxima ("AAA") na avaliação da Standard & Poor's e de outras agências de avaliação de risco.

Embora não integre a zona do euro, a moeda local, a coroa dinamarquesa, é indexada à moeda europeia. Em 2011, a inflação média dinamarquesa foi de 2,8% e, em 2012, foi de 2,4%.

A autoridade monetária, o Nationalbank, tende a replicar as decisões do Banco Central Europeu (BCE). No entanto, nos últimos dois anos, a queda na confiança em relação ao euro aumentou a demanda por moedas periféricas, como as da Suíça, Noruega e Dinamarca. Para restringir a apreciação da moeda local, o banco central dinamarquês - Nationalbank – tem mantido os juros negativos e abaixo dos da zona do euro.

O principal desafio para a Dinamarca é dar sustentabilidade ao crescimento econômico em um cenário de recessão continental, ao mesmo tempo em que tenta manter os altos salários e pesada carga tributária. Mesmo a oposição de tendência liberal não ataca diretamente o modelo do *welfare state* e advoga reduções moderadas na tributação das pessoas jurídicas e restrições ao acesso aos benefícios sociais.

Comércio Exterior

O comércio exterior dinamarquês apresentou, em 2011, variação de 0,3% em relação a 2007, passando de US$ 201 bilhões para US$ 202 bilhões. No ranking do FMI, a Dinamarca figurou como o 35° mercado mundial, sendo o 36° principal exportador e o 34° importador.

O comércio exterior dinamarquês é fortemente concentrado na Europa e sua balança comercial tem resultados tradicionalmente superavitários. As exportações do país são destinadas em grande parte à Alemanha e à Suécia, que representaram cerca de 30% do total de 2011. Seguiram-se o Reino Unido (10%), Noruega (6%), Estados Unidos (6%), Países Baixos (5%) e França (4%). O Brasil obteve o 22° lugar, participando com 0,7% do total. Da mesma forma, as importações do país são originárias em grande parte dos mercados vizinhos. Em 2011, mais de 70% das compras dinamarquesas originaram-se na União Europeia. Individualmente, os principais vendedores foram Alemanha (21%), Suécia (14%), Países Baixos (7%) e China (6%). O Brasil obteve a 25ª posição, com 0,5% da demanda importadora.

Em 2011, as exportações dinamarquesas somaram US$ 107,7 bilhões, 14,8% a mais que no ano anterior. No período de janeiro a agosto de 2012, o resultado foi de US$ 69 bilhões, cerca de 4% menor que no mesmo período de 2011. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2011 foram máquinas mecânicas (13%), combustíveis (10%), produtos farmacêuticos (9%), máquinas elétricas (8%) e carnes (5%).

Em 2011, as importações dinamarquesas somaram US$ 94,1 bilhões. Os 10 principais grupos responderam por 58% das compras do país em 2011. São eles: máquinas mecânicas (12%), combustíveis (10%), máquinas elétricas (10%), automóveis (7%) e plásticos (4%)

ANEXOS

Cronologia Histórica da Dinamarca

700- Começa o processo de unificação do País.
987- O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
1350- A Peste Negra dizimou a população.
1397- Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
1523- Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
1536- A Dinamarca adota a reforma luterana.
1629- Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
1661- A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
1801 e 1807- Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
1814- Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
1863- Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
1914- A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
1940- A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
1940- Partido Social-Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
1943- Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
1945- Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
1945- Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
1945- Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
1948- Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
1960- É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da "sociedade do bem estar", difundido em toda a Escandinávia.
1972- Rainha Margrethe II ocupa o trono dinamarquês.
1973- Adesão à União Europeia.
2000- Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
2001- Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh Rasmussen

assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2005- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.
2007- Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.
2009- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a direção da OTAN.
2009- Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2011- Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.

Cronologia das Relações Bilaterais

1829 – Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.
1876 – Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.
1911 - Convenção de Arbitragem.
1966 - Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1969 - Acordo sobre Transportes Aéreos.
1974 - Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
1979 - Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.
1986 - Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
1999 - Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.
2006 - Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.
2007 - Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.
2007 - Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.
2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.
2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009 - Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010- Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012- Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.

Atos Bilaterais

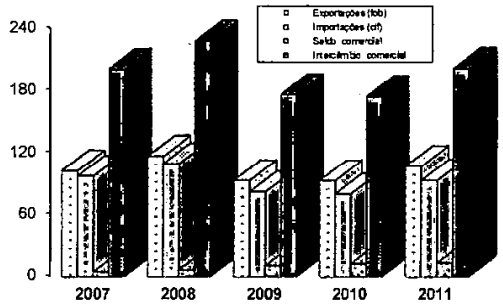
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Arbitragem.	27/11/1911	12/01/1916
Acordo sobre Malas Diplomáticas.	29/04/1929	01/05/1929
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais.	05/08/1932	05/08/1932
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes.	21/07/1953	21/07/1953
Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.	12/05/1956	12/05/1956
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	25/02/1966	27/12/1966
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	26/09/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	18/03/1969
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional.	29/03/1972	29/03/1972
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	16/01/1974
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	27/08/1974	05/12/1974
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	05/02/1979	05/02/1979
Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975.	30/10/1979	30/10/1979
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	09/06/1986	20/12/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/03/1994	09/12/1995

Dados Econômico-comerciais

DINAMARCA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	103	117	94	94	108	72	69
Importações (cif)	98	110	83	81	94	63	60
Saldo comercial	5	7	11	13	14	9	9
Intercâmbio comercial	201	228	177	175	202	135	129

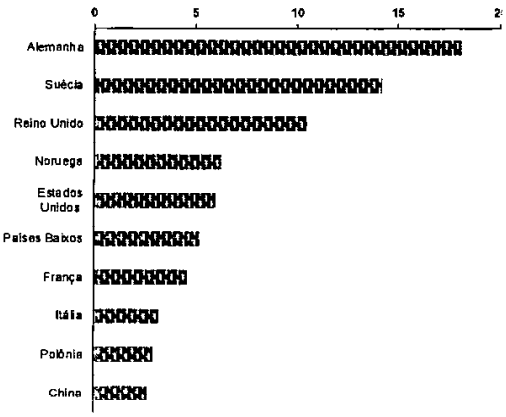
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013



DINAMARCA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	18,2	16,9%	10,7	26,3%
Suécia	14,2	13,2%	9,3	20,6%
Reino Unido	10,5	9,8%	6,7	15,3%
Noruega	6,3	5,8%	4,2	9,1%
Estados Unidos	6,0	5,6%	4,9	8,7%
Países Baixos	5,3	4,9%	3,2	7,6%
França	4,7	4,3%	2,6	6,8%
Itália	3,2	3,0%	1,9	4,7%
Polônia	3,0	2,7%	1,7	4,3%
China	2,7	2,5%	1,8	3,9%
...				
Brasil	*0,79*	*0,7%*	*0,48*	*1,1%*
Subtotal	**74,8**	**69,4%**	**47,5**	**68,8%**
Outros países	**32,9**	**30,6%**	**21,5**	**31,2%**
Total	**107,7**	**100,0%**	**69,0**	**100,0%**



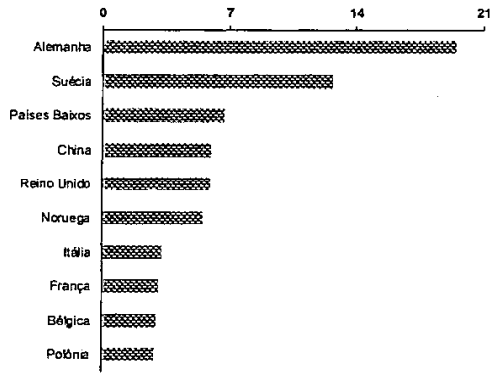
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos alemães e suecos, que representaram cerca de 30% do total de 2011. Seguiram-se: Reino Unido (10%); Noruega (6%); Estados Unidos (6%); Países Baixos (5%) e França (4%). O Brasil obteve o 22º lugar, participando com 0,7% do total.

DINAMARCA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	19,6	20,8%	12,4	32,4%
Suécia	12,8	13,5%	7,9	21,1%
Países Baixos	6,7	7,2%	4,4	11,2%
China	6,1	6,4%	3,9	10,0%
Reino Unido	6,0	6,3%	3,3	9,9%
Noruega	5,6	5,9%	3,8	9,2%
Itália	3,3	3,5%	2,2	5,5%
França	3,2	3,3%	1,9	5,2%
Bélgica	3,0	3,2%	1,8	5,0%
Polônia	2,9	3,1%	2,0	4,9%
...				
Brasil	*0,49*	*0,5%*	*0,3*	*0,5%*
Subtotal	**69,6**	**73,9%**	**43,9**	**72,8%**
Outros países	**24,6**	**26,1%**	**16,4**	**27,2%**
Total	**94,1**	**100,0%**	**60,4**	**100,0%**

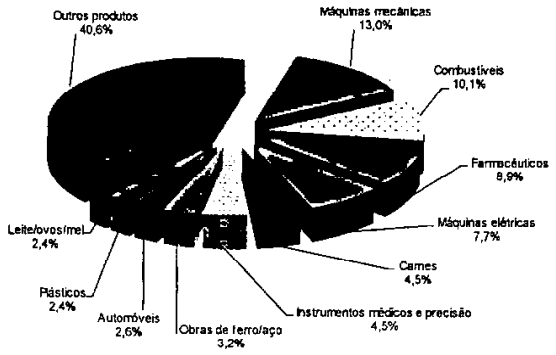


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013.

A exemplo das exportações, as importações do país também são originárias em grande parte dos mercados vizinhos. Em 2011, mais de 70% das compras dinamarquesas originaram-se na União Europeia. Individualmente, os principais vendedores foram: Alemanha (21%); Suécia (14%); Países Baixos (7%); e China (6%). O Brasil obteve a 25ª posição, com 0,5% da demanda importadora.

DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	13,0%
Combustíveis	10,1%
Farmacêuticos	8,9%
Máquinas elétricas	7,7%
Carnes	4,5%
Instrumentos médicos e precisão	4,5%
Obras de ferro/aço	3,2%
Automóveis	2,6%
Plásticos	2,4%
Leite/ovos/mel	2,4%
Subtotal	**59,4%**
Outros produtos	**40,6%**
Total	**100,0%**

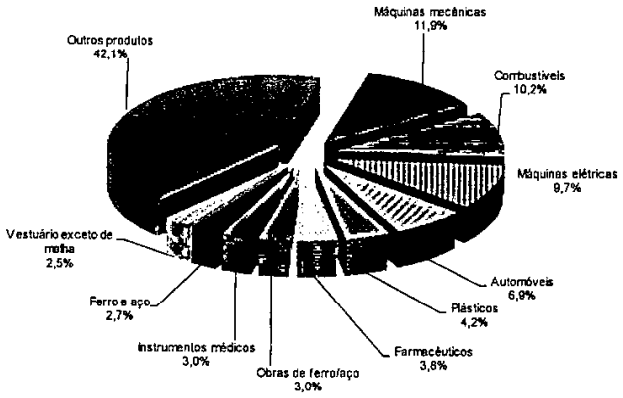


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2011 foram: máquinas mecânicas (13%); combustíveis (10%); produtos farmacêuticos (9%); máquinas elétricas (8%) e carnes (5%).

DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	11,9%
Combustíveis	10,2%
Máquinas elétricas	9,7%
Automóveis	6,9%
Plásticos	4,2%
Farmacêuticos	3,8%
Obras de ferro/aço	3,0%
Instrumentos médicos	3,0%
Ferro e aço	2,7%
Vestuário exceto de malha	2,5%
Subtotal	**57,9%**
Outros produtos	**42,1%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

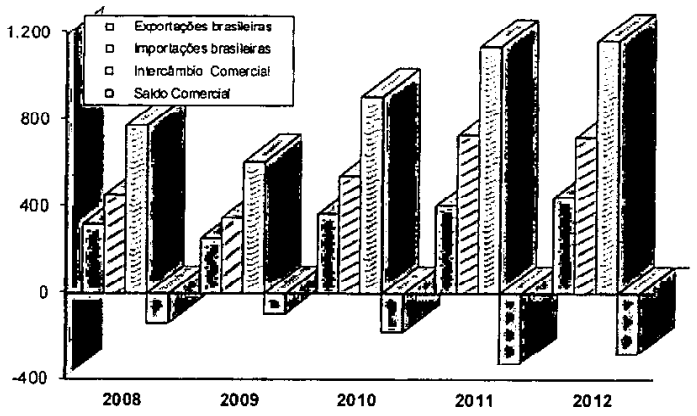
Os 10 principais grupos responderam por 58% das compras do país em 2011. São eles: máquinas mecânicas (12%); combustíveis (10%); máquinas elétricas (10%); automóveis (7%) e plásticos (4%).

BRASIL-DINAMARCA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**320**	**258**	**368**	**408**	**447**
Variação em relação ao ano anterior	14,6%	-19,5%	42,6%	11,0%	9,5%
Importações brasileiras	**457**	**351**	**544**	**733**	**722**
Variação em relação ao ano anterior	27,8%	-23,1%	54,9%	34,7%	-1,5%
Intercâmbio Comercial	**777**	**609**	**912**	**1.141**	**1.169**
Variação em relação ao ano anterior	22,0%	-21,6%	49,7%	25,1%	2,4%
Saldo Comercial	**-136**	**-93**	**-176**	**-325**	**-275**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Dinamarca foi o 54º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 50%. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US$ 777 milhões, para US$ 1,2 bilhão. A participação da Dinamarca no comércio exterior brasileiro foi de 0,25% em 2012.

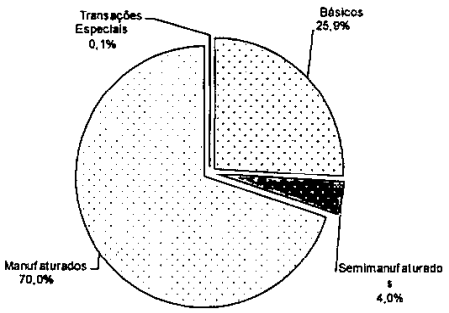


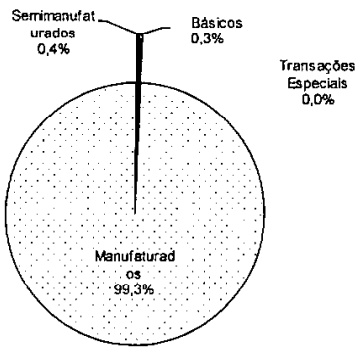
BRASIL-DINAMARCA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	106	25,9%	2	0,3%
Semimanufaturados	16	4,0%	3	0,4%
Manufaturados	286	70,0%	728	99,3%
Transações Especiais	0	0,1%	0	0,0%
Total	**408**	**100,0%**	**733**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Dinamarca são compostas em 70% por produtos manufaturados, seguidos dos básicos com 26% e os semimanufaturados com 4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade, 99,3% do total em 2011.

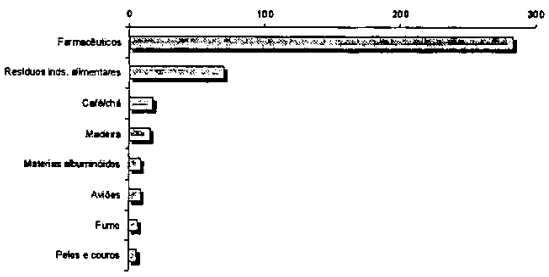




BRASIL-DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Farmacêuticos	185	240	283	63,4%
Resíduos inds. alimentares	80	73	70	15,6%
Café/chá	18	20	17	3,9%
Madeira	16	15	16	3,5%
Materias albuminóides	6	10	9	2,0%
Aviões	0	0	9	2,0%
Fumo	9	5	7	1,6%
Peles e couros	6	5	6	1,3%
Subtotal	**320**	**368**	**417**	**93,3%**
Outros produtos	**47**	**40**	**30**	**6,7%**
Total	**368**	**408**	**447**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Dinamarca, 2012



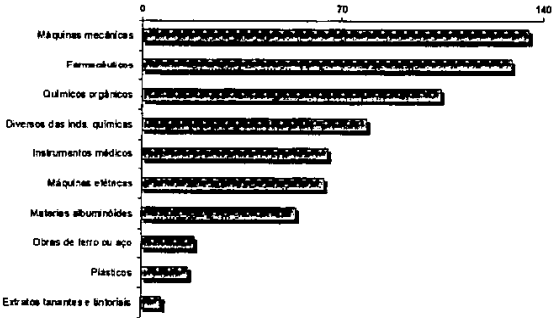
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

Produtos farmacêuticos (na sua maioria, medicamento contendo insulina, em doses) e resíduos das indústrias alimentares (na sua maioria, bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja) são os principais grupos de produtos exportados para a Dinamarca. Em 2012, os dois grupos juntos somaram 79% das vendas brasileiras. Destacaram-se, ainda, café/chá (5%); e madeira (4%).

BRASIL-DINAMARCA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Máquinas mecânicas	159	174	135	18,7%
Farmacêuticos	83	184	129	17,9%
Químicos orgânicos	72	61	104	14,4%
Diversos das inds. químicas	44	46	79	10,9%
Instrumentos médicos	54	64	65	9,0%
Máquinas elétricas	23	84	64	8,9%
Materias albuminóides	38	47	54	7,5%
Obras de ferro ou aço	10	10	18	2,6%
Plásticos	13	15	16	2,3%
Extratos tanantes e tintoriais	3	4	7	1,0%
Subtotal	**498**	**690**	**673**	**93,2%**
Outros produtos	**46**	**42**	**49**	**6,8%**
Total	**544**	**733**	**722**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Dinamarca, 2012



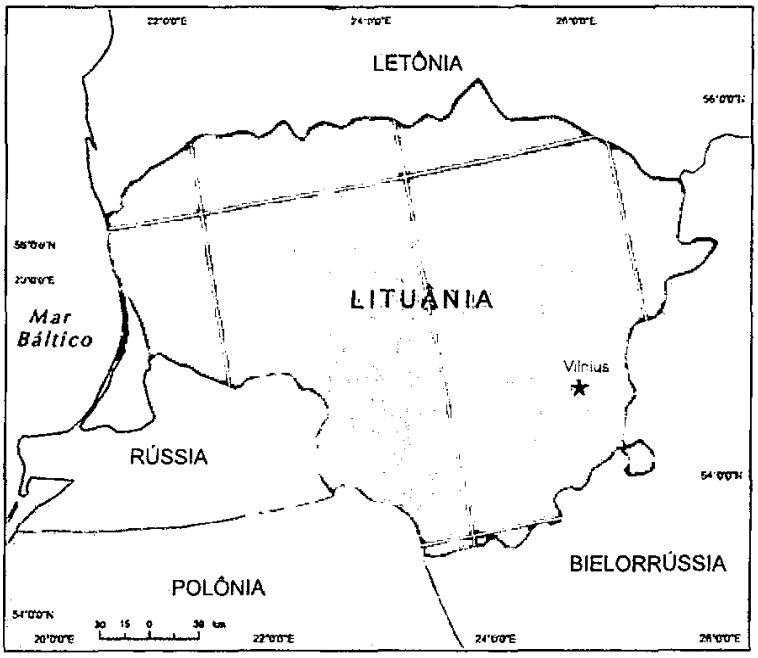
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

Os dez principais grupos de produtos importados dos dinamarqueses pelo Brasil, representaram, 93% do total da pauta de 2012. Destacando-se: máquinas mecânicas (19%); produtos farmacêuticos (18%); químicos orgânicos (14%); produtos diversos das indústrias químicas (11%); instrumentos médicos e de precisão (9%); e máquinas elétricas (9%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA LITUÂNIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Março de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Lituânia
CAPITAL:	Vilnius
ÁREA:	65.300 km² (pouco maior que o Estado da Paraíba)
POPULAÇÃO (2011):	3,24 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos 79%, Cristãos Ortodoxos 4,1%, Protestantes (luteranos e evangélicos) 1,9%, outros 5,5%, nenhuma religião 9,5%
SISTEMA POLÍTICO:	Democracia parlamentarista com Presidente
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Seimas), com 141 representantes
CHEFE DE ESTADO:	Presidenta Dalia Grybauskaitė (desde 12/07/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius (desde 22/11/2012)
CHANCELER:	Linas Linkevičius
PIB	US$ 41,7 bilhões (2012)
PIB PPP	US$ 63,2 bilhões (2012)
PIB "PER CAPITA"	US$ 13.031 (2012)
PIB PPP "PER CAPITA"	US$ 19.774 (2012)
MOEDA:	Lita – LTL (1 LTL= 0,3912 US$)
VARIAÇÃO DO PIB	3,0% (2012); 5,8% (2011); 1,4% (2010); -14,8% (2009); 2,9% (2008); 9,8% (2007).
IDH	0,818 / 40° lugar entre 185 países
EXPECTATIVA DE VIDA	72,2 (2011) (Brasil: 73,5)
ALFABETIZAÇÃO	99,78% (2011)
DESEMPREGO	12,3% (2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC / AliceWeb (janeiro de 2013)*

BRASIL – LITUÂNIA	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	13,8	24,6	50,2	41,5	71,7	117,87	179,3	126,6	62,52	77,67
Exportações	11,8	24,2	45,1	40,6	69,9	61,42	176,0	66,16	53,21	50,51
Importações	2,0	0,4	5,1	0,9	1,8	56,45	3,3	60,44	9,31	27,15
Saldo	9,8	23,8	40,0	39,7	68,1	4,97	172,7	5,73	43,91	23,36

PERFIS BIOGRÁFICOS

Dalia Grybauskaitė
Presidenta da República da Lituânia

Nasceu em 1° de março de 1956, na capital lituana Vilnius. Além do lituano, fala inglês, russo, polonês e francês.

Formada em Economia Política pela Universidade de Leningrado. Em 1988, obteve doutorado em Ciências Sociais pela Academia de Ciências Públicas de Moscou. Em 1991, concluiu Curso Especial para Executivos da Universidade de Georgetown, Washington, EUA.

Iniciou então sua carreira profissional, como Diretora de programas do Gabinete do Primeiro Ministro do Lituânia, em 1991. No mesmo ano, foi nomeada Diretora do Departamento de Europa do Ministério das Relações Econômicas Internacionais. Assumiu, em 1993, o cargo de Diretora do Departamento de Relações Econômicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1994, foi designada como Enviada Extraordinária e Ministra Plenipotenciária da Missão Lituana junto à UE.

Dalia Grybauskaitė foi Ministra Plenipotenciária da Embaixada Lituana nos EUA, de 1996 a 1999; Vice-Ministra das Finanças, de 1999 a 2000; Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de 2000 a 2001; Ministra das Finanças, de 2001 a 2004. Em 2004, foi designada Comissária da União Europeia, responsável por planejamento e orçamento.

Em novembro de 2005, Dalia Grybauskaitė foi escolhida "Comissária do Ano" da UE, em virtude de "seu esforço incansável em direcionar os gastos da UE para o incremento da competitividade , em áreas como pesquisa e desenvolvimento". Como Comissária, lançou o ambicioso projeto de reforma do orçamento da Comunidade Europeia, a fim de assegurar o uso mais expedito, eficiente e transparente dos recursos.

Anunciou sua candidatura às eleições presidenciais em 26 de fevereiro de 2009 e foi eleita, no primeiro turno, em 17 de maio de 2009. Tomou posse em 12 de julho daquele ano.

Algirdas Butkevicius

Primeiro-Ministro da República da Lituânia

Nasceu em 19 de novembro de 1958, no Distrito de Radviliškis, na Lituânia.

Algirdas Butkevicius formou-se na faculdade de economia da Vilnius Gediminas Technical University, em 1984. Em 1991, diplomou-se como gerente técnico pela Lithuanian Business Academy. Obteve grau de mestre em administração pela Kaunas Technical University em 1995. Realizou estágio na Academia de Administração em Würzburg, Alemanha, em 1994, e nos EUA e na Dinamarca, nos anos 1998, 1999 e 2001. Em 2008, concluiu doutorado em ciências sociais.

Iniciou sua carreira profissional junto à cooperativa de produtores de sua cidade, Vilkaviskis, de 1982 a 1985. Trabalhou como economista de engenharias do Comitê Executivo de Vilkaviškis e como inspetor estatal de construção e arquitetura entre 1985 e 1990. Foi Vice-Prefeito de Vilkaviskis de 1991 a 1995. Atuou como director de marketing na empresa AB Vilkauta em 1995 e 1996.

É membro do Partido Social-Democrata desde 1992. Foi eleito para o parlamento lituano (Seimas) em 1996 e reeleito por quatro mandatos consecutivos. No Seimas, tem sido membro do Comitê de Finanças e Orçamento, o qual presidiu no período 2008-2009 e foi vice-presidente no período 2009-2012. Atuou também no Comitê de Assuntos Europeus (2005-2006) e no Comitê Econômico (2006-2008). É o líder de seu partido desde 2009.

Foi Ministro das Finanças de 2004 a 2005 e Ministro dos Transportes de 2006 a 2008.

Foi reeleito para o Parlamento em outubro de 2012 e sua indicação para Primeiro-Ministro foi endossada pelo Seimas em 22 de novembro de 2012.

Linas Linkevičius

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia

Nasceu em 6 de janeiro de 1961, em Vilnius, Lituânia.

Linas Linkevičius formou-se na Faculdade de Automação do Instituto Politécnico de Kaunas em 1983.

Participou de organizações da Juventude Comunista entre 1983 e 1989. De 1990 a 1992, trabalhou no Comitê Central do Partido Comunista Lituano independente e foi consultor do Grupo Parlamentar do Partido Democrático-Trabalhista. Em 1992, tornou-se Presidente do Conselho da União da Juventude Trabalhista do país.

Elegeu-se membro do Parlamento no mandato 1992-1996. Nos anos de 1992 e 1993, foi Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Chefe da Delegação Parlamentar da Lituânia na Assembleia do Atlântico Norte.

Foi Ministro da Defesa Nacional de 1993 a 1996. Em 1997, foi Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nos anos de 1997 a 2000, foi designado embaixador e chefe da missão lituana junto à OTAN e junto à União da Europa Ocidental (UEO). Foi mais uma vez Ministro da Defesa Nacional, de 2000 a 2004. Associou-se ao Partido Social-Democrata em 2004. De 2005 a 2011, foi o Representante Permanente da Lituânia no Conselho do Atlântico Norte.

Nos anos de 2011 e 2012, foi o Embaixador chefe do Departamento de Cooperação Transatlântica e Políticas de Segurança do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assessor do Primeiro-Ministro da Lituânia.

Em 2012, foi nomeado Embaixador da Lituânia na República da Belarus.

Tomou posse, em 13 de dezembro de 2012, como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante o período de independência daquele país nas décadas de 20 e 30, época em que foram negociados acordos comerciais e de extradição. Em 1991, o Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 05/02/1993. A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília. No entanto, a Lituânia fechou a Embaixada em Buenos Aires, em 31/12/2012. Aguarda-se informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros lituano sobre designação de nova representação.

Em março de 1996, o então Presidente da Lituânia, Algirdas Brazauskas, visitou o Brasil, em viagem que incluiu ainda a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Em novembro de 2002, o Chanceler Celso Lafer realizou visita de trabalho à Lituânia e manteve encontro com o Presidente Valdas Adamkus. Lembrou o apoio do Brasil em 1939, quando manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética, e reiterou convite ao Presidente Adamkus para que visitasse oficialmente o Brasil. Em julho de 2008, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União Européia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros Asta Liauskienc. A Vice-Ministra Liauskiene veio a Brasília em abril de 2011 e realizou, com a Subsecretária-Geral do Itamaraty, Embaixadora Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Copresidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pelo "ONU Mulheres".

A Lituânia manifestou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por declaração do Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Emissário Especial do Senhor Presidente da República, em junho de 2005. Além disso, a Lituânia copatrocinou o projeto de resolução do G-4 na 59ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (A/59/L.64), mas não se manifestou durante as negociações intergovernamentais sobre reforma do CSNU, iniciadas em fevereiro de 2009. A

candidatura da Lituânia a assento não permanente no CSNU para o biênio 2014-15 (vaga reservada ao grupo da Europa do Leste) recebe o apoio brasileiro, em razão de troca de votos com a candidatura do Dr. Graziano ao cargo de Diretor Geral da FAO.

A Lituânia aderiu à Iniciativa OGP – Parceria para Governo Aberto e foi representada pelo Embaixador em Buenos Aires Vaclovas Šalkauskas na I Conferência de Alto Nível da OGP, em Brasília, em 17 e 18 de abril de 2012. A Presidenta Grybauskaitė foi Ministra das Finanças de seu país e Comissária da UE para planejamento e orçamento e tem interesse no tema da governança e da transparência pública.

O comércio bilateral tem aumentado consistentemente nos últimos anos. A corrente de comércio passou de apenas US$ 13,8 milhões, em 2003, para US$ 179,3 milhões, em 2009. Em 2012, o intercâmbio foi de US$ 77,67 milhões. O Brasil tem sido superávitário em suas relações comerciais com o país báltico. Em 2012, o saldo em favor do Brasil foi de US$ 23,36 milhões. A Lituânia foi o 133º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 34%, refletindo, sobretudo, o fraco desempenho das importações brasileiras, que caíram em torno de 52% nesse período, enquanto as exportações descresceram cerca de 18%.

As exportações brasileiras para a Lituânia apresentaram-se equilibradas. Segundo os dados mais recentes disponíveis, de 2011, os produtos semimanufaturados representaram 42% das vendas, seguidos dos básicos, com 35%, e manufaturados, com 23%. Do total de US$ 53, 2 milhões vendidos em 2011, os cinco principais produtos foram açúcar (35,2% do total), fumo tipo "virginia" (12,2%), fumo tipo "burley" (7%), bagaço de soja (6,1%) e café solúvel (5,7%). Em 2012, açúcar de cana em bruto e fumo não manufaturado foram os principais itens brasileiros exportados para a Lituânia, juntos somaram 61% da pauta. Em seguida destacaram-se: preparações alimentícias diversas (7%); e peles e couros (6%).

Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 73% do total em 2011, seguido dos semimanufaturados com 21% e básicos com 6%. As importações brasileiras de produtos lituanos, por sua vez, totalizaram US$ 9,3 milhões em 2011, concentrados, sobretudo, em três produtos: outros cloretos de potássio - utilizados como fertilizantes (20,3% do total importado), aparelhos elétricos (19,1%) e produtos químicos (16,1%). O alto grau de concentração manteve-se em 2012: adubos e pescados representaram 69% do total da pauta das importações. Seguiram-se ainda: máquinas elétricas (8%); químicos orgânicos (5%) e instrumentos médicos e de precisão (3%).

A Lituânia tem interesse em exportar pescado para o Brasil. Após intenso intercâmbio de informações técnicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil informou em fevereiro de 2012 que seria necessário realizar visita à Lituânia, a fim de avaliar "in loco" as condições para o

reconhecimento da equivalência entre os sistemas de vigilância sanitária de ambos os países

Assuntos e Serviços Consulares

A Embaixada do Brasil em Copenhague estima a comunidade brasileira na Lituânia em cerca de 30 pessoas.

O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. O Consulado está em fase de instalação e a Consul-Geral é a Senhora Laura Guobuzaite. São Paulo abriga a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, após Buenos Aires.

Em 3 de junho de 2008, o Governo brasileiro anuiu à criação do Consulado Honorário da República da Lituânia em Santana do Parnaíba-SP, com jurisdição sobre o Estado de São Paulo, excluída a cidade de São Paulo, e à designação do Senhor Francisco Ricardo Blagevitch como Cônsul Honorário. O mais recente pedido de renovação da designação do Sr. Francisco Blagevitch como Cônsul Honorário foi feito pela Chancelaria lituana em abril de 2012.

Em janeiro de 2013, foi concedida anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro, bem como o exequatur ao Sr. Luiz Otávio de Souza Bandeira como Cônsul Honorário da Lituânia naquela cidade.

O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius.

Empréstimos e Créditos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Lituânia.

POLÍTICA INTERNA

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Desde a independência da URSS, as principais forças políticas na Lituânia são: i) uma esquerda pós-comunista ainda forte, que atualizou sua doutrina e se beneficia da militância partidária tradicional e dos movimentos comunitários de base; ii) um movimento de centro-direita baseado no apelo nacionalista, nos valores tradicionais e na força de personalidades; iii) uma considerável parcela do eleitorado inclinada ao voto populista. A dinâmica gerada por estes elementos desemboca num quadro marcado pelo voto de protesto (em quase todas as eleições, o Governo em exercício perdeu) e pela instabilidade (foram 15 Governos desde a independência e apenas o último completou seu

mandato até o final de um mesmo período legislativo). Além disso, são traços do quadro político a instabilidade das coalizões no parlamento, a constante criação de partidos e a existência de processos de corrupção contra vários políticos.

Após a restauração da independência, foi realizado o referendo que confirmou a nova Constituição do país, junto com eleições para o Parlamento – o Seimas – em outubro de 1992. O Seimas abriga 141 parlamentares, em mandatos de 4 anos, que são escolhidos em eleições gerais diretas. O líder do Partido Democrático Trabalhista da Lituânia – LDDP (herdeiro do Partido Comunista), Algirdas Brazauskas, foi eleito Presidente do Seimas (o cargo máximo do poder legislativo do país) e atuou como presidente interino da república, até as eleições presidenciais, em fevereiro de 1993. O mesmo Algirdas Brazauskas foi eleito Presidente, para um mandato de cinco anos. De 1993 a 1996, o LDDP manteve-se no poder, com três Primeiros-Ministros sucessivos. Nas eleições parlamentares de novembro de 1996, venceu a coalizão conservadora dos partidos Democracia Cristã e União da Pátria e o líder da União da Pátria, Gediminas Vagnorius, tornou-se Primeiro-Ministro.

O União da Pátria manteve-se no governo até 2001, mas nesse último ano com o nome de União Liberal. Foram cinco diferentes Primeiros-Ministros, dos quais sobressai a figura de Rolandas Paksas. Paksas assumiu como Primeiro-Ministro em maio de 1999, mas renunciou ao cargo em novembro do mesmo ano, por discordar dos termos da privatização de um terço da empresa estatal de petróleo Mazeikiai. Depois, nas eleições legislativas de outubro de 2000, a União Liberal viu-se forçada a formar coalizão minoritária e ideologicamente dividida com o Partido Social-Democrata (sucessor do LDDP), novamente sob a liderança de Rolandas Paksas. Pela segunda vez, Paksas renunciou ao cargo, em junho de 2001, novamente em razão de divergências relacionadas à política energética. Após a segunda renúncia de Paksas, a nova coalizão de governo, de tendência de centro-esquerda, foi integrada pelos Social-Democratas e pela "Nova União Social Liberal". Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro o líder social-democrata e ex-Presidente Algirdas Brazauskas, que se manteve no cargo de julho de 2001 a julho de 2006 (houve eleições parlamentares em 2004, conforme descrição que segue abaixo, mas Brazauskas seguiu na condução do governo até 2006).

No campo das eleições presidenciais, após o final do mandato de Algirdas Brazauskas, em fevereiro de 1998, foi eleito o candidato independente Valdas Adamkus, lituano recém-retornado dos EUA, onde fizera carreira na "Environmental Protection Agency". Adamkus concorreu à reeleição mas perdeu para Rolandas Paksas, que tomou posse como Presidente da República em fevereiro de 2003. A derrota de Valdas Adamkus constituiu surpresa, tendo em vista seu legado em matéria de política externa: o convite para aderir à OTAN e as negociações para ingresso na União Européia, que foi formalizado em 2004. Em política externa, Rolandas Paksas deu continuidade à linha do antecessor e fez a campanha do "sim" no referendo sobre a adesão à União Européia. Ao mesmo

tempo, no cenário doméstico, envolveu-se em crise em novembro de 2003 que resultou, em abril de 2004, em seu "impeachment". Político de carisma, com forte personalidade e estilo considerado populista, Paksas foi acusado de manter ligações estreitas com integrantes do crime organizado. O impedimento do Presidente Paksas foi confirmado pelo parlamento lituano (Seimas) em abril de 2004 e o Presidente do Seimas, Arturas Paulauskas, assumiu a Presidência interinamente, até as eleições presidenciais de junho de 2004, nas quais Valdas Adamkus foi reeleito Presidente.

A exemplo dos pleitos anteriores, as eleições parlamentares de outubro de 2008 resultaram em derrota da coalizão no poder, desta feita liderada pela social democracia, em meio a uma economia crescentemente estagnada. Voltaram ao poder os partidos conservadores, tendo à frente a União da Pátria - Democracia Cristã, que obteve 45 dos 141 assentos do Seimas. Os social-democratas foram o segundo partido mais votado, com 25 assentos; o Ordem e Justiça, do ex-Presidente impedido Rolandas Paksas, obteve 15 assentos; e o Partido Trabalhista ficou com modestos 10 assentos. O gabinete do Primeiro-Ministro Andrius Kubilius, da União da Pátria - Democracia Cristã (TS-LKD), tomou posse em dezembro de 2008 e precisou lidar com a severa crise econômica que se anunciava.

Em 12 de julho de 2009, tomou posse a Presidenta Dalia Grybauskaitė, eleita no primeiro turno, com votação elevada e inédita na Lituânia, de 69% dos votos. O segundo colocado no pleito, o social-democrata Algirdas Butkevicius alcançou meros 11,7%. Dalia Grybauskaitė foi Ministra das Finanças entre 2001 e 2004 e atuou como Comissária Européia de orçamento e planejamento. Conhecida em seu país pela firmeza de ação e respeitada pela experiência adquirida em Bruxelas, a ex-Comissária Européia disputou o pleito como candidata independente, embora contasse com o apoio do Primeiro-Ministro Andrius Kubilius e dos partidos que integravam a coalizão de centro-direita. O Presidente Valdas Adamkus, outra das poucas figuras ao mesmo tempo populares e respeitadas no país, deixou o cargo após cumprir dois mandatos sucessivos, sem haver apoiado qualquer dos candidatos ao pleito presidencial.

Andrius Kubilius logrou concluir o período previsto para seu mandato como Primeiro-Ministro, pela primeira vez na história da Lituânia pós-1991. Todavia, seu governo sacrificou sua popularidade, tendo enfrentado a crise financeira nacional e internacional com políticas de austeridade. Com a crise, a produção econômica caiu 15%, o desemprego subiu e milhares de jovens emigraram do país báltico. Kubilius conseguiu controlar o déficit do orçamento e o crescimento do PIB foi retomado, mas a população reagiu no pleito aos cortes nos gastos, reduções nas pensões e aumentos de impostos. Em eleições em dois turnos, em outubro e novembro de 2012, o TS-LKD de Andrius Kubilius foi o segundo partido mais votado, com 33 mandatos. O Partido Social-Democrata obteve 38 assentos e formou coalizão com o Partido Trabalhista, a agremiação Ordem e Justiça, e a Ação Eleitoral Polonesa-Lituana, o primeiro partido da minoria étnica polonesa a

integrar um governo na Lituânia. O líder dos social-democratas Algirdas Butkevicius tomou posse como Primeiro-Ministro em 13 de dezembro de 2012.

POLÍTICA EXTERNA

A Lituânia é membro da União Europeia desde 2004. A participação na UE trouxe elemento estabilizador ao país e a "opção pela Europa" continua a contar com o apoio da maioria da população e dos sucessivos governos (mesmo os considerados "pró-russos"). No segundo semestre de 2013, a Lituânia exercerá pela primeira vez a presidência rotativa da UE. Tanto a Presidenta Dalia Grybauskaitė como o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius afirmaram que as prioridades lituanas durante a presidência serão a segurança energética (e avanços no sentido de um mercado comum de energia) e a Parceria para o Leste da Europa. A Lituânia almeja aderir à moeda europeia em 2015, conforme afirmado pelo Primeiro-Ministro Butkevicius, em coletiva de imprensa, em janeiro de 2013. O principal obstáculo à adesão continua sendo a relativamente alta taxa de inflação do país.

A Lituânia aderiu, em fevereiro de 1994, ao Programa "Patnership for Peace", estabelecido pela OTAN como primeiro passo a ser cumprido por países interessados em ingressar naquela organização. Em dezembro do mesmo ano, as Forças Armadas da Lituânia participaram pela primeira vez de exercícios conjuntos da OTAN. Em março de 2003, foram firmados os protocolos de adesão, em reunião especial do Conselho do Atlântico Norte, em Bruxelas. Como parte dos acordos alcançados, os países da OTAN fornecem, em rodízio, esquadrilha de caças modernos para patrulhamento do espaço aéreo lituano e dos outros dois países bálticos. A Lituânia enviou 40 militares das forças especiais para atuar no Afeganistão, assim como uma equipe de doze médicos militares. Está previsto que as tropas lituanas terminarão sua missão no Afeganistão em 2013. A Lituânia apoiou a decisão norte-americana de intervir militarmente no Iraque e enviou àquele país contingente de 120 militares, cerca de 50 sob comando polonês em Hillah, outros cerca de 50 sob chefia dinamarquesa em Basra, e os demais em diferentes centros de comando, até agosto de 2007.

A política externa lituana é condicionada pelas relações com os quatro países vizinhos, bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial, a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação de independência em 11 de junho de 1990), o país voltou-se para o Ocidente. Membro da União Europeia desde 2004, a Lituânia mantém posição pró-EUA, pró-OTAN e pró-UE. Desde a independência, as relações com a Rússia têm sido tensas. À Rússia desagrada o avanço da UE e da OTAN na região báltica, particularmente na Lituânia, que faz fronteira com o enclave de Kaliningrado. Pelo lado lituano, a forte dependência do fornecimento de energia russa direciona a negociação para a

integração energética com a UE. Com a Polônia, as relações bilaterais deterioraram-se no governo anterior, em virtude de questões pontuais relativas às minorias étnicas. O atual governo deu sinais claros de tentar dar novo ânimo ao relacionamento bilateral. No caso da Belarus, a Lituânia, que em 2013 exercerá pela primeira vez a presidência rotativa da UE, tem tentado apoiar a maior integração da Belarus à União Europeia. Ao mesmo tempo em que instou a UE a avançar com a integração comercial, reverberou ao Presidente da Belarus as exigências europeias de respeito às liberdades individuais e boa governança, para que a aproximação com o Ocidente tenha sucesso.

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e trasmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração massiva combinada a baixas taxas de natalidade. Dos três, a Lituânia é o com menor comunidade russa. A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. Outra particularidade é que, diferentemente da Letônia e Estônia, em que a Reforma Protestante teve sucesso, a Lituânia manteve a maioria católica.

Os países nórdicos reforçaram os laços com os países bálticos ao estarem entre os primeiros a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas prioritários da política externa lituana: segurança e energia. A cooperação militar entre os três países bálticos data dos anos de 1990 e já nessa época foi digno de nota o esforço nórdico para desenvolver as forças armadas de Lituânia, Letônia e Estônia, suas capacidades de defesa e apoiar sua a entrada à OTAN. Desse esforço resultaram a BALTNET, rede báltica de vigilância do espaço aéreo; a esquadra naval antiminas BALTRON; e a Escola Superior de Defesa Báltica. A colaboração militar nórdica-báltica recebeu novo impulso, após o conflito entre a Rússia e a Geórgia em 2008, que fez crescer repentinamente o número de exercícios militares da OTAN e dos EUA na região, bem como deu novo ânimo ao Batalhão Báltico[1]. Outro fator que reaqueceu a cooperação militar entre as duas regiões foi a crise financeira internacional, que afetou duramente os três países bálticos, inclusive seu orçamento de defesa. Todos os três países têm compromisso na OTAN de aumento gradual dos gastos com defesa rumo aos 2% do PIB, mas até 2011, a Lituânia

[1] Batalhão de infantaria, parte da força de resposta terrestre da OTAN, que conta com 800 soldados dos três países bálticos.

alocava apenas 1% de seu produto interno bruto para aquele fim (a Estônia, 1,7%, e a Letônia, 0,7%). Assim os países bálticos mais uma vez voltaram-se para os vizinhos nórdicos: iniciaram cooperação com o Nordefco[2], inclusive como exemplo para futuras compras comuns de insumos militares e uso compartilhado de centros de treinamento. Por fim, no âmbito da concertação política, a Lituânia é parte da Cooperação Nordic-Baltic Eight (NB8), formato de cooperação regional constituído dos cinco países nórdicos e dos três países bálticos. Esses oito constituem, juntamente com Alemanha, Polônia, Rússia e um representante da Comissão Europeia, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, desde 1992.

ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa em transformar sua economia, após a independência da URSS. Em 2012, o PIB per capita alcançou US$ 19.774, acima dos índices dos países vizinhos. O país é atualmente considerado um bom ambiente de negócios e investimentos (27° no ranking "Ease of Doing Business" do Banco Mundial e 22° no ranking de "Liberdade Econômica" da Heritage Foundation, ambos de 2013). A Lituânia posicionou-se como a 85ª economia mundial em 2012. Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. De 1995 a 2011, o IDH lituano evoluiu de 0,696 para 0,810. Assim, a Lituânia ocupa o 40° lugar (de 189 países) no ranking mundial do IDH e figura entre os países de alto desenvolvimento humano.

Em 2008, o crescimento anual desacelerou para 2,8% e, em 2009, o PIB caiu dramáticos 14,7%, tendo a crise financeira internacional atingido o país com particular severidade. O governo lituano aplicou política de austeridade que logrou alguma recuperação: foi registrado crescimento do PIB de 1,3% em 2010 e de 5,8% em 2011. O PIB nominal cresceu 3,0% em 2012, tornando a Lituânia uma das economias que mais crescem na UE. A crise impactou também, de modo sensível, o nível de desemprego. O desemprego, que estava em 4,8% em 2008, mais que dobrou, tendo chegado a 11,9% ao final do primeiro trimestre de 2009 e a 17,8% em 2010. Desde então, o desemprego recuou para 15,4% em 2011, e para 12,3% em 2012. A crise e a taxa de desemprego aceleraram o movimento de emigração. Segundo dados oficiais, no decorrer de 2011, o número de emigrados lituanos mais do que triplicou e a população do país decresceu em 1,4%. Nos primeiros três trimestres de 2011, as remessas dos lituanos emigrados (US$ 1,1 bilhão) ultrapassaram o investimento direto estrangeiro (US$ 993 milhões). Tais perspectivas demográficas comprometem o futuro da economia do país. Prevê-se que, em 2021, a população economicamente ativa terá 350 mil cidadãos a menos que em 2013.

[2] Cooperação militar nórdica, que prevê uso comum de recursos humanos, infraestruturas e equipamentos.

A moeda lituana, lita, está atrelada ao euro. Em julho de 2004, a Lituânia juntou-se ao mecanismo conjunto de câmbio do Banco Central Europeu, com paridade de 3,4528 litas por euro, como primeiro passo para adoção da moeda única, e encaminhou à Comissão da União Européia requerimento de adesão, a partir de janeiro de 2007. Contudo, o resultado da avaliação pela Comissão foi desfavorável, em virtude do desempenho da inflação lituana, de 2,7%, em fevereiro de 2006, acima do teto anual estabelecido pelo Tratado de Maastricht, de 2,63% - uma diferença de apenas 0,07%. No período de 2004 a 2008, houve forte tendência de aceleração da inflação, que ultrapassou os 11% em 2008. Em 2009, o índice de inflação foi de 4,2%, em 2010, de 1,2%; em 2011, de 4,1% e a estimativa para 2012 foi de inflação anual de 3,2% (dados da Eurostat).

O setor industrial da Lituânia contraiu brutalmente após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando e, entre 2000 e 2006, cresceu em média de 10% ao ano. Muitas indústrias são orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos. Apesar de responder por menor parcela do PIB, o setor agropecuário empregava, em 2005, 14% da força de trabalho. A área utilizada alcança 3,5 milhões de hectares. As principais safras são as de grãos (cereais de inverno e de primavera e grãos leguminosos), representando 45% do total da área plantada, e pastagem diversas, com 44,4% do total. Cerca de 30% do território da Lituânia é coberto por florestas, notadamente pinheiros, que representam importante recurso natural.

O déficit público diminuiu gradativamente de 3,2% do PIB em 2000 a 0,4%, em 2006, quando iniciou movimento ascendente e, em 2009, logo após a eclosão da crise financeira internacional, escalou para 9,4% do PIB. A estimativa para 2012 foi de déficit público 4,3% do PIB, o que ainda que bem superior ao do início da década de 2000, estaria praticamente na média da União Europeia e da zona do euro. De modo semelhante, a dívida pública nominal foi reduzida fortemente de 23,6% do PIB, no ano 2000, a 15,5%, em 2008. Após o advento da crise, teve abrupto salto e mais que dobrou. Estima-se que a dívida pública nominal, em 2012, tenha sido de 36,5% do PIB, nível de endividamento relativamente baixo no âmbito da UE atualmente.

O estoque de investimentos diretos estrangeiros (IDE) na Lituânia tem-se mantido em patamares elevados nos últimos anos. Partindo de US$ 4,0 bilhões, em 2002, alcançou US$15,75 bilhões, em 2012, tendo quase quadruplicado em 10 anos. Os principais países investidores são a Polônia, Suécia, Dinamarca e Alemanha, nesta ordem, que juntos responderam por 43,4% do IDE na Lituânia em 2010. Estônia e Países Baixos são também investidores importantes. Em 2010, quase 70% do IDE foi destinado ao setor de serviços, em especial às

telecomunicações e aos setores financeiro e imobiliário. Dentre os atrativos para investidores constam a boa infraestrutura de telecomunicações e a qualificação da mão-de-obra a salários relativamente baixos.

Comércio Exterior

O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2011, variação positiva de 40% em relação a 2007, passando de US$ 42 bilhões para US$ 58 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a Lituânia figurou como o 67° mercado mundial, sendo o 67° na exportação e o 64° na importação. As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos europeus, que corresponderam a mais de 62% do total de 2011. Os principais mercados para os quais a Lituânia exporta são a Rússia (16,6% do total), Letônia (10,2%), Alemanha (9,3%), Polônia (7,0%) e Estônia (6,0%). O Brasil obteve o 82° lugar entre os compradores em 2011. Em 2011, as exportações totais do país alcançaram US$ 25,7 bilhões, com destaque para minérios (25,6% da pauta exportadora), máquinas e equipamentos elétricos (10,3%) e produtos químicos (9,2%).

Os vizinhos europeus são os principais vendedores para a Lituânia, sobretudo a Rússia. Em 2011, os produtos russos representaram mais de 33% das importações da Lituânia, seguida da Alemanha (10%); Polônia (9%); Letônia (7%) e Países Baixos (5%). O Brasil obteve o 42° lugar entre os principais exportadores para o país, com 0,1% do total. Petróleo é o principal item da pauta de exportações da Lituânia, especialmente destilados de petróleo e querosenes de aviação. Esses produtos, em conjunto, responderam por aproximadamente 26% das vendas em 2011. Em seguida destacaram-se: automóveis (7%); máquinas mecânicas (6%); plásticos (6%); e móveis (5%). A Lituânia é altamente dependente da importação de óleo bruto de petróleo para alimentar sua indústria de refinamento. O óleo bruto de petróleo e gás natural respondem por mais de 30% das compras do país. Em 2011 representaram 33% do total, seguidos de automóveis (8%); máquinas mecânias (7%); máquinas elétricas (5%); e plásticos (3%).

ANEXOS

Atos Bilaterais

Acordo Comercial entre Brasil e Lituânia firmado em 1932. Não entrou em vigor.

Acordo Comercial Provisório firmado em 1937. Denunciado.

Tratado de Extradição, publicado em 16/8/1939. Em vigor.

Acordo de isenção de vistos, assinado em 2002, em vigor a partir de 13 de janeiro de 2009. Era muito aguardado pelos lituanos, que o ratificaram em 2003 e, depois da adesão à UE, aboliram unilateralmente a exigência de vistos para brasileiros.

Acordo de Cooperação na Área Cultural, em vigor desde 6 de outubro de 2010.

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19 de agosto de 2011.

Cronologia Histórica da Lituânia

1230 - Lituânia surge sob a liderança do Duque Mindaugas, que unificou tribos lituanas contra os ataques dos Cavaleiros Teutônicos.

1251 - Mindaugas adotou o catolicismo. Foi coroado rei em 1253. Foi assassinado e a região voltou brevemente ao paganismo.

1316-1341 - Gediminas expandiu o Grão-Ducado da Lituânia até Kiev, enfrentando tártaros e russos.

1323 – Vilnius é fundada pelo Grão-Duque Gediminas.

1386 - O grão-duque da Lituânia e a rainha polonesa casaram-se e criaram união monárquica para conter os alemães. Foi também a conversão definitiva da Lituânia ao cristianismo.

1569 - Lituânia e Polônia unem-se em um único estado, a União de Lublin.

1795 - A Commonwealth é desfeita e a Lituânia é anexada ao Império Russo.

1812 - Muitos lituanos se voluntariaram para o Exército francês quando Napoleão ocupou Kaunas, durante a invasão fatídica da Rússia.

1830-1831 - Insurreições iniciadas por poloneses contra o domínio russo.

1863 – Nova insurreição. O Império Russo eliminou a influência polonesa e introduziu instituições sociais e políticas russas. Sob o governo czarista, escolas

lituanas e publicações lituanas em latim foram proibidas e a Igreja Católica Romana foi severamente reprimida.

1860-1885 - Levantes lituanos. O Czar baniu o uso público do lituano.

1900 - Lituanos começam a emigrar em massa para escapar da perseguição czarista.

1915 - Lituânia ocupada pelas tropas alemãs durante a Primeira Guerra Mundial.

1918 – A Lituânia declarou independência, em 16 de fevereiro.

1918-1920 - Guerra da Lituânia para defender sua independência contra o Exército Vermelho, o Exército polonês e o Exército Bermondt-Avalov, composto de tropas russas e alemãs sob o comando dos alemães. A Lituânia não conseguiu recuperar a região de Vilnius, que permaneceu ocupada pelos poloneses até a Segunda Guerra Mundial. Kaunas tornou-se a capital da Lituânia.

1920 - Em 9 de julho o líder soviético Vladimir Lenin assinou tratado de paz, reconhecendo o Estado lituano.

1923 – A Lituânia anexou a região de Klaipeda, ao norte da Lituânia, que esteve sob domínio alemão por 700 anos.

1926 - Em 17 de dezembro, o governo de coalizão socialista-populista foi derrubado por golpe militar. O líder do Partido Nacionalista Antanas Smetona estabeleceu regime autoritário.

1939 – Em março, a Alemanha obrigou a Lituânia a entregar a região de Klaipeda.

1939 - Em 23 de agosto, Joseph Stalin e Adolf Hitler concluíram o Pacto Molotov-Ribbentrop. A Lituânia, primeiramente atribuída à esfera de influência alemã, foi transferida em setembro para a da União Soviética.

1939 - Em 10 de outubro, a Lituânia assinou acordo com a URSS, pelo qual lhe foram devolvidas a cidade e a província de Vilnius, conquistadas pelo Exército Vermelho durante a guerra soviético-polaca. Em troca, cerca de 20.000 soldados soviéticos foram colocados na Lituânia.

1940 - Em 14 de junho, o governo soviético emitiu ultimato, exigindo a formação de um novo governo lituano e a permissão para posicionar tropas adicionais do Exército Vermelho. A Lituânia acatou as demandas e, no dia seguinte, 100.000 tropas soviéticas entraram no país.

1940 - Em 17 de junho, foi formado um suposto governo popular, liderado por J. Paleckis. Eleições parlamentares remanescentes foram realizadas um mês depois, e, em agosto, a Lituânia foi proclamada República Socialista Soviética.

1941 - Campanha de deportação em massa entre 14-18 de junho de 1941. Mais de 12 mil pessoas foram deportadas para a Sibéria sem investigação ou julgamento, 3.600 pessoas foram presas e mais de mil, executadas.

1941 - A Alemanha nazista atacou a União Soviética em 22 de junho de 1941 e ocupou a Lituânia. No dia seguinte, a resistência antissoviética "Frente Ativista

Lituana" iniciou revolta. Partidários ocuparam as maiores cidades - Kaunas e Vilnius - e declararam a restauração da independência da Lituânia. Operaram um governo provisório sem reconhecimento alemão, de 24 de junho a 5 de agosto.

1941 - Os alemães substituíram o governo provisório por um "Conselho de Curadores" chefiado por um lituano étnico, General Petras Kubiliunas. A Lituânia tornou-se parte da unidade administrativa de ocupação alemã de Ostland.

1941 - Os nazistas e colaboradores locais privaram os judeus lituanos de seus direitos civis e massacraram cerca de 185.000 deles (85% da comunidade judaica do país). Dezenas de milhares de lituanos são recrutados para trabalhar em campos de trabalho forçado ou servir no exército alemão.

1944 - Exércitos soviéticos reocupam a Lituânia no verão de 1944.

1944 - Sovietização do país. As estatísticas divergem, mas o número de presos políticos e deportados, até 1952, teria sido algo entre 120.000 e 300.000 pessoas.

1944 -1952 - Guerrilha de resistência antissoviética. As autoridades soviéticas incentivaram a imigração de trabalhadores, especialmente russos, como forma de integrar a Lituânia à União Soviética e de fomentar o desenvolvimento industrial.

1947-1951 – Coletivização da agricultura. Repressão a líderes religiosos.

1970 - Na década de 1970, surgem diversas publicações clandestinas das quais a mais significativa e regularmente publicada era A Crônica da Igreja Católica da Lituânia, publicada por vinte anos sem ter sido descoberta pela KGB.

1972 - O estudante Romas Kalanta imolou-se em protesto contra o domínio soviético, a que se seguiu uma rebelião estudantil. O Comitê para a Defesa dos Direitos Religiosos e o Comitê de Vigília de Helsinki foram estabelecidos na clandestinidade.

1987 - Dissidentes do Báltico começaram a realizar manifestações públicas em Riga, Tallinn e Vilnius.

1988 - Sob a liderança de intelectuais, o movimento de reforma da Lituânia "Sajudis" foi formado. O movimento desenhou programa de direitos democráticos e nacionais e ganhou popularidade.

1989 - Em dezembro, o Partido Comunista Lituano rompeu com o Partido Comunista Soviético e tornou-se um partido independente.

1989 - O Parlamento aprova declaração de soberania da Lituânia, afirmando que as leis lituanas têm precedência sobre as soviéticas.

1990 - Sajudis ganha maioria dos assentos nas eleições parlamentares. Seu líder, Vytautas Landsbergis, é eleito presidente do Parlamento.

1990 - Em 11 de março de 1990, foi proclamada a restauração da independência da Lituânia. Novo Gabinete de Ministros foi formado e adotou a Medida Provisória Fundamental do Estado.

1990 - A URSS não aceitou a legalidade da votação da independência. Em abril, impôs bloqueio econômico e interrompeu o fornecimento de combustível. A legislatura lituana cedeu e propôs moratória de seis meses sobre a declaração de independência, enquanto aguarda negociações.

1991 - Sem progresso nas negociações com Moscou, Landsbergis termina a suspensão da declaração de independência.

1991 - Em 10 de janeiro, tropas militares soviéticas invadiram instalações governamentais em Vilnius e outras cidades e tentaram, sem sucesso, derrubar o governo eleito. Três dias depois, os soviéticos tomaram a torre de TV à força, matando 14 civis e ferindo 700. Retornaram aos quartéis quando o golpe falhou. O Governo da Lituânia baniu o Partido Comunista.

1991 - Em fevereiro, por plebiscito, 76% do eleitorado compareceram às urnas e, em razão de 9:1, votaram a favor de um Estado independente e democrático lituano.

1991 – A Islândia reconheceu a Lituânia independente em fevereiro; o reconhecimento pelos Estados Unidos veio em 2 de setembro e o da URSS, em 6 de setembro.

1991 - A Lituânia foi admitida na OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) em 10 de setembro e nas Nações Unidas, em 16 de setembro.

1992 – Em outubro, nova Constituição foi adotada por referendo popular, juntamente com eleições parlamentares. O antigo Partido Comunista, rebatizado Partido Trabalhista Democrático Lituano, ganha as eleições gerais e forma governo de coalizão.

1992 - Apesar da reconquista da independência, números consideráveis de forças russas permaneceram no território lituano. A retirada dessas forças foi uma das maiores prioridades da política externa lituana. Lituânia e Rússia assinaram um acordo em 8 de setembro de 1992 e a retirada das tropas russas foi finalizada dentro do prazo (até agosto de 1993).

1993 – Algirdas Brazauskas foi eleito presidente.

1993 – A Lituânia juntou-se ao Conselho da Europa. A nova moeda nacional, litas, é introduzida.

1994 - A Lituânia juntou-se ao programa de Parceria para a Paz da OTAN e firmou Tratado de Amizade com a Polônia.

1995 - Dois do maiores bancos comerciais da Lituânia quebraram e ocasionaram escândalo político.

1996 – Como resultado do escândalo, o Primeiro-Ministro Slezevicius foi destituído. As eleições gerais trouxeram ao poder coalizão de centro-direita. Tomou posse como Primerio-Ministro Gediminas Vagnorius.

1997 - O Presidente Brazauskas visitou a Rússia e firmou tratado fronteiriço e acordo de cooperação.

1998 - Valdas Adamkus foi eleito presidente.

1999 - Controversa venda da participação controladora da empresa lituana estatal de petróleo ao grupo norte-americano, Williams International. O Primeiro-Ministro Rolandas Paksas renunciou. Andrius Kubilius tornou-se Primeiro-Ministro.

2000 - Novo governo de coalizão minoritária e instável, unindo centro-direita e centro-esquerda. Paksas renomeado Primeiro-Ministro, desta vez como membro da União Liberal.

2001 – Colapso da coalizão. Em julho, Brazauskas tornou-se Primeiro-Ministro.

2003 - Rolandas Paksas eleito presidente, em janeiro de 2003.

2003 – Em maio, referendo lituano a favor da adesão à União Europeia.

2004 - En 1° de maio, a Lituânia aderiu à União Europeia.

2004 – Em 29 de março, o país foi admitido na OTAN.

2004 - Em 7 de abril, "impeachment" do Presidente Rolandas Paksas. O Portavoz do Parlamento, Arturas Paulauskas, assume a presidência interinamente.

2004 – Em junho, Valdas Adamkus foi reeleito presidente.

2004 – Em outubro, Algirdas Brazauskas continua como Primeiro-Ministro, na nova coalizão após as eleições gerais.

2004 – Em novembro, a Lituânia foi o primeiro Estado-membro da UE a adotar a Constituição Europeia.

2004 – Em dezembro, o primeiro reator da central nuclear de Ignalina foi desativado, em linha com os requisitos de entrada à UE.

2005 – Em junho, o líder do Partido Trabalhista Viktor Uspaskich renunciou ao cargo de Ministro da Economia, após alegações de que seus acordos de negócios tinham infringido regras de ética.

2005 – Em setembro, caça russo teve acidente em território lituano, elevando a tensão diplomática com Moscou.

2006 – Em julho, o Primeiro-Ministro Algirdas Brazauskas renunciou, após o Partido Trabalhista desligar-se da coalizão de governo. O Parlamento aprovou o nome de Gediminas Kirkilas como novo Primeiro-Ministro.

2006 – Em julho, alegando defeito técnico, a Rússia fechou o oleoduto que abastecia a refinaria de Mazeikiu.

2007 - A Comissão Europeia recusou o pedido da Lituânia de adesão à zona do euro, em razão da taxa de inflação do país.

2008 - O Parlamento lituano ratificou o Tratado de Lisboa da UE.

2008 – Em outubro, o partido conservador da União Nacional ganhou as eleições parlamentares.

2008 – Em novembro, o líder da União Nacional Andrius Kubilius foi nomeado Primeiro-Ministro, à frente de um governo de coalizão de centro-direita.

2009 – Em maio, a comissária de orçamento da UE Dalia Grybauskaite, candidata independente, ganhou a eleição presidencial, com mais de 68% dos votos. A Presidenta tomou posse em julho.

2009 – Em dezembro, o segundo reator da central nuclear de Ignalina foi desligado.

2011 – A Lituânia adotou o "terceiro pacote de energia" da União Europeia.

2012 – Em outubro, primeiro turno das eleições parlamentares e referendo sobre o projeto de usina nuclear de Visaginas. O governo de Kubilius perdeu as eleições e a população rejeitou o projeto de Visaginas.

2012 – Em dezembro, novo governo de coalizão assumiu, sob a liderança do Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius, social-democrata.

Cronologia das Relações Bilaterais

1920-1930 - Desenvolveu-se importante comunidade lituana em São Paulo, estimada em 30 mil.

1921 - O Brasil reconheceu a Lituânia (e a Letônia e a Estônia).

1939 - O Brasil manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética.

1954 – A Lituânia mantinha apenas cinco legações no exterior, uma das quais, no Rio de Janeiro, além de um Consulado em São Paulo.

1961 – Estabelecimento de relações do Brasil com a URSS. O Governo de Jânio Quadros decidiu fechar as legações, no Brasil, dos três países bálticos. O Itamaraty autorizou os antigos cônsules a desempenhar algumas funções consulares.

1991 - O Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país.

1993 - A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto, em 5 de fevereiro de 1993.

1996 - Primeira visita de alto nível de autoridade da Lituânia ao Brasil. O Presidente Algirdas Brazauskas deslocou-se ao Brasil, além da Argentina, Uruguai e Venezuela, em março de 1996.

2002 - Visita de trabalho do Chanceler Celso Lafer à Lituânia, em novembro. Encontrou-se com o Presidente Valdas Adamkus. Firmou acordo bilateral de isenção de vistos.

2002 – Abertura da Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, em caráter cumulativo com Brasília, Bogotá, Montevidéu, Caracas, Santiago e Quito.

2003 – A parte lituana ratificou o acordo de isenção de vistos.

2005 - A Lituânia manifestou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU, por declaração do Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Emissário Especial do Senhor Presidente da República, em junho de 2005.

2008 - Em julho, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Avistou-se com o Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, inaugurou seminário empresarial na FIESP e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos, no bairro de Vila Zelina. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação cultural, publicado no Diário Oficial em 6/10/2010.

2008 - Em dezembro, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.

2009 - O acordo de isenção de vistos entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente.

2009 - Em 13 de maio, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Subsecretária Asta Liauskiene.

2011 - A Vice-Ministra Liauskiene foi a Brasília em abril e realizou, com a SGAP-I Embaixadora Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado MdE sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

2011 - O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius, conforme publicado no DOU de 14/10/2011.

2012 A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Copresidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pelo "ONU Mulheres".

2012 - A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, que acumulava a representação em Brasília, foi fechada em 31/12/2012.

2012 - O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. O Consulado está em fase de instalação e a Consulesa-Geral é a Senhora Laura Guobuzaite.

2012 - O Chanceler Azubalis solicitou, em abril de 2012, renovação da designação do Sr. Francisco Ricardo Blagevitch como Cônsul Honorário da Lituânia, em Santana de Parnaíba/SP.

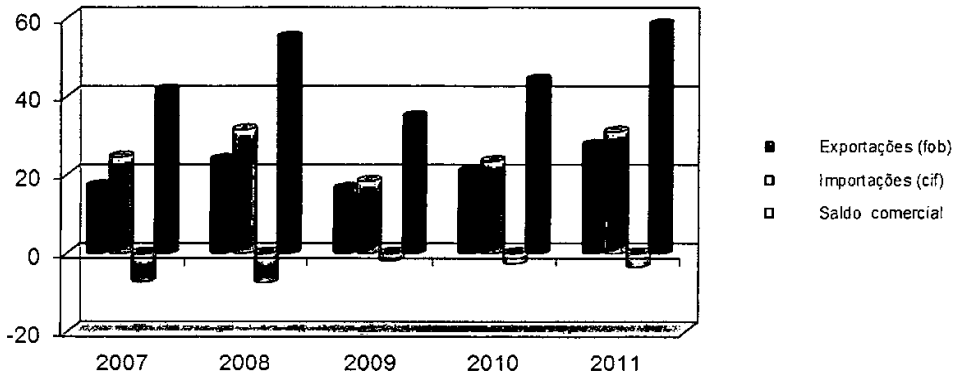
2013 - Em janeiro, o Governo brasileiro concedeu anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro, bem como o exequatur ao Sr. Luiz Otávio de Souza Bandeira como Cônsul Honorário da Lituânia naquela cidade.

Dados Econômico-Comerciais

O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2011, variação de 40% em relação a 2007, passando de US$ 42 bilhões para US$ 58 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a Lituânia figurou como o 67° mercado mundial, sendo o 67° na exportação e o 64° na importação.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	17,2	23,8	16,5	20,8	27,5	20,5	20,7
Importações (cif)	24,4	31,3	18,3	23,4	30,8	23,6	23,1
Saldo comercial	-7,3	-7,5	-1,8	-2,6	-3,4	-3,1	-2,4
Intercâmbio comercial	41,6	55,1	34,8	44,2	58,3	44,1	43,8

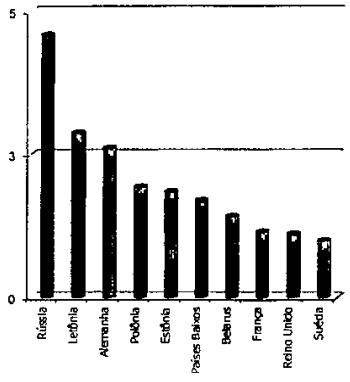
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.



As exportações do país são destinadas em grande parte aos seus vizinhos da Europa, que corresponderam a mais de 63% do total de 2011. Individualmente a Rússia (17%); Letônia (10%); Alemanha (10%); Polônia (7%); Estônia (7%); e Países Baixos (6%) destcaram-se como principais destinos. O Brasil obteve o 82° lugar entre os principais compradores em 2011 sem participação significativa.

LITUÂNIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Rússia	4,6	16,7%	3,8	18,5%
Letônia	2,9	10,4%	2,4	11,5%
Alemanha	2,6	9,5%	1,7	8,2%
Polônia	2,0	7,1%	1,3	6,1%
Estônia	1,9	6,8%	1,6	7,7%
Países Baixos	1,7	6,2%	1,3	6,0%
Belarus	1,4	5,2%	0,9	4,5%
França	1,2	4,2%	0,7	3,5%
Reino Unido	1,1	4,1%	1,3	6,3%
Suécia	1,0	3,7%	0,7	3,4%
...				
Brasil	*0,003*	*0,01%*	*0,02*	*0,1%*
Subtotal	**20,3**	**73,9%**	**15,7**	**75,7%**
Outros países	**7,2**	**26,1%**	**5,0**	**24,3%**
Total	**27,5**	**100,0%**	**20,7**	**100,0%**

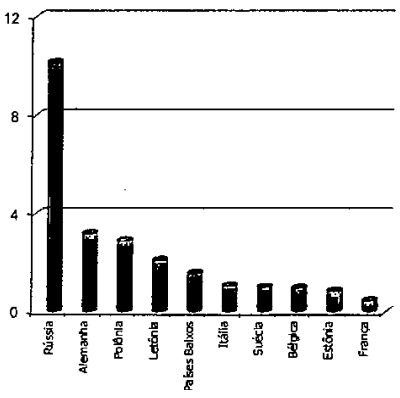


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.

Os vizinhos europeus são os principais fornecedores de bens a Lituânia representando cerca de 55% do total. Individualmente a Rússia responde por ceca de 1/3 do total (33%). Em seguida destacaram-se: Alemanha (10%); Polônia (9%); Letônia (7%); Países Baixos (5%) e Itália 94%). O Brasil obteve o 41° lugar entre os principais exportadores para o país, com 0,1% do total.

LITUÂNIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Rússia	10,1	32,9%	7,5	32,6%
Alemanha	3,2	10,3%	2,3	9,8%
Polônia	2,9	9,4%	2,3	9,8%
Letônia	2,1	6,8%	1,4	6,0%
Países Baixos	1,6	5,2%	1,3	5,6%
Itália	1,1	3,6%	0,7	3,1%
Suécia	1,1	3,4%	0,8	3,3%
Bélgica	1,0	3,3%	0,7	3,0%
Estônia	0,9	2,9%	0,7	3,0%
França	0,5	1,6%	0,5	2,2%
Brasil	*0,03*	*0,1%*	*0,02*	*0,1%*
Subtotal	**24,5**	**79,4%**	**18,1**	**78,4%**
Outros países	**6,3**	**20,6%**	**5,0**	**21,6%**
Total	**30,8**	**100,0%**	**23,1**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/DOTS - Direction of Trade Statistics, February 2013.

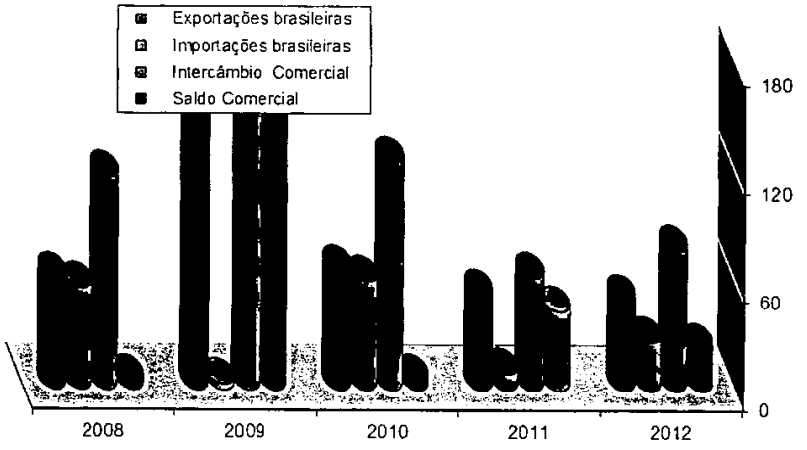
O Petróleo é o principal item da pauta de exportações da Lituânia, especialmente destilados de petróleo e energia elétrica. Esses produtos, em conjunto, responderam por aproximadamente 25% das vendas entre jan-nov de 2012. Em seguida destacaram-se: máquinas mecânicas (7%); automóveis (6%); plásticos (6%); e móveis (6%). A Lituânia é altamente dependente da importação de óleo bruto de petróleo para alimentar sua indústria de refinamento. O óleo bruto de petróleo e gás natural respondem por mais de 34% das compras do país entre jan-nov de 2012. Destacaram-se em seguida: automóveis (8%); máquinas mecânias (7%); máquinas elétricas (5%); e plásticos (4%).

A Lituânia foi o 113° parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 34%, refletindo, sobretudo, o fraco desempenho das importações brasileiras, que cairam em torno de 52% nesse período, enquanto as exportações apresenatram queda de 18% no período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países recuou de US$ 118 milhões em 2008, para US$ 78 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US$ 23,4 milhões.

BRASIL-LITUÂNIA EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan)	2013 (jan)
Exportações brasileiras	**61,4**	**176,0**	**66,2**	**53,2**	**50,5**	**1,2**	**36,2**
Variação em relação ao ano anterior	-12,1%	186,6%	-62,4%	-19,6%	-5,1%	-92,8%	2816,0%
Importações brasileiras	**56,5**	**3,3**	**60,4**	**9,3**	**27,2**	**4,0**	**0,8**
Variação em relação ao ano anterior	3055,4%	-94,2%	1731,4%	-84,6%	191,7%	720,0%	-79,6%
Intercâmbio Comercial	**117,9**	**179,3**	**126,6**	**62,5**	**77,7**	**5,2**	**37,0**
Variação em relação ao ano anterior	64,5%	52,1%	-29,4%	-50,6%	24,2%	-70,5%	610,1%
Saldo Comercial	**5,0**	**172,7**	**5,7**	**43,9**	**23,4**	**(2,7)**	**35,4**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.



As exportações brasileiras destinadas à Lituânia apresentaram elevado grau de concentração nos produtos básicos. A venda de açucar (açucar de cana e produtos de confeitaria) e fumo (fumo não manufaturado) representaram cerca de 61% do total das vendas.

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açucar	11,8	19,1	16,5	32,6%
Fumo	11,1	10,2	14,3	28,3%
Preps aliment. Diversas	3,0	3,1	3,5	6,9%
Peles e couros	2,8	2,9	2,8	5,5%
Outs prods origem animal	2,3	2,3	2,7	5,3%
Extr. Tanantes/tintoriais	1,6	1,5	1,9	3,8%
Máquinas mecânicas	0,6	1,4	1,5	2,9%
Carnes	0,8	0,9	1,2	2,5%
Madeira	1,0	1,6	1,1	2,1%
Café	0,0	0,2	0,6	1,2%
Subtotal	**35,0**	**43,2**	**46,0**	**91,1%**
Outros produtos	**31,2**	**10,0**	**4,5**	**8,9%**
Total	**66,2**	**53,2**	**50,5**	**100,0%**



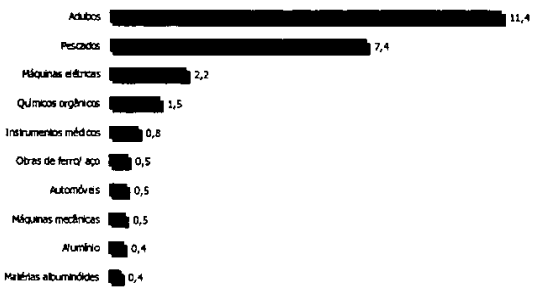
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

As importações brasileiras originárias da Lituânia apresentaram também elevado grau de concentração. Adubos (uréia em solução aquosa, nitrato de amônio) e pescados (sardinhas congeladas) representaram cerca de 69% do total das compras. Em seguida destacaram-se máquinas elétricas (8%) e produtos químicos orgânicos (5%).

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Adubos	5,4	1,9	11,4	41,9%
Pescados	0,0	0,,560	7,4	27,4%
Máquinas elétricas	0,3	2,5	2,2	8,2%
Químicos orgânicos	1,6	1,7	1,5	5,3%
Instrumentos médicos	0,7	0,7	0,8	3,1%
Obras de ferro/ aço	0,0	0,0	0,5	2,0%
Automóveis	0,0	0,0	0,5	1,9%
Máquinas mecânicas	0,2	0,3	0,5	1,8%
Alumínio	0,0	0,0	0,4	1,6%
Matérias albuminóides	0,3	0,4	0,4	1,3%
Subtotal	**8,4**	**7,5**	**25,6**	**94,3%**
Outros produtos	**52,1**	**1,8**	**1,5**	**5,7%**
Total	**60,4**	**9,3**	**27,2**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Lituânia, 2012

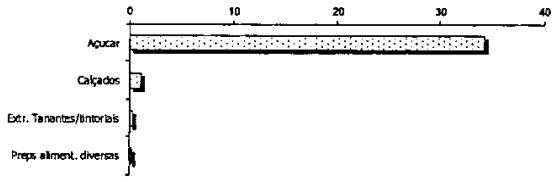


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

BRASIL-LITUÂNIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

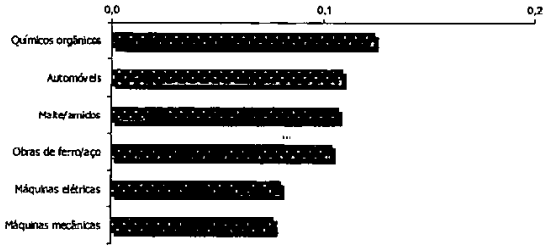
DESCRIÇÃO	2012 (jan)	2013(jan) Valor	2013(jan) % no total
Exportações			
Açucar	0,00	34,28	94,7%
Calçados	0,13	1,03	2,9%
Extr. Tanantes/tintoriais	0,11	0,25	0,7%
Preps aliment. diversas	0,22	0,22	0,6%
Subtotal	**0,46**	**35,79**	**98,9%**
Outros produtos	**0,78**	**0,40**	**1,1%**
Total	**1,24**	**36,19**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Lituânia em 2013(jan)



Importações			
Químicos orgânicos	0,189	0,124	15,3%
Automóveis	0,007	0,109	13,5%
Malte/amidos	0,000	0,107	13,2%
Obras de ferro/aço	0,000	0,104	12,9%
Máquinas elétricas	0,176	0,080	9,9%
Máquinas mecânicas	0,007	0,077	9,5%
Subtotal	**0,4**	**0,7**	**87,9%**
Outros produtos	**3,5**	**0,1**	**12,1%**
Total	**4,0**	**0,8**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Lituânia em 2013(jan)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Aviso nº 264 - C. Civil.

Em 8 de abril de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCUS CAMACHO DE VINCENZI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Publicado no **DSF**, em 11/04/2013.

5

SENADO FEDERAL
Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 27, de 2013 (Mensagem nº 130, de 8/4/2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor* ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS*,* Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido em São Paulo/SP, em 16 de setembro de 1961, 1946, filho de Robiran José dos Santos e de Ana Elvira de Azevedo dos Santos, o Sr. **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** graduou-se em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula, em 1983, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no Ministério das Relações Exteriores em 1993, após ter concluído, no ano anterior, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2008.

No Exterior, desempenhou, entre outros, as funções de Vice-Cônsul e Cônsul Adjunto, entre 1997 e 2000; Ministro-Conselheiro em Abuja, de 2006 a 2009; Cônsul-Geral Adjunto em Paris, de 2009 a 2011; e Ministro-Conselheiro em Riade, de 2011 até o presente.

Quanto à Libéria, importa registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República da Libéria ocupa território de 111,3 mil km², onde vivem 4,1 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2012, foi de 2,6 bilhões de dólares, o que propicia PIB per capita de US$ 677.

Trata-se de uma república presidencialista, e tem na atual presidenta, Ellen Johnson-Sirleaf, agraciada com o Prêmio Nobel da Paz em 2011, a primeira Chefe de Estado na África. Ela ocupa o cargo desde 2005, tendo sido reeleita em 2011.

Historicamente, Brasil e Libéria vêm mantendo relacionamento pouco intenso, apesar de o país africano, independente desde 1847, ter sido uma das primeiras nações africanas a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

A partir de anos recentes, entretanto, é possível identificar aproximação gradual, inclusive com visita da Presidenta da Libéria ao Brasil em 2010. No primeiro semestre de 2011, foi concluída a instalação da Embaixada brasileira em Monróvia. Há ainda a implementação de acordos de cooperação técnica e grande potencial para atividades conjuntas na área energética, tendo em vista a grave situação de acesso à rede pública de eletricidade naquele país, que é uma das mais baixas da África.

Quanto ao comércio bilateral, cabe destacar que, embora seja possível observar certo crescimento nos últimos anos (de US$ 10 milhões em 2006 para US$ 34 milhões em 2012), ele continua modesto, mesmo para os padrões regionais. As exportações brasileiras representam a quase totalidade desse valor, mesmo com o crescimento expressivo das importações de produtos liberianos nos últimos anos. O Brasil tem exportado principalmente açúcar, arroz e carnes. A borracha natural corresponde quase ao total das mercadorias importadas pelo Brasil.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 27, DE 2013
(nº 130, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Os méritos do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de abril de 2012.

EM nº 00105/2013 MRE

Brasília, 3 de Abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00105/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 3 de abril de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

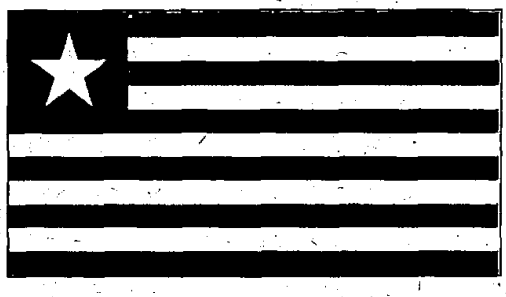
CONSELHEIRO *ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS*
CPF.: 642.132.507-68
ID.: 10459 MRE

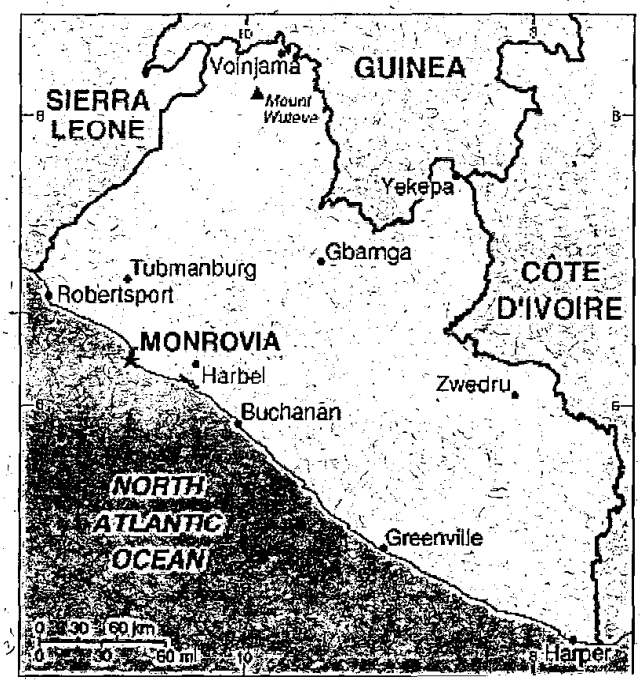
1961	Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1983	Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989	Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992	CPCD - IRBr
Cargos:	
1993	Terceiro-Secretário
1998	Segundo-Secretário
2005	Primeiro-Secretário
2008	Conselheiro, por merecimento
Funções:	
1993-96	Divisão de Integração Regional, assistente
1996	Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97	Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00	Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2000-03	Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
2003-06	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
2006	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006	Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09	Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado
2009-11	Consulado Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
2011	Embaixada em Riade, Ministro-Conselheiro, comissionado
Condecorações:	
1997	Ordem ao Mérito, Itália, Cavalheiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA LIBÉRIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2013

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República da Libéria
Capital:	Monróvia
Área:	111.370 km²
População (ONU, 2011):	4,1 milhões
Idioma oficial:	Inglês
Principais religiões:	Cristianismo 85,6%/40%; islamismo 12,2%/20%; crenças locais 0,6%/40% (Censo 2008/ Departamento de Estado EUA)
Sistema político:	República presidencialista
Poder Legislativo:	O Legislativo é bicameral, composto por Senado (30 membros, eleitos para mandato de 9 anos) e Casa dos Representantes (73 membros, eleitos para mandato de 6 anos)
Chefe de Estado e de Governo:	Presidenta Ellen Johnson-Sirleaf (desde janeiro de 2006; reeleita em 2011)
Chanceler:	Augustine Kpehe Ngafuan (desde fev/ 2012)
PIB (2012, FMI):	US$ 1,7 bilhão (aprox. metade do PIB de Roraima)
PIB PPP (2012, FMI):	US$ 2,6 bilhões
Variação do PIB:	7,9% (est. 2013); 8,9% (2012); 8,1% (2011); 6,1% (2010); 5,2% (2009)
PIB *per capita* (2012, FMI):	US$ 444
PIB PPP *per capita* (2012, FMI):	US$ 677
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 2012:	0,388 (174ª posição entre 185 países)
Expectativa de vida:	56,8 anos
Índice de alfabetização:	59,1%
Índice de desemprego:	85% (est. 2003); país divulgou nova taxa de 3,7% em 2012, resultado questionado.
Unidade monetária:	Dólar liberiano (1 US$ = 764 LRD)
Comunidade brasileira estimada:	Não há estimativa

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Libéria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**2.264**	**28.120**	**8.888**	**10.848**	**17.165**	**16.264**	**13.501**	**20.278**	**37.500**	**34.813**
Exportações	2.264	28.015	8.781	10.725	17.142	16.181	13.210	17.904	34.869	31.402
Importações	0	105	107	123	23	83	291	2.374	2.630	3.410
Saldo	2.264	27.910	8.674	10.602	17.119	16.098	12.919	15.529	32.238	27.992

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ellen Johnson Sirleaf
Presidenta

Primeira mulher a ser eleita Chefe de Estado na África, Ellen Johnson-Sirleaf nasceu em 29 de outubro de 1938, em Monróvia. Tem quatro filhos e oito netos.

Graduada em Contabilidade e Economia no College of West Africa, em Monróvia, mudou-se em 1961 para os EUA, onde fez pós-graduação na Universidade do Colorado. Depois de concluir Mestrado em Harvard, Ellen Johnson-Sirleaf retornou à Libéria, trabalhando na administração de William Tolbert.

Ocupou a pasta de Ministra das Finanças do país de 1972 a 1973. Após o movimento militar de 1980, que colocou Samuel Doe à frente da nação, Sirleaf se exilou no Quênia, mas retornou em 1984, acreditando na promessa de eleições livres e multipartidárias. Contudo, foi presa em 1985, ao fazer campanha em favor da oposição. Depois de curto período de encarceramento, deixou o país e voltou a viver no exílio.

Sirleaf voltou ao país e concorreu nas eleições de 1997, sendo derrotada por Charles Taylor. Após o fim do conflito civil liberiano, com a queda de Taylor, Sirleaf candidatou-se à Presidência, em 2005. Perdeu o primeiro turno para o ex-jogador de futebol George Manneh Weah (28,3% a 19,8%), mas venceu o segundo turno das eleições, por 59,4% a 40,6%.

Em 2011, a Presidenta Ellen Johnson Sirleaf foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz.

Ainda em 2011, foi reeleita, em segundo turno, para mais um mandato presidencial.

Augustine Kpehe Ngafuan
Ministro de Assuntos Estrangeiros

Nasceu em 7 de abril de 1970, em Monróvia. É formado em Contabilidade (1989) na Booker Washington Institute (Libéria) e em Administração de Empresas (2000) na Universidade da Libéria. Em 2004, recebeu seu diploma de Mestre em Finanças e Contabilidade pela *Simon Graduate School of Business Administration* da Universidade de Rochester em Nova York, EUA.

Iniciou sua carreira política como Presidente da União Estudantil da Universidade da Libéria (Junho 1998 – Fevereiro 2000) e, posteriormente, organizador e líder da *Youths for Ellen Presidency* (YEP), organização estudantil que desempenhou papel de relevo na campanha à Presidência de Ellen Johnson Sirleaf, em 2005.

Foi Diretor-Geral da Secretaria do Orçamento (2006 a 2008) e Ministro das Finanças (2008 a 2012).

Assumiu o Ministério de Assuntos Estrangeiros em 10 de fevereiro de 2012. Visitou o Brasil em abril de 2012, para participar da Conferência de Alto Nível para o Governo Aberto, ocasião em que foi recebido pelo Ministro Antonio Patriota.

RELAÇÕES BILATERAIS

Historicamente, Brasil e Libéria tiveram contatos pouco intensos, a despeito de o país africano, independente desde 1847, ter sido uma das primeiras nações do continente a estabelecer relações diplomáticas com o País.

Não obstante, é possível identificar, nos últimos anos, gradual aproximação. Em fevereiro de 2010, a então Ministra de Negócios Estrangeiros, Olubanke Akerele, visitou o Brasil e apresentou demandas de cooperação nas áreas de agricultura, esporte, energia, mineração e

desenvolvimento do setor privado. Dois meses depois, a Presidenta da República da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, também visitou o Brasil.

No primeiro semestre de 2011, foi concluída a instalação da Embaixada brasileira em Monróvia. O atual Ministro de Assuntos Estrangeiros da Libéria, Augustine Ngafuan, visitou o Brasil, em abril de 2012, para participar da Conferência Anual de Alto Nível da Parceria de Governo Aberto ("*Open Government Partneship*"). Em encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, o Chanceler liberiano transmitiu a expectativa de seu país de poder contar com a cooperação brasileira em diversas áreas, com destaque para a educacional.

Ainda em 2012, o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos da Libéria, Amara Konneh, viajou ao Brasil à frente da delegação liberiana à Conferência Rio+20.

Cooperação técnica

No segundo semestre de 2011, o Brasil cumpriu os requisitos para a entrada em vigor do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009. O Acordo entrará em vigor após o recebimento, por parte do Brasil, de notificação liberiana sobre o cumprimento dos seus requisitos legais.

No âmbito das relações Brasil-Libéria em 2012, cabe destacar a vinda de duas delegações do Governo liberiano ao Brasil, entre os meses de março e junho, para participar da execução de duas atividades isoladas na área de metrologia e de formação profissional, realizadas nas cidades de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. As últimas atividades da ABC na Nigéria ocorreram em 2010. Nesse ano, foram realizadas atividades isoladas e missões de prospecção ao país. Como exemplo pode-se citar: a missão conjunta da ABC e do MDIC para a prospecção de projetos nas áreas de agricultura, formação profissional, indústria têxtil e metrologia; a missão do Instituto Liberiano de Estatística ao IBGE para a prospecção de projetos nas áreas de metodologia de pesquisa em estatística pública; a missão de estudos liberiana sobre o sistema esportivo no Brasil; e a missão de prospecção do SENAC e do MEC-SETEC na área de ensino profissionalizante para jovens.

Cooperação energética

A Libéria dispõe de uma das menores taxas de acesso à rede pública de eletricidade na África e a menor taxa de consumo elétrico per capita. A destruição da infraestrutura de geração e de transmissão de energia durante

a guerra civil, encerrada em 2003, é apontada como a principal causa da precária situação energética do país.

Apesar de dispor de significativo potencial hidrelétrico, a eletricidade consumida na Libéria é produzida por geradores acionados por combustível fóssil importado, o que torna o custo da geração no país um dos mais elevados do mundo (US$ 0,54 por kWh). De acordo com estimativas do Governo liberiano, a recuperação da usina hidrelétrica de Mount Coffee, vandalizada durante a guerra civil, reduziria o custo da eletricidade em mais de 60%. O principal empecilho para sua recuperação, no entanto, é o custo, estimado em aproximadamente US$ 200 milhões.

O Brasil é percebido pela Libéria como importante parceiro em potencial na área de energia. Nesse sentido, em abril de 2010, por ocasião da visita ao Brasil da Presidenta Ellen Johnson-Sirleaf, foi assinado Memorando de Entendimento entre os dois países para a cooperação em energia e mineração. A primeira iniciativa de cooperação bilateral na área de energia está inserida no contexto da estratégia brasileira de promover a produção e o uso sustentável de bioenergia no continente africano. Em 2011, foi iniciado estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis na Libéria. Realizado em base bilateral e financiado pela Vale, o referido estudo está sendo elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), em estreita colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e com a Embrapa. O relatório final deverá indicar áreas propícias para a produção sustentável de biocombustíveis, bem como apresentar propostas de modelos de negócios.

Em encontro, à margem da Conferência Rio+20, entre o Ministro das Finanças da Libéria, Amara Konneh, e o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o representante liberiano fez apelo para que o Brasil coopere com o Governo da Libéria na restauração da usina hidrelétrica de Mount Coffee. O Ministro brasileiro se mostrou disposto a cooperar nesse sentido, indicando, em setembro de 2012, a possibilidade de envio de missão técnica da Eletrobras ao país. Para tanto, foi solicitado ao Governo liberiano o envio de convite formal para a realização da missão em apreço, o que até o momento não se concretizou.

Relações econômicas

Em 2010, o Brasil enviou duas missões intersetoriais, lideradas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Libéria. A cooperação econômica, porém, pouco avançou desde então.

Atualmente, a Vale e a Odebrecht são as únicas empresas brasileiras com atuação na Libéria. A mineradora possui duas licenças de exploração e vinha realizando estudos geológicos com equipes de pequeno porte. Seus

diretores deixaram, recentemente, o país. A construtora, por sua vez, firmou contrato com mineradora ARCELOR MITTAL para reforma de uma ferrovia e um porto utilizados no processo de exportação de minério de ferro na Libéria. Atualmente, a ODEBRECHT possui 17 funcionários residentes no país africano.

Quanto ao comércio bilateral, cabe destacar que, embora seja possível observar certo crescimento nos últimos anos- em 2006, as trocas somaram US$ 10 milhões, ao passo que, em 2012, o valor registrado chegou a US$ 34 milhões-, ele continua modesto, mesmo para os padrões regionais. As exportações brasileiras representam a quase totalidade desse valor, mesmo com o crescimento expressivo das importações de produtos liberianos nos últimos anos. No que se refere à composição da pauta, o Brasil tem exportado, sobretudo, açúcar, arroz e carnes. A borracha natural corresponde quase à totalidade das mercadorias importadas pelo Brasil.

Empréstimos oficiais e investimentos

Não há registros de concessão de créditos oficiais ao Governo da Libéria.

Assuntos consulares

Os brasileiros residentes na Libéria já constituíram uma comunidade mais numerosa, mas, embora seu número se tenha reduzido (com a retirada dos executivos da mineradora Vale, por exemplo), continuam a residir na Libéria alguns militares do Exército Brasileiro, em serviço na Força de Paz das Nações Unidas, civis que trabalham para organizações multilaterais ou empresas privadas, estrangeiras ou até mesmo brasileiras, como a Construtora Norberto Odebrecht (cujo contingente era de 17 funcionários residentes em julho de 2012). E há aqueles que lá se estabeleceram para explorar o seu próprio negócio, como o caso de brasileiro que comercializa material de construção.

A Embaixada em Monróvia ainda não dispõe de Setor Consular. A comunidade brasileira na Libéria pode ser atendida pelos Setores Consulares das Embaixadas nos três países vizinhos – Gana, Côte d'Ivoire e República da Guiné.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

A trajetória histórica da Libéria é distinta daquela da maioria dos países da África. Sua independência, em 1847, foi promovida por negros

livres vindos dos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, quando o restante do continente africano caía sob o domínio das potências europeias, a Libéria manteve sua soberania. No cenário interno, o país se caracterizou, desde cedo, pela rivalidade entre aqueles grupos de origem norte-americana – que passaram a formar as elites governistas do país – e os grupos autóctones que habitavam a área há diversos séculos.

Uma ponto de inflexão na história nacional ocorreu na década de 1940, quando William Tubman assumiu a Presidência (seu governo estendeu-se de 1944 a 1971). Considerado o pai da Libéria moderna, Tubman promoveu processo de modernização e adotou política de união nacional, que visava a dar mais direitos às populações autóctones.

A elite de origem estrangeira, porém, controlou a vida política liberiana até 1980, quando Samuel Doe, autóctone, organizou o golpe de estado que derrubou o então Presidente William Tolbert, sucessor de Tubman. Em 1985, em eleições consideradas fraudulentas, Doe foi eleito. Seu governo era amplamente criticado pelos altos índices de corrupção. No final da década de 1980, o país entrava em Guerra Civil.

As duas guerras civis

Charles Taylor, ex-funcionário da administração Doe, acusado de corrupção, organizou, com apoio da Líbia, o grupo rebelde Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL, sigla em inglês). Em 1989, a guerrilha entrou, pela Côte d'Ivoire, no território liberiano. Rapidamente, os rebeldes conquistaram posições no interior do país, avançando em direção a Monróvia.

Em agosto de 1990, tropas armadas de monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) desembarcaram em Monróvia, estabelecendo o controle militar na capital e impondo um cessar-fogo. Apesar de ter sido colocado sob proteção da força de paz, o Presidente Doe não escapou de ser capturado por rebeldes, que o torturaram até a morte.

Nessa altura, o conflito já assumia proporções de uma guerra civil generalizada, alimentada pelo comércio de recursos naturais do país, como o diamante e a madeira: as forças de Charles Taylor (NPFL) recusavam-se a reconhecer a autoridade do governo interino patrocinado pela CEDEAO; divergências entre os rebeldes deram início a hostilidades militares entre os ex-aliados.

Entre 1990 e 1997, registraram-se várias tentativas frustradas para o estabelecimento da paz, com participação direta da ONU a partir de dezembro de 1993, mediante o estabelecimento da Missão Observadora das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL), incumbida de supervisionar a desmobilização militar. Em 1997, realizaram-se, finalmente, eleições

parlamentares e presidenciais. Charles Taylor, líder das NPFL, foi eleito, com mais de 75% para o cargo de presidente. Ellen Johnson Sirleaf, a segunda colocada, obteve apenas 10% dos votos.

Ex-membros das milícias partiram para o exílio na Guiné, onde formaram o movimento dos Liberianos Unidos para a Reconciliação e a Democracia (LURD). Invadiram a Libéria em abril de 1999, e começaram a Segunda Guerra Civil do país.

As lutas com o governo intensificaram-se em fins de 2001 e, em 2003, a Segunda Guerra Civil chegou ao ápice. Em março de 2003 o Tribunal Especial da ONU em Freetown (Serra Leoa) aprovou o indiciamento de Charles Taylor por crimes de guerra em Serra Leoa, e em maio o CSNU renovou as sanções vigentes contra a Libéria. Após meses de pressão regional e internacional, Charles Taylor renunciou em benefício do vice-presidente Moses Blah e, em 11 de agosto de 2003, partiu para o exílio na Nigéria.

Com o apoio das forças de paz da ONU, um governo interino comandado pelo empresário Gyudeh Bryant governou o país até as eleições presidenciais de outubro de 2005. As eleições foram consideradas legítimas e pacíficas por observadores das Nações Unidas e, após perder o primeiro turno para o ex-jogador de futebol George Manneh Weah, Ellen Johnson-Sirleaf foi eleita no segundo turno das eleições. Em 2011, Sirleaf foi reeleita.

Instituições

A Libéria é uma república presidencialista. O Estado é unitário, dividido em 15 condados. O Legislativo é bicameral, composto por Senado (30 membros, eleitos por voto popular para mandato de 9 anos) e Casa dos Representantes (73 membros, eleitos por voto popular para mandato de 6 anos). O Judiciário resume-se à Corte Suprema.

O presidencialismo na Libéria segue o modelo institucional dos Estados Unidos, com respeito ao princípio da separação dos poderes. O funcionamento das instituições ainda se ressente dos efeitos dos períodos de guerra civil, quando o estado liberiano perdeu a capacidade de operação. A segurança interna do país, por exemplo, ainda depende da presença das tropas da missão das Nações Unidas para a Libéria (UNMIL), estabelecida em 2003. A corrupção é reconhecida como grande desafio a ser superado.

As relações entre o Executivo e o Legislativo têm sido em determinados momentos tensas. Parlamentares da oposição ameaçaram, em janeiro passado, abrir processo de "impeachment" contra a Presidente Sirleaf.

Há relativa liberdade de imprensa e liberdade de associação. O país conta com numerosas organizações da sociedade civil. Não há restrições à

liberdade sindical, mas não é raro que conflitos trabalhistas gerem incidentes violentos.

Principais forças políticas em atuação

O principal partido político é o Partido da Unidade (UP), que governa o país desde 2005. Embora o partido não disponha de maioria no Parlamento, os Presidentes do Senado e da Assembleia Nacional integram seus quadros. O Congresso para a Mudança Democrática (CDC) é a principal agremiação oposicionista.

Desdobramentos recentes (2011-2013)

Apesar de as eleições presidenciais e legislativas de 2011 terem sido consideradas transparentes, o país conheceu momentos de tensão. Winston Tubman, candidato oposicionista, alegou fraudes e boicotou o segundo turno. Marcha de seu partido, o Congress for Democratic Change (CDC), foi duramente reprimida, e meios de comunicação tiveram seu funcionamento impedido pelo Governo. Esperava-se que, reeleita, Johnson Sirleaf formasse governo inclusivo, que abrangesse membros da oposição. Além dessa expectativa não ter se concretizado, a Presidenta também tem sido acusada de nepotismo e de permissividade com a corrupção. Membros de seu próprio partido têm criticado a mandatária. A ativista Leymah Gbowee, que, assim como a Presidenta, foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz em 2011, também tem manifestado reservas com as ações de Sirleaf.

Liberia Vision 2030

Pressionada, a Presidente Johnson Sirleaf lançou, em dezembro de 2012, a "Liberia Vision 2030", uma agenda econômica e política de longo prazo para o país concretizar suas aspirações econômicas e sociais, a qual cobre, entre outros assuntos, um sistema político justo, segurança, Estado de direito e reconciliação nacional.

A necessidade de se reformar a Constituição, por sua vez, ganhou ímpeto com a criação, em agosto de 2012, do Comitê de Revisão Constitucional, que tem o mandato de orientar uma revisão da Carta liberiana, por meio de consultas em todo o país. A atual Constituição do país concentra poder político no Executivo e centraliza as funções do Estado em Monrovia.

POLÍTICA EXTERNA

Os princípios norteadores da política externa liberiana têm sido a manutenção da segurança nacional, a preservação da integridade territorial, a não-interferência nos assuntos internos de outros países e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Em consonância com esses princípios, o país tem relações amistosas com o Ocidente, mas também desenvolve laços significativos com a China, parceira no esforço de desenvolvimento.

As relações do Governo liberiano com os países e instituições doadores são boas. Os doadores avaliam que o país tem feito progressos nas áreas de transparência e responsabilidade fiscal.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos são intensas em virtude do papel desempenhado pelo país no surgimento da Libéria como nação independente e do apoio para a sua reconstrução nos anos recentes. Desde o término da guerra civil liberiana, em 2003, os Estados Unidos já contribuíram com mais de US$ 1 bilhão em assistência bilateral, além de terem efetuado contribuição de valor semelhante para as atividades da Missão das Nações Unidas no país (UNIMIL).

China

A China, por sua vez, tem investimentos de aproximadamente US$ 9,9 bilhões na Libéria. Os dois países romperam e reataram relações diplomáticas diversas vezes desde 1977, a última vez em 1997, em virtude do reconhecimento de Taiwan pela Libéria. A Embaixada chinesa em Monróvia foi reaberta em janeiro de 2004, após a Libéria ter anulado seu reconhecimento de Taiwan. Há participação de empresas chinesas em obras públicas, geração de energia e telecomunicações.

O Presidente Hu Jintao anunciou em 2012, que a China colaborará com a África na formação de 30.000 jovens, oferecerá 18 mil bolsas de estudo e enviará 1500 médicos ao continente.

O cenário regional

Durante o período do governo Charles Taylor (1997-2003), recentemente condenado pelo Tribunal Penal Internacional, as relações da Libéria com seus vizinhos se tornaram tensas, em virtude dos efeitos da guerra civil liberiana, que acabou se espalhando para Serra Leoa.

Após a eleição de Ellen Johnson-Sirleaf (2005), a Libéria passou a engajar-se mais ativamente nos processos de integração regional. O país é membro fundador da Organização das Nações Unidas e faz parte da União Africana (UA), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Movimento dos Não-Alinhados.

A Libéria integra também a União do Rio Mano, juntamente com a Costa do Marfim, Guiné e Serra Leoa. Formada em 1961, a organização visa a promover a cooperação econômica entre seus membros.

O conturbado cenário regional afeta, por vezes, a Libéria. A crise eleitoral de 2010-2011 na Costa do Marfim, por exemplo, produziu reflexos imediatos, causando, particularmente, o êxodo populacional na região fronteiriça e o movimento de militares e mercenários. Especula-se que os partidários do ex-Presidente ivoriano, Laurent Gbagbo, recrutem mercenários em território liberiano. Em decorrência desse quadro, os Governos da Libéria e da Côte d'Ivoire têm cooperado com vistas a enfrentar os desafios de segurança comuns na fronteira. A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) também tem cooperado com a Missão das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (UNOCI). Permanece, porém, a intensa preocupação com atividades de cartéis internacionais de drogas e o tráfico de armas na região.

Crise maliense

A Libéria endossou a decisão da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO) de apoiar a operação militar francesa para restaurar a integridade territorial maliense, em cheque devido a atuação de grupos islâmicos radicais e separatistas tuaregues. O país enviou um pelotão para se integrar à Missão Internacional de Apoio ao Mali (MISMA). A decisão é histórica, pois a última vez que o Governo liberiano participou de uma missão de paz ocorreu na década de 1960, por ocasião da crise congolesa.

A ONU

No país, há atualmente cerca de 9.000 militares, que constituem a UNMIL. Estabelecida em 2003, exerce importante papel, inclusive como força dissuasiva contra ameaças de retaliação violenta às recomendações da Comissão de Verdade e Reconciliação, de processar criminosos de guerra e de impor limites à sua participação política.

O CSNU adotou, em dezembro de 2012, resolução que estendeu, por mais doze meses, o regime de sanções relativo à Libéria, inicialmente implementado em 2003. Foram, dessa forma, renovadas as medidas

relativas ao embargo de armas, à proibição de viagem e ao bloqueio de bens.

ECONOMIA

Panorama econômico

A Libéria é um dos países mais pobres do mundo. O PIB per capita do país é de apenas US$ 444 (FMI, 2012). A pobreza extrema liberiana decorre, em grande medida, dos efeitos negativos que o período de guerra civil (1989-2003) legou ao país. Estima-se que, durante o período de 1987 a 1995, o país perdeu o equivalente a 90% de seu PIB.

O período pós-guerra (2003 em diante) iniciou-se, portanto, em ambiente de degradação da infraestrutura física e das instituições estatais, com pobreza disseminada por praticamente toda a população.

O território liberiano, entretanto, dispõe de uma diversidade de riquezas naturais, como água em abundância, recursos minerais e florestas. Ademais, o clima e o solo favorecem a agricultura.

Borracha e minério de ferro são atualmente os dois principais produtos de exportação. Vale mencionar também as rendas advindas da tradicional política de estímulo ao registro de navios de não-residentes, que fez da Libéria, nos anos 1970, o segundo maior país do mundo em termos de embarcações[1]. Outros itens da pauta de exportação são madeira, diamantes- cujas exportações foram embargadas durante a guerra civil- ouro, café e cacau.

O setor agrícola

A agricultura é pouco produtiva e, em quase todo país, voltada para a subsistência. A Libéria sofre com a alta dependência de comida importada. As principais culturas são arroz, cacau e café.

[1] A política se dá, basicamente, por meio da redução dos custos operacionais relacionados ao registro das embarcações não-residentes. Para evitar grandes distorções na balança comercial ou na conta de capitais do país africano, o Fundo Monetário Internacional, e outras instituições internacionais, não incluem as cifras, vultuosas, de comércio e investimentos das companhias de navegação não-residentes com registro liberiano. Nas contas externas liberianas, de acordo com a metodologia dessas instituições, aparecem (na conta de serviços) apenas os recursos recebidos por essa política, previstos para US$ 25 milhões em 2013. Nesta seção (Economia), foi adotado esse procedimento, embora dados registrados no anexo estatístico deste documento tenham sido calculados com base em metodologia diferente.

As plantações para exportação de látex, normalmente geridas por empresas estrangeiras, constituem exceção, pois se dão em escala mais ampla e com técnicas modernas. Há potencial para a exploração de palma, que pode se tornar um dos principais produtos agrícolas da Libéria nos próximos anos.

O setor minerador

A mineração de ferro era a principal atividade econômica até a década de 1980. O setor entrou em crise em decorrência dos conflitos internos. A partir da redemocratização do país (2005), investimentos externos – feitos por companhias como a Mittal Stell, BHP Biliton e China Union – têm contribuído para revitalizar o setor. Atualmente, o minério de ferro é o segundo principal produto de exportação.

O setor industrial

Frequentes quedas no fornecimento de energia elétrica, alto custo da matéria-prima importada, baixa demanda doméstica e falta de mão-de-obra qualificada são alguns dos fatores que entravam o crescimento da produção industrial liberiana. Antes dominado por fábricas de processamento de borracha e ferro, o setor industrial hoje se resume à produção de itens menores, para consumo interno, tais como cerveja, cigarros, cimento, móveis, sabonetes e vestuário.

Dados macroeconômicos

A dívida externa liberiana reduziu-se significativamente devido à assistência do Banco Mundial, do FMI, dos Estados Unidos e da União Europeia.

A inflação, por sua vez, encontra-se controlada. Após ter recuado para 6,9% em 2012 – em parte devido a uma pequena apreciação cambial – espera-se que a taxa inflacionária caia um pouco mais, antes de se elevar em 2014. Os preços globais do petróleo – fator importante em surtos inflacionários anteriores no país – devem cair em 2013 e permanecer estáveis em 2014, ao passo que os preços de alimentos vai reduzir-se em ambos os anos.

A política monetária é praticamente ineficaz, uma vez que, em decorrência das guerras civis, o grau de dolarização da economia aumentou sensivelmente. O único canal de transmissão da política monetária é o câmbio. Caso o Governo deseje controlar a inflação, por exemplo, ele deve tentar manter o dólar liberiano estável ou valorizado. Dado o alto grau de dolarização da economia, mesmo esse instrumento tem eficácia restrita.

A política fiscal também possui eficácia limitada. A base de arrecadação, apesar de recentes melhoras, é ainda restrita. Seguindo as orientações das organizações multilaterais de crédito, o Governo deve fazer esforços para controlar o aumento de gastos públicos e deve priorizar a reconstrução da infraestrutura básica. O mais relevante, no entanto, é que Programas de reconstrução e desenvolvimento continuarão a ser, em grande parte, financiados e geridos por doadores, cujos orçamentos superam em muito os recursos fiscais do Governo.

No que diz respeito à balança comercial, o país tem apresentado constantes e significativos déficits, mesmo com a forte tendência de alta das exportações liberianas nos últimos anos, Em parte, esse déficit é resultado das importações relacionadas às atividades da Missão das Nações Unidas para a Libéria (UNIMIL), que representam cerca de 50% das compras externas do país.

Perspectivas

Apesar dos desafios, a economia do país tem apresentado crescimento. Estima-se que o PIB tenha crescido 8,9% em 2012. Para 2013, prevê-se aumento de 7,9%. As exportações de minério de ferro e borracha, a entrada em operação de alguns grandes empreendimentos mineradores, um melhor desempenho do setor agrícola devem impulsionar tal crescimento. A consolidação de um ambiente interno pacífico – ainda que afetada por crises políticas – poderá contribuir para manter essa tendência.

ANEXOS

Cronologia histórica

Séc. XII Indícios arqueológicos indicam que sociedades da etnia mende se estabelecem na região por volta desta época.

Séc. XV Primeiros contatos comerciais dos chefes tribais da região com britânicos, holandeses e portugueses.

1822 A Sociedade Norte-Americana de Colonização estabelece a Libéria como ponto de envio de descendentes de escravos residentes nos EUA.

1847 Independência do país.

1980 Grupo de oficiais militares de baixa patente, liderados pelo sargento Samuel Doe, assume o poder após golpe de estado contra o então Presidente William Tolbert.

1985 Tentativa frustrada de golpe contra Doe.

1989 Início da Primeira Guerra Civil liberiana, com a entrada de milícias invasoras lideradas, do exílio, por Charles Taylor e o Príncipe Yeduo Johnson.

1996 Após o fracasso do acordo original, é assinado um segundo Acordo de Abujá, reiterando os termos do primeiro, estipulando sanções internacionais, e pondo fim à Primeira Guerra Civil da Libéria.

1997 Charles Taylor é eleito presidente. Ex-membros das milícias partem para o exílio na Guiné.

1999 Nova invasão da Libéria em abril, o que propicia o começo da Segunda Guerra Civil do país.

2003 Cessar-fogo da Segunda Guerra Civil e início do governo interino, comandado pelo empresário Gyudeh Bryant.

2005 Eleições presidenciais dão a vitória a Ellen Johnson-Sirleaf.

2011 Ellen Johnson-Sirleaf, junto com a também liberiana Leymah Gbowee, e a iemenita Tawakkul Karman, é agraciada com o Nobel da Paz.

2011 Eleições presidenciais dão um segundo mandato a Ellen Johnson-Sirleaf.

2012 O ex-Presidente Charles Taylor é condenado pelo Tribunal Especial para Serra Leoa a 50 anos de prisão.

Cronologia das relações bilaterais

1925 Assinado o primeiro acordo entre os dois países (Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias).

1965 Missão comercial brasileira visita a África Ocidental, passando por Monróvia.

1966 Instalação do Consulado honorário brasileiro na Libéria.

1973 Nova missão comercial visita o país africano.

1977 Ministro da Indústria e Comércio da Libéria, William Dennis, visita o Brasil à frente de uma missão econômica. Na ocasião, é assinado acordo comercial.

1978 Criada a Embaixada do Brasil em Monróvia, com sede em Abidjã.

2008 Durante entrega das Cartas Credenciais da Embaixadora do Brasil na Libéria (residente em Abidjã), Maria Auxiliadora Figueiredo, a Presidente Sirleaf demonstra grande interesse em estabelecer cooperação ativa com o Brasil, sobretudo nas áreas de saúde, educação, agricultura, energia e governança.

2009 Em fevereiro, missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visita a Libéria para tratar de cooperação em agricultura e saúde e técnico do MAPA viaja a Monróvia para colaborar no combate à praga da "lagarta militar".

Em junho, Brasil e Libéria assinam Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

Em agosto, missão da Libéria visita a FUNDAP, para tratar de cooperação na aérea de fortalecimento institucional.

Em novembro, representante da Libéria participa da II Semana do Etanol, seminário organizado, em Ribeirão Preto, pelo MAPA, ABC e Universidade Federal de São Carlos.

2010 Em fevereiro, a Ministra de Negócios Estrangeiros da Libéria, Olubanke Akerele realizou visita oficial ao Brasil, acompanhada de assessores das áreas de Minas e Energia, Petróleo, Juventude e Esportes, Meio Ambiente e Cooperação Internacional.

Em março, o MDIC, com apoio do MRE, realizou missão de prospecção à Libéria, nas áreas de comércio e indústria, quando foram levantadas diversas possibilidades de cooperação bilateral.

Em abril do corrente, a Presidente da República da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, visitou o Brasil e reuniu-se com autoridades brasileiras em Brasília (07/04) e Salvador (08/04). No dia 07 de abril, o Senhor Presidente da República recebeu a Presidente da Libéria com almoço. Nos dias 09 e 10, a Presidente e parte de sua comitiva visitaram a Serra dos Carajás, base do programa de mineração Grande Carajás, da Vale.

Em junho, o MDIC, com apoio do MRE, realizou uma segunda missão de cooperação técnica e empresarial para a Libéria, mantendo vários contatos e reuniões com as autoridades, corpo técnico e empresários daquele país.

2012 Em abril, O Ministro de Assuntos Estrangeiros da Libéria, Augustine Ngafuan, visitou o Brasil, em abril de 2012, para participar da Conferência Anual de Alto Nível da *Open Government Partneship*.

Em junho, o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos da Libéria, Amara Konneh, viajou ao Brasil à frente da delegação liberiana para a Rio+20.

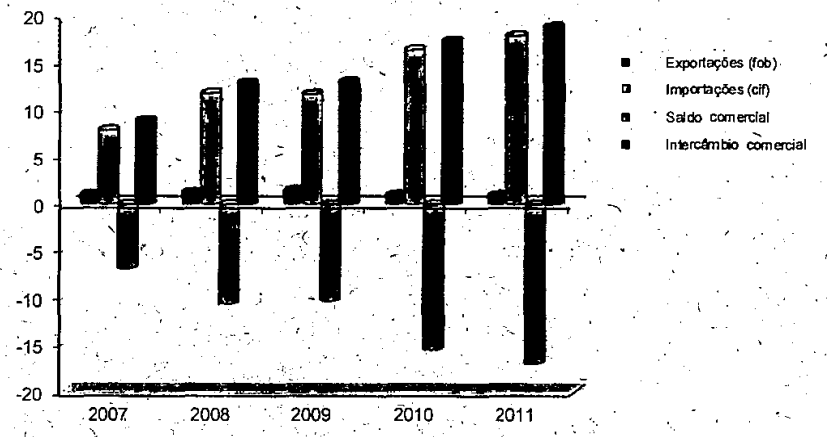
Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Publicação Data
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	15/07/1925	08/07/1935
Acordo Comercial	21/11/1977	07/11/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/05/2009	Aprovado pelo Senado Federal em agosto/2011; aguarda aprovação pela Libéria
Acordo sobre Cooperação Educacional	07/04/2010	Aprovado pelo Senado Federal em julho/2012; aguarda aprovação pela Libéria
Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico	07/04/2010	Aprovado pelo Senado Federal em maio/2012; aguarda aprovação pela Libéria

LIBÉRIA: COMÉRCIO EXTERIOR[1]
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011[2]
Exportações (fob)	1,03	1,22	1,42	0,93	0,92
Importações (cif)	7,87	11,76	11,67	16,42	17,89
Saldo comercial	-6,84	-10,54	-10,25	-15,49	-16,97
Intercâmbio comercial	8,90	12,98	13,09	17,35	18,82

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.
(1) A Libéria não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(2) Última posição disponível em 25/03/2013.

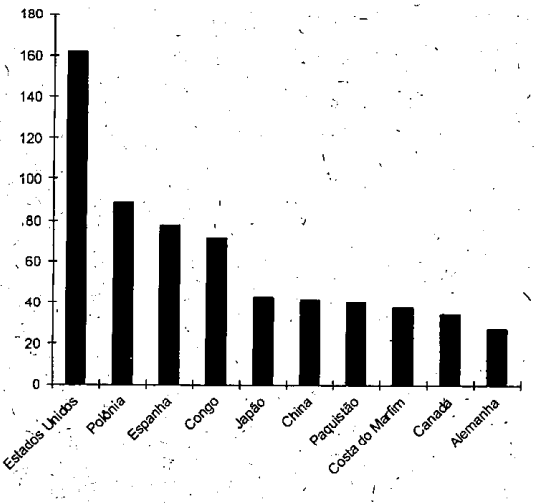


O comércio exterior da Libéria apresentou, em 2011, variação de 111% em relação a 2007, de US$ 8,9 bilhões para US$ 18,82 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, a Libéria figurou como o 96º mercado mundial, sendo o 152º na exportação e o 82º na importação.

LIBÉRIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

DESCRIÇÃO	2011[1]	% no total
Estados Unidos	161,5	17,5%
Polônia	89,0	9,6%
Espanha	77,5	8,4%
Congo	71,6	7,7%
Japão	42,7	4,6%
China	41,2	4,5%
Paquistão	39,7	4,3%
Costa do Marfim	37,3	4,0%
Canadá	34,1	3,7%
Alemanha	27,2	2,9%
...		
Brasil	***2,63***	***0,3%***
Subtotal	**624,6**	**67,6%**
Outros países	**299,7**	**32,4%**
Total	**924,3**	**100,0%**



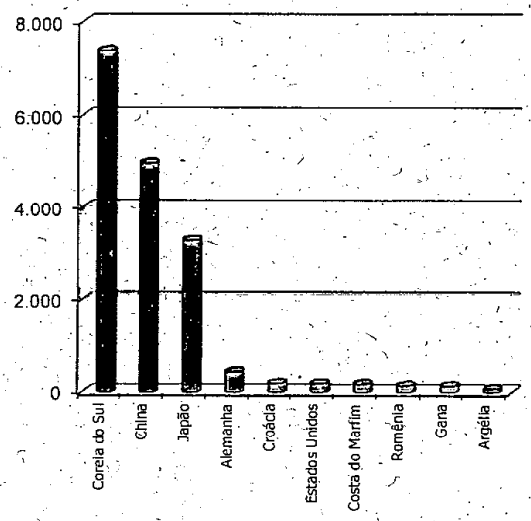
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.
(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações da Libéria em 2011, representando 17,5% do total. Seguiram-se Polônia (9,6%); Espanha (8,4%); e Congo (7,%). O Brasil obteve a 36ª posição entre os principais compradores do país, com 0,3% do total.

LIBÉRIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

DESCRIÇÃO	2011[1]	% no total
Coreia do Sul	7.389	41,3%
China	4.967	27,8%
Japão	3.300	18,4%
Alemanha	441	2,5%
Croácia	199	1,1%
Estados Unidos	195	1,1%
Costa do Marfim	184	1,0%
Romênia	147	0,8%
Gana	141	0,8%
Argélia	77	0,4%
...		
Brasil	***34,87***	***0,2%***
Subtotal	**17.075**	**95,4%**
Outros países	**817**	**4,6%**
Total	**17.892**	**100,0%**



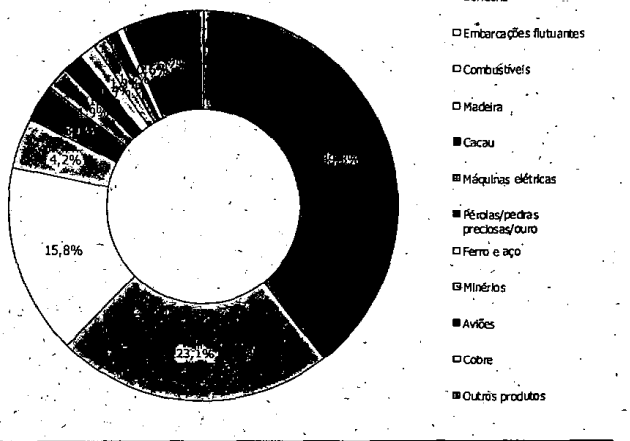
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.

(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

Como nas exportações, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de bens a Libéria, representando 41,3% do total importado pelo país em 2011. Seguiram-se China (27,8%); Japão (18,4%); e Alemanha (2,5%). O Brasil obteve o 20º lugar, com 0,2% da oferta exportadora da Libéria.

LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - US$ milhões

DESCRIÇÃO	2011(1)	% no total
Borracha	363,0	39,3%
Embarcações flutuantes	213,8	23,1%
Combustíveis	146,2	15,8%
Madeira	38,7	4,2%
Cacau	28,2	3,1%
Máquinas elétricas	17,1	1,9%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	15,8	1,7%
Ferro e aço	13,1	1,4%
Minérios	10,7	1,2%
Aviões	9,8	1,1%
Cobre	5,8	0,6%
Subtotal	**862,2**	**93,3%**
Outros produtos	**62,1**	**6,7%**
Total	**924,3**	**100,0%**

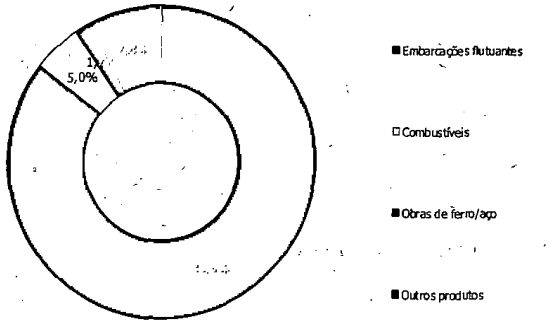


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, March 2013.
(1) Última posição disponível em 25/03/2013.

A pauta de exportações da Libéria é concentrada. Em 2011 a borracha (borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras) foi o principal grupo de produtos exportado, com 39,3% do total das vendas do país. Embarcações flutuantes (transatlânticos, barcos de excursão, "ferry-boats", cargueiros, chatas e embarcações semelhantes, para o transporte de pessoas ou de mercadorias) representaram 23,1% da pauta. Combustíveis (óleo de petróleo, bruto e refinado) representaram 15,8%, e madeira, 4,2%.

LIBÉRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em US$ milhões

DESCRIÇÃO	2011(1)	% no total
Embarcações flutuantes	15.302	85,5%
Combustíveis	902	5,0%
Obras de ferro/aço	296	1,7%
Subtotal	**16.500**	**92,2%**
Outros produtos	**1.392**	**7,8%**
Total	**17.892**	**100,0%**



Elaborado pelo MKE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, March 2013.

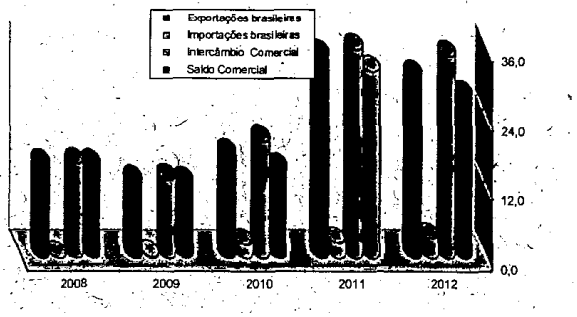
A pauta de importação da Libéria é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado. O principal item são embarcações flutuantes (transatlânticos, barcos de excursão, "ferry-boats", cargueiros, chatas e embarcações semelhantes, para o transporte de pessoas ou de mercadorias, barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes, docas flutuantes, plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis). Os combustíveis, basicamente, óleo de petróleo refinado, representaram 5%.

BRASIL-LIBÉRIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

ESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-fev)	2013 (jan-fev)
Exportações brasileiras	**16,2**	**13,2**	**17,9**	**34,9**	**31,4**	**7,1**	**2,8**
Variação em relação ao ano anterior	-5,6%	-18,4%	35,5%	94,8%	-9,9%	369,8%	-60,9%
Importações brasileiras	**0,1**	**0,3**	**2,4**	**2,6**	**3,4**	**0,76**	**0,79**
Variação em relação ao ano anterior	255,4%	248,8%	716,4%	10,8%	29,7%	-5,1%	3,3%
Intercâmbio Comercial	**16,3**	**13,5**	**20,3**	**37,5**	**34,8**	**7,8**	**3,5**
Variação em relação ao ano anterior	-5,2%	-17,0%	50,2%	84,9%	-7,2%	238,9%	-54,6%
Saldo Comercial	**16,1**	**12,9**	**15,5**	**32,2**	**28,0**	**6,3**	**2,0**

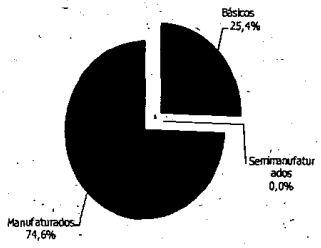
aborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice.web.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Libéria figurou como o 130º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 114%, causada pelo aquecimento ocorrido nas importações brasileiras de mais de 1.000%. As exportações nacionais cresceram 94% nesse intervalo. O intercâmbio comercial entre os dois países aumentou de US$ 16,3 milhões em 2008 para US$ 34,8 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, registrou superávit de US$ 28 milhões em 2012.



BRASIL-LIBÉRIA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob - 2 0 1 2

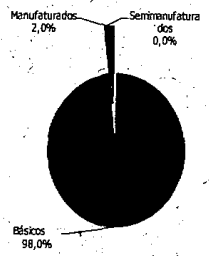
ESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	7,8	24,8%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	22,9	72,8%
Transações especiais	0,7	2,3%
Total	**31,4**	**100,0%**



As exportações brasileiras para Libéria são compostas em sua ma parte por produtos manufaturad que representaram 72,8% do to em 2012, com destaque para açú refinado e embarcações flutuant Os produtos básicos classificara se em seguida, com 24,8%, cor destaque para arroz e carnes.

borado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

ESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	3,3	98,0%
Semimanufaturados	0,00	0,0%
Manufaturados	0,1	2,0%
Transações especiais	---	---
Total	**3,4**	**100,0%**



Pelo lado das importações, obser se que os produtos básicos representaram a quase totalidad da pauta, 98%, sendo borracha natural o principal produto importado daquele país.

borado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

ERIA	PRODUTOS BASICOS	3.342.971
ERIA	PRODUTOS MANUFATURADOS	67.545

BRASIL-LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Borracha	2,2	2,6	3,3	98,0%
Ferramentas	0,0	0,0	0,1	1,9%
Subtotal	**2,2**	**2,6**	**3,4**	**99,9%**
Outros produtos	**0,2**	**0,0**	**0,0**	**0,1%**
Total	**2,4**	**2,6**	**3,4**	**100,0%**

Importações bras. originárias da Libéria, 2012



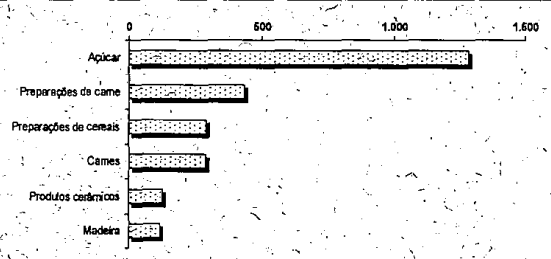
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewеb.

A pauta de importações brasileiras originárias da Libéria concentrou-se em 2012, basicamente, em apenas um grupo de produtos: borracha, que representou 98% do total importado.O principal produto, do referido grupo, foi borracha natural tecnicamente especifica (TSNR).

BRASIL-LIBÉRIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

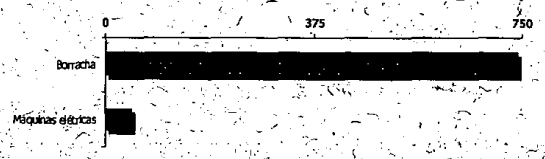
DESCRIÇÃO	2012 (jan-fev)	% do total	2013 (jan-fev)	% do total
Exportações				
Açúcar	332	4,7%	1.284	46,5%
Preparações de carne	390	5,5%	433	15,7%
Preparações de cereais	219	3,1%	294	10,6%
Carnes	518	7,3%	290	10,5%
Produtos cerâmicos	176	2,5%	126	4,6%
Madeira	187	2,7%	118	4,3%
Subtotal	**1.822**	**25,8%**	**2.545**	**92,2%**
Outros produtos	**5.234**	**74,2%**	**216**	**7,8%**
Total	**7.056**	**100,0%**	**2.761**	**100,0%**

Exportações bras. para a Libéria em 2013(jan-fev)



Importações				
Borracha	698	91,4%	742	94,0%
Máquinas elétricas	0	0,0%	48	6,0%
Subtotal	**698**	**91,4%**	**789**	**100,0%**
Outros produtos	**66**	**8,6%**	**0**	**0,0%**
Total	**764**	**100,0%**	**789**	**100,0%**

Importações bras. originárias da Libéria em 2013(jan-fev)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewеb.

Aviso nº 265 - C. Civil.

Em 8 de abril de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Libéria.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 11/04/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS:11483/2013

6

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 2012 (nº 581, de 2012, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009*.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 2012, que aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem nº 412 da Presidenta da República, datada de 29 de setembro de 2011, encaminhada pelo Aviso nº 655 da Casa Civil e acompanhada da Exposição de Motivos EMI nº 252 MRE/MPS, de 20 de maio de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que transformou a mensagem em projeto de decreto legislativo. O projeto, por sua vez, foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição foi encaminhada ao Senado Federal em dezembro de 2012, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na comissão, a este Relator em 28 de fevereiro de 2013, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

O objetivo do Acordo é regular as relações recíprocas entre os Estados na matéria de previdência social. No Brasil, aplicar-se-á em relação ao Regime Geral de Previdência Social e aos Regimes Próprios de Previdência Social, no que se refere à aposentadoria por invalidez e por idade e a pensão por morte, bem como a todos os atos legislativos ou complementares que modificarão ou complementarão as legislações atinentes a esses regimes; também aos regimes existentes que sejam estendidos a novas categorias de beneficiários (desde que não haja oposição do Estado que modifica a lei, após consentimento da outra parte contratante). Não é aplicável aos atos legislativos ou regulamentares que venham a constituir novo ramo de seguridade social, salvo acordo entre as partes.

O Acordo será aplicável às pessoas que, independentemente da nacionalidade, estão sujeitas a ou adquiram direitos em virtude das legislações mencionadas no Artigo 2, bem como aos seus sucessores, familiares e dependentes. Portanto, não se restringirá a beneficiar nacionais belgas ou brasileiros, mas todos os trabalhadores que adquiram direitos sob as leis trabalhistas de ambos os países.

As prestações (pensão, renda ou outra prestação em espécie, incluindo complementos, majorações ou indexações) adquiridas em virtude da legislação de um Estado não poderão ser suspensas ou sofrer redução ou alteração na eventualidade de o beneficiário permanecer ou residir no território do outro Estado contratante. Em caso de acúmulo de prestações (ou seja, de benefícios previdenciários), as cláusulas de redução ou de suspensão previstas são oponíveis aos beneficiários.

As prestações por idade ou morte devidas em virtude da legislação belga serão pagas aos nacionais brasileiros que residam em um terceiro Estado nas mesmas condições em que seriam devidas aos cidadãos nacionais belgas. Também assim, as prestações por invalidez, idade e morte devidas em virtude da legislação brasileira em relação aos nacionais belgas.

O Artigo 7 do ato internacional determina as regras gerais sobre a legislação aplicável e o Artigo 8, as regras particulares. O Artigo 9 do Acordo versa sobre funcionários, membros de missões diplomáticas e de postos consulares e busca seguir a mesma lógica do artigo que lhe antecede, ressalvadas as disposições da Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e da Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

Eventuais derrogações das normas sobre legislação aplicável serão sempre em benefício do segurado (Artigo 10).

A necessidade de novo cálculo do valor das prestações é prevista no Artigo 17. Caso se dê por aumento do custo de vida, da variação do nível dos salários ou de outras causas de reajuste, os novos valores das prestações brasileiras, por idade, morte ou invalidez, não obrigam a instituição competente belga. No entanto, caso haja alteração do modo de determinação dos direitos ou das regras de cálculo das prestações brasileiras por idade, morte ou invalidez, esse novo cálculo pela parte belga é devido.

Os Artigos 20 a 26 tratam da colaboração administrativa seja para coleta de dados e documentação, seja para comunicação de dados de caráter pessoal. O Artigo 23 trata dos requerimentos, declarações e recursos, que poderão ser apresentados à autoridade de qualquer dos Estados contratantes, ainda que o prazo em questão seja o da outra Parte Contratante. Previsões quanto à moeda do pagamento das prestações, do reembolso de pagamentos indevidos, cooperação em matéria de fraudes, revisão, prescrição e extinção de prestações e, ainda, quanto à entrada em vigor, solução de controvérsias, duração e denúncia de tratados seguem cláusulas-padrão para esse tipo de ato internacional.

II – ANÁLISE

O investimento direto belga no Brasil e brasileiro na Bélgica tem aumentado significativamente nos últimos anos. Em termos absolutos, segundo dados do Banco Central do ano 2000, o IEB belga acumulado no país era da magnitude de U$ 656,6 bilhões. Dados mais recentes, do ano de 2007, indicam U$ 171 milhões de investimentos brasileiros acorridos ao Reino da Bélgica.

As relações empresariais entre ambos os países são significativas e vívidas: os portos belgas são meios de entrada contumazes ao mercado europeu para as mercadorias brasileiras. Ademais disso, em apenas oito anos (2002 a 2012), o intercâmbio comercial entre os países foi duplicado.

Todo esse cenário indica relações comerciais e empresariais pujantes e promissoras, que muito se beneficiariam de acordos que facilitassem o comércio e o trânsito de fatores de produção.

O tratado em análise versa sobre a cooperação previdenciária. Ela é importante porque facilita a migração de trabalhadores seja seguindo os negócios bilaterais (pela criação de filiais ou sucursais nesses países), seja de forma autônoma. É, portanto, um instrumento oportuno ao desenvolvimento das relações econômicas bilaterais, acenando maior fiabilidade jurídica aos agentes econômicos, seus representantes e empregados que tiverem a intenção de investir no outro país.

O ato internacional está, ainda, em conformidade com o nosso ordenamento jurídico e com as boas práticas internacionais em aspectos esclarecedores e de suma relevância. Ao estabelecer a norma de regência nos contratos laborais em caso de conflito de lei, o ato parece inspirar-se no princípio de Direito Internacional Privado do "elo mais autêntico", buscando identificar nas hipóteses dadas qual ordenamento jurídico teria maior obrigação protetiva para o trabalhador. Ademais disso, ao tratar dos "contratados locais" das missões diplomáticas e consulares, determina que a lei de regência será aquela do local da execução do contrato. É a sagração do princípio da *lex loci executionis.* A doutrina internacional identifica no artigo 11 da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados o fundamento jurídico de ordem internacional para a reafirmação da regra de regência da lei de execução dos contratos laborais:

> Artigo 11.o
>
> (...) Nos termos do artigo 41º da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 e do artigo 55° da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares de 1963, todas as pessoas referidas nesses artigos têm o dever de respeitar as leis e os regulamentos do Estado acreditador, incluindo a sua legislação laboral.

Finalmente, o Artigo 12 do acordo traz como procedimento para o cálculo do valor das prestações uma fórmula de equidade e justiça visando a não oneração injusta das partes. Esse procedimento primará para divisão das prestações entre os países proporcionalmente ao tempo de contribuição previdenciária perante seus respectivos ordenamentos jurídicos, salvo algumas exceções.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, a conveniência e a oportunidade, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 2012.

55

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 574, DE 2012

(nº 581/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

ACORDO SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA BÉLGICA

A República Federativa do Brasil

e

O Reino da Bélgica

Motivados pelo desejo de regular as relações recíprocas entre os dois Estados no setor da previdência social,

Chegaram ao seguinte acordo:

TÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 1
Definições

1. Para a aplicação do presente Acordo:

a) o termo "Estados contratantes" significa o Reino da Bélgica e a República Federativa do Brasil;

b) o termo "Bélgica" significa o Reino da Bélgica, e o termo "Brasil" significa República Federativa do Brasil;

c) o termo "cidadão nacional" significa:

i. a respeito da Bélgica, uma pessoa de nacionalidade belga;

ii. em relação à República Federativa do Brasil, um brasileiro segundo a Constituição e Leis desse Estado;

d) o termo "legislação" significa as leis e regulamentações mencionadas no artigo 2 do presente Acordo;

e) o termo "autoridade competente" significa

i. em relação à Bélgica, os Ministros encarregados, cada um no que lhe diz respeito, à aplicação da legislação mencionada no artigo 2, parágrafo 1° b do presente Acordo,

ii. em relação ao Brasil, o Ministro da Previdência Social;

f) o termo "instituição competente" significa o órgão ou a autoridade encarregada de aplicar, no todo ou em parte, as legislações mencionadas no artigo 2;

g) o termo "organismo de ligação" significa o órgão de coordenação e de informação entre as instituições competentes dos dois Estados contratantes que intervém na aplicação do presente Acordo e na informação das pessoas interessadas sobre os direitos e obrigações decorrentes dele;

h) o termo "período de seguro" significa qualquer período reconhecido como tal pela legislação sob a qual esse período foi cumprido, bem como qualquer período reconhecido por essa legislação como sendo equivalente a um período de seguro;

i) o termo "prestação" significa qualquer pensão, renda ou outra prestação em espécie prevista em virtude das legislações mencionadas no artigo 2 do presente Acordo, incluindo quaisquer complementos, majorações ou indexações que são aplicáveis em virtude das legislações mencionadas no artigo 2 do presente Acordo;

j) o termo "dependente" significa qualquer pessoa definida ou admitida como tal pela legislação a título das prestações que são oferecidas.

2. Qualquer termo não definido no parágrafo 1° do presente artigo tem o sentido que lhe é atribuído pela legislação aplicável.

Artigo 2
Campo de Aplicação Material

1. O presente Acordo aplica-se:

a) em relação ao Brasil, à legislação relativa ao Regime Geral de Previdência Social e aos Regimes Próprios de Previdência Social, no que se refere aos benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e pensão por morte;

b) em relação à Bélgica, às legislações relativas:

i. às prestações por idade ou por morte dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores independentes,

ii. ao seguro por invalidez dos trabalhadores assalariados, dos marinheiros da marinha mercante e dos trabalhadores independentes.

e a respeito do Título II somente, às legislações relativas:

iii. à seguridade social dos trabalhadores assalariados;

iv. ao estatuto social dos trabalhadores independentes.

2. O presente Acordo aplicar-se-á igualmente a todos os atos legislativos ou regulamentares que modificarão ou completarão as legislações enumeradas no presente artigo.

3. O presente Acordo aplicar-se-á aos atos legislativos ou regulamentares que estenderão os regimes existentes a novas categorias de beneficiários, se não houver, a esse respeito, oposição do Estado contratante que modifica a sua legislação, notificada ao outro Estado contratante em um prazo de seis meses a partir da publicação oficial dos referidos atos.

4. O presente Acordo não é aplicável aos atos legislativos ou regulamentares que instituem um novo ramo de seguridade social, exceto se um acordo ocorrer para tanto entre as autoridades competentes dos dois Estados contratantes.

Artigo 3
Campo de Aplicação Pessoal

A menos que o presente Acordo disponha de outra forma, este instrumento aplica-se às pessoas, não importando de qual nacionalidade, que estão sujeitas ou que adquiriram direitos em virtude das legislações mencionadas no artigo 2, bem como aos seus sucessores, aos membros da sua família e aos seus dependentes.

Artigo 4
Igualdade de Tratamento

A menos que seja disposto de outra forma no presente Acordo, as pessoas mencionadas no artigo 3 estão sujeitas às obrigações e são admitidas para receberem o benefício da legislação de cada Estado contratante nas mesmas condições que os cidadãos nacionais desse Estado.

Artigo 5
Exportação de Prestações

1. A menos que o presente Acordo disponha de outra forma, as prestações adquiridas em virtude da legislação de um dos Estados contratantes não podem ser suspensas nem sofrer qualquer redução ou alteração em virtude do fato de o beneficiário permanecer ou residir no território do outro Estado contratante.

2. As prestações por idade e por morte devidas em virtude da legislação belga são pagas aos cidadãos nacionais brasileiros que residam no território de um terceiro Estado nas mesmas condições em que o seriam para os cidadãos nacionais belgas residentes no território desse terceiro Estado.

3. As prestações por invalidez, por idade e por morte devidas em virtude da legislação brasileira são pagas aos cidadãos nacionais belgas que residam no território de um terceiro Estado nas mesmas condições em que o seriam para os cidadãos nacionais brasileiros residentes no território desse terceiro Estado.

Artigo 6
Cláusulas de Redução ou de Suspensão

1. As cláusulas de redução ou de suspensão previstas pela legislação de um Estado contratante, em caso de acúmulo de uma prestação com outras prestações de seguridade social ou com renda proveniente do exercício de uma atividade profissional, são oponíveis aos beneficiários, mesmo se for o caso de prestações adquiridas em virtude de um regime do outro Estado ou se for o caso de renda obtida de uma atividade profissional exercida no território do outro Estado.

2. Contudo, para a aplicação do parágrafo 1 deste Artigo, não se deve levar em conta prestações de igual natureza que são liquidadas pelos órgãos competentes dos dois Estados contratantes, conforme as disposições dos artigos 12, 14 e 19 do presente Acordo.

TÍTULO II
Disposições que Determinam a Legislação Aplicável

Artigo 7
Regras Gerais

1. Ressalvado o disposto nos artigos 8 a 10 do presente Acordo, a legislação aplicável é determinada conforme as seguintes disposições:

a) a pessoa que exerce uma atividade profissional no território de um Estado contratante está submetida à legislação desse Estado;

b) a pessoa que exerce uma atividade assalariada a bordo de um navio sob a bandeira de um Estado Contratante está submetida à legislação do Estado no qual tem a sua residência;

c) a pessoa que faz parte da tripulação de uma empresa que efetue, por conta de outrem ou por sua própria conta, transportes internacionais aéreos de passageiros ou de mercadorias e que tenha a sua sede no território de um Estado contratante está submetida à legislação deste último Estado. Contudo, quando a empresa tem, no território do outro Estado contratante, uma sucursal ou uma representação permanente, a pessoa que esta emprega está submetida à legislação do Estado contratante em cujo território ela se encontra.

2. Em caso de exercício simultâneo de uma atividade profissional independente na Bélgica e assalariada no Brasil, a atividade exercida no Brasil é será considerada equivalente a uma atividade assalariada exercida na Bélgica, em vista da fixação das obrigações que resultam da legislação belga referente ao estatuto social dos trabalhadores independentes.

Artigo 8
Regras Particulares

1. O trabalhador assalariado que, estando a serviço de uma empresa que tenha sua sede principal ou filial localizada, no território de um dos Estados contratantes, , da qual ele dependa normalmente, é deslocado temporariamente por essa empresa ao território do outro Estado contratante para lá realizar um trabalho por conta desse, está sujeito exclusivamente à legislação do primeiro Estado contratante como se continuasse empregado em seu território contanto que a duração prevista do trabalho que ele deva realizar não exceda vinte e quatro meses e que ele não tenha sido enviado para substituir um outro trabalhador que tenha chegado ao final do período do seu deslocamento. Essas disposições são igualmente aplicáveis aos membros da família que acompanham esse trabalhador assalariado no território do outro Estado contratante, a menos que eles exerçam uma atividade assalariada ou independente no território deste Estado contratante.

2. Caso a transferência mencionada no parágrafo 1° do presente artigo persista por mais de vinte e quatro meses, as autoridades competentes dos dois Estados contratantes ou as instituições competentes designadas por essas autoridades competentes podem entrar em um acordo para que o trabalhador assalariado fique submetido exclusivamente à legislação do primeiro Estado contratante. Contudo, esse acordo somente pode ser feito para um período suplementar não excedente a trinta e seis meses. O requerimento deve ser feito antes do final do período inicial de vinte e quatro meses.

3. O parágrafo 1° do presente artigo é aplicável quando uma pessoa enviada por seu empregador do território de um Estado contratante ao território de um terceiro país é enviada, em seguida, por esse empregador do território do terceiro país para o território do outro Estado contratante.

4. O artigo 7, parágrafo 1°, alínea (b), não é aplicável para a pessoa que, não estando empregada habitualmente no mar, está empregada nas águas territoriais ou em um porto de um dos Estados contratantes em um navio que carregue a bandeira do outro Estado. Conforme o caso, o artigo 7, parágrafo 1°, alínea (a), ou o parágrafo 1°, alínea (a) do presente artigo é aplicável.

5. Quando uma pessoa sujeita à legislação de um Estado contratante e que exerça habitualmente uma atividade independente no território desse Estado contratante exerce temporariamente uma atividade independente similar somente no território do outro Estado contratante, esta pessoa permanece sujeita exclusivamente à legislação do primeiro Estado contratante como se ela continuasse a trabalhar no território do primeiro Estado contratante, com a condição de que a duração prevista da atividade independente no território do outro Estado contratante não exceda vinte e quatro meses.

6. Caso a atividade independente no território do outro Estado contratante mencionada no parágrafo 5 do presente artigo persista por mais de vinte e quatro meses, as autoridades competentes dos dois Estados contratantes ou as instituições competentes designadas por essas autoridades competentes podem entrar em acordo para que o trabalhador independente fique submetido exclusivamente à legislação do primeiro Estado contratante. Contudo, esse acordo somente pode ser feito para um período suplementar não excedente a trinta e seis meses. O requerimento deve ser feito antes do final do período inicial de vinte e quatro meses.

Artigo 9
Funcionários, membros de missões diplomáticas e de postos consulares

1. Os membros do pessoal das missões diplomáticas e dos postos consulares estão submetidos às disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961, bem como às da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de abril de 1963.

2. As pessoas contratadas por Missão diplomática ou por Repartição consular de um dos Estados contratantes no território do outro Estado contratante estão submetidas à legislação deste último Estado contratante.

3. Quando a missão diplomática ou o posto consular de um dos Estados contratantes emprega pessoas que, conforme o parágrafo 2 do presente artigo, estão submetidas à legislação do outro Estado contratante, a missão ou o posto deve levar em conta obrigações impostas aos empregadores pela legislação deste último Estado contratante.

4. As disposições dos parágrafos 2 e 3 do presente artigo são aplicáveis por analogia às pessoas empregadas no serviço particular de uma pessoa mencionada no parágrafo 1 do presente artigo.

5. As disposições dos parágrafos 1 a 4 do presente artigo não são aplicáveis aos membros honorários de um posto consular nem às pessoas empregadas ao serviço particular dessas pessoas.

6. Servidores público e equiparados estão submetidos à legislação do Estado contratante do qual depende a administração que os emprega. Essas pessoas são, para esse efeito, consideradas como residentes no território desse Estado contratante, mesmo se elas estiverem no território do outro Estado contratante.

7. As disposições do presente artigo são igualmente aplicáveis aos membros da família que acompanhem as pessoas mencionadas nos parágrafos 1 e 6, a menos que exerçam uma atividade profissional.

Artigo 10
Derrogações

As autoridades competentes ou a instituição competente designada por essas podem prever, de comum acordo, no interesse de determinados segurados ou de determinadas categorias de segurados, derrogações às disposições dos artigos 7 a 9, sob a condição de que as pessoas envolvidas estejam submetidas à legislação de um dos Estados Contratantes.

TÍTULO III
Disposições referentes às prestações

Capítulo 1
Disposições referentes às prestações belgas

Seção A
Prestações por idade e por morte

Artigo 11
Totalização

1. Observado o disposto no parágrafo 2 do presente artigo, com vistas à aquisição do direito a prestações belgas por idade ou por morte por uma pessoa, cujos períodos de seguro foram cumpridos conforme a legislação belga, os períodos de seguro cumpridos conforme a legislação brasileira em matéria de prestações são totalizados o quanto necessário pela instituição competente belga com os períodos de seguro cumpridos conforme a legislação belga, contanto que eles não se sobreponham aos períodos de seguro cumpridos sob a legislação belga.

2. Quando a legislação belga subordina a aquisição do direito a certas prestações belgas por idade ou por morte com a condição de que os períodos de seguro tenham sido cumpridos em uma profissão determinada, são totalizados para tanto pela instituição competente belga somente os períodos de seguro cumpridos conforme a legislação brasileira e considerados pela instituição competente belga como tendo sido cumpridos na mesma profissão.

3. Quando a legislação belga subordina a aquisição do direito a certas prestações belgas por idade ou por morte à condição de que os períodos de seguro tenham sido cumpridos em uma profissão determinada, e quando os períodos de seguro totalizados conforme o parágrafo 2 do presente artigo não puderem dar direito às prestações mencionadas, esses períodos de seguro totalizados são considerados pela instituição competente belga como válidos para a determinação das prestações previstas pelo regime geral belga dos trabalhadores assalariados.

Artigo 12
Cálculo do Valor das Prestações

1. Quando uma pessoa tem direito a uma prestação belga por idade ou por morte sem que seja necessário proceder à totalização, a instituição competente belga calcula o valor dessa prestação com base em períodos de seguro cumpridos exclusivamente sob a legislação belga. A instituição competente belga procede também ao cálculo do valor dessa prestação que seria obtido por aplicação das regras previstas no parágrafo 2 do presente artigo. O valor mais alto desses dois valores será aplicado.

2. Quando uma pessoa tem direito a uma prestação belga por idade ou por morte exclusivamente pela totalização dos períodos de seguro efetuada conforme o artigo 11, aplicam-se as seguintes regras:

a) a instituição competente belga calcula o valor teórico da prestação que seria devido se todos os períodos de seguro cumpridos em virtude das legislações dos dois Estados contratantes tivessem sido cumpridos unicamente sob a legislação por ela aplicada;

b) a instituição competente belga calcula em seguida o valor devido, com base no valor mencionado na alínea (a), *pro rata* da duração dos períodos de seguro cumpridos exclusivamente sob sua legislação com relação à duração de todos os períodos de seguro mencionados na alínea (a).

Seção B
Prestações por Invalidez

Artigo 13
Totalização

Para a aquisição do direito a uma prestação belga por invalidez por uma pessoa cujos períodos de seguro tenham sido cumpridos conforme a legislação belga, o artigo 11 é aplicável por analogia.

Artigo 14
Cálculo do Valor da Prestação por Invalidez

1. Quando uma pessoa tem direito a uma prestação belga por invalidez exclusivamente por totalização dos períodos de seguro em virtude da legislação belga e dos períodos de seguro em virtude da legislação brasileira conforme o artigo 11, o artigo 12, parágrafo 2, é aplicável por analogia ao cálculo do valor da prestação devida.

2. Quando uma pessoa tem direito a uma prestação belga por invalidez sem que seja necessário aplicar o artigo 11, e quando o valor resultante da adição da prestação brasileira por invalidez e da prestação belga por invalidez calculada conforme o parágrafo 1° do presente artigo for inferior ao valor da prestação devida com base exclusivamente na legislação belga, a instituição competente belga pagará um complemento igual à diferença entre a soma dessas duas prestações e o valor devido exclusivamente em virtude da legislação belga.

Artigo 15
Período de Seguro Mínimo

Nos casos mencionados no artigo 14, parágrafo 1°, nenhuma prestação belga por invalidez será devida pela instituição competente belga quando a duração total dos períodos de seguro cumpridos conforme a legislação belga antes da ocorrência do evento for inferior a um ano.

Artigo 16
Disposições Particulares Referentes às Prestações por Invalidez

O titular de uma prestação belga por invalidez conserva o benefício dessa prestação no decorrer de uma estada temporária no território do Brasil, quando essa estada temporária tiver sido previamente autorizada pela instituição competente belga. Contudo, essa autorização só pode ser recusada pela instituição competente belga quando a estada temporária situar-se no período no decorrer do qual, em virtude da legislação belga, a instituição competente belga deva proceder à avaliação ou à revisão da situação de invalidez.

Seção C
Disposições Comuns às Prestações Belgas

Artigo 17
Novo Cálculo do Valor das Prestações

1. Se, em razão do aumento do custo de vida, da variação do nível dos salários ou de outras causas de reajuste, os valores das prestações brasileiras por idade, por morte ou invalidez forem modificados em uma porcentagem ou valor determinado, a instituição competente belga não é obrigada a proceder a um novo cálculo dos valores das prestações belgas por idade, por morte ou invalidez.

2. No entanto, em caso de alteração do modo de determinação dos direitos ou das regras de cálculo das prestações brasileiras por idade, por morte ou invalidez, um novo cálculo é feito pela instituição competente belga, conforme o artigo 12 ou 14.

CAPÍTULO 2
Disposições relativas a prestações brasileiras

Artigo 18
Prestação por Morte

Se, para a legislação brasileira, for condição para o direito a uma prestação por morte, o fato de o falecimento do segurado ter acontecido durante um período de seguro, a condição para a fundamentação do direito à prestação é considerada cumprida, se o falecimento houver ocorrido em um período em que a pessoa esteja sujeita à legislação belga.

Artigo 19
Totalização

1. Se, conforme a legislação brasileira, não houver um direito a prestações considerando os períodos de seguro exclusivamente cumpridos conforme a legislação brasileira, estes serão totalizados com os períodos de seguro cumpridos conforme a legislação belga, a não ser que se trate de períodos concomitantes.

2. Se o direito a uma prestação existir unicamente por totalização, a prestação será calculada da seguinte forma:

a) a instituição brasileira calculará inicialmente o valor da prestação supondo que todos os períodos cumpridos segundo as legislações dos dois Estados tivessem sido cumpridos ao amparo da legislação brasileira. Para a apuração do valor da prestação, a instituição brasileira considerará apenas os salários e remunerações, que serviram de base para o pagamento de contribuições durante os períodos de seguro cumpridos conforme a legislação brasileira (valor teórico);

b) se o valor teórico for menor do que o limite mínimo de benefício, esse valor será elevado para o limite mínimo da prestação;

c) por fim, a instituição competente brasileira calculará a prestação proporcional a pagar conforme a legislação brasileira, com base no valor teórico da prestação e na proporção da duração dos períodos de seguro considerados conforme a sua

própria legislação em relação à duração total dos períodos de seguro cumpridos conforme as legislações dos dois Estados Contratantes (valor *pro rata* da prestação).

3. No que se refere ao Brasil, nenhuma prestação será devida pela Instituição competente brasileira quando a duração total dos períodos de seguro cumpridos conforme a legislação brasileira antes da ocorrência do evento for inferior a um ano, salvo se cumpridos os requisitos previstos na legislação brasileira.

TÍTULO IV
Disposições Diversas

Artigo 20
Atribuições das Autoridades Competentes

As autoridades competentes:

a) adotarão, por meio de ajuste administrativo, as medidas necessárias para a aplicação do presente Acordo e designarão os organismos de ligação e as instituições competentes;

b) definirão os processos de ajuda mútua administrativa, incluindo a divisão das despesas ligadas à obtenção de pareceres médicos periciais, administrativos e outros, necessários para a aplicação do presente Acordo;

c) comunicarão, diretamente entre si, quaisquer informações referentes às medidas tomadas para a aplicação do presente Acordo;

d) comunicarão, diretamente entre si e no menor prazo possível, qualquer alteração da sua legislação suscetível de afetar a aplicação do presente Acordo.

Artigo 21
Colaboração Administrativa

1. Para a aplicação do presente Acordo, as autoridades competentes, bem como as instituições competentes de cada um dos Estados contratantes, prestarão reciprocamente sua ajuda, como se se tratasse da aplicação da sua própria legislação. Esse auxílio mútuo é, a princípio, gratuito; contudo, as autoridades competentes podem combinar o reembolso de algumas despesas.

2. Quaisquer atos e documentos a serem produzidos em aplicação do presente Acordo estão dispensados do visto de legalização de autoridades diplomáticas ou consulares.

3. Para a aplicação do presente Acordo, as autoridades competentes e os organismos de ligação dos Estados contratantes estão habilitados a corresponderem-se diretamente entre eles. A correspondência pode ser feita em uma das línguas oficiais dos Estados contratantes.

Artigo 22
Comunicação de Dados de Caráter Pessoal

1. As instituições dos dois Estados contratantes estão autorizadas a comunicar-se, para os fins da aplicação do presente acordo, dados de caráter pessoal, inclusive dados referentes à renda das pessoas cujo conhecimento é necessário para a instituição de um Estado contratante, para a aplicação de uma legislação de seguridade social ou de assistência social.

2. A comunicação pela instituição de um Estado contratante de dados de caráter pessoal é regida pela legislação em matéria de proteção de dados desse Estado contratante.

3. O armazenamento, o processamento e a divulgação de dados de caráter pessoal pela instituição do Estado contratante à qual eles são comunicados estão sujeitos à legislação em matéria de proteção de dados deste Estado contratante.

4. Os dados mencionados no presente artigo não podem ser utilizados para outros fins que não sejam a aplicação das legislações relacionadas à seguridade social ou à assistência social.

Artigo 23
Requerimentos, Declarações e Recursos.

As demandas, declarações ou recursos que deveriam ter sido apresentados conforme a legislação de um Estado contratante, em um prazo determinado, junto a uma autoridade, um órgão ou uma jurisdição desse Estado, são admissíveis se forem apresentados no mesmo prazo junto a uma autoridade, um órgão ou uma jurisdição do outro Estado contratante. Nesse caso, a autoridade, órgão ou jurisdição assim recorrida transmitirá, imediatamente, esses requerimentos, declarações ou recursos à autoridade, ao órgão ou à jurisdição do primeiro Estado contratante, diretamente ou por intermédio das autoridades competentes dos Estados contratantes. A data na qual esses requerimentos, declarações ou recursos foram apresentados junto a uma autoridade, um órgão ou uma jurisdição do outro Estado contratante é considerada a data de apresentação junto à autoridade, órgão ou jurisdição competente para ficar ciente destes. Um requerimento ou um documento não pode ser rejeitado pelo fato de estar redigido em uma língua oficial do outro Estado contratante.

Artigo 24
Pagamento de Prestações

1. Os órgãos devedores de prestações, em virtude do presente Acordo, poderão pagá-las na moeda do seu Estado.

2. As transferências que resultam da aplicação do presente Acordo ocorrem conforme os acordos em vigor nesta matéria entre os dois Estados contratantes.

3. No caso em que as limitações monetárias forem estabelecidas em um dos dois Estados Contratantes, as autoridades competentes tomarão, imediatamente e de comum acordo, as medidas necessárias para a aplicação do presente Acordo, visando assegurar a transferência das prestações.

Artigo 25
Reembolso de Pagamentos Indevidos

Quando a instituição de um dos Estados contratantes paga a um beneficiário de prestações uma quantia que excede àquela à qual ele tem o direito, essa instituição pode, nas condições e limites previstos pela legislação que ela aplica, solicitar à instituição do outro Estado devedor de prestações em favor desse beneficiário, a dedução do valor pago a mais nas quantias que ela entrega ao referido beneficiário. Esta última instituição realiza a dedução nas condições e limites previstos para tal compensação pela legislação que ela aplica como se tratasse de quantias pagas a mais por ela própria e transfere o valor deduzido à instituição credora.

Artigo 26
Cooperação em matéria de Combate às Fraudes

Além da aplicação dos princípios gerais de cooperação administrativa, os Estados contratantes ajustarão, em um acordo administrativo, modalidades segundo as quais eles prestarão mutuamente seu apoio ao combate às fraudes transfronteiriças envolvendo contribuições e prestações de previdência social, em particular no que concerne à residência efetiva de pessoas, à aferição de renda, ao cálculo de contribuições e ao acúmulo de prestações.

TÍTULO V
Disposições Transitórias e Finais

Artigo 27
Eventos anteriores à Entrada em Vigor do Acordo

1. O presente Acordo aplica-se igualmente a eventos ocorridos anteriormente à sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo não dá o direito ao pagamento de prestações por um período anterior à sua entrada em vigor.

3. Qualquer período de seguro cumprido sob a legislação de um dos Estados contratantes antes da data de entrada em vigor do presente Acordo é levado em consideração para a determinação do direito à uma prestação concedida conforme as disposições do referido Acordo.

4. O presente Acordo não se aplica aos direitos que foram liquidados de forma definitiva pela concessão de uma indenização ou pelo reembolso de contribuições.

Artigo 28
Revisão, prescrição, extinção

1. Qualquer prestação que não tenha sido liquidada ou que tenha sido suspensa devido à nacionalidade do interessado ou em razão da sua residência no território do Estado contratante diferente daquele no qual se encontra o órgão devedor, será, a pedido do interessado, liquidada ou restabelecida a partir da entrada em vigor do presente Acordo.

2. Os direitos dos interessados que obtiveram a liquidação de uma prestação anteriormente à entrada em vigor deste Acordo serão revistos, a pedido deles, consideradas as disposições do referido Acordo. Em caso algum tal revisão deve ter por efeito reduzir os direitos anteriores dos interessados.

3. Se o pedido mencionado nos parágrafos 1° ou 2° do presente artigo for apresentado em até dois anos contados a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, os direitos abertos conforme as disposições do referido Acordo são adquiridos a partir dessa data, sem que as disposições da legislação de um ou do outro Estado contratante referentes à extinção ou à prescrição dos direitos sejam oponíveis aos interessados.

4. Se o pedido mencionado nos parágrafos 1° ou 2° do presente artigo for apresentado após a expiração de um prazo de dois anos após a entrada em vigor do presente Acordo, os direitos que não forem atingidos por uma revogação ou que não estiverem prescritos serão adquiridos a partir da data do pedido, sob reserva de disposições mais favoráveis da legislação do Estado contratante envolvido.

Artigo 29
Solução de Controvérsias

As controvérsias referentes à interpretação e à execução do presente Acordo serão solucionadas, na medida do possível, pelas autoridades competentes.

Artigo 30
Duração

O presente Acordo é celebrado por prazo indeterminado. Ele poderá ser denunciado por um dos Estados contratantes por notificação escrita enviada por via diplomática ao outro Estado contratante, com um aviso prévio de doze meses.

Artigo 31
Garantia dos Direitos Adquiridos ou em Vias de Aquisição

Em caso de denúncia do presente Acordo, os direitos e pagamentos das prestações adquiridas em virtude do referido Acordo serão conservados. Os Estados contratantes farão os acordos a respeito dos direitos em vias de aquisição.

Artigo 32
Entrada em vigor

O presente Acordo será ratificado conforme a legislação interna de cada um dos Estados contratantes. Ele entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês seguinte ao qual os dois Estados contratantes tenham trocado, por via diplomática, os instrumentos de ratificação.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo.

Feito em Bruxelas, Reino da Bélgica, no dia 4 de outubro de 2009, em duas vias, nos idiomas português, francês e neerlandês, sendo os três textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO REINO DA BÉLGICA

Yves Leterme
Ministro de Assuntos Estrangeiros

Mensagem nº 412, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, Interino, e da Previdência Social, o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Brasília, 29 de setembro de 2011.

EMI Nº 00252 MRE/MPS

Brasília, 20 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Elevamos à consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo sobre a Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009, pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo Ministro de Assuntos Estrangeiros da Bélgica, Yves Leterme.

2. No contexto do crescente fluxo internacional de trabalhadores e da transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornam-se ainda mais relevantes as iniciativas destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e a oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País.

3. Além de estender aos trabalhadores de cada país, residentes no território do outro, o acesso aos sistemas de Previdência local, o instrumento em apreço aproxima e intensifica as relações bilaterais na medida em que institui mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos do Brasil e da Bélgica.

4. O acordo foi firmado com o objetivo principal de permitir aos trabalhadores que contribuíram com os dois sistemas somarem os períodos de contribuição para o fim de atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários. Cada sistema pagará ao beneficiário, pelos dispositivos do acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (pro rata tempore).

5. Trata-se, portanto, de instrumento que objetiva corrigir situação de flagrante injustiça, qual seja, a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria.

6. O instrumento institui ainda, no que concerne ao acesso aos sistemas previdenciários, o princípio da igualdade de tratamento entre cidadãos brasileiros e belgas, que veda a esses sistemas o estabelecimento de qualquer espécie de discriminação ou favorecimento baseado na nacionalidade. Trata-se, portanto, de cláusula com o potencial de ampliar a cidadania e facilitar a integração dos trabalhadores emigrados.

7. O processamento e o controle dos pedidos deverá ser feito de forma coordenada pelas instituições que gerem os respectivos sistemas. Essa cooperação será regulada por um ajuste administrativo a ser elaborado entre as instituições.

8. No que concerne à vigência, o Artigo 32 do Acordo estabelece que suas disposições entrem em vigor ao primeiro dia do terceiro mês seguinte ao mês em que os dois países tenham trocado, por via diplomática, os correspondentes instrumentos de ratificação. O Artigo 27 determina que os períodos de contribuição anteriores à entrada em vigor sejam considerados para os fins de obtenção dos benefícios previstos no acordo. O pagamento desses benefícios, entretanto, não retroagirá a datas anteriores à da entrada em vigor.

9. O instrumento poderá ser denunciado a qualquer momento, mas suas disposições só serão extintas um ano após a notificação por escrito, por via diplomática, da disposição de um dos Estados de encerrá-lo. Benefícios concedidos com base nos seus dispositivos continuarão a ser pagos.

10. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado **DSF**, em 18/12/2012.

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Garibaldi Alves Filho

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS: 16451/2012

7

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2012, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que aprova o texto da Decisão CMC Nº 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

Relator: PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o texto da Decisão Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 29, de 2010, intitulada "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", assinada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010. A referida Decisão Mercosul chega a esta Comissão na forma de um Projeto de Decreto Legislativo, de nº 575, de 2012, já aprovado pela Câmara dos Deputados, Casa de tramitação primária para as matérias de origem no Poder Executivo.

A Decisão foi remetida ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 374 da Presidente da República, de 14 de setembro de 2011, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, datada de 28 de março do mesmo ano, e deu origem ao referido projeto de decreto legislativo ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, por força da Resolução CN nº 1, de 2011, o acordo foi destinado à apreciação das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Aprovada nessas comissões, a proposição teve sua confirmação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 6 de dezembro de 2012, quando foi destinada ao Senado Federal.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 17 de dezembro de 2012, onde cumpriu o prazo regimental de recebimento de emendas, que se exauriu *in albis*.

II – ANÁLISE

A Decisão, nos termos da exposição de motivos ministerial, visa a sanar incongruência congênita na estruturação institucional do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. A descrição da situação está bem demonstrada nesse documento ministerial:

> Principal órgão para solução de controvérsias no Mercosul, o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) foi instituído pelo Protocolo de Olivos. Já a Secretaria do Tribunal (ST), prevista no Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos, foi criada pela Decisão nº 37/03 do Conselho do Mercado Comum, para assistir ao TPR no cumprimento de suas funções.
>
> Obedecendo ao disposto em seu artigo 2, tal Decisão não foi incorporada aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados Partes por regulamentar aspectos do funcionamento ou da organização do

> Mercosul. Decorre disso, entretanto, que, todos os anos, faz-se necessário incorporar ao ordenamento jurídico nacional a norma que estabelece as contribuições dos Estados Partes ao orçamento da ST, o que leva tempo e pode por em risco a capacidade da Secretaria em honrar seus compromissos.
>
> A incorporação da Decisão CMC Nº 29/10 ao ordenamento jurídico pátrio virá sanar o problema, ao criar a base legal sobre a qual se apoiarão as futuras contribuições anuais à ST, que poderão, assim, ser efetuadas com maior celeridade.

Acrescenta a Exposição de Motivos que "o aumento de despesa previsto nesta decisão tem adequação orçamentária e financeira conforme previsão no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 (PLOA 2012)".

A integração no Mercosul tornar-se-á mais eficaz quando, além do domínio econômico e comercial, construirmos as instituições intergovernamentais necessárias à melhor governabilidade do Bloco. Dispor de um aparato de solução de controvérsias ágil, dotado de equipe de *experts* e de suporte administrativo competente é um dos caminhos mais salutares para o fortalecimento do bloco, que se apóia principalmente nas transações comerciais, com seus inerentes conflitos. Isso sem se falar na provável evolução da integração para abarcar temas próprios de mercado comum, quando as lides demandarão estruturas mais complexas de mediação, e o presente Tribunal Permanente de Revisão será o seu fundamento.

Reitere-se, por fim, que a Decisão nº 29/10 não encontra óbices no âmbito constitucional nem no campo da adequação orçamentária e financeira, como demonstrado nos diversos pareceres colacionados.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 575, DE 2012

(nº 512/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão CMC N° 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o texto da Decisão CMC N° 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou instrumentos subsidiários que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, sem prejuízo de estar o Poder Executivo obrigado a fazer a competente previsão orçamentária em rubrica própria do anteprojeto de lei orçamentária anual das contribuições para o orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 29/10

CONTRIBUIÇÕES PARA O ORÇAMENTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, o Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, as Decisões N° 37/03 e 01/05 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções N° 50/03, 66/05 e 72/06 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos e o Regulamento do Protocolo de Olivos estabelecem que o Tribunal Permanente de Revisão, com sede na cidade de Assunção, contará com uma Secretaria;

Que de conformidade com o disposto na Resolução GMC N° 66/05, esta Secretaria deve contar com um orçamento para financiar seus gastos de funcionamento;

Que alguns Estados Partes necessitam de aprovação legislativa das disposições sobre essas contribuições.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM
DECIDE:

Art. 1° – Estabelecer que o orçamento anual para cobrir os gastos de funcionamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, assim como aqueles que determine o Grupo Mercado Comum, conforme o disposto pelo Art. 9 da Resolução GMC N° 66/05, será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Art. 2° – Determinar que a elaboração, o desenho, a apresentação e a execução de cada Orçamento anual estarão a cargo do Secretário do TPR e deverá ajustar-se no disposto na Resolução GMC N° 50/03.

Art. 3° – Esta Decisão necessita ser incorporada apenas ao ordenamento jurídico interno da República Federativa do Brasil. Esta incorporação deverá ser realizada antes de 8/XI/2011.

CMC (Dec. N° 20/02, Art. 6°) - Montevidéu, 8/XI/10.

MENSAGEM N.º 374, DE 2011

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, e da Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto da Decisão CMC Nº 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

Brasília, 14 de setembro de 2011.

EMI 00136 - MRE/MPOG

Brasília, 28 de março de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem referente ao texto da Decisão CMC Nº 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010, pelos Representantes Permanentes dos Estados Partes junto à ALADI e ao Mercosul, em conformidade com o disposto no artigo 6º da Decisão CMC Nº 20/02.

2. Principal órgão para solução de controvérsias no Mercosul, o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) foi instituído pelo Protocolo de Olivos. Já a Secretaria do Tribunal (ST), prevista no Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos, foi criada pela Decisão Nº 37/03 do Conselho do Mercado Comum, para assistir ao TPR no cumprimento de suas funções.

3. Obedecendo ao disposto em seu artigo 2, tal Decisão não foi incorporada aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados Partes por regulamentar aspectos do funcionamento ou da organização do Mercosul. Decorre disso, entretanto, que, todos os anos, faz-se necessário incorporar ao ordenamento jurídico nacional a norma que estabelece as contribuições dos Estados Partes ao orçamento da ST, o que leva tempo e pode pôr em risco a capacidade da Secretaria em honrar seus compromissos.

4. A incorporação da Decisão CMC Nº 29/10 ao ordenamento jurídico pátrio virá sanar o problema, ao criar a base legal sobre a qual se apoiarão as futuras contribuições anuais à ST, que poderão, assim, ser efetuadas com maior celeridade. *O aumento de despesa previsto nesta decisão tem adequação orçamentária e financeira conforme previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 (PLOA 2012). O limite estabelecido para o exercício pela LOA 2012 para a rubrica* 71.102.28.212.0910.00HC – *Contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul – TPR (MRE) é da ordem de* R$ 576.680,00.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submetemos a Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do texto da Decisão CMC nº 29/10.

Respeitosamente,

Assinado por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Miriam Aparecida Belchior

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

I - RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff encaminha ao Congresso Nacional, para apreciação legislativa, a Mensagem n° 374, assinada em 14 de setembro de 2011, contendo o texto da

Decisão CMC N.º 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéo, em 8 de novembro de 2010

A referida Mensagem está instruída com a exposição de Motivos EMI 00136 MRE/MPOG, de 28 de março de 2011, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino , Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e da Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior.

Os autos de tramitação estão instruídos de acordo com as normas processuais-legislativas pertinentes, providência a cargo dos servidores responsáveis da Coordenação de Comissões Permanentes, da Câmara dos Deputados.

O instrumento em pauta, Decisão tomada no âmbito do Conselho do Mercado Comum – CMC, está vertido em três artigos encabeçados por brevissimo preâmbulo e três Consideranda.

No Artigo 1, prevê-se o estabelecimento de orçamento anual para cobrir gastos de funcionamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), ao lado daqueles que entenda determinar o Grupo Mercado Comum, a ser financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes..

No Artigo 2, determina-se que a elaboração, o desenho, a apresentação e a execução de cada Orçamento anual ficam a cargo do Secretário do TPR e deverá ajustar-se ao disposto na Resolução GMC no. 50/03.

O Artigo 3 reconhece deva a Decisão ser incorporada apenas ao ordenamento jurídico interno da República Federativa do Brasil, dispondo ainda que esta incorporação deva ser realizada antes de 8 de novembro de 2011.

É o relatório.

II-VOTO DO RELATOR

Do ponto de vista processual-legislativo, em face do disposto na Resolução CN 1, de 2011, compete a este colegiado o exame inicial do instrumento internacional em análise e a elaboração do Projeto de Decreto Legislativo pertinente.

O funcionamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão encontra-se devidamente reconhecido pelo Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, em seu artigo 17, item 4, e o TPR encontra-se instalado e em funcionamento desde 13 de agosto 2004, na cidade de Assunção, Paraguai, podendo ainda reunir-se em outras localidades, conforme conveniência. Reputa-se o TPR como uma das mais relevantes inovações institucionais no âmbito da soluções de controvérsias na aplicação das normas internacionais reguladoras do Mercosul.

O presente Decreto Legislativo atende ao que se encontra estabelecido no Protocolo de Ouro Preto, um dos instrumentos fundadores do Mercosul, em seu art. 42, que prevê a incorporação das normas emanadas dos órgãos decisórios do bloco aos ordenamentos jurídicos nacionais, mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada Estado Parte. No presente caso, a Decisão do Conselho do Mercado Comum em apreço deve ser submetida à aprovação legislativa por força de dispositivo constitucional, uma vez que acarreta "encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional" (art. 49, inciso I da Constituição Federal).

Não há, pois, óbices vislumbrados à aprovação dessa Decisão do Conselho do Mercado Comum.

VOTO, assim, pela concessão de aprovação legislativa ao teor da Decisão CMC N.º 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", nos termos da proposta de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2011.

Parlamentar Antonio Carlos Mendes Thame
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 2009
(Mensagem Nº 374, DE 2011)

Aprova o texto Decisão CMC N.º 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° É aprovado o texto da Decisão CMC N.º 29/10 "Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão", aprovada em Montevidéu, em 8 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou instrumentos subsidiários que possam resultar em revisão da supramencionada Decisão, sem prejuízo de estar o Poder Executivo obrigado a fazer a competente previsão orçamentária em rubrica própria do anteprojeto de Lei orçamentária anual das contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2009.

Parlamentar ANTONIO CARLOS MENDES THAME
Relator

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação da Mensagem n.° 374, de 2011, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Estiveram presentes os Senhores:

Deputado Antônio Carlos Mendes Thame — Vice Presidente, no exercício da Presidência; e Senadora Ana Amélia — Vice-Presidente. Senadores Pedro Simon, Wilson Santiago, Paulo Paim, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e Paulo Bauer; e Deputados Benedita da Silva, Dr. Rosinha, Emiliano José, Jilmar Tatto, Paulo Pimenta, Iris de Araújo, Marçal Filho, Moacir Micheletto, Raul Henry, Eduardo Azeredo, Dilceu Sperafico, Renato Molling, Paulo Freire, José Stédile, Vieira da Cunha, Roberto Freire, Nelson Padovani, Dr. Carlos Alberto, Newton Lima e Reinaldo Azambuja.

Plenário da Representação, em 18 de outubro de 2011.

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME
Presidente, em exercício

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado **DSF**, em 18/12/2012.

8

1

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2013 (PDC nº 549, de 2012, na origem), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 29, de 2013, é de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e tem por finalidade aprovar o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

A proposição em tela tem origem na Mensagem nº 51, de 2012, por meio da qual a Excelentíssima Senhora Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional a mencionada Decisão CMC nº 8, de 2011, a qual foi distribuída inicialmente à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - por força do disposto no artigo 3º, inciso I e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 1, de 2007-CN - onde foi apreciada, havendo obtido a aprovação, à unanimidade, daquele Colegiado, o que resultou na apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2012, o qual, nos termos da mencionada resolução, foi encaminhado à Câmara dos Deputados. Aprovado naquela Casa, foi remetido ao Senado Federal e distribuído a este Colegiado.

A finalidade da Decisão CMC no 8/11, conforme disposto em seu artigo 1º, é estabelecer que o orçamento anual do Instituto Social do MERCOSUL será financiado com contribuições regulares anuais dos Estados Partes, através dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou outros organismos responsáveis na matéria, sem prejuízo do estabelecido no Art. 5º da Decisão CMC Nº 37/08. De

sorte a alcançar tal objetivo, os Estados Membros do Mercosul contribuirão regularmente ao orçamento anual do Instituto Social do MERCOSUL, obedecendo os seguintes percentuais participativos: Argentina: 24%; Brasil: 39%; Paraguai: 24%; e Uruguai: 13%.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Este é o Relatório.

II - ANÁLISE

O Instituto Social do Mercosul (ISM) foi criado pela Decisão CMC nº 03/07 com o objetivo de aprofundar a dimensão social no MERCOSUL e fortalecer o processo de integração, contribuindo para a superação das assimetrias entre os Estados Partes e promovendo o desenvolvimento social e humano na região.

O fundamento para a criação Instituto Social do MERCOSUL (ISM) está na necessidade de evitar que as assimetrias entre os Estados Partes representem óbices ao processo de integração e consolidação do Mercosul. Nesse sentido, o ISM tem como objetivo principal contribuir para a consolidação da dimensão social do bloco, devendo constituir-se em eixo fundamental no contexto de desenvolvimento do Mercosul. Para tanto, foram estabelecidos para o ISM os seguintes objetivos gerais: contribuir para superar assimetrias; colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais; sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; recompilar e intercambiar boas práticas em matéria social; promover mecanismos de cooperação horizontal e; identificar fontes de financiamento.

De modo a alcançar seus objetivos o Instituto Social do Mercosul deverá, nos termos da Decisão que o instituiu: i) prestar colaboração técnica na elaboração e planificação de projetos sociais; ii) promover pesquisas com a finalidade de subsidiar decisões relativas à pesquisas e programas sociais; iii) promover a realização de encontros internacionais, regionais e nacionais sobre temas sociais; iv) sistematizar e difundir as melhores experiências e práticas em matéria social existentes no mundo; e v) recompilar dados sobre a situação social na região.

Portanto, está reservado ao ISM papel central quanto ao desenvolvimento da dimensão social do Mercosul, particularmente para a implementação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), aprovado pela Decisão CMC Nº 12/11, o qual visa a erradicar a fome, a miséria e o analfabetismo no Mercosul, bem como a universalizar os serviços públicos de saúde no bloco, contemplando também temas de direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, política de

gênero, meio ambiente, diversidade cultural, trabalho e emprego, entre outros aspectos do desenvolvimento social.

Complementando a Decisão CMC nº 3 de 2007, a Decisão do Conselho do Mercado Comum que ora apreciamos (Decisão CMC nº 08/11) destina-se a viabilizar, do ponto de vista orçamentário, o funcionamento do ISM, tal como se encontra previsto pela Decisão CMC nº 3/07, fornecendo a base legal necessária para o pagamento das contribuições regulares anuais ao orçamento do ISM.

O valor do orçamento do ISM será definido anualmente e o Brasil deverá financiar 39% do total (segundo o estabelecido pelo artigo 2º da Decisão CMC nº 08/11). Conforme destacado na exposição de motivos ministerial, as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo que tais dotações serão consignadas, a cada ano, no respectivo Projeto da Lei Orçamentária Anual, e as contribuições regulares complementarão as contribuições voluntárias estabelecidas.

III – VOTO

Ante o exposto, VOTO PELA APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 29, de 2013, que aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2013.

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2013

(nº 549/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MERCOSUL/CMC/ DEC. Nº 08/11

CONTRIBUIÇÕES PARA O ORÇAMENTO DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL.

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 61/00, 19/06, 03/07, 28/07, 37/08 e 47/10 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução Nº 50/03 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Decisão CMC Nº 03/07 criou o instituto Social do MERCOSUL (ISM) com objetivo de aprofundar a dimensão social no MERCOSUL e fortalecer o processo de integração, contribuindo para a superação das assimetrias entre os Estados Partes e promovendo o desenvolvimento humano integral.

Que os Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do MERCOSUL assumiram o compromisso de financiar a estrutura permanente do ISM, cujo fortalecimento constitui um elemento central do pilar social da integração regional.

Que é necessário adotar um mecanismo de financiamento do ISM com base a contribuições regulares dos Estados Partes, com determinação das porcentagens aplicáveis.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM
DECIDE:

Art. 1º – Estabelecer que o orçamento anual do Instituto Social do MERCOSUL será financiado com contribuições regulares anuais dos Estados Partes, através dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou outros organismos responsáveis na matéria, sem prejuízo do estabelecido no Art. 5 da Dec. CMC Nº 37/08."

Art. 2º – As contribuições regulares ao orçamento anual do Instituto Social do MERCOSUL serão efetuadas conforme as seguintes porcentagens:

Argentina: 24%
Brasil: 39%
Paraguai: 24%
Uruguai: 13%

Art. 3° - Esta Decisão necessita ser incorporada apenas ao ordenamento jurídico interno da República Federativa do Brasil. Esta incorporação deverá ser realizada antes de 01/VII/12.

XLI CMC – Assunção, 28/VI/11

Mensagem nº 51, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, e das Senhoras Ministras de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto da Decisão CMC nº 08/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

EMI No 00382 MRE/MDS/MPOG

Brasília, 8 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto da Decisão CMC N° 08/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011, durante a XLI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (XLI CMC).

2. O Instituto Social do Mercosul (ISM) foi criado pela Decisão CMC N° 03/07 e tem como objetivos gerais: a) contribuir para a consolidação da dimensão social como eixo fundamental no desenvolvimento do Mercosul; b) contribuir para superar assimetrias; c) colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais; d) sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; e) recompilar e intercambiar boas práticas em matéria social; f) promover mecanismos de cooperação horizontal; e g) identificar fontes de financiamento.

3. No que se refere às suas funções, o ISM deve: i) prestar colaboração técnica na elaboração e planificação de projetos sociais; ii) promover pesquisas com a finalidade de subsidiar decisões relativas a políticas e programas sociais; iii) promover a realização de encontros internacionais, regionais e nacionais sobre temas sociais; iv) sistematizar e difundir as melhores experiências e práticas em matéria social existentes no mundo; e v) recompilar dados sobre a situação social na região.

4. O ISM tem papel central para o desenvolvimento da dimensão social do Mercosul, particularmente para a implementação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), aprovado pela Decisão CMC N° 12/11. O Plano visa a erradicar a fome, a miséria e o analfabetismo no Mercosul, bem como a universalizar os serviços públicos de saúde no bloco, contemplando também temas de direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, gênero, meio ambiente, diversidade cultural, trabalho e emprego, entre outros aspectos do desenvolvimento social.

5. A Decisão CMC N° 08/11 tem por objetivo, uma vez incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, fornecer a base legal necessária para o pagamento das contribuições regulares anuais ao orçamento do ISM. O valor do orçamento do ISM será definido anualmente e o Brasil deverá financiar 39% do total. As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas dotações serão consignadas, a cada ano, no respectivo Projeto da Lei Orçamentária Anual. As contribuições regulares complementarão as contribuições voluntárias estabelecidas na Decisão CMC N° 37/08, ora em processo de incorporação ao ordenamento jurídico nacional.

6. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do texto da Decisão CMC N° 08/11.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Miriam Aparecida Belchior

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MENSAGEM Nº 51, DE 2012
(Do Poder Executivo)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado Jilmar Tatto

I – RELATÓRIO

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 8/11, intitulada "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", que foi aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2011-CN, compete à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul "apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul" (art. 3°, inciso I), e, segundo dispõe o art. 5°, inciso I, "a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo decreto legislativo."

A Decisão CMC nº 8/11 em exame é submetida à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 51, de 14 de fevereiro de 2012, acompanhada de Exposição de Motivos dos Ministros das Relações Exteriores e da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, datada de 8 de agosto de 2011.

O ato internacional destina-se, como alegado na Exposição de Motivos ministerial, a "fornecer a base legal necessária para o pagamento das contribuições regulares anuais ao orçamento do Instituto Social do Mercosul (ISM). O valor do orçamento do ISM será definido anualmente e o Brasil deverá financiar 39% do total. As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas dotações serão consignadas, a cada ano, no respectivo Projeto da Lei Orçamentária Anual. As contribuições regulares complementarão as contribuições voluntárias estabelecidas na Decisão CMC Nº 37/08, ora em processo de incorporação ao ordenamento jurídico nacional".

O Instituto Social do Mercosul foi criado pela Decisão CMC Nº 3/07 e tem como objetivos gerais: a) contribuir para a consolidação da dimensão social como eixo fundamental no desenvolvimento do Mercosul; b) contribuir para superar assimetrias; c) colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais; d) sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; e) recompilar e intercambiar boas práticas em matéria social; f) promover mecanismos de cooperação horizontal; e g) identificar fontes de financiamento.

Para desempenhar suas funções, o ISM deve: i) prestar colaboração técnica na elaboração e planificação de projetos sociais; ii) promover pesquisas com a finalidade de subsidiar decisões relativas a políticas e programas sociais; iii) promover a realização de encontros internacionais, regionais e nacionais sobre temas sociais; iv) sistematizar e difundir as melhores experiências e práticas em matéria social existentes no mundo; e v) recompilar dados sobre a situação social na região.

Ainda segundo o informe ministerial, o ISM tem papel central para o desenvolvimento da dimensão social do Mercosul, particularmente para a implementação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), aprovado pela Decisão CMC Nº 12/11. O Plano visa a erradicar a fome, a miséria e o analfabetismo no Mercosul, bem como a universalizar os serviços públicos de saúde no bloco, contemplando também temas de direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, gênero, meio ambiente, diversidade cultural, trabalho e emprego, entre outros aspectos do desenvolvimento social.

Cuida-se, portanto, de uma Decisão CMC de caráter singelo, de viabilização orçamentária para o custeio do programa estabelecido em Decisão anterior que tratou propriamente da essência do Instituto.

II – VOTO DO RELATOR

As assimetrias estruturais do Mercosul são um dos grandes óbices ao seu pleno desenvolvimento. Essas diferenças sociais, culturais e econômicas acontecem entre os países e também dentro de cada território.

A integração só se tornará realmente eficaz quando se conseguir enfrentar com razoável grau de sucesso essas distinções entre os países e grupos sociais internos. Não é à toa que a União Europeia criou os programas compensatórios destinados ao combate às deficiências sócio-econômicas dos membros mais frágeis do bloco.

Aqui no Mercosul, já temos o Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), para projetos nos quatro Estados Partes que tenham por finalidade ações estruturantes mas com conteúdo de compensação social. O financiamento e o dispêndio do FOCEM obedecem o mesmo critério do Instituto Social do Mercosul objeto da presente Decisão.

A Decisão em análise é um complemento da Decisão Nº 03, de 2007, do Conselho do Mercado Comum. Naquele ato, criou-se o ISM com vistas a impulsionar a dimensão social do Mercosul, pelo enfrentamento conjunto das questões sociais e fortalecendo-se a dimensão humana do bloco. Após a criação do Instituto, em 2007, as autoridades setoriais decidiram financiar uma estrutura permanente para o órgão, de maneira a torná-lo realmente eficaz.

Nesse sentido, produziu-se, na Cúpula do Conselho do Mercado Comum de 28 de junho de 2011, a Decisão que ora se aprecia. Ela, basicamente, determina o percentual das contribuições anuais para o orçamento do ISM. O Brasil contribuirá com 39%, Argentina e Paraguai com 24% cada e Uruguai, 13%, seguindo, assim, a filosofia progressiva de maior aporte para o contribuinte mais aquinhoado.

A presente Decisão CMC representa, portanto, a consolidação orçamentária de uma importante instância do Mercosul, e propicia a base jurídica para que as autoridades setoriais possam desembolsar os recursos necessários para a implantação do órgão conjunto.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 8/11, intitulada

"Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", que foi aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011. nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresento.

Sala da Comissão, em 13 de março de 2012

Deputado Jilmar Tatto
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012
(MENSAGEM Nº 51/2012)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2012.

Deputado Jilmar Tatto
Relator

MENSAGEM Nº 51, de 2012

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Decisão CMC nº 08/11 'Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul', aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.
AUTOR: Poder Executivo
RELATOR: Deputado Jilmar Tatto
RELATOR-SUBSTITUTO: Deputado Paulo Pimenta

MANIFESTAÇÃO DE VOTO

Na reunião deliberativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul convocada e realizada no dia 13 de março, terça-feira, às 14 horas, no Plenário nº 6 da Ala Nilo Coelho no Senado Federal, fui designado relator-substituto à Mensagem nº 51/2012, do Poder Executivo.

Por concordar com a manifestação do relator originário, Deputado Jilmar Tatto, acato integralmente seu parecer.

Reitero, portanto, o voto do relator, Deputado Jilmar Tatto, manifestando-me pela aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 8/11, intitulada "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", que foi aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011. nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Sala da Comissão, em 13 de março de 2012.

Deputado **PAULO PIMENTA**
Relator-Substituto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012
(MENSAGEM Nº 51/2012)

Aprova o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 8/11 "Contribuições para o Orçamento do Instituto Social do Mercosul", aprovada em Assunção, em 28 de junho de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Paulo Pimenta
Relator-Substituto

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MENSAGEM N.º 51, DE 2012

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação da Mensagem n.º 51, de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator Deputado Jilmar Tatto e do Relator Substituto, Deputado Paulo Pimenta.

Estiveram presentes os Senhores:

Senador Roberto Requião - Presidente; Senadora Ana Amélia – Vice-presidente. Senadores Antonio Carlos Valadares e Paulo Bauer; e Deputados Dr. Rosinha, Paulo Pimenta, Iris de Araújo, Marçal Filho, Eduardo Azeredo, Dilceu Sperafico, Renato Molling, Júlio Campos, Paulo Freire, José Stédile, Vieira da Cunha, Roberto Freire, Nelson Padovani, George Hilton, Dr. Carlos Alberto, Newton Lima, Zé Geraldo e Augusto Coutinho.

Plenário da Representação, em 13 de março de 2012.

Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 1º/03/2013.

9

1

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2013 (PDC nº 585, de 2012, na origem), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que Aprova a Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul n° 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo nº 30, de 2013, tem o objetivo de aprovar a decisão do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL nº37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

A proposta tem por origem a Mensagem nº 79, de 2012, submetida ao Congresso em março de 2012, instruída e encaminhada por Exposição de Motivos ministerial. Apreciada na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a qual compete, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução nº1, de 2007-CN, "apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul", foi aprovada unanimemente em 29 de maio de 2012, sendo Relator o Senador Luiz Henrique.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O instrumento internacional sob análise é composto pelo texto da Decisão e seu Anexo, os quais aprovam e definem a Estrutura do Instituto Social do Mercosul O Anexo estabelece que o Instituto "constituirá uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais e da implementação das linhas estratégicas, aprovadas pela Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS)".

Os objetivos do ISM estão descritos na Decisão 3/07 do CMC: 1) contribuir para a consolidação da dimensão social como eixo fundamental no desenvolvimento do Mercosul; 2) contribuir para superar assimetrias; 3) colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais; 4) sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; 5) compilar e intercambiar boas práticas em matéria social; 6) promover mecanismos de cooperação horizontal; 7) identificar fontes de financiamento.

O órgão diretivo do ISM é o Conselho, integrado por um representante governamental titular e um alterno de cada Estado Parte, designado pela Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS). Entre outras funções, o Conselho supervisionará a elaboração do orçamento do ISM e apresentará, quando solicitado pela RMADS, um relatório sobre a execução do Plano de Trabalho do ISM e da execução administrativa e financeira.

O ISM contará também com um Diretor Executivo, designado pelo CMC, por proposta da RMADS, por um período dois anos. O Diretor será nacional de um dos Estados Partes, começando pela República do Paraguai e seguindo o critério de rotação de nacionalidades por ordem alfabética.

Integrarão o ISM quatro Departamentos, compostos por técnicos nacionais de cada um dos Estados Partes: a) Departamento de Pesquisa e Gestão da Informação; b) Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais; c) Departamento de Administração e Finanças; e d) Departamento de Comunicação.

O funcionamento do ISM será financiado com contribuições voluntárias dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou seus homólogos dos Estados Partes. Os valores estipulados para as contribuições, de acordo com o estabelecido pela Decisão n°08, de 2011, convertida no Projeto de Decreto Legislativo 29/2013, o Brasil deverá contribuir com 39%, Argentina e Paraguai com 24% e Uruguai com 13%. Além das contribuições, deverão ser utilizados recursos provenientes de contribuições de organizações não-governamentais e/ou de cooperação com organismos internacionais.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

3

Este é o Relatório.

II - ANÁLISE

Nos termos da Exposição de Motivos ministerial, a qual acompanha e instrui a Mensagem que deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo em apreço, o Instituto Social do Mercosul foi criado "como instância técnica de apoio aos Estados Partes na elaboração e planificação de projetos sociais comuns ao Mercosul. Dentre suas atribuições, figuram a promoção de atividades de pesquisa para subsidiar a formulação de políticas sociais, a sistematização e difusão de boas práticas e experiências em matérias de políticas sociais no Mercosul e a elaboração de estatísticas."

O ilustre Relator da matéria na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Senador Luiz Henrique, nos lembra, em seu voto, que a Decisão do CMC representa a consolidação institucional de uma importante instância do Mercosul e propicia a base jurídica para que as autoridades setoriais possam organizar e implantar o órgão conjunto.

Com efeito, a importância da ISM é inquestionável, como organismo auxiliar na erradicação da pobreza e na implementação de políticas sociais conjuntas, aprofundando a integração entre os membros do Mercosul.

III – VOTO

Ante o exposto, VOTO PELA APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 30, de 2013.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2013.

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2013

(nº 585/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovado durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul - ISM.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovado durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul - ISM.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 37/08

ESTRUTURA DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 61/00, 19/06, 03/07 e 28/07 do Conselho do Mercado Comum;

CONSIDERANDO:

Que é necessário avançar no desenvolvimento da dimensão social no MERCOSUL, com o objetivo de fortalecer o processo de integração, contribuir para a superação das assimetrias entre os Estados Partes e promover o desenvolvimento humano integral;

Que a colaboração na articulação das políticas sociais do MERCOSUL é um objetivo necessário para gerar um enfoque integral no desenho e na implementação de tais políticas na região; e

Que é necessário dotar o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) de uma estrutura em conformidade com o desenvolvimento de seus objetivos,

O CONSELHO DO MERCADO COMUM
DECIDE:

Art. 1º – Aprovar a "Estrutura do Instituto Social do MERCOSUL", que consta como Anexo e faz parte da presente Decisão.

Art. 2º – A Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS) poderá, quando considere oportuno, propor os ajustes ao Anexo da presente Decisão, que deverão ser aprovados pelo Conselho do Mercado Comum (CMC).

Art. 3º – Será de aplicação aos funcionários do ISM, no que couber, o previsto na Resolução GMC Nº 06/04, suas normas modificativas e/ou complementares. Do mesmo modo, deverão aplicar-se as "Normas para Seleção e Contratação de Pessoal" previstas no Anexo II da Decisão CMC Nº 07/07, suas normas modificativas e/ou complementares. Poder-se-á, ademais, tomar como referência a "Estrutura Salarial" da Secretaria do MERCOSUL, prevista no Anexo III da referida Decisão, suas normas modificativas e/ou complementares. Em nenhum caso, os níveis de remuneração poderão ser superiores aos estabelecidos para os funcionários da Secretaria do MERCOSUL.

Art. 4º – Será aplicável aos funcionários do ISM, no que couber, o previsto na Resolução GMC Nº 54/03.

Art. 5º – O funcionamento do ISM será financiado com contribuições voluntárias dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou seus homólogos dos Estados Partes. No entanto, poderão ser utilizados recursos provenientes de contribuições de organizações não-governamentais e/ou de cooperação com organismos internacionais.

Art. 6º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XXXVI CMC – Salvador, 15/XII/08

ANEXO

ESTRUTURA DO INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL

Disposições Gerais

1 – O Instituto Social do MERCOSUL, doravante ISM, criado pela Decisão Nº 03/07 do Conselho do Mercado Comum (CMC), terá sua sede na Cidade de Assunção, República do Paraguai.

2 – O ISM depende, transitoriamente, da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS).

3 – O ISM constituirá uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais e da implementação das linhas estratégicas, aprovadas pela RMADS, com vistas a contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo central no processo de integração do MERCOSUL.

Objetivos gerais e funções

O ISM tem os objetivos gerais e as funções enunciados nos Artigos 2º e 3º da Decisão CMC Nº 03/07.

Conselho do ISM

1 – O Conselho é o órgão diretivo do ISM.

Será integrado por um representante governamental titular e um alterno de cada Estado Parte, designados para tal fim pela RMADS.

2 – São funções do Conselho do ISM:

a. Definir e submeter à consideração da RMADS os planos de trabalho para a implementação das diretrizes estratégicas e das atividades encomendadas pela referida Reunião de Ministros.

b. Supervisionar a elaboração do orçamento do ISM, que deverá ser elevado, por meio da RMADS, para sua aprovação pelo CMC.

c. Apresentar às Reuniões Ordinárias da RMADS, ou quando esta o solicite, um relatório sobre a execução do Plano de Trabalho do ISM e da execução administrativa e financeira.

3 – O Conselho reunir-se-á de maneira ordinária trimestralmente na sede do ISM.

As reuniões extraordinárias serão realizadas preferencialmente na sede do ISM e poderão ser convocadas por solicitação de qualquer Estado Parte.

As reuniões do Conselho serão convocadas e coordenadas pelo representante do Estado Parte no exercício da Presidência *Pro Tempore*.

4 – Os Coordenadores Nacionais do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) participarão em caráter de observadores nas reuniões do Conselho.

Diretor Executivo

1 – O Diretor Executivo será designado pelo CMC, por proposta da RMADS, por um período de dois anos.

2 – O Diretor Executivo será nacional de um dos Estados Partes, começando pela República do Paraguai e seguindo o critério de rotação de nacionalidades por ordem alfabética.

3 – O Diretor Executivo é responsável pelo adequado cumprimento do conjunto das tarefas atribuídas ao ISM e por sua gestão técnica, administrativa, financeira e patrimonial.

4 – Compete ao Diretor Executivo:

a. Propor ao Conselho do ISM o Programa de Trabalho do Instituto de acordo com as diretrizes estratégicas e as atividades encomendadas pela RMADS, bem como executar as ações específicas para sua implementação.

b. Elaborar o anteprojeto de orçamento do ISM.

c. Executar o orçamento do ISM.

A elaboração e a execução do orçamento deverão ajustar-se ao previsto na Resolução GMC Nº 50/03.

DEPARTAMENTOS

1 – O ISM será integrado por quatro Departamentos, compostos paritariamente por técnicos nacionais de cada um dos Estados Partes:
a. Departamento de Pesquisa e Gestão da Informação;
b. Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais;
c. Departamento de Administração e Finanças; e
d. Departamento de Comunicação.

2 – A modificação da estrutura organizacional do ISM dependerá da existência de novos objetivos e projetos, devendo ser aprovada pelo CMC, por proposta da RMADS.

Departamento de Pesquisa e Gestão da Informação

1 – O Departamento de Pesquisa e Gestão da Informação é uma instância de apoio à gestão institucional. Está a cargo de um Chefe de Departamento que é responsável perante o Diretor Executivo.

2 – Compete ao Departamento realizar pesquisas e estudos comparativos com o objeto de contribuir para a tomada de decisões nas políticas e projetos sociais regionais, identificar indicadores sociais regionais e gerar espaços de intercâmbio em relação à gestão dos sistemas de informação social.

Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais

1 – O Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais é uma instância de apoio à gestão institucional. Está a cargo de um Chefe de Departamento que é responsável perante o Diretor Executivo.

2 – Compete ao Departamento contribuir para a geração de instâncias técnicas de diálogo regional e para a elaboração de projetos em matéria de políticas sociais regionais, no intercâmbio de práticas socialmente relevantes e na identificação de oportunidades para a cooperação horizontal.

Departamento de Administração e Finanças

1 – O Departamento de Administração e Finanças é uma instância de apoio às demais áreas do ISM. Está a cargo de um Chefe de Departamento que é responsável perante o Diretor Executivo.

2 – Compete ao Departamento assistir o Diretor Executivo em todas as atividades relativas à administração financeira e orçamentária, patrimonial e dos recursos humanos do ISM.

Departamento de Comunicação

1 – O Departamento de Comunicação é uma instância de apoio à gestão institucional. Está a cargo de um Chefe de Departamento que é responsável perante o Diretor Executivo.

2 – Compete ao Departamento assistir o Diretor Executivo no desenho e execução da estratégia de comunicação institucional e de difusão pública das ações, pesquisas e produções do ISM.

Mensagem nº 79, de 2012.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, e das Senhoras Ministras de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto da Decisão CMC Nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

Brasília, 15 de março de 2012.

EMI No 00309 MRE/MDS/MPOG

Brasília, 24 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência o texto da Decisão CMC N° 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a Estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

2. O Instituto foi criado pela Decisão CMC N° 03/07, como instância técnica de apoio aos Estados Partes na elaboração e planificação de projetos sociais comuns ao Mercosul. Dentre suas atribuições, figuram a promoção de atividades de pesquisa para subsidiar a formulação de políticas sociais, a sistematização e difusão de boas práticas e experiências em matéria de políticas sociais no Mercosul e a elaboração de estatísticas.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do texto da Decisão CMC N° 37/08.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Miriam Aparecida Belchior

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MENSAGEM Nº 79, DE 2012
(Do Poder Executivo)

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Decisão CMC nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

Autor: PODER EXECUTIVO
Relator: Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 37, de 2008, que cria a estrutura do Instituto Social do Mercosul, assinada em Salvador-Bahia, em 15 de dezembro de 2008.

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2011-CN, compete à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul "apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, inclusive as emanadas dos órgãos decisórios do Mercosul" (art. 3º, inciso I), e, segundo dispõe o art. 5º, inciso I, "a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo decreto legislativo."

A Decisão CMC nº 37/08 em exame é submetida à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 79, de 15 de março de 2012, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores,

interino, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dra. Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, e da Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dra. Miriam Aparecida Belchior, datada de 24 de junho de 2011.

O ato internacional destina-se a estabelecer o organograma do Instituto Social do Mercosul (ISM), que foi criado para servir como instância técnica de apoio aos Estados Partes na elaboração e planificação de projetos sociais comuns ao Mercosul.

O Instituto Social do Mercosul foi criado pela Decisão CMC N° 3/07 e tem como objetivos gerais: a) contribuir para a consolidação da dimensão social como eixo fundamental no desenvolvimento do Mercosul; b) contribuir para superar assimetrias; c) colaborar tecnicamente na elaboração de políticas regionais; d) sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; e) compilar e intercambiar boas práticas em matéria social; f) promover mecanismos de cooperação horizontal; e g) identificar fontes de financiamento.

Para desempenhar suas funções, o ISM deve: a) prestar colaboração técnica na elaboração e planificação de projetos sociais; b) promover pesquisas com a finalidade de subsidiar decisões relativas a políticas e programas sociais; c) promover a realização de encontros internacionais, regionais e nacionais sobre temas sociais; d) sistematizar e difundir as melhores experiências e práticas em matéria social existentes no mundo; e e) compilar dados sobre a situação social na região.

A Decisão ora em apreciação justamente provê, em seu corpo principal e em seu Anexo, as definições organizacionais para o Instituto. No art. 2° da Decisão, estipula-se que a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS) poderá, quando considere oportuno, propor ajustes ao Anexo, que deverão ser apreciados pelo Conselho do Mercado Comum.

Os arts. 2° e 3° da Decisão obrigam a aplicação aos funcionários do ISM, no que couber, de determinados regimes administrativos do Mercosul, quais sejam as Resoluções Grupo Mercado Comum n°s 6/04 54/03 e as "Normas para Seleção e Contratação de Pessoal" previstas na Decisão CMC n° 7/07.

Define-se também que em nenhum caso os níveis de remuneração poderão ser superiores aos estabelecidos para os funcionárioss da Secretaria do Mercosul, cuja "Estrutura Salarial" poderá ser tomada como referência pelo ISM.

No art. 5º da Decisão em tela, determina-se que o funcionamento do Instituto será financiado com contribuições voluntárias dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou seus homólogos dos Estados Partes, facultando-se também a utilização de recursos provenientes de organizações não-governamentais e cooperação de organismos internacionais.

Vale lembrar que o formato das contribuições nacionais para o sustento do ISM já foi objeto de Decisão CMC posterior, a nº 8, de 2011, presentemente em tramitação no Congresso Nacional. O Brasil contribuirá com 39%, Argentina e Paraguai com 24% cada e Uruguai, 13%, seguindo, assim, a filosofia progressiva de maior aporte para o contribuinte mais aquinhoado.

Quanto à organização em si do Instituto, objeto do Anexo da Decisão nº 37/08, cabe registrar aqui seus aspectos principais. O ISM é dirigido pelo Conselho, integrado por um representante governamental titular e um alterno de cada Estado Parte, que se reunirá de maneira ordinária trimestralmente na sede do ISM.

O Instituto contará com um Diretor Executivo, designado pelo CMC, por um período de dois anos.

II – VOTO DO RELATOR

O ISM terá papel central para o desenvolvimento da dimensão social do Mercosul, particularmente para a implementação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), aprovado pela Decisão CMC Nº 12/11. O Plano visa a erradicar a fome, a miséria e o analfabetismo no Mercosul, bem como a universalizar os serviços públicos de saúde no bloco, contemplando também temas de direitos humanos, segurança alimentar

e nutricional, gênero, meio ambiente, diversidade cultural, trabalho e emprego, entre outros aspectos do desenvolvimento social.

Dentre as atribuições do ISM figuram a promoção de atividades de pesquisa para subsidiar a formulação de políticas sociais, a sistematização e difusão de boas práticas e experiências em matéria de políticas sociais no Mercosul e a elaboração de estatísticas.

As assimetrias estruturais do Mercosul são um dos grandes óbices ao seu pleno desenvolvimento. Essas diferenças sociais, culturais e econômicas acontecem entre os países e também dentro de cada território.

A integração só se tornará realmente eficaz quando se conseguir enfrentar com razoável grau de sucesso essas distinções entre os países e grupos sociais internos. Não é à toa que a União Europeia criou os programas compensatórios destinados ao combate às deficiências sócio-econômicas dos membros mais frágeis do bloco.

Aqui no Mercosul, já temos o Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), para projetos nos quatro Estados Partes que tenham por finalidade ações estruturantes mas com conteúdo de compensação social.

A Decisão em análise é um complemento da Decisão nº 3, de 2007, do Conselho do Mercado Comum. Naquele ato, criou-se o ISM com vistas a impulsionar a dimensão social do Mercosul, pelo enfrentamento conjunto das questões sociais e fortalecendo-se a dimensão humana do bloco. Após a criação do Instituto, em 2007, as autoridades setoriais dedicaram-se a criar a estrutura permanente para o órgão, de maneira a torná-lo realmente eficaz.

A presente Decisão CMC representa, portanto, a consolidação institucional de uma importante instância do Mercosul, e propicia a base jurídica para que as autoridades setoriais possam organizar e implantar o órgão conjunto.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum

(CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresento.

Sala da Comissão, em de de 2012

Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012
(MENSAGEM Nº 79/2012)

Aprova a Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul nº 37/08, aprovada durante a XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, que estabelece a estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Relator

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MENSAGEM N.º 79, DE 2012

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela aprovação da Mensagem n.º 79, de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator Senador Luiz Henrique.

Estiveram presentes os Senhores:

Senador Roberto Requião - Presidente; Senadora Ana Amélia – Vice-presidente. Senadores Luiz Henrique, Paulo Paim, Inácio Arruda, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti e Waldemir Moka; e Deputados Benedita da Silva, Dr. Rosinha, Iris de Araújo, Marçal Filho, Dilceu Sperafico, Paulo Freire, José Stédile, Ribamar Alves, Vieira da Cunha, Nelson Padovani, Dr. Carlos Alberto, Valdir Colatto e Paes Landim.

Plenário da Representação, em 29 de maio de 2012.

Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 07/03/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10667/2013

10

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2012 (nº 5.620, de 2009, na origem), do Deputado Paes Landim, que *revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior*.

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2012 (nº 5.620, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Paes Landim, cuja ementa reproduzimos acima.

A proposição tem apenas dois artigos.

O art. 1º determina sejam revogados o art. 12 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e toda a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Na Justificação, o autor argumenta que a cobrança de encargo financeiro sobre contratos de câmbio cancelados ou baixados, relativos à

exportação de mercadorias e serviços ou a transferência financeira ao exterior, não tem mais razão de ser, dada a atual conjuntura econômica, fundamentalmente diversa daquela que prevalecia quando da instituição da norma, qual seja, de instabilidade, inflação e estagnação.

E conclui que a aplicação de tal encargo, equivalente a uma multa, muitas vezes punindo o exportador de maneira desproporcional, em face, por exemplo, da eventual impossibilidade de embarque de mercadoria, acaba por restringir o acesso ao crédito e a própria atividade de exportação.

A matéria foi recepcionada pelo Senado Federal em 14 de junho do corrente e deverá ser apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer, entre outros, sobre comércio exterior.

O primeiro aspecto a ser considerado é que não mais se aplicam os pressupostos que deram origem à norma que a proposição visa extinguir. De fato, a cobrança de um encargo financeiro calculado com base no rendimento acumulado da Letra Financeira do Tesouro (LFT), na hipótese de cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação antes do embarque da mercadoria, foi instituída no bojo do chamado Plano Verão, visando coibir movimentos especulativos totalmente dissociados do mercado exportador.

De fato, naquele contexto, de acentuada desvalorização da moeda nacional e altos juros *overnight*, havia forte incentivo para que se tomasse recursos do tipo Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), a um custo reduzido, posto que captados a juros reduzidos no exterior, a fim

3
3

de auferir um ganho de arbitragem expressivo, desvirtuando o objetivo da linha de crédito.

Em outras palavras, era conveniente a realização de "exportações fictícias", porquanto os contratos de transação desta natureza eram criados premeditadamente para serem cancelados, fazendo-se necessária norma que coibisse a prática, o que foi feito com a criação do encargo financeiro aqui tratado, por meio do art. 12 da Lei nº 7.738, de 1989, convertida da Medida Provisória (MPV) nº 38, de 1989.

Posteriormente, já no rescaldo de uma aguda desvalorização do real, a Lei nº 9.813, de 1999, oriunda da MPV nº 1.830-2, de 1999, sujeitou ao disposto no referido art. 12 as operações de exportação de serviços, previamente à sua prestação ou conclusão, bem como as transferências financeiras ao exterior.

Em qualquer caso, nada mais distante da situação presente da economia brasileira. De fato, o cenário atual pode ser descrito como de tendência à valorização da moeda nacional, contenção das taxas de juros e práticas comerciais capazes de fomentar as relações entre o País e diversas outras nações. Assim, cabe concluir que a vigência do encargo consagrado pela Lei nº 7.738, de 1989, em combinação com a Lei nº 9.813, de 1999, não se faz mais necessária, podendo mesmo ser considerada nociva às atuais circunstâncias de transferências de valores e trocas comerciais em âmbito externo.

Um aspecto adicional a considerar nessa análise é que o encargo em comento torna os contratos sobre os quais incide excessiva e injustificadamente onerosos. De fato, nas atuais circunstâncias econômicas, as especulações sobre desvalorizações monetárias perderam o sentido que tinham à época, bem como esvaiu-se o incentivo a buscar vantagem ilícita nessa seara. Não parece razoável, portanto, onerar as partes com taxações que não mais surtem efeitos positivos sobre cancelamentos ou baixas de tais relações obrigacionais.

III – VOTO

4
4

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2012

(nº 5.620/2009, na Casa de origem, do Deputado Paes Landim)

Revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam revogados o art. 12 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.620, DE 2009

Extingue a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira do exterior;

- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:
- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Esta Lei extingue a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa na posição de câmbio, de contrato de câmbio de:

a) exportação, previamente ao embarque das respectivas mercadorias para o exterior;

b) exportação de serviços, previamente à prestação ou conclusão dos serviços; e

c) transferência financeira do exterior.

Art. 2º Ficam revogados o artigo 12, da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

1. A Lei 7.738, de 09 de março de 1989, definiu normas complementares à Lei 7.730, de 31 de janeiro de 1989, que instituiu o cruzado novo; determinou o congelamento de preços, e; estabeleceu regras de desindexação da economia, dentre outras providências.

2. Dentre essas normas complementares foi estabelecida a cobrança de encargo financeiro, calculado com base no rendimento acumulado da Letra Financeira do Tesouro - LFT sobre o valor em moeda nacional correspondentes à parcela do contrato de câmbio cancelado ou baixado, relativos a transferências financeiras do exterior e de contratos de câmbio de exportação mercadorias e serviços.

3. Cabe ressaltar que a instituição de tal encargo financeiro, no âmbito das medidas que instituíram o cruzado novo, se deu num cenário caracterizado pela instabilidade econômica, crescimento negativo de investimentos e surto inflacionário que implicavam numa total ausência de perspectiva de crescimento sustentado.

4. A aplicação do encargo financeiro representa na conjuntura econômica atual penalidade equivalente à multa, muitas vezes desproporcional e

abusiva ao exportador que, por qualquer motivo, não consegue embarcar a mercadoria ou realizar a prestação do serviço, constituindo fator inibidor do acesso ao financiamento e, por conseguinte, da própria atividade exportadora.

5. A extinção da cobrança do encargo financeiro na forma proposta representa providência fundamental para a consolidação das medidas modernizadoras e simplificadoras adotadas em relação ao mercado de câmbio, direcionadas à desoneração das exportações e redução dos custos operacionais para a internacionalização das empresas brasileiras.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 2009.

Deputado **PAES LANDIM**

LEGISLAÇAO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.738, DE 9 DE MARÇO DE 1989.

Conversão da MPV nº 38, de 1989

Baixa normas complementares para execução da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, e dá outras providências.

.....

Art. 12. O cancelamento ou baixa na posição de câmbio, de contrato de câmbio de exportação, previamente ao embarque das respectivas mercadorias para o exterior, sujeitará o exportador ao pagamento de encargo financeiro calculado:

I - sobre o valor em moeda nacional correspondente à parcela do contrato de câmbio ou baixado;

II - com base no rendimento acumulado da Letra Financeira do Tesouro - LFT durante o período compreendido entre a data da contratação e a do cancelamento ou baixa, deduzidos a variação cambial ocorrida no mesmo período e o montante em moeda nacional equivalente a juros calculados pela taxa de captação interbancária de Londres (LIBOR) sobre o valor em moeda estrangeira objeto do cancelamento ou baixa.

§ 1º O banco comprador das divisas é o responsável pelo recolhimento do encargo financeiro de que trata este artigo, ao Banco Central do Brasil.

§ 2º Sujeita-se ao disposto neste artigo o vendedor de moeda estrangeira, no cancelamento ou baixa na posição de câmbio de contrato de câmbio: (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.813, de 23.8.1999)

a) de exportação de serviços, previamente à prestação ou conclusão dos serviços; ou (Alínea incluída pela Lei nº 9.813, de 23.8.1999)

b) de transferência financeira do exterior. (Alínea incluída pela Lei nº 9.813, de 23.8.1999)

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a cancelamento ou baixa: (Parágrafo renumerado pela Lei nº 9.813, de 23.8.1999)

a) de contrato de câmbio celebrados até 13 de janeiro de 1989, inclusive;

b) de valor igual ou inferior a cinco mil dólares dos Estados Unidos ou equivalente em outra moeda, desde que, cumulativamente, não representem mais de dez por cento do valor total do contrato de câmbio.

.....

LEI Nº 9.813, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.

Conversão da MPv nº 1.830-2, de 1999	Acresce parágrafo ao art. 12 da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, que baixa normas complementares para execução da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

.....

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 15/06/2012.

11

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2012 (nº 2.285, de 2003, na origem), *que dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.*

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2012, que "dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias", de autoria do Deputado Sandes Júnior.

Na Câmara dos Deputados, a matéria passou pelo crivo das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Desenvolvimento Urbano e de Constituição, Justiça e Cidadania. Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, foi a sua redação final aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em 3 de julho de 2012.

Encaminhada ao Senado Federal, a proposição foi distribuída, em 01 de agosto, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não tendo sido apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental, veio-me às mãos para relatar, em 31 de outubro último.

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre a criação e organização de brigadas de incêndio voluntárias pelos Municípios. Suas atividades de defesa civil serão complementares às do Corpo de Bombeiros Militar do respectivo Estado.

A proposição proíbe a remuneração, com recursos do erário, aos integrantes das brigadas, porém atribui ao Município a responsabilidade de

disponibilizar, a título precário, os materiais e as instalações necessárias às atividades a serem exercidas pelas brigadas de incêndio voluntárias. Ademais, o projeto faculta aos Municípios a formalização de convênios com o Estado e com a iniciativa privada a fim de prover as brigadas de incêndio voluntárias com os meios necessários ao seu funcionamento.

Atribui-se à lei estadual a iniciativa de estipular normas gerais sobre requisitos técnicos dos recursos humanos, organização, funcionamento e fiscalização das brigadas de incêndio voluntárias. Já a sua orientação técnica, supervisão e fiscalização caberão ao respectivo Comando do Corpo de Bombeiros Militar.

Segundo argumenta o autor em sua justificação, residentes em numerosas cidades e vilas afastadas dos grandes centros tornam-se vulneráveis a toda sorte de sinistros e às trágicas consequências dos desastres naturais, por habitarem locais distantes e desprovidos, em razão da insuficiência de recursos públicos, de destacamentos locais dos Corpos de Bombeiros Militares, ficando, assim, privados de um socorro rápido e eficaz.

II – ANÁLISE

A iniciativa resulta de um legítimo clamor da sociedade brasileira, que, em vista da escassez de recursos públicos disponíveis para investimento na defesa civil, acaba por depender, em momentos de grave risco de vida e do patrimônio, da solidariedade da população na prestação do socorro de urgência, tão necessário nos momentos em que ocorrem sinistros e desastres naturais.

Assim como já se manifestaram as comissões da Câmara dos Deputados, a cujo exame foi submetido o projeto, em seus pareceres, somos também de opinião de que nada há na legislação vigente a vedar a formação de brigadas voluntárias, vez que ela até mesmo incentiva a iniciativa. Cabe citar, a esse respeito, o Parecer emitido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, que menciona o Decreto nº 895, de 16 de agosto de 2003 que, ao dispor sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil, prevê a participação de "(...) todas as esferas de Poder, além de entidades privadas e da comunidade."

No que se refere à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nada há no projeto a obstar a sua aprovação.

3
3

Quanto ao mérito, a proposição parece-nos extremamente oportuna, particularmente porque temos conhecimento de experiências muito positivas a esse respeito, a exemplo das brigadas voluntárias organizadas em Santa Cecília e Matos da Costa, no Estado de Santa Catarina e de exemplos internacionais como do Chile, dos Estados Unidos e da Alemanha, cujos resultados alcançados são auspiciosos.

III – VOTO

Com base no exposto, e considerando ser de todo conveniente aos interesses do País e à segurança de sua população, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2012

(nº 2.285/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior)

Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Os Municípios poderão organizar brigadas de incêndio voluntárias, incumbindo a elas exercer atividades de defesa civil complementares às do Corpo de Bombeiros Militar do respectivo Estado.

§ 1° É vedada a remuneração com recursos do erário aos integrantes das brigadas de incêndio voluntárias pelo exercício de suas atribuições específicas.

§ 2° Os materiais e as instalações em uso pelas brigadas de incêndio voluntárias serão disponibilizados a título precário pelo Município.

Art. 2° Faculta-se aos Municípios a formalização de convênios com o Estado e com a iniciativa privada, para prover as brigadas de incêndio voluntárias com os meios materiais necessários ao seu funcionamento.

Art. 3° As normas gerais sobre requisitos técnicos dos recursos humanos, organização, funcionamento e fiscalização das brigadas de incêndio voluntárias decorrerão de lei estadual, e a sua orientação técnica, supervisão e fiscalização caberão ao respectivo Comando do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.285, DE 2003

Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os Municípios poderão organizar brigadas de incêndio voluntárias, incumbindo-lhes exercer atividades de defesa civil complementares às do Corpo de Bombeiros Militar do respectivo Estado.

§ 1º. É vedada a remuneração com recursos do erário público aos integrantes das brigadas de incêndio voluntárias, pelo exercício de suas atribuições específicas.

§ 2º. Os materiais e as instalações em uso pelas brigadas de incêndio voluntárias serão disponibilizados a título precário pelo Município.

Art. 2º. Faculta-se aos Municípios a formalização de convênios com o Estado e com a iniciativa privada, no sentido de prover as brigadas de incêndio voluntárias com os meios materiais necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º. As normas gerais sobre requisitos técnicos dos recursos humanos, organização, funcionamento e fiscalização das brigadas de incêndio voluntárias decorrerão de lei estadual e a sua orientação técnica, supervisão e fiscalização caberão ao respectivo Comando do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pelos mais diversos motivos, primando dentre eles o crônico déficit orçamentário que aflige a todos os entes da Federação, percebe-se em significativa maioria dos municípios brasileiros a perigosa ausência de destacamentos locais do Corpo de Bombeiros Militar estadual.

Conseqüência desta ausência são os riscos que sofrem os residentes em numerosas cidades e vilas, vulneráveis em suas vidas e em seu patrimônio por estarem situadas em local distante dos órgãos institucionais responsáveis por um socorro que só é eficaz se for pronto e rápido. Assim expostas, as pessoas e seus bens materiais ficam sujeitas à própria sorte na eventualidade de

ocorrência de sinistros ou de desastres naturais, sempre caracterizados pela imprevisibilidade, pelo poder destrutivo e pela ação fulminante, alcançando seus resultados devastadores não raras vezes em questão de minutos.

Via de regra, alega-se que o desafio de levar à comunidade o órgão responsável pelo eventual socorro esbarra, lamentavelmente, na conhecida insuficiência financeira do Poder Público, eternamente buscando atender necessidades ilimitadas com recursos limitados.

Entendemos que esta situação poderá ser grandemente amenizada mediante a autorização legal, até agora ausente na legislação vigente, de conceder aos Estados e aos seus municípios menores, desassistidos por destacamentos locais dos Corpos de Bombeiros Militares, competência para organizar brigadas de incêndio voluntárias, fundadas em convênios com a iniciativa privada, dispensando, portanto, os cofres públicos dos encargos financeiros da implantação de novos órgãos de defesa civil. Entendemos, também, que esta cooperação da iniciativa privada poderá ser pleiteada pela Administração Pública Municipal, particularmente, junto aos segmentos mais vulneráveis a sinistros e fatos naturais (madeireiras, serrarias, moveleiras, calçadistas, redes hoteleiras e outras tantas), que constituem a presença marcante nas pequenas povoações de economia emergente.

Em tais comunidades, pequenas e onde a solidariedade ainda ocorre em nível elevado, a instituição de entidades voluntárias de interesse comum tem se mostrado bastante viável, como o comprovam as muitas iniciativas de cunho local que alcançam notoriedade nacional, a exemplo das cooperativas rurais, das festas populares, das comemorações religiosas, etc. Experiências similares têm tido resultados auspiciosos em muitos outros países, tais como o Chile, os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo, onde os corpos de bombeiros voluntários constituem parcela significativa e confiável das atividades de defesa civil.

Em que pese a resistência sistematicamente apresentada contra proposições similares por "lobbies" corporativos, numerosos municípios já

organizaram seus corpos de bombeiros voluntários, na ausência de norma geral emanada pela União, a quem compete expressa e privativamente legislar sobre as organizações denominadas "corpos de bombeiros militares". Tais iniciativas se explicam ante a necessidade premente dos municípios em proteger os cidadãos e empresas que aí estejam domiciliados, constituindo-se, portanto, em fatos consumados decorrentes de um legítimo clamor da sociedade.

Discordamos da interpretação falaciosa do texto constitucional que aponta vedação para tal pretensão no caput do art. 144, da Constituição Federal. Muito pelo contrário, vemos nessa disposição uma autorização expressa, pois, tratando de segurança pública englobada com a defesa civil, assim se dispõe: "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, **direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, através dos seguintes órgãos: (...)". Ainda no texto constitucional, apontamos autorização para a nossa pretensão na seguinte disposição: "Art. 30. Compete aos Municípios: (...); I – legislar sobre os assuntos de interesse local; II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber; (...)". Consideramos dispensável enumerar argumentos para demonstrar que são de interesse local as iniciativas no sentido de dotar a municipalidade de instituições que supram a omissão do Estado na proteção dos residentes contra sinistros e desastres naturais.

Na certeza da oportunidade e da conveniência da nossa iniciativa para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico nacional vigente, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares para a sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2003.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 02/08/2012.

12

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2012, do Senador CYRO MIRANDA, que *aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas*.

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTE**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2012, de autoria do ilustre Senador CYRO MIRANDA, que objetiva aumentar o limite isenção para compras nas chamadas lojas *duty free*.

O projeto, composto por dois artigos, no seu art. 1º estende para US$ 1.200,00 o limite de isenção por passageiro no regime aduaneiro especial de loja franca. O art. 2º é a cláusula de vigência, fixada para a data de publicação da futura lei.

A Justificação do projeto destaca a conveniência da medida pela necessidade de diminuir a carga tributária brasileira e de incentivar a vinda de turistas ao Brasil.

No prazo regimental, a proposição não foi objeto de emendas.

A matéria ainda irá posteriormente à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Por conter matéria relacionada a comércio exterior, a competência da CRE para a análise da matéria advém do inciso II do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

2
2

Sob o ponto de vista da iniciativa, a propositura do projeto pelo parlamentar está amparada pelos arts. 48, I e 61 da Constituição Federal (CF), já que a matéria não consta do rol das competências legislativas do Presidente da República (§ 1º do art. 61, da CF), nem atenta contra os princípios descritos nos incisos do § 4º do art. 60, da Lei Maior.

Não há percalços de juridicidade que obstem a tramitação do projeto, uma vez que a matéria é veiculada pelo instrumento legislativo adequado, tem caráter genérico e não ofende qualquer princípio orientador do ordenamento jurídico pátrio.

No mérito, a medida mostra-se importante pelo seu potencial de fomentar a atividade turística. Já passou da hora de restabelecer um limite de isenção razoável para as compras efetuadas em lojas francas, tendo em vista o longo período em que permanece sem atualização.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 355, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2012

Aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A venda de mercadorias a passageiro chegando do ou saindo para o exterior, com isenção de tributos nos termos do regime aduaneiro especial de loja franca, será efetuada até o limite de US$ 1,200.00 (um mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, por passageiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil cumpre um papel cada vez mais relevante no cenário econômico internacional. Detentor da sexta maior economia do planeta, considerado uma potência emergente ao lado de Rússia, China, Índia e África do Sul e dotado de imenso potencial turístico, o País é cada vez mais visitado por estrangeiros.

Essa "invasão" de turistas, a passeio ou motivada por negócios, só tende a se ampliar com a proximidade de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

É de se esperar, portanto, que, entre outras atividades, os turistas se sintam tentados a comprar produtos em terras brasileiras, movimentando o comércio local e

gerando maior arrecadação de tributos. Essa arrecadação, entretanto, deve ser dimensionada de forma a não inibir exageradamente os gastos dos visitantes, pois, do contrário, até a própria pretensão do fisco restará prejudicada.

Por outro lado, o aumento considerável da renda das famílias proporcionou um importante fluxo de turistas brasileiros para o exterior. Pessoas que antes sequer cogitavam visitar outros países não só viajam como também consomem produtos em lojas francas na ocasião do embarque.

Considerando que essas lojas (*duty free*) estão entre os pontos comerciais mais visados tanto pelo viajante recém-chegado ao País, como pelo brasileiro em partida para o exterior, e partindo do princípio de que o limite de compras com isenção de tributos nesses estabelecimentos hoje é modesto (US$ 500.00), oferecemos à apreciação dos ilustres Pares o presente projeto de lei do Senado, na esperança de contribuir com os esforços no sentido de diminuir a carga tributária brasileira e incentivar a vinda de turistas para o nosso País.

Sala das Sessões,

Senador **CYRO MIRANDA**

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 09/10/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 14770/2012

13

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2011, do Senador Luiz Henrique, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Noruega, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2011, do Senador Luiz Henrique, *cria o Grupo Parlamentar Brasil-Noruega, e dá outras providências*.

O Grupo Brasil-Noruega, a ser instituído como serviço de cooperação interparlamentar, com finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os poderes legislativos (art. 1º), será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem (art. 2º).

O Grupo Parlamentar terá regulamento interno ou, na falta deste, será regido por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor (art. 3º).

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Diretora.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 103, I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal,

emitir parecer sobre proposições referentes a relações internacionais e outros assuntos correlatos.

A instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Noruega vem na esteira da chamada diplomacia parlamentar.

Vale dizer que o Legislativo é, por excelência, o poder mais propício e adequado para o debate democrático. Dessa forma, trazer as questões atinentes às relações internacionais – tradicionalmente mais restritas ao âmbito dos poderes executivos dos Estados nacionais – para o espaço legislativo certamente viabiliza que se construa uma diplomacia mais comprometida com os valores democráticos.

Assim, os grupos parlamentares podem constituir ferramentas para que o Parlamento participe mais ativamente do processo decisório nas relações internacionais. Além disso, o ambiente institucional desses grupos poderá permitir que o Congresso Nacional exerça, com maior eficácia, sua competência constitucional de poder fiscalizador dos atos do Poder Executivo.

No que concerne especificamente às relações bilaterais dos países, como bem ressaltado pelo autor da proposição, Senador Luiz Henrique, o Brasil é o mais importante parceiro da Noruega dentro da América Latina. De outro lado, a Noruega é o principal destino das exportações brasileiras para a Escandinávia. Dentro desse contexto, nota-se a presença de empresas norueguesas no Brasil em setores estratégicos como o de energia, produção mineral e construção naval.

E, como também destacado na justificação do projeto, Brasil e Noruega compartilham valores como o da solução pacífica de controvérsias, da democracia e do estado de direito.

Diante desse cenário, observa-se que há ambiente profícuo para o diálogo parlamentar, que seguramente auxiliará no aprofundamento das relações entre as ambas as nações.

Do ponto de vista regimental, não existem óbices para a tramitação e aprovação do projeto.

III – VOTO

33

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2011.

Sala de Reunião,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2011

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Noruega, e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Noruega, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Percebe-se, na esfera das relações exteriores, uma consistente identidade de abordagens e interesses entre o Brasil e a Noruega, o que os tornam, por essa via, parceiros naturais, ainda que geográfica e socialmente distanciados. Os coincidentes ideais de coexistência internacional, democracia e estado de direito, a defesa da solução pacífica de controvérsias, a valorização do institucionalismo e do papel de organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação internacional e o princípio das responsabilidades internacionais compartilhadas, mas diferenciadas, acentuam essa identidade.

Desde a redemocratização brasileira, a estabilização macroeconômica e a consequente diminuição das discrepâncias sociais, o Brasil tem chamado a atenção do governo norueguês e de seus investidores. A recente descoberta de novas e promissoras reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira aumentou significativamente esse interesse em razão do fato de que a Noruega contar com

empresas qualificadas para a cooperação com o País na exploração *offshore*, na construção naval e na oferta de serviços relacionados.

É precisamente nos estratégicos setores de energia (petróleo, gás, etanol) e de produção mineral, nos quais o Brasil possui interesses ofensivos no mercado mundial, além da construção naval, que os investimentos noruegueses no Brasil se concentram. Noventa empresas norueguesas atuam no Brasil no setor do petróleo e do gás. No que toca à construção naval, serviços marítimos e de navegação, a Associação de Armadores da Noruega considera o Brasil um país prioritário para a expansão dos investimentos nacionais. Na área da mineração, a empresa Norsk Hydro, no País desde 1977, associada à Vale do Rio Doce, detém 34% da Alunorte, além de 5% da Mineração do Rio Norte. Por derradeiro, na área de bioenergia, um dos maiores grupos empresariais privados da Noruega realizou no Brasil o maior investimento norueguês em bicombustíveis, da magnitude aproximada de R$ 700 milhões.

O Brasil é o mais importante parceiro comercial da Noruega na América Latina, país que, em contrapartida, se tornou, a partir de 2006, o principal destino das exportações brasileiras na Escandinávia.

A elevação do perfil da cooperação bilateral resultou na intensificação das visitas de alto nível, a partir de 2007, e na elaboração, pela parte norueguesa, de um Plano de Ação para o Brasil, da lavra do Ministério das Relações Exteriores daquele país.

No que atine às relações exteriores do Brasil, cumpre a esta Casa não apenas a supervisão de atos do Poder Executivo, mas o eficiente cumprimento de sua diplomacia parlamentar, facilitada pela criação de uma via institucional para a ampliação do diálogo entre os parlamentos brasileiro e norueguês, com o objetivo de maximizar as oportunidades de cooperação que tenham nascedouro ou impliquem mudanças legislativas, bem como outras gestões de cunho político. A criação de um grupo parlamentar Brasil-Noruega afigura-se, assim, mandatória para o desempenho eficiente desse papel, motivo por que esperamos contar com a adesão dos nobres Senadores à esta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador **LUIZ HENRIQUE**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Diretora).

Publicado no **DSF,** em 07/07/2011

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 13341/2011

14

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Indicação nº 3, de 2012, do Senador Sérgio Petecão, "de estudo e de providência pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre eventuais violações e supressões de direitos humanos na Bolívia, a fim de instar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no tocante a revisar e a pronunciar-se sobre denúncias que afrontam o Estado boliviano".

RELATOR: Senador **GIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Indicação (INS) nº 3, de 2012, do Senador Sérgio Petecão. A proposição sugere que esta Comissão, ademais da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, estude e adote providências sobre eventuais violações e supressões de direitos humanos na Bolívia, objetivando instar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos a revisar e a pronunciar-se sobre denúncias que afrontam o Estado Boliviano.

Acompanha a proposição ofício, datado de 23 de maio de 2012, endereçado ao Senador Fernando Collor de Mello, ex-presidente desta Comissão, por meio do qual os parlamentares bolivianos Jeanine Añez Chávez, Senadora, e Adrián Oliva Alcázar, Deputado, solicitam a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com o fim de expor a situação dos direitos humanos na Bolívia e requerer um pronunciamento dirigido ao sistema interamericano de direitos humanos (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e que a instituição imprima celeridade ao tratamento das denúncias apresentadas por autoridades e cidadãos bolivianos.

Consta do processado ofício enviado em 18 de agosto de 2011 ao Sr. D. Santiago A. Cantón, Secretário Executivo da Comissão Interamericana

de Direitos Humanos, por meio do qual é solicitada uma audiência pública para o 143º período de sessões, entre 19 de outubro e 4 de novembro de 2011, cujo objetivo seria apresentar a situação crítica em que, alegadamente, se encontra o Poder Judiciário, bem como outros órgãos do Estado Plurinacional da Bolívia, com foco principalmente na situação dos presos e refugiados políticos daquele país. A solicitação é assinada por Pamela Fernández Soria, familiar de uma vítima afetada; Adrian Oliva Alcazar, Deputado da Bolívia; Waldemar Peralta, representante da organização "Liberen La Verdad" e pelo Dr. Bjorn Arp, advogado da Aparício, *Arp & Associates International Legal Services*. A audiência se ocuparia de dois grandes blocos temáticos: I. os ataques ao Estado de Direito na Bolívia, por meio do desmantelamento das instituições destinadas a preservar o equilíbrio dos poderes; II. perseguições e prisões em razão da opinião política. A este ofício encontra-se anexado documento denominado "El Estado de Derecho em Peligro em Bolívia: falta de independencia del poder judicial y existencia de presos y refugiados políticos", como fundamento do pedido.

Há também ofício de 31 de agosto de 2011, assinado por Rúben Costas Aguilera, governador do Departamento Autônomo de Santa Cruz; ofício de 05 de setembro de 2011, assinado por dezessete deputados bolivianos, que manifestaram o seu apoio à mesma demanda; e ofício de 30 de agosto de 2011, de Ernesto Suarez Sattori, governador do Departamento do Beni, todos no sentido de apoiar a solicitação dirigida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Ademais, consta cópia do documento "Presentación del Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre las Actividades de su Oficina y la Situación de los Derechos Humanos em Bolívia", que, efetivamente, aponta defeitos no procedimento de pré-seleção dos candidatos nas eleições das altas autoridades do Judiciário, bem como no processo de informação aos eleitores. O relatório faz referência à necessidade de implementação de reformas profundas na Bolívia destinadas a ampliar o acesso dos cidadãos à justiça, fortalecer a independência do Judiciário e combater a corrupção entre os operadores do Direito. Também se destaca o estancamento da implementação dos direitos dos povos indígenas, em particular seu direito de serem consultados sobre medidas legislativas ou administrativas que os possam afetar. A esse respeito, é lembrada a marcha pela defesa do território indígena e do Parque Nacional Isiboro Sécure, com relação ao projeto de estrada que deverá atravessá-los. Na ocasião os participantes enfrentaram vários tipos de dificuldades e de violência policial.

3
3

Há, ainda, por parte das Nações Unidas, ofício do Secretário do Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias ("Working Group on Arbitrary Detention"), Miguel de La Lama, que encaminha cópia de parecer emitido pelo Grupo sobre a detenção e tortura do Sr. Elöd Tóásó na Bolívia. Em seu Parecer, adotado em 22 de novembro de 2011, o Grupo considerou que houve, efetivamente, violação dos direitos humanos do reclamante e pede ao Governo do Estado Plurinacional da Bolívia que determine uma reparação e adote medidas no sentido de libertar o Sr. Tóásó, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma Indicação "corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa".

Vale enfatizar que, segundo a disciplina vigente, a Indicação não poderá conter consulta a qualquer comissão sobre ato de outro Poder (art. 225, inciso I, alínea *b*, do RISF), ou sugestão ou conselho a qualquer Poder (art. 225, inciso II, do RISF).

Tais vedações não comprometem os objetivos da presente proposição, que visam tão somente suscitar manifestação da Câmara Alta sobre violações aos direitos humanos que vêm ocorrendo na Bolívia, por meio de pronunciamento dirigido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Trata-se de medida extrema a que recorrem parlamentares bolivianos ante o silêncio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que vem ignorando o seu apelo para realização de audiência pública sobre o assunto. Dessa forma, parece justa a solicitação.

A República Federativa do Brasil tem como um de seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da Constituição Federal). Complementarmente, entre princípios constitucionais de nossas relações internacionais assentam-se, entre outros, o da prevalência dos direitos humanos. (art. 4º, inciso II).

A manifestação imediata e veemente de repúdio à violação de direitos humanos é a atitude mais adequada que as nações amigas, por meio de suas instituições políticas, devem adotar.

Assim, o Senado Federal não pode ficar indiferente ao que vem ocorrendo no país vizinho, particularmente tendo-se em vista que, desde junho de 2012, encontra-se abrigado na Embaixada do Brasil, em La Paz, o Senador oposicionista Roger Pinto Molina, a quem o Governo brasileiro concedeu asilo diplomático com base no artigo 4.º, inciso X, da Constituição Federal e nas normas e práticas do Direito Internacional Latino-Americano, segundo nota emitida, à época, pelo Itamaraty.

Assim, mostra-se conveniente, pertinente, oportuno e de interesse da nação brasileira o debate proposto pelo Senador Sérgio Petecão, no âmbito do Senado Federal, sobre a situação dos direitos humanos na vizinha Bolívia, mormente tendo-se em vista o envolvimento de nossa Embaixada em La Paz nessa questão.

Entretanto, acreditamos não ser a Indicação o instrumento regimental mais apropriado a esse tipo de iniciativa. Seu objetivo primordial é o de apurar a verdade dos fatos contidos nos documentos encaminhados a essa Comissão, razão pela qual acreditamos ser uma audiência pública o instrumento regimental mais adequado para a meta que se almeja alcançar. Nela seriam ouvidos representantes do Governo, da Oposição e da sociedade civil bolivianos, do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e de representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Dessa maneira, obterão os Senadores, membros desse colegiado, elementos suficientes para a formação de sua opinião sobre o tema.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **rejeição** da Indicação nº 3 de 2012, e, com base no art. 133, inciso V, alínea *b*, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, pela **apresentação do seguinte Requerimento**:

5
5

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de audiência pública com o fim de apurar eventuais violações aos direitos humanos na Bolívia e o papel da Comissão Interamericana de Direitos Humanos nessa questão.

A audiência pública deverá contar com a participação de representantes do Governo, da oposição e da sociedade civil bolivianos, do Ministério das Relações Exteriores brasileiro e de representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), a serem indicados oportunamente.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO
Nº 3 DE 2012

Nos termos do art. 224, do Regimento Interno do Senado Federal, promovo a presente Indicação de estudo e de providência pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre eventuais violações descritas na documentação anexa, a fim de instar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no tocante a revisar e a pronunciar-se sobre as denúncias apresentadas que afrontam o Estado Plurinacional de Bolívia por violações e supressões de Direitos Humanos.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO
PSD/AC

Honorable Cámara de Diputados

DECLARACION N° 195

QUE EXPRESA LA PREOCUPACION DE LA HONORABLE CAMARA DE DIPUTADOS ANTE LAS CONSTANTES DENUNCIAS REALIZADAS POR VARIOS SECTORES DE LA SOCIEDAD BOLIVIANA CONTRA EL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA POR LA PERSECUCION POLITICA EJERCIDA CONTRA LA OPOSICION Y MANIFIESTA SU SOLIDARIDAD CON LAS VICTIMAS

- -

LA HONORABLE CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACION

D E C L A R A:

Articulo 1°.- Su solidaridad con los ciudadanos bolivianos sin distinción alguna y con las ex - autoridades electas por voluntad popular y que por razones políticas están siendo injustamente perseguidos, procesados o detenidos en Bolivia, en franca vulneración del derecho internacional de los Derechos Humanos, Pactos y Tratados Internacionales y Normas de Derecho Interno, que garantizan el ejercicio de los derechos civiles y políticos en Bolivia.

Artículo 2°.- Instar a las autoridades políticas y judiciales del Estado Plurinacional de Bolivia respetar las garantías constitucionales, el debido proceso y los derechos humanos de las ex - autoridades y ciudadanos bolivianos, víctimas de la persecución política, y revisar la situación de los presos políticos que llevan recluidos, sin sentencia y en algunos casos ni siquiera con inicio de proceso judicial, más de tres años en su mayoría, en contravención con las disposiciones legales vigentes en materia penal e internacional.

Artículo 3°.- Instar a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos revisar y pronunciarse, oportunamente, sobre las denuncias presentadas en contra del Estado Plurinacional de Bolivia por violaciones y supresiones a los Derechos Humanos.

Artículo 4°.- Comunicar a quienes corresponda y cumplido archivar.

DADA EN LA SALA DE SESIONES DE LA HONORABLE CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACION, A QUINCE DIAS DEL MES DE MARZO DEL AÑO DOS MIL DOCE.

Mario Soto Estigarribia
Secretario Parlamentario

Victor Alcides Bogado González
Presidente
H. Cámara de Diputados

Brasilia, 23 de mayo de 2012

Señor
Senador **FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO**
Presidente
Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional
Senado Federal
Brasilia – Distrito Federal. -

Asunto: Solicita audiencia y remite antecedentes

A tiempo de saludar a su persona, con las consideraciones debidas, cursamos la presente nota con el propósito de solicitar audiencia pública en el pleno de la Comisión de Derechos Humanos del Senado Federal para exponer la situación de los derechos humanos en Bolivia y el deterioro de sus instituciones. Formulamos este pedido en el marco de una gira regional que iniciamos, en nuestra condición de parlamentarios nacionales, para reunirnos con instancias parlamentarias, exponer los casos de violaciones a los derechos humanos en Bolivia y solicitar un pronunciamiento dirigido al sistema interamericano de derechos humanos para imprimir celeridad al tratamiento de las denuncias presentadas por autoridades y ciudadanos bolivianos.

Para el efecto remitimos las solicitudes de audiencia presentadas ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, en los periodos de sesiones 143 y 144 de noviembre de 2011 y marzo de 2012 respectivamente, que fueron fue negadas en dos oportunidades; extremo que nos obliga a promover otras iniciativas parlamentarias para hacer conocer la situación de nuestro país.

Por tal motivo agradeceremos a su Autoridad pueda fijar fecha de audiencia pública en la instancia parlamentaria que preside, a objeto de presentar la exposición aludida.

Esperando conocer sus determinaciones y agradeciendo sobremanera su deferencia, nos despedimos reiterando nuestras consideraciones de respeto.

Atentamente,

Brasilia, 23 de mayo de 2012

Señor
Paulo Paim
Presidente
Comisión de Derechos Humanos y legislación participativa
Senado Federal
Brasilia – Distrito Federal. -

Asunto: Solicita audiencia y remite antecedentes

A tiempo de saludar a su persona, con las consideraciones debidas, cursamos la presente nota con el propósito de solicitar audiencia pública en el pleno de la Comisión de Derechos Humanos del Senado Federal para exponer la situación de los derechos humanos en Bolivia y el deterioro de sus instituciones. Formulamos este pedido en el marco de una gira regional que iniciamos, en nuestra condición de parlamentarios nacionales, para reunirnos con instancias parlamentarias, exponer los casos de violaciones a los derechos humanos en Bolivia y solicitar un pronunciamiento dirigido al sistema interamericano de derechos humanos para imprimir celeridad al tratamiento de las denuncias presentadas por autoridades y ciudadanos bolivianos.

Para el efecto remitimos las solicitudes de audiencia presentadas ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, en los periodos de sesiones 143 y 144 de noviembre de 2011 y marzo de 2012 respectivamente, que fueron fue negadas en dos oportunidades; extremo que nos obliga a promover otras iniciativas parlamentarias para hacer conocer la situación de nuestro país.

Por tal motivo agradeceremos a su Autoridad pueda fijar fecha de audiencia pública en la instancia parlamentaria que preside, a objeto de presentar la exposición aludida.

Esperando conocer sus determinaciones y agradeciendo sobremanera su deferencia, nos despedimos reiterando nuestras consideraciones de respeto.

Atentamente,

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Publicado no DSF, de 24/05/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS: 12175/2012

15

16

PARECER Nº DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento do Senado Federal nº 316, de 2013, do Senador Cyro Miranda, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos.*

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I - RELATÓRIO

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento do Senado Federal nº 316 de 2013, que requer seja apresentado Voto de Solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que, além de três mortos, deixou mais de cem feridos.

O referido Requerimento, de autoria do Senador Cyro Miranda, fundamenta-se no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal e, conforme determina o seu § 1º, foi distribuído a este colegiado para que emita parecer.

Segundo a justificação apresentada, "todo atentado deve ser duramente repudiado pelas nações" e nada explica ou fundamenta a perda de vidas humanas em razão de atos extremos, "sobretudo no contexto pluralista da sociedade do conhecimento".

II - ANÁLISE

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, ou

congratulações só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

O atentado, ocorrido no aniversário do atentado de Oklahoma e precisamente no feriado do "Dia dos Patriotas", na cidade de Boston, emblemática na constituição do Estado Americano e na sua luta pela independência, teve significado político e foi perpetrado por cidadãos americanos de origens caucasianas e islâmicas.

Nada obstante a evidente legitimidade de manifestações políticas de todos os gêneros, todas elas reconhecidas e protegidas pelo sistema político e jurídico americano, elas devem ser canalizadas, em uma sociedade democrática e plural por meio de manifestações pacíficas, utilizando-se dos diversos instrumentos legais existentes para consubstanciá-las. Ademais disso, tal ato apequena a nação islâmica, dando a impressão tratar-se toda ela de uma nação de ódio e violência, o que é falso e injusto. Gullen, líder do movimento Hizmet (serviço), grupo islâmico majoritário na Turquia, tem se manifestado reiteradas vezes no sentido de que um islâmico, ao cometer um ato terrorista, deixa de ser islâmico, uma vez que o islamismo possui padrões elevados na conduta de guerras, rechaçando atos que gerem consequências indistintas, vitimando inocentes.

O Brasil, cujas relações internacionais pautam-se, dentre outros critérios, pelo repúdio ao terrorismo, não pode tolerar atos extremos de qualquer natureza, motivação e perpetrados por quem quer que seja.

III - VOTO

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Requerimento do Senado Federal nº 316, de 2013.

Sala da Comissão,

,Presidente

33

,Relator

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 316, DE 2013

Requeremos, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos.

JUSTIFICAÇÃO

Duas bombas explodiram nesta segunda-feira (15/04), quase simultaneamente, perto da linha de chegada da tradicional Maratona de Boston, um dos principais eventos desportivos norte-americanos, que reúne cerca de 27 mil corredores e milhares de espectadores.

A explosão das bombas foi num ataque coordenado que deixou pelos menos três mortos, mais de cem feridos e colocou as principais cidades dos Estados Unidos em alerta. Dos mais de cem feridos, pelos menos oito estão em condição crítica e outros 14 estão com ferimentos graves.

Diante dessa situação, é fundamental levar a nossa solidariedade às vítimas do atentado e ao povo americano, que revive, neste momento de dor e aflição, os lamentáveis atentados de 11 de setembro.

Não importa a justificativa, todo atentado deve ser duramente repudiado pelas nações. Nada justifica a perda de vidas humanas em razão de atos extremos, sobretudo no contexto pluralista da sociedade do conhecimento.

Ressalte-se que as autoridades americanas devem fazer o máximo para descobrir a origem do atentado. As autoridades brasileiras, por sua vez, devem procurar tirar o máximo de lições de episódios dessa natureza, porque sediaremos dois eventos de estatura mundial nos próximos anos.

Embora atentados sejam raros em território brasileiro, não podemos ignorar que a diversidade étnica de nosso povo facilita a infiltração e o disfarce de pessoas de qualquer origem. Isso se potencializa quando consideramos a permeabilidade de nossas fronteiras.

Daí porque a apuração dos lamentáveis episódios da Maratona de Boston, também um evento de estatura internacional, deva ser cuidadosamente acompanhada pelas autoridades policiais e de inteligência do Brasil.

Externamos, portanto, nossa solidariedade ao povo americano, em especial aos cidadãos de Boston, razão principal deste voto.

Senador **CYRO MIRANDA**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 17/04/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 11603/2013

17

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a presença do senhor embaixador Roberto Azevêdo, eleito para comandar a Organização Mundial do Comércio – OCM, primeiro latino-americano da história a presidir a Instituição, para explanar sobre o atual momento do comercio mundial e como a OMC agirá para destravar a Rodada Doha.

JUSTIFICAÇÃO

O embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, foi eleito no dia de ontem (07/05/2013) para comandar a Organização Mundial do Comércio – OMC, é diplomata de carreira, tem 55 anos e está no Itamaraty desde 1983.

É a segunda vez que o Brasil concorre ao comando do órgão. A primeira foi em 2005, com o senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Naquele ano foi eleito o francês Pascal Lamy. Desde a sua fundação, em 1995, nunca um brasileiro ou mesmo latino-americano ocupou a presidência da OMC.

Um dos principais desafios do novo presidente será reativar as negociações da Rodada Doha para liberalizar o comércio mundial, estagnado há muito tempo.

Essa eleição representa a importância que o Brasil vem desempenhando no fortalecimento e progresso institucional da Organização, além da sua contribuição no desenvolvimento econômico e social mundial.

Diante disso é fundamental que esta Casa receba o novo presidente da OMC para ouvir suas impressões quanto à nesse novo desafio, que com certeza, muito honrará o Brasil.

Sala das Comissões, 08 de Maio de 2013.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM

18

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com as presenças dos senhores embaixadores dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; o senhor diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, o senhor presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital – ANID; representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil – CGI e o Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, para debater acerca da solicitação da empresa americana Amazon.com Incorporação de registrar domínio na internet, utilizando o termo AMAZON.

JUSTIFICAÇÃO

A empresa Amazon.com Incorporação, fundada em 1994, com sede em Seatle, Washington, solicitou à ICANN, empresa responsável por identificação global do sistema de uso de identificação exclusivo na internet, 76 Gtlds, que significa domínio de topo genérico (domínios que precisam de autorização prévia não só da própria ICANN, como em alguns casos, da anuência do país a que se faz referência).

A referida empresa pretende formalizar o domínio AMAZON, que passaria a ser usada somente pela norte-americana e suas subsidiárias, para atender aos objetivos estratégicos da corporação, ou seja, a empresa quer manter um domínio exclusivo de palavras genéricas e subjetivas que

afeta diretamente outros comércios da internet.

O pedido da referida empresa sendo aprovado na ICANN acarretaria cerceamento definitivo de domínios que façam qualquer alusão à Amazônia e costumes dos povos daquela região.

Por esta razão requeiro audiência pública para debatermos sobre a solicitação da empresa supramencionada, que tem como objetivo registrar o domínio na internet, utilizando a palavra AMAZON.

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2013.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM